

**Rui Duarte Brasil Marques**

**Sociedade e economia no concelho das Velas nos séculos XVIII-XIX  
(São Jorge, Açores)**

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Arqueologia orientada pela Professora  
Doutora Teresa Soeiro

Vol. I

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

setembro de 2015

# Sumário

<b>Agradecimentos .....</b>	<b>5</b>
<b>Resumo .....</b>	<b>6</b>
<b>Abstract .....</b>	<b>7</b>
<b>Abreviaturas .....</b>	<b>8</b>
<b>1. Introdução.....</b>	<b>9</b>
<b>2. Metodologia.....</b>	<b>11</b>
<b>3. Caraterização da ilha de São Jorge .....</b>	<b>12</b>
3.1 Enquadramento geográfico.....	12
3.2 Geomorfologia .....	13
3.3 Clima .....	15
3.4 Capacidade de uso do solo .....	16
3.5 Rede hidrográfica .....	17
3.6 Litologia .....	18
3.7 Calamidades naturais.....	19
<b>4. O território do concelho das Velas.....</b>	<b>21</b>
4.1 Delimitação do concelho .....	21
4.2 Caraterização do concelho das Velas entre séculos XVIII e XIX .....	23
<b>5. Sociedade.....</b>	<b>30</b>
5.1 Elites Locais .....	30
5.2 <i>Clero</i> .....	34
5.3 Ofícios .....	40
5.4 Agricultores .....	42
<b>6. Propriedade.....</b>	<b>49</b>
6.1 Perspetiva geral da estrutura fundiária nos Açores .....	49
6.2 Vínculos dos “grandes arrendamentos” .....	50
6.3 Outros vínculos de propriedade de menor escala .....	54
6.4 Santa Casa de Misericórdia e instituições religiosas .....	56
6.5 Propriedades do concelho.....	58
6.6 Rendeiros e Foreiros .....	60
6.7 Administração concelhia na propriedade .....	64
<b>7. Agricultura.....</b>	<b>68</b>
7.1 A questão cerealífera no concelho as Velas .....	69
7.2 Práticas e técnicas agrícolas .....	75
7.3 Trigo .....	76

7.4 Milho .....	78
7.5 Outros utensílios agrícolas .....	79
7.6 Trabalho braçal no século XIX .....	80
7.7 Inhame .....	80
7.8 Viticultura no concelho das Velas .....	82
7.8.1 Castas e produção .....	83
7.8.2 Regulamentação camarária das vinhas .....	85
7.8.3 Cultivo das vinhas .....	86
7.8.4 Lagares .....	90
7.8.5 Vasilhames e marcação .....	91
<b>8. Transportes e vias de comunicação .....</b>	<b>93</b>
8.1 Vias terrestres .....	94
8.2 Carro de Bois .....	95
8.3 Proibições sobre a circulação dos carros de bois .....	96
<b>9. Pecuária .....</b>	<b>98</b>
9.1 As posturas municipais sobre os gados .....	100
9.2 Gado bovino .....	100
9.3 Gado asinino .....	106
9.4 Gado muar .....	107
9.5 Gado cavalari .....	107
9.6 Gado suíno .....	107
9.7 Gado ovelhum .....	109
9.8 Gado cabrum .....	110
9.9 Marcação dos gados .....	110
9.9.1 Sinais nas orelhas .....	113
9.9.2 Ferros .....	114
9.10 Currais do concelho .....	115
9.11 Marchantes .....	115
9.12 Produtos secundários .....	116
9.12.1 Curtumes .....	116
9.12.2 Laticínios .....	117
<b>10. Conclusão .....</b>	<b>120</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>124</b>
<b>Anexo 1 - Mapas .....</b>	<b>134</b>
<b>Anexo 2 - Tabelas .....</b>	<b>144</b>
<b>Anexo 3 – Imagens do concelho das Velas do século XX .....</b>	<b>255</b>

<b>Anexo 4 – Catálogos .....</b>	<b>258</b>
4.1. Alfaias e utensílios agrícolas.....	258
4.2 Utensílios utilizados nas vinhas; vasilhames e mecanismos de processamento do vinho.....	275
4.3 Transportes de tração Animal.....	281
4.4 Pecuária .....	285
<b>Anexo 5 - Documentos.....</b>	<b>289</b>



## **Agradecimentos**

Ao terminar o trabalho para submissão a prova pública, não posso deixar passar em branco a minha gratidão a um conjunto de pessoas e entidades que foram determinantes para a realização desta dissertação.

Em primeiro lugar à minha orientadora, Prof. Doutora Teresa Soeiro, pela sua total disponibilidade, sugestões e direcionamento ao longo da investigação.

À minha família e amigos pelo apoio demonstrado nas alturas mais difíceis.

À Joana Borba, que há mais dez anos faz parte da minha vida, pela paciência e por toda ajuda ao longo deste ano.

Ao Sr. Eng. Manuel Teixeira Brasil que foi incansável e mostrou-se sempre disponível para colaborar na ida aos sítios que foram registados, cedeu parte da bibliografia que possui na sua biblioteca e permitiu, ainda, o registo de alguns utensílios na sua adega.

Ao Sr. Eleutério Soares e esposa, por terem aberto as portas de sua casa para registar as alfaías agrícolas na Quinta do Canavial.

À Câmara Municipal das Velas, em especial ao Sr. Presidente Luís Silveira pela sua colaboração e por ter cedido o acervo documental em formato digital.

Por fim, aos funcionários do Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo, nomeadamente, a Dr.<sup>a</sup> Fátima Borba, por ter digitalizado toda a documentação solicitada, facilitando em muito a análise.

## **Resumo**

A presente dissertação tem como objetivo a análise do trabalho no setor agropecuário e as materialidades que lhes são inerentes no concelho das Velas (São Jorge, Açores). Esta seria a principal ocupação desempenhada pela maioria da população velense durante os séculos XVIII e XIX. Ao longo deste período, as atividades foram sendo pautadas por vários ritmos que limitaram ou potencializaram o desenvolvimento económico de determinadas áreas. Pretende-se, ainda, caracterizar a distribuição da propriedade no concelho durante período supracitado e definir as estratégias seguidas pela sociedade na gestão e transmissão do património.

**Palavras-chaves:** Velas; S. Jorge; Arqueologia Moderna e Contemporânea; Sociedade; Economia.

## **Abstract**

This dissertation aims to analyze the agricultural and farming works in the municipality of Velas (São Jorge, Azores) and the material culture inherent to them. Those were the main occupation performed by the majority of the velense population during the 18th and 19th centuries. Across these periods, the activities were ruled by various rhythms that affected or strengthened the economic development of certain areas. The aim is also to characterize the distribution of the property in the municipality during the period covered and to define the strategies followed by society in the management and transmission of the land and material heritage.

**Keywords:** Velas; S. Jorge; Modern and Contemporary Archaeology; Society; Economy.

## **Abreviaturas**

A.D.A.H – Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo.

A.M.V – Arquivo Municipal das Velas.

PGRHI – Plano de Gestão de Recursos Hídricos de Ilha.

P.C.V – Posturas Camarárias das Velas<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Posturas Camarárias das Velas in *Posturas Camarárias dos Açores*. Instituto Histórico da ilha Terceira. Tomo I. Angra do Heroísmo, 2007.

## 1. Introdução

A presente dissertação, realizada para conclusão do segundo ciclo de estudos em Arqueologia na FLUP, tem por base um trabalho de investigação incidido sobre a informação disponível relativa à atividade agropecuária, durante os séculos XVIII e XIX, no concelho das Velas, da ilha de São Jorge, nos Açores.

Estuda-se um território muito específico onde o Homem foi moldando a paisagem consoante as diretrizes políticas do reino, os ciclos económicos e a vontade e iniciativa das populações, sem nunca esquecer as impetuosas forças da natureza.

No período abarcado assiste-se a um aumento demográfico e maior desenvolvimento de estruturas produtivas, embora a rede viária de certos povoados continuasse muito rudimentar. O espaço estudado está longe de ser homogéneo, as características de cada freguesia potencializaram o desenvolvimento de certas culturas em detrimento de outras. Apenas nos princípios do século XVIII são definidas as extremas do concelho, o que esteve na base de várias contentas pela posse do Escalvado, o importante logradouro comum.

A sociedade jorgense do século XVIII-XIX caracteriza-se pela sua profunda ruralidade, vivendo dentro de um projeto comunitário em que, no entanto, não deixavam de estar bem vincadas as desigualdades sociais entre indivíduos, quase sempre determinadas à nascença. Dentro desta organização estabeleceram-se várias estratégias que visavam para uns o engrandecimento ou ascensão social e para outros a preservação e manutenção dos bens de que dispunham. Os ofícios mecânicos, organizados em cooperações e dispersos pelo concelho, garantiam a satisfação das necessidades nas diferentes áreas.

Intimamente relacionada com a sociedade está a propriedade que, na maioria das vezes, se refletia ou espelhava o *status* social. Era na posse diversificada de património latifundiário, sobretudo dos melhores tratos de terreno, que assentava a principal fonte de riqueza. No entanto, a propriedade no século XVIII e XIX apresentava vários problemas no âmbito da concentração latifundiária por intermédio de vínculos e dotes religiosos vitalícios. O pouco solo disponível levava a maioria da população a recorrer a terras arrendadas ou aforadas ou de meeiros, o que criava, por vezes, um sistema complexo. Na gestão da propriedade privada e pública a Câmara era chamada a intervir de forma a garantir o bem comum e a fomentar a produção.

A população, em geral, ocupava a maioria do seu tempo nos ciclos de trabalhos agropecuários. Dentro da diversidade de culturas praticadas, apenas serão evocadas as de maior peso económico no concelho das Velas, dentro do período abarcado. A maioria dos

camponeses trabalhava por conta de outrem nos períodos de maior trabalho, nos amanhos das terras de cereal e vinhas. Iremos descrever e analisar a sequência de trabalhos agrícolas e as alfaías e utensílios inerentes a estas atividades.

O Município procurava regular a saída de bens alimentares durante os anos de maior crise, ordenando aos lavradores e produtores que manifestassem as suas novidades, decretando também medidas com o intuito de proteger os cultivos contra os danos dos animais e os roubos. O transporte das mercadorias entre as freguesias e a vila era assegurado pelos barqueiros e carreteiros, permitindo a documentação referente a estes serviços identificar alguns dos itinerários e os preços estipulados.

A criação de gado acabou por ganhar grande relevância e desenvolvimento durante o período estudado, constituindo uma das principais fontes de rendimento. As diferentes espécies garantiam a diversidade de produtos - carne, lã, coiros, manteiga e queijos - destinados não só ao autossustento como também à exportação. Além disso, o gado bovino, asinino, muar e cavalar seria a principal força motriz nos trabalhos agrícolas e no transporte.

## 2. Metodologia

A escolha da área geográfica para o estudo - o concelho das Velas - deve-se à circunstância de ser a terra da qual sou natural, uma realidade com a qual estou familiarizado, o que pode facilitar uma melhor perceção do território, bem como uma maior proximidade com a comunidade e entidades produtores e com tutela sobre a documentação.

Para o desenvolvimento da dissertação foram seguidas várias etapas, da recolha e tratamento da informação escrita ao registo das materialidades.

Na recolha das fontes documentais primárias existiram algumas contingências logísticas, pois implicavam deslocações entre ilhas. Uma parte da documentação encontra-se na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Angra de Heroísmo, na ilha Terceira, nomeadamente os livros de tabelionato do século XVIII e XIX referentes ao concelho das Velas. Estes livros, com conteúdos fulcrais para do estudo pretendido, foram apenas analisados parcialmente. Optamos por segmentar intervalos cronológicos, de forma a compreender o fio condutor.

Quanto ao Arquivo Municipal das Velas, o acesso foi muito mais facilitado por se encontrar digitalizado, o que permitiu analisar uma maior quantidade de informação. Na transcrição da documentação, foram aplicadas as normas propostas por Avelino de Jesus da Costa<sup>2</sup>.

No trabalho de campo, foram entrevistadas várias pessoas naturais e residentes e realizou-se prospeção na tentativa de localizar vestígios materiais referenciados na documentação, por exemplo poços, valas e regos. No entanto, estes vestígios parecem não ter resistido ao tempo, embora algumas pessoas mais idosas se tenham recordado dos pais e avós fazerem a sua manutenção.

A maioria das materialidades estudadas pertence a coleções privadas dos residentes, sendo que o tipo de registo predominante foi a fotografia, por ser aquele que melhor se adequava, pois muitos dos utensílios estavam fixados nas paredes como objeto decorativo. A descrição das alfaias agrícolas, remetida para anexo, está baseada nas tipologias desenvolvidas pelas equipas do Centro de Estudos de Etnologia e Museu Nacional de Etnologia<sup>3</sup>. Seguimos as normas de inventário utilizadas pela Rede Portuguesa de Museus<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> COSTA, Avelino de Jesus da – *Normas gerais para a Transcrição de Documentos e Textos Medievais e Modernos*, 3.ª Edição, Braga, s/e, 1993.

<sup>3</sup> OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim – *Alfaia Agrícola Portuguesa*, ed. Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos de Etnologia, Lisboa, 1976.

### 3. Caraterização da ilha de São Jorge

#### 3.1 Enquadramento geográfico

*“(…) chamarem-se estas ilhas dos Açores, pelos muitos bilhafres que nelas há e havia, quando se elas descobriram, que com eles se pareciam; e, cuidando os primeiros descobridores serem açores os bilhafres, lhe puseram este nome de ilhas dos Açores”* (Frutuoso Livro VI: 3).

O arquipélago dos Açores distribui-se entre as latitudes 36° 55' e 39° N e as longitudes 24° 46' e 31° 16' W. Situado no Atlântico Norte, entre a América do Norte e a Europa, à distância de 1400 km das costas mais próximas de Portugal Continental e cerca de 3900 km da América do Norte (PGRHI 2012: 18). O arquipélago é composto por nove ilhas e mais alguns ilhéus, organizadas em três grupos: no grupo ocidental situam-se as ilhas das Flores e Corvo, o grupo oriental é constituído por São Miguel e Santa Maria; por último, o grupo central abrange as ilhas da Terceira, Graciosa, Pico, Faial e São Jorge, sendo que as últimas três são conhecidas como “As ilhas do Triângulo” (Anexo 1, Fig.1).

A distância máxima entre ilhas é cerca de 600 km, de Santa Maria ao Corvo. Em termos de superfície, as ilhas dos Açores totalizam 2332 km<sup>2</sup> que representam cerca de 2, 6% do território nacional. No entanto, as nove ilhas exibem uma grande disparidade entre si em relação à sua área: São Miguel (ilha maior) tem 744,6 km<sup>2</sup>, enquanto o Corvo (ilha menor) tem apenas 17,1 km<sup>2</sup> (PGRHI 2012: 19).

A ilha de São Jorge é a quarta maior em área que ronda os 243, 7 km<sup>2</sup>, ocupando a posição mais central das cinco ilhas do seu grupo também ela dito central, estando o Pico 20 km a sul; o Faial 30 km a oeste; Graciosa 37 km a norte; e a Terceira a 40 km a leste. Já São Miguel e Santa Maria do grupo oriental ficam respetivamente a 150 km e 215 km. Enquanto, Flores e Corvo do grupo ocidental ficam a 155 km e 170 km, segundo valores aproximados (Avellar 1902:171; Caldas 2000: 317).

Relativamente à organização administrativa a ilha é dividida por dois concelhos: Calheta (126, 3 km<sup>2</sup>) e Velas (117, 4 km<sup>2</sup>) (Anexo 1, Fig. 2). O primeiro tem 5 freguesias: Norte, Pequeno, Ribeira Seca, Santo Antão e Topo; enquanto o segundo tem 6 freguesias: Manadas, Norte Grande, Rosais, Santo Amaro, Urzelina e Velas. Até meados do século XIX

---

GALHANO, Fernando – *O Carro de Bois em Portugal*, ed. Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos de Etnologia, Lisboa, 1973.

<sup>4</sup> BRITO, Joaquim Pais de; CAMPOS, Ana Margarida; COSTA, Paulo Ferreira – *Alfaia Agrícola*, ed. Instituto Português de Museus, Lisboa, 2000.



existiu mais um concelho, o do Topo, que foi extinto pelo decreto de 24 de outubro de 1855, acabando por ser anexado ao da Calheta (Avellar 1902:173).

### 3.2 Geomorfologia

*“A figura geral da ilha é um comprimento, e mui alto espinhaço, sobre o qual se eleva uma cordilheira de picos, desde a ponta dos Rozaes ao noroeste, até do Topo ao sueste: é limitada por escarpados rochedos, que a tornam inacessível, excepto em alguns pontos da costa sul, que ainda conservam vestígios das fortificações, que lhe defendiam o acesso”* (Noronha 1851: 113).

A ilha de São Jorge está orientada NW-SE, apresenta uma peculiar forma alongada e fusiforme medindo 55 km de comprimento desde da Ponta de Rosais até ao ilhéu do Topo. De largura apenas atinge os 7 km, entre a Fajã das Pontas e o Portinho da Calheta (França *et al.*, 2003: 36).

Desde cedo, a ilha de São Jorge não passou despercebida aos olhares dos viajantes e cronistas que a descrevem pela sua imponente orografia. Em meados do século XVI, Gaspar Frutuoso (Livro VI:108) referiu *“pelo meio da terra, na ilha de São Jorge, tudo é lombo e espinhaço de alta serra de montes e vales...”* enquanto, na primeira metade do século XIX, João Soares de Albergaria (1822: 93) mencionou *“he limitada quasi em torno por altíssimos rochedos, talhados a pique em toda a costa do norte, e na maioria parte do sul”*.

É comum os geólogos dividir a ilha em duas regiões geomorfológicas distintas: Ocidental e Oriental que são separadas, grosso modo, pelo vale da Ribeira Seca (Anexo 1, Fig. 3). A primeira é marcada essencialmente por uma morfologia mais acidentada, com atividade vulcânica mais intensa que está na origem dos pontos mais altos da ilha, nomeadamente, o Pico da Esperança com 1053 m na freguesia da Manadas. Ainda, podem observar-se 150 cones e as respetivas crateras, sendo que estes cones estão associados às erupções de 1580 e 1808 (França *et al.*, 2003: 36; Lima *et al.*, 2011:4). Porém, no extremo ocidental, a constante ação dos agentes erosivos afetou a superfície da ilha, nos arredores de Rosais, tornando-a mais aplanada.

A segunda (região Oriental), pelo contrário, é formada por um vulcanismo mais antigo, predominando um relevo mais suavizado, que foi fortemente moldado pela erosão. Deste modo, verificam-se algumas diferenças em relação à orografia da região Ocidental, a morfologia dos cones está mais reduzida e as arribas são muito mais íngremes (França *et al.*, 2003: 36).

Do ponto de vista topográfico existem diferenças significativas entre a costa Norte e a Sul, salientadas já século XVIII pelo Padre António Cordeiro (Cap. IV:430) “(...) *da parte do Norte não só o bravo, e perigoso mar, mas as espantosas rochas a defendem; e pela parte Sul, também o mais he de rochas, que posto que menos altas, ainda são tanto, e tão precipitadas sobre o mar*”. Deste modo, a costa Norte da ilha, em geral, apresenta um perfil mais marcado pelas escarpas ingremes, a NE as arribas chegam a atingir alturas entre os 300 e 400 m e declives bastante acentuados na ordem dos 45° a 55°. Por contraste, no lado Sul, na maior parte dos casos, a rudeza das arribas é manifestamente mais moderada dando lugar a vertentes mais suaves que vão de encontro ao litoral, embora a SW as arribas sejam sempre superiores a 100 m de altitude (Caldas 2000: 318-319; França *et al.*, 2003: 37).

Na orla costeira, de onde emergem algumas destas falésias, pontualmente, surgem plataformas litorais de reduzida extensão que se estendem para o mar à qual se designam “fajãs”. Estas são, sem dúvida alguma, um traço da paisagem jorgense, contabilizando 76 fajãs, distribuídas todas ao longo do litoral, na sua maioria, distribuídas na costa norte da ilha. O termo *fajã* surge pelo menos desde 1440, sendo ao que parece, uma nomenclatura açoriana ou madeirense (Brasil 1999:23). Quanto à definição propriamente dita os geógrafos caracterizam-na “*por pequenas extensões de terreno plano na base de um talude desenvolvidas em anfiteatro, em direção ao mar*” (Lima *et al.*, 2011: 31). No entanto pode haver dois processos de formação distinta: as fajãs detríticas e as fajãs lávicas:

*“As fajãs detríticas (ou de talude), estão associadas a movimentos de massa de vertente, na sequência da instabilização das vertentes por uma ação erosiva na sua base: perdendo suporte, as formações superiores movimentam-se ao longo do declive sob ação do seu próprio peso, constituindo um depósito de gravidade mais ou menos extenso na sua base, que faz avançar a linha de costa; períodos de pluviosidade anormalmente elevada ou concentração no tempo e a ocorrência de sismos energéticos moderados a fortes, contribuem para a ocorrência destes movimentos de vertente e o incremento/aparecimento das fajãs. As fajãs lávicas (em vulcanologia denominadas de deltas lávicos), são originadas quando uma escoada lávica galga a falésia costeira, avançando mar a dentro e provocando o avanço da linha de costa; forma-se, assim, uma zona aplanada na base vertente, com configuração em geral triangular/deltaica e frente rochosa linearizada (caso de escoadas fluídas, do tipo pahoehoe) ou (no caso das escoadas aa)”* (Lima *et al.*, 2011: 31).

Numa análise geral sobre a distribuição altimétrica da ilha de São Jorge, consta-se que 45% da superfície apresenta cotas inferiores a 400 m, e 51% altitudes na ordem dos 400 a 800 m, elevando-se os restantes 4% acima dos 800 m (Anexo 1, Fig. 4; Anexo 2, Tabela 1). No que respeita à sua declividade, cerca de 12% da superfície tem declives suaves (<8%), com maior evidência nas fajãs e no Planalto Central, enquanto que perto de 61% da superfície representa declives acentuados e ingrimes, que correspondem, essencialmente, às arribas costeiras. Os restantes 27% acomodam as áreas com declives intermédios dispersos pela ilha (Anexo 1, Fig. 5; Anexo 2, Tabela 2,) (PGRHI 2012: 54).

### 3.3 Clima

*“O clima he o mais delicioso dos Açores: em S. George nunca houve ramo de peste”* (Albergaria 182:94).

O clima dos Açores advém muito da sua localização geográfica, pois está situado no regime de transição entre as regiões subtropicais e as zonas temperadas (Pereira 1987:20). Em geral, é caracterizado pela sua amenidade térmica anual, elevados índices de humidade do ar, elevada precipitação, taxas de insolação reduzidas e um regime de ventos vigorosos (Mendes 2010:20).

A humidade relativa no ar apresenta sempre valores médios anuais elevados em volta dos 80%. Os valores mínimos nunca são abaixo dos 50%, podendo mesmo alcançar valores superiores aos 90%. A precipitação corresponde a uma média anual entre 700 a 900 mm ao nível do mar, sendo que os meses de setembro a março concentram 75% do total da precipitação anual. Os ventos sopram de forma regular todo o ano, em média, atingem a velocidade de 17 km/h. No inverno, a média de velocidade é ligeiramente superior com 20 km/h, e no verão não chega aos 10 km/h. As rajadas de vento, quando assolam as ilhas, chegam atingir ou até ultrapassar os 100 km/h (PGRHI 2012: 28-29).

A insolação e a radiação nos Açores é relativamente baixa devido à constante nebulosidade, o que se traduz em média de 1600 horas de sol descoberto por ano. A insolação junto ao litoral é mais elevada do que nas áreas de maior altitude e nos meses de verão, obviamente, também é superior. Relativamente, à temperatura média anual junto ao litoral açoriano anda próximo dos 17,5°C, e os valores mensais são sempre superiores aos 10°C. Ao longo do ano, a temperatura, dependendo da estação oscila, pois em agosto o valor médio

máximo é cerca de 22,0°C e em fevereiro o mínimo ronda os 14°,5 C. A temperatura varia consoante a altitude, por cada 100 metros a temperatura decresce à volta 0,9°C até à altitude dos 400 m, a partir daqui existe um decréscimo da temperatura menos brusco, aproximadamente, 0, 6°C (PGRHI 2012: 29-30).

Como se pode observar na figura 6 (Anexo 1) praticamente todo litoral da ilha de Jorge apresenta as temperaturas médias anuais mais elevadas, sendo que na sua maioria correspondem as áreas onde estão localizadas as fajãs. Estas são dotadas de um microclima muito especial. Por exemplo na fajã das Almas, na freguesia de Manadas, no verão apresenta características de clima tropical, enquanto no inverno é fustigada pelas rociadas do mar alteroso ou pelos vigorosos ventos. Sendo esta fajã de origem lávica, a rocha volcânica atua como um painel de captação do calor, que à noite, com o resfriar, se vai libertando, paulatinamente, funcionando como termorregulador. Com a contribuição, ainda, de outros elementos, como a textura grosseira do solo e a ampla cobertura vegetal, que não permitem a acumulação de água à superfície do solo, são, em grande medida, responsáveis pela criação destes microclimas (Brasil 1999:19).

Continuando a análise da figura 6, a faixa litoral Sul detém a maior extensão de área com a temperatura média anual mais elevada, nomeadamente, entre a vila das Velas e vila da Calheta. Do ponto de vista histográfico, estas diferenças entre a costa sul e norte parecem bem evidenciadas por Gaspar Frutuoso (Livro VI: 106) *“da banda do norte não tem esta ilha de São Jorge freguesia alguma, por ser terra tão áspera, que não se pode habitar, nem se poderem sustentar os que nela quisessem viver.”* Numa perspetiva mais abrangente, António Noronha (1851:113) menciona que *“o clima da ilha de São Jorge é temperado e saudável; secco sobre a beira-mar da costa do sul; fresco nos altos; húmido e frio na costa norte.”*

Portanto, as quatro estações do ano são reconhecidas, embora marcadas por um clima temperado. Os invernos podem ser chuvosos, mas em geral não são excessivamente rigorosos, rara a ocorrência de neve, e tal acontece só nos pontos mais elevados. Por sua vez, o verão é ameno sendo ligeiramente mais ensolarado do que o resto do ano, embora seja raro o dia em que o céu esteja completamente descoberto.

### **3.4 Capacidade de uso do solo**

Os estudos levados a cabo por Paulo Silveira, Vanda Serpa e Tomaz Dentinho (2009) não só propõem um estudo de aptidão do solo para certas culturas, mas também um modelo de simulação de ocupação do solo jorgense, num período compreendido entre o século XVI até ao XX. Estes modelos foram, profundamente, explorados para análise da aptidão do solo

jorgense no concerne às seguintes matérias: hortícolas/frutícolas; agrícolas; pastagens e floresta.

A aptidão do solo para fins da hortícola/frutícola apenas foi avaliada sobre o ponto de vista da cultura da laranja que teve um peso económico significativo no arquipélago nos Açores no século XIX. Seguiram-se os critérios climáticos de temperatura e de precipitação médias anuais necessárias à sua produção. Concluiu-se que as áreas de menor altitude com condições de microclima caso das fajãs e de Velas, Queimada, Urzelina e Calheta são as que melhor se proporcionam à cultura da laranjeira (Anexo 1, Fig. 7.).

A aptidão do solo para fins agrícolas foi avaliada, exclusivamente, em relação às culturas cerealíferas do milho e trigo, tendo como critérios a temperatura, capacidade de uso do solo e o declive. Deste modo, tal como se verifica na figura 8 (Anexo 1) as áreas para a prática destas culturas são reduzidos e, na sua grande maioria, correspondem aos mesmos locais de cultivo, apesar de cada cereal ter as suas particularidades climatológicas.

A capacidade de uso do solo para a pastagens teve como base a precipitação, temperatura e um declive não superior aos 30%. Desta forma, na figura 9 (Anexo 1) pode observar-se que praticamente todo o território está apto para pastagens, excetuando-se as encostas mais íngremes. Por fim, a aptidão do território para a floresta é elevada, apenas se exclui as áreas com declive superior aos 50% ou de grande altitude (Anexo 1, Fig. 10) (Silveira *et al.*, 2009: 91-92).

Em suma, cerca de 72% da superfície da ilha é considerada como solos não aráveis, o que demonstra a aptidão para pastagem e manto vegetação (Anexo 1, Fig.11). As pastagens abrangem aproximadamente 46% da superfície da ilha (113 km<sup>2</sup>) e o manto vegetal ocupam perto de 41,4% (101 Km<sup>2</sup>). A área agrícola está confinada às imediações dos núcleos populacionais e representam 6, 9% (16,8 km<sup>2</sup>) do território e os espaços urbanos pouco mais do 2,7% (6,6 Km<sup>2</sup>) (PGRHI 2012: 113).

### **3.5 Rede hidrográfica**

*“E, porque a ilha é de um espinhoso mui alto, de que correm muitas ribeiras em todo o ano, que vão cair no mar da banda do sul de muita alta rocha, que aos navegantes, que passam aquele canal ente São Jorge e o Pico dão muita alegria em ver assi correr de tão alto rochedo”* (Frutuoso Livro VI:104).

A rede hidrográfica da ilha devido à sua morfologia encontra-se dividida genericamente pela região Ocidental e Oriental (Anexo 1, Fig.12). A primeira, condicionada

pela morfologia vulcânica, apresenta linhas de água pouco extensas, de padrão mais ou menos paralelo e pouco encaixadas. Na segunda, a morfologia vulcânica é menos abrupta devido à erosão, o que permitiu um maior desenvolvimento da rede de drenagem (França *et al.*, 2003: 37).

A sul da ilha desde de Rosais ao Topo, destacam-se as seguintes ribeiras: Ribeira de El-Rei, de Água, do Belo, Figueiras, do Ribeirinho, de S. Pedro, do Almeida, da Fajã, da Courela, das Casas do Mato, Larga, dos Biscoitos, Ribeira Seca, do Vedor, dos Vimes, dos Bodes, do Cedro, do Salto, de S. Tomé, do Meio e Lexias. Na costa norte, os cursos de água, são na sua grande maioria, incipientes, pouco estruturados e de pequena dimensão. Destacam-se neste contexto a Ribeira Funda, da Ponta Furada, do Rasto, Ribeira da Areia, da Caldeira, Sanguinhal e da Fajã Redonda. Salienta-se o facto de nas proximidades da Serra do Topo existirem algumas ribeiras perenes que são a de S. Thomé, do Meio e Lexias, embora com pequenos caudais dão movimento a vários moinhos (Avellar 1902:172-173).

### 3.6 Litologia

A ilha de São Jorge como é origem vulcânica apresenta uma litologia, obviamente, de componentes e matérias vulcânicas (Anexo 1, Fig.13).

O basalto com uma tonalidade de cinza-escuro a cinza-claro, como é o caso dos *hawaiitos* e de alguns *ankaramitos*, predomina esta matéria-prima, usada em todo o tipo de trabalhos em alvenaria, como casas, muros e calçadas.

As escórias e *lapilli* basálticos popularmente conhecidos por “bagacina ou cascalho”, apresentam tons negros ou avermelhados quando oxidados. Estes materiais eram usados na pavimentação dos caminhos, onde ainda podem ser observados em alguns lugares.

Os tufos *hialoclastíticos*, litificados, tem uma cor amarelada ou acastanhada, estão associados a erupções submarinas. No morro das Velas, existe abundância deste tufo que no passado serviu para construção de muralhas por ter a particularidade de absorverem os impactos dos projecteis e da ondulação do mar. Também se empregou este material em algumas habitações e muros.

Por último, as argilas foram utilizadas para o fabrico de telhas, cobertura do interior dos fornos e o fabrico de utensílios domésticos. Estas argilas vermelhas não tinham plasticidade necessária, por isso eram misturadas com outras argilas provenientes de Portugal Continental ou da ilha de Santa Maria. Os locais de extração ficam sobretudo, no Topo e Santo Antão, mas por vezes aparecem em taludes na costa ou nas ribeiras (França *et al.*, 2003: 75-78).

### 3.7 Calamidades naturais

As narrativas dos cronistas e a documentação dos arquivos históricos referem-se à inclemência do meio, que atemorizou as populações ao longo dos séculos, nomeadamente de devidas erupções, terramotos, enchentes e inundações. Os acontecimentos mais fatídicos para as vítimas e os danos colaterais causados foram, sem dúvida alguma, as erupções de 1580 e 1808 e o terramoto de 1757 (Anexo 1, Fig.14).

A erupção de 28 de abril 1580 foi narrada por Gaspar Frutuoso (Livro VI: cap. 34), que descreve a violência da ocorrência e o terror sentido pela população. Estas erupções tiveram origem em dois locais - Mistérios (Santo Amaro) e Ribeira do Nabo (Urzelina) durante um período de quatro meses. Quanto às populações, estas tentaram fugir e salvar os bens que podiam. Os dados colaterais foram devastadores: queimou parte das vinhas que eram o grande rendimento da ilha; quatro mil reses (vacum, ovelhum, e cabrum); as abelhas morreram todas; destruiu cerca de trezentas adegas e fazendas com vinhas e terras de pão, e todo o tipo bens que as pessoas possuíam. Para ilustrar esta tragédia fica um pequeno excerto da obra do Padre Gaspar Frutuoso (Livro VI:110):

*“(...) a gente da vila tomou tanto temor, que começaram a fugir, uns pela terra dentro, outros pera as igrejas, donde os padres da vila começaram fazer procissões, chorando homens, mulheres e meninos, pedindo a Deus misericórdia com grandes gritos, e algumas mulheres prenhas morriam de medo. Dali um a espaço de seis horas arreventou o fogo em outro pico, sobre as vinhas que chamam as Queimadas, as quais eram remédio daquela ilha, porque não tinham outras lavours senão aquelas e dali se vendiam cada um ano mil e quinhentas pipas de vinho; mas ficou a melhor parte das melhores delas abrasada e subvertida com este fogo, que correu por espaço de dois dias, feito polme que, depois de resfriado, se tornou pedra”.*

O sismo de 9 de julho de 1757 ficou conhecido na tradição do povo segundo José Cândido Avellar (1902:425) por “mandado de Deus!”. Os relatos que surgem são de um cenário avassalador. Considerado o maior terramoto ocorrido no arquipélago dos Açores com uma magnitude de 7,4 na Escala de Mercalli Modificada, provocou 1034 mortos, cerca de 20% da população (França *et al.*, 2003: 12). O terramoto teve um maior impacto no concelho da Calheta e no Topo (na altura ainda concelho) onde as pessoas viram os seus pertences totalmente arrasados, enquanto nas Velas teve um impacto menor, apenas destruiu templos e

casas, não ceifou nenhuma vida. Os relatos transcritos pelo *Arquivo dos Açores* (vol. V: 353-358), dão-nos a imagem do rasto de destruição que ficou:

*“ (...) este divino juiz foi descarregar o golpe da divina justiça em as villas da Calheta e Topo e nos montes, ficando arrasada a villa da calheta sem que ficasse somente huma casa, nem aonde se arrecolhesse o Santíssimo Sacramento pois o tem o campo de umas arvores; e na vila do Topo succedeu o mesmo e somente ficou huma ermida da Virgem Nossa Senhora da Ajuda bem arruinada, e não ficou casa alguma”* (livro n.º 3 do Reg. da Câmara da vila das Velas, fls. 25 v).

No decorrer dos anos da reconstrução das vilas da Calheta e Topo, o oportunismo de muitos fez com que as câmaras tomassem medidas contra os ladrões que vinham de todas as partes (chegavam a vir da Ilha do Pico) roubar os vinhos das adegas e tosquiarem as ovelhas alheias (Cunha 1981: 222).

A última erupção na ilha de São Jorge aconteceu no primeiro dia de maio de 1808, mas não teve os efeitos aterradores dos acontecimentos anteriores. Também há várias narrativas transcritas pelo *Arquivo dos Açores* (vol. V: 437- 447) que descrevem o desenrolar dos acontecimentos. A erupção deu-se nas Lagoinhas parte de onde os escorrimentos lávicos atingiram a freguesia da Urzelina, mas as pessoas que lá habitavam conseguiram, atempadamente, fugir para outras terras. Os danos causados foram, especialmente, derivados das cinzas que abrasaram as ceiras de muitas freguesias e cobriram os pastos levando a morte de muitos gados por não conseguirem comer. A descrição de João Soares de Albergaria (1822:94), testemunha ocular, retrata bem o acontecimento:

*“O volcão de 1808 que vimos rebentar nas Logoinhas sobre a serra que fica ao norte e eminente á Aldeia da Urzelina; tãobem respirou no lugar d’Entreribeiras uma legua ao noroeste, e depois no das Areias: a primeira bocca expellio por largos dias grande quantidade de materias: 7 dias appareceo o sol obscuro pela densidade d’atmosphera, empregnada dos vapores volcanicos; e choveram cinsas: a ilha soffreo muitas e violentas concuçoens: o solo na vizinhança do volcão abrio fendas profundas; os labios dos hiatus abateram em logares de 4 a 6 polgadas. Este volcão correo ao mar, sem interrupção, deixando o chão coberto de lava em altura de 30 péz pouco mais ou menos”*.



## 4. O território do concelho das Velas

### 4.1 Delimitação do concelho

A demarcação definitiva entre os concelhos das Velas e Calheta, que conhecemos atualmente, só viria a acontecer a 21 de novembro de 1716. Até então, os limites concelhios permaneciam envoltos em incertezas. Sobre esta temática são poucos os autores que realmente contribuíram para seu esclarecimento, apenas o Padre Manuel da Cunha (1981) se debruça sobre o assunto.

Uma das primeiras notícias que nos chegam sobre esta questão é dada por Gaspar Frutuoso (Livro VI: 108), o qual menciona que a divisória entre concelhos, pelo menos na costa norte da ilha, seria no lugar da Ribeira da Areia, cujo curso marcaria a limitação. Por sua vez, o Padre Manoel da Cunha (1981:27-28) contra-argumenta através da exposição de alguns documentos de meados do século XVII que dão a Ribeira da Areia como parte integrante da jurisdição da Calheta.

Porém, analisando as fontes municipais das Velas permanece a dúvida sobre a fronteira dos dois concelhos referente à costa norte da ilha. Por um lado, no documento relativo ao pagamento de foros ao concelho de Velas (1711-1743), a Ribeira da Areia surge como pertencente à jurisdição do concelho da Calheta, tal como se lê abaixo:

*“Paga Manoel Machado de Lemos morador em Ribeira da Areia de jurisdisam da villa da Calheta oitenta reis de foro da casa que arrematara que hera do concelho da freguesia das Manadas junto a crus de Henrique Nunes e he seu fiador nesta jurisdisam Matheus Lopes”<sup>5</sup>.*

Por outro lado, no manifesto realizado entre 1706 e 1721 sobre a produção cerealífera e vinícola do concelho de Velas, surge Margarida Fernandes, moradora na Ribeira da Areia, que nos anos 1706, 1707 e 1717 declara as suas novidades como pertencentes ao concelho das Velas. Este caso não parece ser pontual, na medida que no ano de 1715, Rafael Teixeira Machado e Bartolomeu Machado, ambos, moradores na Ribeira da Areia também aqui manifestam as suas novidades<sup>6</sup>. Até, eventualmente, se poderia presumir que somente as terras aonde produziam pertenciam ao município de Velas. No entanto, o escrivão camarário

---

<sup>5</sup> A.M.V., livro n.º 146 da receita e despesa dos procuradores do Concelho das Velas, 1711-143, fl.5.

<sup>6</sup> A.M.V., livro n.º 160 do manifesto dos frutos dos lavradores de trigos, milho e vinhos do concelho das Velas, 1706-1721, fls. 10-10v; 27-27v; 78v; 79v.

de Velas, Anselmo Soares de Sousa, refere no citado manifesto, pelo menos uma vez, que a Ribeira da Areia é do “termo desta vila” de Velas.

Tendo em conta os dois lados, possivelmente a Ribeira da Areia estivesse dividida pelas duas jurisdições, de que a ribeira seria a estrema (Anexo 1, Fig. 15). Assim, o território a Oeste da ribeira pertenceria à freguesia Norte Grande, do concelho de Velas, enquanto o lado Este integraria a freguesia do Norte Pequeno, concelho de Calheta. As ribeiras, desde o povoamento, têm funcionado como “marcos” de delimitação, por exemplo nos balizamentos dos arredamentos da Pontinha e do Pinto, na freguesia de Rosais.

Relativamente à costa sul, a delimitação entre concelhos é igualmente ambígua, somente depois de 1716 a ribeira Larga seria a estrema. Anteriormente já se reconheceria nas fontes que a freguesia de Manadas seria o limite. Porém, a dúvida que fica é determinar qual a extensão desta freguesia antes de 1716, já que os documentos mencionam que pelo menos se alongaria até ao lugar das Fontainhas. No respetivo manifesto de 1706-1721, nos anos de 1715 e 1716, João Pereira de Sousa morador nas Fontainhas da freguesia de Manadas manifestava as suas novidades<sup>7</sup>. Para além disso, se dúvidas restassem, no pagamento de foros do concelho de Velas (1711-1743) aparece o mesmo João Pereira de Sousa que diz o seguinte:

*“Joam Pereira de Sousa por alcunha bosina paga de foro quarenta reis do cham de huã casa e outra junto ao extremo da Calheta o qual he onde ce dis as Fontainhas”*<sup>8</sup>.

Somente após a definitiva demarcação de 1716 surge na documentação a ribeira Larga como linha divisória entre concelhos. Além disso, também se desconhece quais as divisórias utilizadas à medida que se ia penetrando para o interior da ilha, para as zonas mais elevadas e serranas, denominadas Escalvado, que são, em geral, de logradouro comum. A posse do Escalvado seria, no entender do Padre Manuel da Cunha (1981:648), o principal motivo da divisão ocorrida 1716, mas com vários acontecimentos de permeio. Era de todo o interesse dos municípios disputarem o Escalvado, porque estamos a falar de grandes proporções de terra aptas para pastagem e uma das fontes principais de rendimento da ilha provinha da criação de gado.

As estremas destas zonas seriam, possivelmente, pouco explícitas e haveria sempre tentativas, de ambos os lados, para taparem as terras com o objetivo de obstruir a passagem

---

<sup>7</sup> *Ibidem*, fls. 76; 84.

<sup>8</sup> A.M.V., livro n.º 146 da receita e despesa dos procuradores do Concelho de Velas, 1711-1743, fl.3v.

dos gados vizinhos. Neste sentido, o período entre 1707 a 1716 foi marcado por várias querelas e denúncias de ambas as partes (Cunha 1981: 649-651). Apenas no dia 18 de novembro de 1716 ficaram determinadas as extremas entre concelhos. Acordaram que a Sul a divisão seria feita no direito da ribeira Larga e a Norte pela ribeira da Ribeira da Areia. Mas como estas não chegavam ao alto da serra, ficando desencontradas, foi necessário recorrer a malhões para delimitar o Escalvado (Cunha 1981: 652-654). Assim, 120 moios ficariam na pose da jurisdição das Velas, indo do Pico Pinheiro até às Pedras Brancas, acima do Toledo, e apenas restou 1 moio e 15 alqueires para o concelho da Calheta.

#### **4.2 Caracterização do concelho das Velas entre séculos XVIII e XIX**

Para além das extremas do concelho também ficou definido, no século XVIII, o número de freguesias que compõe o atual município das Velas: Manadas, Norte Grande, Rosais, Santo Amaro, Urzelina e Velas. O concelho era caracterizado pela sua ruralidade, sendo que as suas principais riquezas assentavam na agricultura, viticultura e pecuária e seus derivados.

As referências à ilha de São Jorge por parte dos cronistas ou viajantes no século XVIII e XIX são muito breves e superficiais. No entanto, algumas monografias locais escritas ao longo do século XIX acabam por colmatar esta carência.

Em setecentos, o Padre António Cordeiro (Liv. VIII: cap. IV) nas “excellencias da Ilha de São Jorge” menciona: a abundância de frutos; as excelentes madeiras; variadíssimas aves como galinhas, perdizes e codornizes; a criação de uma infinidade de gados como vacas, porcos, carneiros e ovelhas; os lacticínios, porque do leite de cabra e das ovelhas se faziam o melhor queijo; o trigo que era abundante; e os vinhos, tantos que chegava-se a produzir três mil pipas.

No século XIX, João Albergaria (1822: 35) também expressava opinião idêntica, embora com mais pormenores e maior credibilidade por ser natural da ilha de São Jorge. Referia que esta ilha, em cereais colhia 2000 moios de trigo e de milho 3000 moios. O vinho era o mais afamado dos Açores, produziam 1700 pipas, e de zurrapa 3000 pipas. A ilha dispunha ainda de muitos frutos e lenhas e de algumas madeiras. Havia 6000 cabeças de gado vacuum, de cavalar tinha 200, muar 100 e ovelhum 4000. Quanto à indústria tradicional *“tem diminuído pelo desprezo dos habitantes, que preferem ao seu bom o mau de fora! Os panos de linho são dos mais bem fabricados, os de lã sofríveis”* (Albergaria 1822:35).

Em termos demográficos, S. Jorge, desde da sua colonização até ao século XIX, foi aumentando significativamente a população residente, conforme as descrições

disponibilizadas pelos cronistas açorianos. Em 1796, a ilha contava com 14.407 habitantes e no ano de 1871, com 17.998 habitantes (Cunha 2014: 32-33).

A vila das Velas era composta pelas povoações da Beira, S. Pedro, Ribeirinho e parte da Serroa, todos espaços tipicamente rurais e ficavam nas imediações das Velas (Anexo 3, Fotos 1-2). Em finais do século XVII, Frei Agostinho Monte Alverne (livro V: 211), na sua passagem por São Jorge contabilizou na vila das Velas 450 fogos e 1600 pessoas de confissão. A população foi gradualmente aumentado, sendo que no recenseamento de 1890 tinha 550 fogos e 2015 almas (Avellar 1902: 234).

Este centro urbano seria já povoado desde meados do século XV, mas apenas se viu elevado à condição de vila no ano de 1500. Na década de 20 do século XIX, José Soares de Albergaria (1822: 97) descrevia a posição do lugar como situado “*num terreno pouco levantado, faldas de uma montanha, que lhe fica a nornordeste, na beira-mar de uma larga enseada, virada a noroeste*”. A origem do topónimo envolve alguma incerteza, com várias interpretações apresentadas por diversos os autores (Avellar 1902: 231-233).

A vila das Velas, cabeça de ilha durante o século XVIII e XIX, apresentava um notável desenvolvimento nos vários domínios, manifestado por algumas obras de utilidade pública. No decorrer do século XVIII, procede-se à ampliação do paço municipal para melhor acomodação dos serviços e casa de audiências. Esta obra iniciou-se a 1719 e ficou concluída em 1744, sendo a sua realização autorizada por D. João V, a 30 de julho de 1716, a cobrança de um imposto especial de 1 real por cada canada de vinho e aguardente (Ávila 1985: 20). Em termos religiosos, o convento de S. Francisco, fundado pelos frades na Ordem Franciscana depois de 1641, ficou concluído em 1708, enquanto, o convento do Rosário, com regra de Santa Clara, ou seja da segunda ordem de S. Francisco, viu a sua edificação começar em 1686 e rematar em 1696. Estas casas religiosas foram suprimidas pelos decretos 17 de maio de 1832 e 30 de maio de 1834. O convento de S. Francisco foi cedido a 4 de maio de 1838 à irmandade da Santa Casa da Misericórdia das Velas que converteu em hospital pela carta régia de 22 de abril de 1871. Quanto o convento do Rosário manteve-se, sem novas admissões até ao falecimento da última freira, D. Maria Custodia do Sacramento, que faleceu com 95 anos, a 28 de maio de 1881.

As características do porto das Velas, considerado um dos melhores dos Açores, fizeram dele um ponto de escala de navios de longo curso e na cabotagem, o que fomentava o comércio. Segundo João Albergaria (1822: 36), exportavam-se 2.000 pipas de vinho, 1.000 de aguardente, cereais, carnes, os melhores queijos e manteigas. Nele também se exerciam algumas atividades relacionadas com as pescas e ligações com as outras freguesias, de fretes e

passageiros como asseverado pelo regimento do ofício de barqueiro. O porto era defendido por um sistema de muralha, interrompida por portões, obra concluída em 1797. Porém, no decorrer do século XIX o sistema defensivo entrou em decadência, conforme o relato dos irmãos Bullar, viajantes ingleses que andaram nos Açores entre os anos 1838 e 1839. Instigados pela curiosidade sobre a erupção de 1808 na Urzelina, dirigiram-se a São Jorge, descrevem assim o porto:

*“O forte é actualmente inofensivo, não tendo canhões, nem munições, nem guarnição. Debaixo de um telheiro havia uma ou duas carretas desmanteladas e outros tantos canhões oxidados. Um homem e a mulher, com seus três filhos, de 1, 2 e 3 anos de idade, guardavam aquelas ruínas. Além disso, o bom povo de S. Jorge colocara os canhões com as bocas para baixo, na terra, dando as antigas peças a função pacífica e útil de postes de amarração dos barcos” (Bullar 1986: 290).*

Na sua curta visita à ilha de São Jorge, são retratadas algumas cenas do quotidiano da vila das Velas, curiosas observações de alguém de fora.

*“Atravessámos as ruas, limpas e bem calçadas, visitando um extinto convento, desabitado, e em franca decadência, onde crescia a erva ma cerca e os degraus das escadas se haviam coberto de musgo, com excepção de estreita nesga por onde passavam os raros visitantes. Estava silencioso o pequeno campanário e as portas da capela fechadas e gretadas. Na vila efectua-se uma procissão ou cortejo religioso cuja principal função parecia ser o transporte de estreitos estandartes ou galhardetes, ao som de um barulhento tambor e de pandeiro (...) A meio da vila há um largo irregular em que se encontra edificada a igreja matriz, rodeada de várias casas de bom aspecto, a cujas janelas se encontravam debruçadas donzelas de cabelos negros (...). O barrete aqui em uso é diferente dos que se vêem noutras partes. É feito de pano azul-escuro, com estreito debrum vermelho muito pitoresco nas cabeças dos camponeses (...). Verificamos que os vendedores de São Jorge viviam no campo e só desciam à vila com seus produtos em dias de mercado ou quando lhos encomendam. Dirigimos depois os nossos passos até ao mercado do peixe, que em todas as ilhas, é, em geral, lugar ruidoso e divertido, especialmente às sextas-feiras. Os pescadores haviam arrastado o barco para terra, por meio de cepos e de rolos. Dois deles meteram-se dentro para despachar os fregueses, aglomerados em grande número em*

*volta da embarcação, para cujo fundo olhavam ansiosamente, regateando mais ou menos o preço do peixe, segundo os recursos de que dispunham. Via-se ali o padre corpulento, de chapéu de três bicos e guarda-chuva verde, apontando, por sobre as cabeças dos circunstantes, para um peixe que lhe agradava; pobres vadios que regateavam, mas não compravam, por falta de dinheiro; lojistas de vistosos casacos de linho que, tendo adquirido peixe, o mandavam pôr em casa por algum garoto; operários, de camisas enxovalhadas e caras sujas, levando o peixe na mão; pobres mulheres que por falta de dinheiro só compravam um bocadinho de congrio e outras, ainda mais pobres, com saias rotas, vagueando por entre a multidão à espera dos restos que por ali ficassem; crianças, a quem o rapaz do barco oferecera uma barbatana ou um rabo e se divertiam arrastando-os na areia, porcos grunhindo por entre as pernas dos compradores e devorando os sobejos; barcos molhados e vazios, cobertos das escamas brilhantes do peixe vendido e grupos de pescadores, fatigados, conversando ou dormindo na areia” (Bullar 1986: 288-289).*

Relativamente às sedes de freguesia e outras povoações, as informações disponibilizadas para este período são ainda mais diminutas. Pertencendo à freguesia das Velas, a povoação da Beira ficava a cerca de 2,5 km da vila, localizada para o interior num terreno ligeiramente levantado. De acordo com João Sousa (2003: 149), nos meados do século XIX, os seus habitantes ocupavam-se nas culturas do trigo e milho e também na criação de gados de cujo leite se fabricava muito queijo e manteiga.

Neste lugar ainda se preserva o topónimo pasteis, uma antiga e importante atividade tintureira da ilha. Na costa norte da povoação da Beira, junto ao mar, situam-se algumas fajãs, sendo a Pelada, segundo José Cândido Avellar (1902: 287), a mais importante em produção de batatas e vinho, tendo adegas palhoças para esse serviço. O lugar da Serroa, em parte pertencente a Rosais, é uma encosta agreste, mas que produzia alguns cereais. O lugar de São Pedro, situado na periferia e sobranceiro à vila, dispunha de terras férteis que pertenciam, frequentemente, às famílias mais abastadas.

A freguesia de Rosais fica a 5 km da vila das Velas e ocupa no espaço mais ocidental da Ilha, estendendo-se desde das Figueiras até à Ponta (Anexo 3, Foto 3). Sendo uma das paróquias mais antigas, no fim de seiscentos tinha 196 fogos e 732 pessoas e, em finais de oitocentos, 501 fogos e 1080 habitantes (Alverne livro V: 211; Sousa 2003: 152). A principal atividade económica era a agricultura, favorecida pela fertilidade das terras e por serem

aplanadas, o que facilitava os trabalhos, adquirindo a reputação de celeiro da ilha (Albergaria 1822: 99).

Desde os primórdios da colonização até finais do século XIX, grande parte da superfície desta freguesia esteve entregue a dois arrendamentos – o da Pontinha e do Pinto. Era servida por uma ribeira chamada de Sete Fontes, que segundo Gaspar Frutuoso (Livro VI: 108) seria onde os seus habitantes se abasteciam de água, carregando-a em pipas no verão para dar a beber aos gados, alagar os linhos e lavar as roupas.

Em finais do século XIX, João Duarte de Sousa (2003: 149-150) descrevia-a no seguinte modo:

*“Em geral o aspecto da freguesia não é aprazível, apesar das belas casas que nos últimos anos foram architectadas (...) ainda em época pouco remota Rosais era uma povoação pobre e melancólica composta de casas palhoças na sua maioria sem conforto, nem higiene”*

Na costa Norte há várias fajãs, sendo a principal a de João Dias, por ter a maior em extensão de terreno. Apesar do seu acesso ingreme, os habitantes cultivavam batatas e vinho. As águas desta fajã são abundantes de peixe, que costumam salgar e secar para consumo próprio (Avellar 1902: 292).

A freguesia de Santo Amaro, foi apenas criada em 1691, sendo que até a esta data pertencia à freguesia das Velas (Anexo 3, Foto 4). Situada num terreno elevado, fica a 3 km da vila, estende-se para Norte com o povoado do Toledo e, na vertente Sul, com a Queimada, Fajã e Mistérios, lugares que juntos formam o curato da Boa Hora. Os dados demográficos mais antigos disponíveis dizem respeito a 1877, ano em que tinha 251 fogos e 1043 almas (Avellar 1902: 298). Até a erupção de 28 de abril 1580, uma das suas principais fontes de rendimento era o vinho, o qual, segundo Gaspar Frutuoso (Livro VI: 110), era o grande remédio desta Ilha. Resultado desta erupção a origem do nome Mistérios. No século XIX, José Soares de Albergaria (1822: 99) descrevia esta zona como *“o mais ameno e delicioso sítio de toda a ilha, onde há já algumas Quintas de Laranjeiras”*.

No lugar do Toledo, parte da área foi também ocupada por um arredamento antigo, o do Urzal, que era composto por terras sobretudo de pastagem. Na sua costa ficam a Fajã Rasa e a de Vasco Martins, onde se cultivava na rocha o famoso inhame. O acesso ao Toledo ainda no fim do século XIX parecia uma tarefa difícil, pelos maus caminhos:

*“(...) sendo bastante fragoso ao paracho da freguesia prestar aos povos do lugar os serviços da religião na estação invernosa, como custosa é a condução de cadáveres para o cemitério parochial pela serra da ilha e caminhos escabrosos”* (Avellar 1902: 302).

A freguesia da Urzelina situa-se 10 km da vila das Velas, seu nome deriva de urzela, uma antiga planta tintureira que teve muito comércio nos primeiros anos de colonização. Nos fins do século XVII, a freguesia da Urzelina tinha 150 fogos e 516 pessoas e no recenseamento de 1890 contava com 359 fogos e 1294 almas (Alverne livro V: 211; Avellar 1902: 305). Esta freguesia, como visto, foi vítima da erupção de 1808, que arrasou uma parte significativa da sua área. Anos mais tarde, alguns moradores tentaram tirar proveito dos rochedos, plantado entre eles a vinha, sem grandes resultados aparentes (Bullar 1986: 285).

Os historiadores são unânimes em classificar esta como a melhor zona de produção vitícola de São Jorge e, para alguns, os vinhos brancos produzidos no lugar dos Casteletes seriam os melhores dos Açores (Albergaria 1822: 100; Drumond 1990: 370). O porto desta freguesia desempenhou um papel comercial, sobretudo no comércio da laranja. A cultura dos cereais era diminuta por causa da composição dos solos. Nos montes que cercam a freguesia criava-se gado miúdo, conforme descrevem os irmãos Bullar (1986:285):

*“ Nos campos trabalhavam mulheres e homens, pastando o gado por ali próximo. Perto do topo da montanha onde havia erva, carneiros e cordeiros brancos saltitavam, dando uma nota de vida à profunda solidão do sítio ”*

Esta freguesia dispunha, desde 1796, de um açougue que fornecia não só o local como as freguesias nas imediações. Por último, havia um forno cozer louça de barro de Santa Maria, com que se fabricavam os canos para os todos chafarizes da Ilha (Avellar 1902: 306).

A freguesia das Manadas, que faz extrema com o concelho da Calheta, fica a 15 km da vila das Velas (Anexo 3, Foto 5). Uma das paróquias mais antigas, em fins do século XVII tinha 152 fogos e 512 pessoas e no recenseamento de 1890 contava com 283 fogos e 1030 habitantes (Alverne livro V: 211; Avellar 1902: 311). As principais atividades a que se dedicavam os seus habitantes eram a cultura dos cereais, inhames, frutos e vinhos e criavam muitos gados com cujo leite fabricavam queijo e manteiga (Sousa 2003: 155). Esta freguesia obtinha produções equilibradas devido à sua morfologia e características dos solos, que permitia o aproveitamento para várias culturas.



Os lugares de Terreiros e da Fajã das Almas são zonas planas à beira-mar, com solos rochosos onde se cultivavam, principalmente, vinha e várias árvores de fruto. Aliás, os Terreiros distinguiam-se, como a Urzelina, pela qualidade dos seus vinhos e aí tinham os frades de S. Francisco uma pequena casa para guardarem o vinho do peditório (Avellar 1902: 311).

Nas costas íngremes plantava-se os inhames e recolhia-se a lenha necessária para o consumo. Por ser um terreno acidentado, obrigou os seus habitantes a terem que construir vários socalcos para poderem produzir os seus alimentos. Os lugares mais altos e serranos serviam para a criação de gados, dispondo também do Escalvado, que era o logradouro comum. Nesta freguesia havia ainda dois portos, um nas Manadas e outro nos Terreiros, que seriam para apoio não só à pesca como também ao comércio de cabotagem e transporte de mercadorias.

Por fim, a freguesia do Norte Grande fica a 20 km da vila das Velas faz estrema com o concelho na Calheta na costa Norte. Está dividida em três núcleos principais - Norte Grande, Santo António e Ribeira da Areia - e no final do século contava com 223 fogos e 825 pessoas. No recenseamento de 1890 seriam 508 fogos e 1939 habitantes (Alverne livro V: 211; Avellar 1902: 314).

A principal riqueza desta freguesia assenta na criação de gado e fabrico de manteiga e queijos, que no dizer do João Soares de Albergaria (1822: 102) seria dos melhores dos Açores. Também teve um grande arrendamento denominado do Pinto, pertencente ao mesmo da freguesia de Rosais. As pastagens são abundantes e estão divididas por urzes seculares, buxos, faias e as hortenses. A superfície destinada ao cultivo dos cereais é reduzida apenas a alguns tratos de terra que garantem o abastecimento próprio (Avellar 1902: 313).

Nas diferentes fajãs cultiva-se vinhas, hortas, batatas e nas suas rochas os inhames, um dos alimentos principais do povo. A fajã do Ouvidor, uma das maiores, tem várias adegas onde os habitantes da freguesia tem o seu quinhão para passar a estação do inverno. Também dispõe de um porto destinado ao apoio piscatório. Na fajã da Ponta Furada, nome que deriva, segundo Gaspar Frutuoso (Livro VI: 107), de ter uma grande ponta sobre o mar que tem um buraco a meio, houve um grande arrendamento de pastagens que só fim do século XIX seria desmantelado.

## 5. Sociedade

A sociedade da ilha de São Jorge, na transição do XVIII para o XIX, era profundamente rural, tal como se pode observar na tabela 3 (Anexo 2). Na base estariam os jornaleiros e agricultores que constituem a maior parte da população, enquanto clero e nobres, um número restrito de indivíduos, ocupavam os lugares cimeiros e de maior prestígio no seio da comunidade.

A estratificação social estaria intimamente relacionada com a posse de terras e da sua exploração. Esta podia ser feita de forma direta ou por intermédio de contratos de arrendamento ou aforamento. A capacidade de produzir excedentes de cereais, gado e vinho, entre outros, seria o principal fator de riqueza no seio destas comunidades. Temos um exemplo disso no beneficiado Gaspar Nunes, o qual no século XVIII era o indivíduo mais rico na jurisdição do Topo, ilha de São Jorge. Faleceu a 10 de fevereiro de 1739, tendo instituído todos os seus bens em capela, nomeadamente, um vasto património fundiário que estava aforado, bens de raiz avaliados em 3.545.250 reis, para além dos bens que dotou para fim de património de clérigos que passariam de 1.000.000 reis. As escrituras e título de juro que possuía chegavam ao 1.846.900 reis (Cunha 1981: 669-676).

### 5.1 Elites Locais

As elites locais desempenhavam quase sempre os cargos administrativos e militares de maior prestígio. A estrutura das ordenanças parafraseando Manuel Faria (2004: 293-294), foram um pilar no “*exercício da autoridade, do controlo social e do prestígio das elites locais, sempre presentes em actos de cerimónias públicas*”. Por exemplo, nas profissões de Santo António e Santo Cristo, em 1707, foram nomeados para levarem as varas do pátio, os capitães dos regimentos<sup>9</sup>. Na eleição para os cargos cimeiros, por vezes, haveria algumas contentas, pois em 1735 Miguel António da Silveira, filho de Miguel António e Ávila, capitão-mor do Topo, recorre à sua ascendência nobre para ser nomeado chefe na capitania da Calheta (Cunha 1981: 122-133).

Estes indivíduos eram possuidores de casas abastadas e de vastas propriedades fundiárias. Por norma tinham uma casa de residência na vila das Velas, aonde se dedicavam aos cargos de governação e negócios, e tinham uma ou outra casa de lavoura nas freguesias. Assim, a grande fortuna destas famílias residia na concentração fundiária das melhores terras cerealíferas, vitícolas e de pastagem. Situação já verificada, para o último quartel do século

---

<sup>9</sup> A.M.V., livro n.º 54 vereações e acórdãos da câmara das Velas, 1707, fls. 26-26v.

XVII, por Maria da Rocha Gil (1979: 117-118), que analisou dois inventários dos capitães-mor da vila do Topo, em São Jorge, e refere que “*mais do que a ilha Terceira, estes bens têm um cariz tipicamente fundiário*”. De facto, na documentação analisada dos livros de notas de alguns tabeliães entre os séculos XVIII e XIX, os bens que compunham as fortunas destas famílias são principalmente propriedades, casas e seus anexos. Quanto aos bens móveis, os casos estudados não adiantam muito sobre esta matéria.

Em 10 de setembro de 1752, o alferes Manoel de Azevedo e Sousa fez uma doação remuneratória ao seu sobrinho capitão-mor Gabriel Acácio Pereira de Sousa ambos moradores na vila das Velas. Não tendo herdeiro oriundo do seu consórcio com Maria de Lemos Machado, já defunta, e estando numa idade avançada incapaz de governar seus bens, dotou a seu sobrinho títulos de juro e um conjunto de bens de raiz:

- 4 moios de terra de pão, aonde se diz cerrado das meias da jurisdição da vila das Velas;
- 11 alqueires de terra lavradia;
- 1 propriedade de pastos;
- 1 cerrado de terra de pão no lugar da Beira;
- 1 propriedade de terra de pastos no lugar da Serroa;
- ¼ parte de terras de pão e baldio mistas com os irmãos dele dotador;
- ¼ parte de umas propriedades de pastos, terras de inhames, no lugar de Santo Amaro que esta mista com as três partes que gozam seu irmão ou herdeiros;
- 6 alqueires de terra de pasto no lugar do Toledo, acima da casa do João de Sousa;
- ¼ parte das rochas no lugar da banda Norte aonde se diz o beiral;
- ¼ parte de uma propriedade de rocha mista com seus irmãos;
- 1 pedaço de terra de pão no lugar do Norte Grande aonde se diz terra chão;

Dotou o seu sobrinho ainda:

- o direito a ter 3 quarteiros de terra de pão, no lugar de Santo Amaro, propriedade que estava em título de património ao Padre Sebastião Francisco;
- casas de morada telhadas e sobradadas com seu reduto que serão 3 alqueires de terra, com sua casa de atafona no lugar da vila das Velas aonde se diz a Rua do Outeiro;
- escrituras no valor de 196 000 reis e os respetivos juros no preço de 12.825 reis.

Para além dos bens acima, já havia feito o dote de casamento ao seu sobrinho capitão-mor Gabriel Acácio Pereira de Sousa, para se casar com sua sobrinha Dona Beatriz Joséfa Alves de Sousa. Na sua companhia, o alferes Manoel de Azevedo e Sousa tinha quatro escravas: Catarina, Josefa, Ana e Teresa. Esta última era mulatinha filha da escrava Ana, e estava avaliada em 100.000 reis.

Com estes bens mencionados instituiu o vínculo de morgadio, fazendo com que nunca possam ser vendidos nem penhorados em tempo algum, e conservem a linha direita do capitão-mor Gabriel Acácio Pereira de Sousa e de sua mulher Dona Beatriz Joséfa Alves de Sousa. Após morte de ambos, os bens do morgadio passariam para o seu filho primogénito e a falta de linha masculina será a filha mais velha a suceder.

Enquanto fosse vivo, o dotador auferia de uma pensão de 2 moios de trigo e 2 moios de milho anuais, tinha direito à contribuição dos juros e sensos das escrituras anualmente, bem como o gozo das casas telhadas da rua do Outeiro com os seus quintais. Por sua morte, as escravas continuariam a gozar as casas telhadas e de um cerrado de semear pão no pastelinho da Beira, um pasto na Serroa e de uma de rocha do Loural que por morte delas voltará a incorporar o morgadio. No entanto, caso a sua escrava Josefa casasse com António Francisco e dele tivesse herdeiros, as terras mencionadas ficavam para seus herdeiros<sup>10</sup>.

Este capitão-mor Gabriel Acácio Pereira de Sousa seria um indivíduo abastado no seu tempo, com vários domínios dispersos pelo concelho das Velas. A título de exemplo, em 23 de fevereiro de 1754, fez um contrato de arrendamento com António Alves Marques, morador nas Manadas, de uma propriedade extensa nas Fontainhas, pelo preço de 25.000 reis anuais durante nove anos<sup>11</sup>.

As alianças matrimoniais entre estas famílias quase sempre estavam ligadas a acréscimo de influência socioeconómica, condições de manutenção da casa, prestígio e concentração de propriedade com vista ao engrandecimento no meio social.

Neste sentido, o capitão António Alves de Sousa Machado e sua mulher Maria do Rosário, moradores na Beira, do seu matrimónio tiveram cinco filhos que se encontram vivos e debaixo do seu pátrio poder: Catarina Francisca de São José; Isabel Maria do Rosário, Joana de Espírito Santo; André de Sousa Pacheco e Matias Teixeira de Sousa Pacheco Maciel. Tinham “ajustado” este último para casar com Beatriz Micaela da Silveira e Sousa, filha do capitão Manoel da Silveira e Sousa e sua mulher Barbara de Santo António, moradores em Velas.

Os cinco filhos eram herdeiros legítimos, exceto das terças que seus pais, capitão António Alves de Sousa Machado e sua mulher Maria do Rosário, instituía em morgadio servindo de dote de casamento, em 8 de abril de 1744, ao seu filho Matias Teixeira de Sousa Pacheco Maciel com os seguintes bens, isentos da dízima a Deus:

---

<sup>10</sup> A.D.A.H, tabelião Domingos Lagos Armelim, 1743-1754, liv. III, fls. 87-91.

<sup>11</sup> *Ibidem*, fls. 167v-168v.

- 1 propriedade com cerca de 5 alqueires de terra lavradia de semear pão na Beira, foreira a Nossa Senhora da Conceição da vila das Velas, que paga foro anual, com uma casa telhada e sobradada e casas palhoças de atafona e forno.

-1 propriedade à volta dos 6 alqueires de semear pão, em Rosais, onde se diz a ribeira do Belo.

- 1 propriedade com 33 alqueires de terra lavradia de semear pão em Rosais que tem de pensão 5 missas anuais rezadas pelas almas de Domingos Dias Teixeira e João Dias Teixeira e a condição de dar servidão (caminho de pé) a outras propriedades.

-1 propriedade com cerca de 12 alqueires de terra lavradia de semear pão, em Rosais, aonde se diz o “agrião”.

-1 propriedade de terra com 10 alqueires de semear pão, na Ponta de Rosais, dividida em 2 cerrados mistos com o Capitão Matheus Miranda de Fagundes.

-1 propriedade de rocha de plantar inhames na banda do Norte.

Estas propriedades pertencentes à terça instituída em morgado ultrapassavam os 54 alqueires de terra e incorporavam umas casas telhadas e os respetivos anexos. Apesar de não se tratar de uma área de grandes dimensões, seriam valiosas por estarem localizadas em boas zonas para o cultivo cerealífero<sup>12</sup>.

Por seu turno, o Capitão Manoel Silveira de Sousa e sua mulher Bárbara de Santo António dotam, em 8 de abril de 1744, para o matrimónio da filha Beatriz Micaela da Silveira e Sousa, a terça dos seus bens vinculando-os em morgado. Infelizmente, não menciona os bens que compõem o vínculo, mas esta decisão estaria relacionada com o facto de não terem nenhum filho varão.

Os dotadores, do seu legítimo matrimónio, tiveram quatro filhas: Catarina Francisca da Pureza; Maria Ana de Jesus e Ana Francisca de Jesus todas religiosas que professaram no mosteiro de Nossa Senhora do Rosário na vila das Velas com seus dotes vitalícios enquanto forem vivas. Assim, não seriam herdeiras:

*“(...) somente em sua companhia e debaixo de seu pátrio existe a dotada sua filha Beatriz Micaella da Silveira e Sousa e como em falta de varan, seja ela a unica erdeira e sucessora de seus bens nella querem fazer casar com futura sucessam instituindo seus bens em tersa com privilegio e isensõis como sucede em morgado e a assim pretendem ajustar finalmente como ajustem casar a ditta sua filha dotada com Matias*

---

<sup>12</sup> A.D.A.H., tabelião Domingos Lagos Armelim, 1743-1754, liv. I, fls.76-78v.

*Teixeira Sousa Pacheco Maciel filho do capitam Antonio Alves de Sousa e de sua legitima mulher Maria do Rosario*<sup>13</sup>. ”

Este casamento parece ter sido acordado previamente entre as duas famílias. Por um lado, a linhagem do capitão Manoel Silveira de Sousa e sua mulher estaria em risco de extinguir-se sem filho varão que continuasse o legado. Por outro, seria um matrimónio benéfico, no sentido, da conservação e transmissão do *status* (casa, património material e simbólico, nome e reputação) pelo meio da instituição das terças em morgado, servindo como dote de casamento. Outra estratégia utilizada nestas famílias para evitar a fragmentação do património, não havendo matrimónios vantajosos, seria os filhos seguirem a vida religiosa, permitindo assim reduzir os dotes e concentrar os bens neste e, sobretudo, na próxima geração. Das quatro filhas do capitão Manoel Silveira de Sousa e sua mulher, três foram noviciar para o convento de Nossa Senhora do Rosário nas Velas. O mesmo destino terá as duas filhas do capitão António Alves de Sousa Machado e sua mulher, anos mais tarde, como se verá adiante, enquanto o outro filho, André de Sousa Pacheco, foi para clérigo.

Em 28 de março de 1748, o sobredito Matias Teixeira de Sousa Pacheco iria ainda beneficiar da terça instituída em morgado do reverendo vigário António Alves Pereira seu tio, pela renúncia do pai capitão António Alves de Sousa Machado, que trespassava ao filho o dito morgado composto por bens não só em São Jorge, como também na ilha Terceira. Esta renúncia destinou-se a aumentar o património do jovem casal, seu filho e Beatriz Micaela da Silveira e Sousa “ *por ser a ditta esposa pessoa de muito seu agrado e que para sustentação dos anos de matrimónio*”. Estes tinham que satisfazer os encargos e legados da dita terça e entregar dois moios e uma pipa de vinho anuais a Jorge de Sousa, enquanto fosse vivo<sup>14</sup>.

## **5.2 Clero**

As ordens religiosas eram centros de poder e, por esta razão, as diferentes famílias mais influentes e abastadas encaminhavam normalmente os seus segundos filhos para ingressarem em carreiras eclesiásticas atrativas no ponto vista sociopolítico, sem que a vocação fosse o primeiro motivo (Gil 1979: 159). O ingresso na carreira sacerdotal implicava um património suficiente, que garantisse rendimentos para a subsistência. Do mesmo modo, nem todos os candidatos passariam das ordens menores para as maiores, por razões financeiras (Rodrigues, 2010: 118).

---

<sup>13</sup> *Ibidem*, fls. 78v-81.

<sup>14</sup> A.D.A.H., tabelião Domingos Lagos Armelim, 1743-1754, liv. II, fls.69v-71.

Em 24 de dezembro de 1745, o capitão-mor Gabriel Pereira de Sousa dota ao seu filho reverendo beneficiado Jorge José de Sousa Cabral um conjunto de bens de raiz e foros fixos para título de património de clérigo “de prima tonsura”, no valor de 400.000 reis, para poder receber as ordens sacras. Os bens dotados são os seguintes:

- 21 alqueires de vinha nos Terreiros com duas casas, uma telhada e sobradada e outra palhoça, com seu lagar. Dos 21 alqueires 14 são foreiros à Santa Casa da Misericórdia das Velas de que pagam anualmente 300 reis.

- 22 alqueires de trigo de foro fateusim imposto em uma courela de terra lavradia de semear pão no lugar dos Outeiros chamado Canário, que paga anualmente lhe paga Manoel Pereira Fagundes morador no Lugar da Beira, postos e medidos no seu granel<sup>15</sup>.

Outro caso semelhante, o de José de Sousa Machado, ainda estudante. Para ser clérigo de ordens sacras seus pais Anselmo Soares de Sousa Soares, escrivão da câmara, e sua mulher Ana Maria Machado, moradores na vila das Velas, dotaram-no, a 6 de dezembro de 1748, com um conjunto de bens avaliados em 310 000 reis:

- 5 alqueires de terras de semear pão no lugar das Figueiras;
- 10 alqueires de vinha que se chama Correia no lugar dos Mistérios na freguesia de Santo Amaro;

- 5 alqueires e meio de vinha de biscoito plantada de árvores com uma casa de palha, metade sobradada, no lugar da Fajã da freguesia de Santo Amaro, com as acima avaliados em 210.000 reis.

- 1 casa de palha na vila das Velas com um quintal na qual fizeram umas casas que telhadas. O dotado tinha apenas direito à metade das casas e dos quintais, todas elas avaliadas em 100 000 reis<sup>16</sup>.

A 8 de maio de 1819, Manoel Vitorino de Azevedo e sua mulher D. Caetana Josefa de Azevedo, moradores na freguesia do Norte Grande, haviam educado o seu filho Jorge de Mato de Azevedo com destino ao estado sacerdotal, dando-lhe todas as provas de vocação. O património doado acomodava um fundo de mais de 400 contos de reis, que corresponde ao terço de segurança exigindo que são 240.000 reis. Também dispunham as suas terças que, seguramente, completavam o valor estabelecido nas constituições do bispado. O dotado poderia administrar, enquanto fosse vivo, a quota dos 240.000 reis como tudo o que respeitava à terça que são 3 terras no Norte Grande: 9 alqueires de pasto na Fonte dos

---

<sup>15</sup> A.D.A.H, tabelião Domingos Lagos Armelim, 1743-1754, liv. I, fls. 178v-180.

<sup>16</sup> A.D.A.H., tabelião Domingos Lagos Armelim, 1743-1754, liv. II, fls. 93v-95.

Mancebos; 10 alqueires de pasto no cerrado do “Areo” até à Fonte do Furão e 12 alqueires de terra de pão<sup>17</sup>.

No falecimento de algum dos progenitores ou quando estes não tinham condições para assegurar o pagamento de dote era comum que os familiares contribuíssem para essa causa. Assim, a 28 de abril de 1743, João Bettencourt e Ávila, filho de Francisco Correia e Ávila, já defunto, e sua mulher Dona Ana de Bettencourt, não possuía património suficiente para se tornar clérigo, sendo os seus avós, capitão Sebastião de Quadros Fagundes e Marta de Ávila de Bettencourt, a dotarem o que faltava:

*“(...) seus avós tinham o criado nos estudos de gramatica e latim com intento de ser clérigo do abito de San Pedro cuja pertençam existe com fervorosa vontade e desejo de assim conseguir o seu intento, e assim disse que conseguindo ordens menores e sacras para seu património<sup>18</sup>”*

Os bens que recebera de herança de seu pai eram apenas 5 alqueires e meio de vinha na Urzelina, no valor de 50.000 reis, insuficientes, pelo que pediu ajuda de seus avós, que o dotaram com um conjunto de bens raiz:

- 4 alqueires e meio de vinha com uma casa palhoça de adega com seu lagar e suas pertenças;
- 7 alqueires de terra de pão e vinha no lugar da Urzelina, a qual é foreira ao sargento-mor Gonçalo Nunes Pereira, que pagaria 40 reis anuais;
- 1 quarteiro de terra de pão na Urzelina aonde se diz o Poio, sendo esta foreira ao mesmo sargento-mor, pagava anualmente 50 reis.
- 2 alqueires de vinha foreira ao dito sargento-mor, de que pagava anualmente 30 reis de foro.

Por sua vez, o dotado era obrigado, por alma de cada um deles dotadores, a 15.000 reis em misas de uma só vez, que são por cada um 100 missas rezadas e mais para o enterramento do corpo presente<sup>19</sup>.

Em 15 de abril de 1752, Maria Santa de Bettencourt, filha do Alferes Manoel da Ávila, já defunto, e o reverendo padre Manoel da Silveira Machado concedem ambos bens de raiz ao seu sobrinho Francisco Silveira Machado, filho do Alferes João Silveira, para título de

---

<sup>17</sup> A.D.A.H., tabelião Francisco Pereira da Lacerda Cabral, 1817-1822, liv. I, fls.128v-130.

<sup>18</sup> A.D.A.H., tabelião Domingos Lagos Armelim, 1743-1754, liv. I, fl. 18v.

<sup>19</sup> *Ibidem*, fls. 18v-29v.



património para ser clérigo de ordens sacras. Ela dotava 4 alqueires e 3 quartas de vinha no lugar da Urzelina, ao se diz o Vale do Trigo, avaliada em 90.000 reis; enquanto seu tio dotava 16 alqueires de foro impostos sobre uma courela no lugar da Beira, que lhe paga Matias Pereira Almeida, terra avaliada em 70.000 reis. Ainda cedia uma casa térrea na vila das Velas, com quintal, no preço de 45.000 reis<sup>20</sup>.

Na escritura de património, em 13 de abril de 1753, João Pacheco Cabral clérigo tonsurado, morador nas Velas, dotava-se a si mesmo, para efeito de se promover a ordens sacras e ser clérigo do hábito de S. Pedro, com a legítima que herdou de seu pai capitão António Pereira Cabral, não era suficiente, e por isso também punha a terça que seu pai lhe deixou em testamento para esse fim. Herdara do pai, uma casa telhada sobradada rua direita, vila das Velas; 6 alqueires e 38 braças de vinha no lugar dos Terreiros; 3 quarta de vinhas que lhe tocou nos Casteletes, da Urzelina, a qual está mista com 3 alqueires de vinha que pertencem à meia terça que lhe deixou o pai para ajudar no seu património. Estas duas vinhas eram foreiras à administração que instituiu Gonçalo de Amarante Ávila, de que paga anualmente 135 reis. Todos os bens acima mencionados valiam 25.000 reis<sup>21</sup>.

No que concerne às filhas destas famílias mais abastadas, na falta de um casamento vantajoso e para evitar a fragmentação de património, acabavam por ir professar para os conventos. *“Até à fundação do Mosteiro de Nossa Senhora do Rosário, as meninas aristocratas e ricas iam educar-se nos conventos de Angra”* (Sousa 2003: 39). Para professar no mosteiro de Nossa Senhora do Rosário da vila das Velas, era exigida uma pensão anual por pessoa de 1 moio de trigo e 15.000 reis impostos pelo alvará régio para sustento das freiras e um dote vitalício como moeda de garantia.

Assim, o mencionado capitão António Alves de Sousa e sua mulher Maria de Rosário, moradores na Beira, dotaram às suas duas filhas uma pensão anual de 2 moios de trigo e 30 000 reis e um conjunto de bens de raiz que estavam isentos de dízima a Deus.

A primeira filha, Catarina Josefa Margarida da Cunha, em 26 de maio de 1748, com intento de noviciar e professar na ordem da Madre Santa Clara, obteve a licença do excelentíssimo Senhor Bispo para preencher o lugar que vagou da Madre Dona Rosa de Jesus Maria. Para além da pensão anual, os bens dotados provêm da herança do reverendo padre André de Sousa Pacheco, seu irmão, que deixou em testamento para dotar quem seguisse a vida religiosa. Eram 20 alqueires de terra pouco mais ou menos, com umas casas telhadas sobradas com seu reduto e pomar no lugar da Beira; 3 alqueires e meio terra de semear pão no

---

<sup>20</sup> A.D.A.H, tabelião Domingos Lagos Armelim, 1743-1754, liv. III, fls. 66-67.

<sup>21</sup> *Ibidem*, fls. 63-64.

lugar da Beira e 20 alqueires de terra de pão e pasto no lugar do Toledo. Com o dinheiro deixado pelo reverendo padre André de Sousa Pacheco foram comprados 15 alqueires de terra de pão e relva no lugar do Toledo e 5 alqueires de terra de pão e pasto para ter o suficiente para o dote.

Para a segunda filha Isabel Maria Teresa do Rosário professor na ordem da Madre Santa Clara, os seus pais dotaram-na, por especial hipoteca de propriedades na freguesia de Rosais e Santo Amaro. Em Rosais ficavam 7 alqueires de terra de pão situados na ribeira do Belo; 4 alqueires de terra de pão; 12 alqueires de terra de semear pão aonde se chama Granja (?). Por estas três propriedades paga-lhe Manoel Teixeira Borges 1 moio e 10 alqueires de trigo de renda. Ainda na mesma freguesia, mais 1 cerrado de pasto aonde se chama o “serrado do meio” que tem cerca de 2 moios e meio. Em Santo Amaro são 5 alqueires de vinha no lugar dos Mistérios; 1 propriedade de terra de pão no lugar da Fajã; 1 pedaço de terra de mato de faias plantado de inhames e 1 bocado de terra plantada de inhames<sup>22</sup>.

Portanto, no seu conjunto para satisfazer os dois dotes de suas filhas são mais de 236 alqueires de superfície com as suas rendas e a tença de 2 moios de trigo e 30 000 reis, enquanto forem vivas.

A 23 de junho de 1749, em sequência na morte dos pais de Briolanja Joaquina da Piedade, estando a professor no Mosteiro de Nossa Senhora do Rosário, dota com as legítimas que herdara, num valor 738.400 reis de parte de bens de raiz avaliados em 3.070.000 reis, a seu irmão José de Lacerda da Pereira, morador na Vila de Velas.

De sua mãe, Francisca de Bettencourt herdou, de dote para ser freira, a legítima e terça, isentas de dízima a Deus, no valor de 185.000 reis, parte de um cerrado de terra de pão nas Figueiras, que está avaliado em 250.000 reis, e mais 210.000 reis por umas courelas de terra de semear pão no lugar nas Relvas, que no seu total perfaziam 240.000 reis. Por seu turno, do pai, António de Lacerda da Pereira, herdou de legítima, isentas de dízima a Deus:

- 30.000 reis de parte de umas casas telhadas e sobradadas no lugar na vila das Velas, com seus quintais, que se partiram a respeito de 300.000 reis em que foram avaliadas;
- 100.000 reis de parte de umas casas telhadas e sobradas e casas palhoças com cerca de 50 alqueires de vinha nos Casteletes, que estão avaliadas em 1 conto de reis;
- 12.000 reis de parte de 8 alqueires de vinha no lugar dos Casteletes, avaliada no total em 120.000 reis;

---

<sup>22</sup> A.D.A.H., tabelião Domingos Lagos Armelim, 1743-1754, liv. II, fls. 77v-79; 179v-182.

- 50.000 reis de parte de dois cerrados de terra de pão no lugar nas Figueiras, que estão avaliados em 500.000 reis;
- 69.400 reis por um cerrado de terra lavradia, no lugar aonde se diz a terra dos “cubres”, que se partira a respeito de 340.000 reis em que toda foi avaliada;
- 82.000 reis em a terra larga no lugar da Beira, que está avaliada em 320.000 reis.

Primeiramente estes bens nomeados seriam destinados para outro irmão, o padre António de Lacerda Pereira, porém houve um desentendimento entre ambos:

*“(...) seu irmam Reverendo Padre Antonio de Lacerda Pereira para ella a professar no Mosteiro desta villa donde está novisa a três anos e como o dito seu irmam nam trata nunca de a professar usando com ella ingratidão estando gosando os ditos bens, novamente dotou os mesmos bens ao dotado seu irmam para que logo a professe por ser o estado que deseja ter e nam outro<sup>23</sup>.”*

Em contrapartida, o dotado seu irmão José de Lacerda da Pereira tinha com estes bens de fazer o dote para ser freira e financiar todos os gastos necessários e em cada ano contribuir antecipadamente, por Santa Maria de agosto, com um moio de trigo posto e medido no celeiro do Mosteiro e 15.000 reis. Igual modo, durante o mês de agosto também seria obrigado a dar-lhe 4.000 reis, a saber 3 para ela dotadora e 10 tostões para sua irmã D. Isabel, que professara no dito Mosteiro.

Possivelmente, tratar-se-ia de uma família abastada de lavradores, com um património avaliado que ultrapassava largamente os 3.070.000 reis, pois nas confrontações das propriedades surgem outras do mesmo casal - António de Lacerda da Pereira e Francisca de Bettencourt. Estas terras não só estariam localizadas nas melhores zonas de cultivo cerealífero, como na mais afamada da produção vitícola, os Casteletes na Urzelina, com a respetiva casa de lavoura. A casa nas Velas seria o palco da maioria dos negócios dos excedentes produzidos nas terras, como os cereais e, sobretudo, os vinhos. Dos filhos conhecidos deste casal, duas raparigas estão a professar no Mosteiro, um é clérigo e o outro, o dotado, seria o que continuaria como legado da família.

Assim, estas famílias mais influentes e abastadas era comum terem ligações com o clero secular e regular, o que não só trazia prestígio social para a família, como também beneficiava o alargamento de esfera de conhecimentos, a área de ação e de interferência (Gil 1979: 159).

---

<sup>23</sup> A.D.A.H, tabelião Domingos Lagos Armelim, 1743-1754, liv. II, fls.119v-121; 132-134.

### 5.3 Ofícios

No concelho das Velas havia vários ofícios que estavam dispersos entre as freguesias e a vila, garantindo a realização do trabalho nas diversas áreas (Anexo 5, Doc.). Na ótica de António Pereira (1987: 59), esta classe constituía, em paralelo com o clero, os nobres, os lavradores e os mercadores, a elite social da época. Por sua vez, Maria Gil (1979:264) refere que os mesterais compunham uma larga camada da população açoriana instalada nas cidades ou dispersa nas freguesias, representada nas câmaras e que seria um grupo heterogéneo. Dentro dos mesterais reconhecem-se desigualdades económicas, sociais e de estatuto, de profissão para profissão e de tenda para tenda, de mestres a oficiais e destes aos aprendizes (Reis 2005: 238).

Alguns deles não se dedicariam em exclusivo à atividade mecânica, tinham terras próprias ou de renda, que cultivavam de cereais e vinha e onde criavam umas cabeças de gado<sup>24</sup>. Em 23 de abril de 1748, João Pereira de Azevedo oficial de oleiro, morador nas Velas, arrendou durante 9 anos a Francisco Machado de Bettencourt um cerrado com 23 alqueires de semear pão no Ribeirinho, por preço de 18 500 reis<sup>25</sup>.

Os mesterais estavam agrupados em corporações que eram reguladas pela administração camarária, a qual empossava os juízes para os vários ofícios. Para terem a sua tenda aberta, deveriam ser examinados pelo juiz da obra do ofício e um escrivão (Pereira 1987: 61). Do mesmo modo, precisavam dar fiança na câmara, mas no caso dos ourives essa fiança ascendia ao valor de cem cruzados. Os preços de obra e matéria-prima eram tabelados por cada regimento de forma a não haver inflação. Por exemplo, as peças que produziam o mestre oleiro e o ferreiro variavam de preço consoante a qualidade da matéria-prima. Os juízes das obras ou outros colegas garantiam a qualidade do trabalho realizado. Por exemplo, o juiz de ofício dos oleiros acompanhava o enformamento e desenformamento das peças certificando-se que ficavam bem cozidas e tinham as respetivas medidas. Na ausência do juiz do ofício das tecedeiras ou tecelões, seria outro colega que verificaria se o trabalho estaria devidamente executado. Interessante também é observar as estratégias empregues para ludibriar os clientes: no caso da tecelagem, em que as peças eram vendidas pelo peso, este era aumentado artificialmente *“constando que botou a teia no chão ou a molhar para ter mais peso pagará para o concelho trezentos reis”*.

---

<sup>24</sup> A.M.V., livro n.º 160 do manifesto dos frutos dos lavradores de trigos, milhos e vinhos do concelho das Velas, 1706-1721, fls. 3, 20, 31, 38; A.M.V., livro n.º 158 de registo dos ferros e sinais do gado do concelho das Velas, 1707 -1804, fls. 46,48v 58.

<sup>25</sup> A.D.A.H., tabelião Domingos Lagos Armelim, 1743-1754, liv. II, fls.72-73.

Em alguns ofícios, o mestre, para manter tenda aberta, devia registar a sua marca. Em 1 de junho de 1720, João Pereira Lemos, morador nas Velas, oficial de tanoeiro, registava a marca para poder fazer pipas e abrir tenda, nomeando para seu fiador António Silveira<sup>26</sup>. Estas marcas que os oficiais usariam nas suas obras certificavam a qualidade e a responsabilidade. Assim, os oficiais de ourives eram obrigados a registar as marcas devido às várias queixas de obras falsificadas, sem se saber identificar o responsável.

Os aspirantes a mestres de um ofício passavam por um longo período de aprendizagem, que começava desde de criança e ia até adulto. Superado o exame, podiam ser oficiais e abrir a sua própria tenda. Por norma, os filhos aprendiam e continuavam os ofícios de seus pais mantendo o negócio na família. Esta imposição surge nos regimentos dos ofícios, em que o mestre tinha que ensinar um filho, tendo-o como capaz, ou em seu lugar recebia um órfão pelo tempo que o juiz dos órfãos entendesse, até completar a formação.

Nas procissões, as corporações faziam-se representar através da nomeação camarária para levar as varas e bandeiras de cada ofício, sendo que os respetivos juízes asseguravam a comparência (Anexo 2, Tabela 4). No ano de 1708, na *procissão de el-rei* foram nomeados os mordomos para levar a varas e bandeiras dos ofícios:

- António Soares, juiz do ofício de sapateiro, levava a vara e seu filho Manoel Soares a bandeira.
- Matias Jorge, juiz do ofício de oleiro, levava a vara e ia a mordomo da bandeira Calisto Pereira.
- Manoel Lopes, juiz do ofício de tanoeiro, levava a vara e Francisco Machado, seu discípulo, a bandeira.
- Mateus Lopes, juiz do ofício de alfaiate, levava a vara e Manoel Pereira Mendes a bandeira.
- Pedro de Sousa, juiz do ofício de carpinteiro, levava a vara e Matias Gonçalves a bandeira.
- João Vieira, serralheiro, levava a vara e António Vargas a bandeira.
- António Pereira Mendes, pedreiro, levava a vara e Manoel Correia Covilhã a bandeira<sup>27</sup>.

Destas insígnias, apenas a barca levada pelos mareantes parece ter sido a última reminiscência conservada pelo povo. Segundo Cândido de Avellar (1902: 70), era levada pelos marítimos das Velas num carro de bois, no Sábado da Trindade. A falta de comparência a estes eventos era punida com multas.

Por último, determinados ofícios, pela importância que assumiam na sociedade, tornaram os seus membros figuras respeitadas e requisitadas até para serviço particular. Assim, em 26 de janeiro de 1819, várias personagens influentes no concelho das Velas reuniram-se para contratar o licenciado cirurgião aprovado Francisco José da Silveira para lhes dispensar cuidados de saúde. Os pagamentos eram efetuados em géneros e em dinheiro:

---

<sup>26</sup> A.M.V., livro n.º 158 de registo dos ferros e sinais do gado do concelho das Velas, 1707-1804, fls. 47-47v.

<sup>27</sup> A.M.V., livro n.º 55 de vereações e acórdãos da câmara das Velas, 1708, fls.6v-7.

- Tenente-Coronel João Pereira da Cunha, 20 alqueires de trigo;
- Capitão-mor Joaquim José Pereira da Silveira e Sousa, 20 alqueires de trigo;
- Capitão Manoel José da Silveira, 20 alqueires de trigo;
- Sargento-mor Inácio Soares de Albergaria, 20 alqueires de trigo;
- Capitão António e Machado Teixeira, 15 alqueires de trigo;
- Reverendo Vigário António Pereira Cardoso, 15 alqueires de trigo;
- Reverendo Beneficiado António Homem da Silveira Bettencourt, 10 alqueires de trigo;
- Capitão Joaquim António da Silveira, 10 alqueires de trigo;
- António Teles de Lacerda, 8 alqueires de trigo;
- Capitão Miguel Teixeira Soares de Bettencourt, 15 000 reis;
- Sargento-mor António Sebastião Espínola Homem, 10 000 reis;
- Professor Joaquim José de Castro, 10 000 reis.

O total dos 138 alqueires de trigo devia ser posto na casa do dito cirurgião e os 35.000 reis entregues pessoalmente. Estes pagamentos eram realizados em cada ano, no mês de agosto, enquanto ele fosse vivo. Em contrapartida, o cirurgião Francisco José do Silveira era obrigado a curar, nas casas dos contratantes, os doentes, até mesmo o menor criado. De igual forma, tinha que os visitar, receitar e, quando adoecessem fora da vila das Velas, deslocar-se até ao lugar onde estivessem, dando-se-lhe para isso uma besta. Se por alguma razão o referido cirurgião não pudesse deslocar-se até casa dos contratantes, devia designar outro cirurgião à sua custa, tendo este de ser informado para receitar corretamente o enfermo<sup>28</sup>.

#### **5.4 Agricultores**

Os agricultores estavam de longe constituir um grupo homogêneo entre si, sendo difícil limitar a fronteira do que se entenderia para uma família abastada/remediada e remediada/pobre. Assim, esta divisão será efetuada com base nos casos analisados nas fontes disponíveis.

De acordo com o António Pereira (1987: 58), a partir de meados do século XVI formou-se uma certa “aristocracia” camponesa sediada, maioritariamente, na vila das Velas. Estes indivíduos usufruíam de desafogo financeiro através da venda de excedentes agrícolas, o que lhes permitia intervir e ocupar lugares administrativos de destaque na sociedade. Um caso bastante elucidativo do que seria uma família de lavradores abastados jorgenses é o inventário minucioso que Maria Gil (1979:188-198) estudou, do segundo quartel do século XVII. Para além das alianças matrimoniais com elementos da estirpe jorgense, o testamento

---

<sup>28</sup> A.D.A.H., tabelião Francisco Pereira da Lacerda Cabral, 1817-1822, liv. I, fls. 98-99v.

de 26 de dezembro de 1632, na sequência do falecimento de Catarina Fernandes Beiroa casada com Jácome Gonçalves, permite recolher elementos que compunham o quotidiano. Este casal que se auto-intitula como lavradores, moradores em Santo Amaro, sendo que a sua fortuna resumidamente era composta por bens de raiz, móveis, alfaia, utensilagem, lã, louça, metais, estanhos, roupa, escravos, cereais e vinho armazenados, gados, rendas e dívidas a cobrar, que no seu total ultrapassavam os 6.675.000 reis.

As famílias remediadas eram aquelas que dispunham de algumas parcelas de terreno para vários tipos de cultivos ou que, quando não tinham quantidade suficiente, as arrendavam ou aforavam de modo aumentar os seus rendimentos, o que visava, sobretudo, o autossustento. Alguns deles trabalhavam por conta própria e, nas alturas de maior trabalho, para outrem, de forma a equilibrarem as suas contas.

Na escritura de dote de casamento a 19 de dezembro de 1749, Bárbara Maria de São Pedro recebeu de sua tia Susana do Sacramento, mulher solteira, o dote para casar com José Teixeira de Siqueira, da freguesia de Rosais. O motivo de sua tia a dotar seria não ter filhos e haver criado a sua sobrinha em sua casa nas Velas. A dotada recebia, assim, um conjunto de terras na freguesia de Santo Amaro:

- 8 alqueires de vinha no lugar dos Mistérios;
- 22 alqueires de vinha no lugar dos Mistérios, a qual tem de empenho 10.000 reis de que paga de juro à confraria do Senhor desta vila, administrada por João Machado Pereira;
- 3 alqueires e meio de terra de semear pão no lugar da Fajã, que tem de pensão 20 reis em cada ano;
- 3 alqueires de terra de semear pão no lugar da Queimada, foreiras a Senhora da Luz, que paga por ano 10 reis;
- ½ alqueire de terra de pão no lugar da Queimada, foreira a Senhora da Luz.

Além destas terras, recebia metade das casas telhadas e sobradadas, na rua da Misericórdia da vila das Velas. Os móveis que a sua tia tinha eram deixados à dotada, exceto uma caixa grande, entregue à sua sobrinha Maria Joana, filha de Manoel de Sousa Luís e de Paula de Santo António, prima da dotada. Esta ficava ainda encarregue de fazer as cerimónias fúnebres e cumprir o legado de missas em alma da dotadora e de seus familiares<sup>29</sup>.

Outro caso semelhante seria o dote de casamento, formalizado a 13 de maio de 1751, que Mateus Coelho e sua mulher Maria Alves, moradores em Rosais, por terem criado sua sobrinha Bárbara de Rosário lhe fizeram para efeito de casar com Manoel da Ávila também

---

<sup>29</sup> A.D.A.H, tabelião Domingos Lagos Armelim, 1743-1754, liv. II, fls.164-166.

morador em Rosais. Para além dos bens de raiz, ficamos a conhecer alguns móveis e utensílios de uso doméstico. O património imóvel pertencia à freguesia de Rosais, sendo composto por:

- 50 alqueires de terra de semear pão, na qual tem 4 casas palhoças: casa de morada, casa de forno, casa de palheiro e mais uma casinha que pagavam de foro 53 alqueires de trigo ao reverendo padre Jorge Cardoso;

- 1 cerrado de terra que pertencia ao foro de cima que pagavam;

- 1 cerrado de pasto, que duas partes são foreiras à confraria do Senhor da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e das duas partes pagam de foro 440 reis;

- 1 pedaço de rocha localizado na banda Norte do lugar de Rosais, parte dela povoada e parte baldia.

Relativamente aos bens móveis dotavam:

- 1 caixa de cedro com sua fechadura que terá seis palmos;

- 1 tear com cinco pentes;

- 1 cama de “repaçam com três goredices” de pano de linho;

- 1 roda aparelhada de fiar;

- 1 caldeirão de ferro.

Deste património, embora doado para fins de casamento, só gozaria em pleno o futuro casal Bárbara de Rosário e Manoel da Ávila na eventual morte de seus tios Mateus Coelho e sua mulher Maria Alves. Até aí, seriam obrigados a morarem em companhia dos tios de maneira a os assistirem nas enfermidades e doenças. No entanto, no caso de os dotados não quererem viver na companhia dos tios, os bens continuariam salvaguardados por suas mortes. A decisão do futuro casal parece esclarecida com a seguinte afirmação *“logo os ditos dotados disseram beijando as mãos aos ditos dotadores pella esmola e merce que lhe haviam dotados e disseram que se obrigavam a assistirem companhia dos ditos dotadores”*<sup>30</sup>.

Estes dois dotes acima mencionados, juntando a parte dos noivos, seriam bens suficientes para o sustento dos futuros casais, sendo o património fundiário diversificado, com vista à obtenção de produções variadas.

Assistimos a relações de benefício mútuo, na ausência de herdeiros e quanto os bens eram insuficientes para constituírem dote de casamento. Os tios, por norma, cumprem essa função em troca de companhia e assistência na velhice e doença. Neste sentido, na escritura testamentária de 14 de setembro de 1818, José Teixeira Santiago e sua mulher Maria Santa da

---

<sup>30</sup> A.D.A.H, tabelião Domingos Lagos Armelim, 1743-1754, liv. III, fls. 2v-3v.



Silveira fazem sua herdeira a sobrinha Maria, filha de José de Teixeira da Cunha de Almeida, falecido, e de Ana das Candeias, todos moradores em Santo Amaro. Do matrimónio, os testadores tiveram um filho já defunto, e não havendo herdeiros nomearam a sua sobrinha como herdeira universal na condição de os velar, tratar com caridade e zelo. Os bens deixados à dita sobrinha não são mencionados nesta escritura, apenas se referem as propriedades destinadas a outros familiares.

Desta forma, um bocado de rocha no Toledo e um bocado de terra de pão aonde se chama o biscoito, na courela do meio, são propriedades deixadas a seu irmão Manoel Machado Teixeira e mulher, que os gozariam enquanto fossem vivos. Por morte deles passariam os dois bocados para outra sobrinha e afilhada, Ana, filha de João Silveira, falecido, e de sua mulher Isabel de Jesus. Ainda tocava a esta sobrinha uma propriedade de biscoito no Mistério bravo, com dois pés de figueiras; um bocado de terra de pão no canto da Parede Nova e em dinheiro 6.000 reis<sup>31</sup>.

Havia casos em que indivíduos, possivelmente sem herdeiros ou por favores que deviam, faziam doações em troca de garantir as cerimónias fúnebres do seu corpo e legado de missas por alma. Neste sentido, António de Quadros fez doação, a 19 de outubro de 1751, de algumas propriedades a Lázaro Teixeira e João Machado de Oliveira, todos moradores em Santo António. Ao primeiro dotou um pedaço de rocha plantada de inhames; em retribuição tinha que mandar rezar três missas em cada ano, no mês de janeiro, no altar do Senhor Santo António. Estas deviam ser celebradas pelo pároco da dita Igreja, uma à Senhora do Rosário por seu enterro e duas às almas e por enterro de seus pais. Ao segundo dotou um pedaço de terra de semear pão, onde se chama Courelas no Norte; um pedaço de pasto no mesmo lugar dos serros e um pedaço de rocha localizado na Fajã do Além. Esta última é foreira a Santa Casa da Misericórdia da vila das Velas, à qual se paga em cada ano 30 reis, a que será obrigado o dotado. Em troca, João Machado de Oliveira tinha que mandar rezar três missas pelas almas do purgatório em janeiro, enquanto o mundo durar, no altar do Senhor Santo António<sup>32</sup>.

Nas famílias mais humildes havia também estratégias de preservação do património, para garantir a subsistência na morte de um dos cônjuges, já que, pelo direito da época, estes não eram herdeiros prioritários entre si. Assim parece ser o que se sucedeu, a 2 de dezembro de 1743, com a escritura de transação amigável com partilhas entre António Pereira da Ávila, de 40 anos, e sua mulher Ana Santiago de 70 anos, moradores na freguesia das Manadas.

---

<sup>31</sup> A.D.A.H., tabelião Francisco Pereira da Lacerda Cabral, 1817-1822, liv. I, fls. 66v- 68v.

<sup>32</sup> A.D.A.H., tabelião Domingos Lagos Armelim, 1743-1754, liv. III, fls. 30-31v.

Estavam casados há cerca de vinte anos, tinham dividido o seu património em dois quinhões e dotavam-se mutuamente. Enquanto fossem vivos continuariam a gozar dos bens como faziam até ao momento, no entanto, no falecimento de um dos cônjuges, o sobrevivente teria direito pleno sobre o quinhão do outro. Esta decisão foi tomada conscientemente pelo casal, sendo que os herdeiros *“não poderão arguir partilha nova e arguindo-a ficaram fora de herdeiros”*. Somente pela morte de ambos teriam direito aos dois quinhões. Estes eram constituídos por bens todos pertencentes à freguesia das Manadas.

O primeiro quinhão foi escolhido por Ana de Santiago tocando-lhe:

- 3 alqueires de vinha e terra situadas nas Pias com sua casa de adega, cuja propriedade tem uma escritura de valor de 12.000 reis ao padre cura João de Sousa da Silva;

- 1 pedaço de rocha aonde se diz a Cova das Meninas;

- 1 pedaço de terra aonde se chama as Ladeiras, na ribeira da Almanjarra, que serve para plantar inhames;

Móveis:

- 2 caixas cada uma de 4 palmos, com suas fechaduras;

- 1 alguidar de barro de Santa Maria;

- 1 mesa;

O segundo quinhão que tocou ao seu marido António Pereira da Ávila, era composto por:

- 1 casa de morada com a terra à volta;

- 1 alqueire e meio de vinha no lugar das Pias;

- 1 bocado de rocha situado a poente na ribeira do Piolho;

Esta parece ter sido uma estratégia seguida pelo casal de forma que os herdeiros não fossem buscar as legítimas à morte de um deles, pondo em risco a sobrevivência do outro<sup>33</sup>.

Estas famílias menos abonadas dispunham do indispensável ao passado. Por norma tinham apenas uma casa palhoça, o mobiliário era muito simples e usufruíam de uma ou outra parcela de terreno de pequenas dimensões. Nos trabalhos sazonais, seriam a mão de obra disponível para realizar as tarefas necessárias nas propriedades maiores: ceifas, amanhos das terras, vindimas, corte de lenha, ordenha do gado e outros trabalhos braçais. Alguns deles arrendavam e/ou aforavam pequenas terras para garantir e diversificar a sua dieta alimentar. O que formava os dotes de casamento nestas famílias dependia do número de filhos e, obviamente, dos bens que possuíam. Quase sempre impunham a sua terça para satisfazerem o dote.

---

<sup>33</sup> A.D.A.H., tabelião Domingos Lagos Armelim, 1743-1754, liv. I, fls. 52-53v.

Na escritura de esponsais de 17 de novembro de 1817, Manuel Silveira Dias viúvo de Maria Josefa da Conceição, fez o dote a sua filha Maria Delfina da Silveira de 18 anos para se casar com António Soares Mareante (?) de 25 anos, filho de António Soares e Bárbara de Jesus, ambos já falecidos. O dote de casamento era composto pela terça de sua mãe que seriam cinco alqueires de terra nas Levadas (Velas) e uma casa palhoça na vila das Velas. Os bens móveis seriam uma cama de roupa, um adereço de ouro, um vestido preto de gola, uma saia de cetim de lã e mais os vestidos do uso de sua filha. Pela falta de comparência de um deles ao casamento, teria que pagar ao outro 20.000 reis, conforme ditavam as leis dos esponsais<sup>34</sup>.

Maria Joséfa, viúva de Manoel Teixeira de Bettencourt, moradores em Santo Amaro, de seu consórcio tiveram cinco filhos: José ausente, Genoveva casada; Ana casada; João e Manoel casados. Na escritura testamentária realizada a 2 de abril de 1818, transmitia a sua terça depois de sua morte à filha Genoveva Rosa e marido José de Sousa Santiago, por viverem em sua companhia e lhes ter sido deixada na escritura de dote de casamento em 23 de novembro de 1802. A terça era composta por metade da casa de sua morada com reduto; casa de atafona, um alqueire e meio de terra nas Figueiras e uma caixa de cedro de cinco palmos<sup>35</sup>.

À medida que vamos descendo no espectro social, os bens dos dotes de casamento são menores. Em 11 de julho de 1752, Brás Vieira Machado e sua esposa Rosa Maria, moradores em Rosais, dotam um pedaço de pasto no mesmo lugar, no valor de 6 900, reis à sua filha Quitéria Maria para se casar com João de Sousa Quadros<sup>36</sup>.

Na falta de melhor, por vezes, dotavam o próprio reduto de casa, como fizeram precisamente a 3 de abril de 1819, Inácio José da Silveira e sua mulher Francisca Mariana, que dotaram um bocado do reduto de sua casa à sua filha Beatriz Joaquina e marido Francisco Joaquim Maciel, todos moradores na vila das Velas. Esta doação vem no seguimento de uma promessa dos dotadores que seria o dote de casamento, sendo parte de suas terças este bocado de terreno que mede na parte do nascente 18 côvados e meio; pelo poente 16 pelo norte 15 e pelo Sul 19 côvados<sup>37</sup>.

Ao grupo mais alargado da população pertencem os jornaleiros ou trabalhadores sem especialização que constituem a força braçal dos trabalhos mais duros, fazendo um pouco de tudo para sobreviverem. Participavam nos labores sazonais realizados nas explorações agrícolas e serviam os mesteirais nos trabalhos mais forçados como os pedreiros, carpinteiros,

---

<sup>34</sup> A.D.A.H., tabelião Francisco Pereira da Lacerda Cabral, 1817-1822, liv. I, fls.8-9.

<sup>35</sup> *Ibidem*, fls. 29v-31.

<sup>36</sup> A.D.A.H., tabelião Domingos Lagos Armelim, 1743-1754, liv. III, fls.80-81.

<sup>37</sup> A.D.A.H., tabelião Francisco Pereira da Lacerda Cabral, 1817-1822, liv. I, fls. 123v- 124v.

serradores e pescadores. O jornaleiro que apalavrar o seu serviço seja por um dia ou o tempo acordado, não comparecendo no trabalho, arriscava-se a pagar de multa 300 reis<sup>38</sup>. Na sequência de anos maus agrícolas, de surtos epidémicos, ou de oscilações de preços, seriam os primeiros a padecer à fome e na doença dependo das esmolas dos mais abastados para sobreviver (Pereira 1987: 62).

---

<sup>38</sup> A.M.V., livro n.º 121 posturas da câmara das Velas, 1803-1845, fls.13v.

## 6. Propriedade

Por questões de método, este capítulo está dividido em vários subtemas, para facilitar a compreensão da forma como funcionava, em geral, o sistema fundiário de São Jorge (Anexo 2, Tabela 5).

### 6.1 Perspetiva geral da estrutura fundiária nos Açores

A estrutura fundiária açoriana, entre os séculos XVIII-XIX, é comumente caracterizada pelos historiadores como uma excessiva concentração de propriedades pelo meio de vínculos de morgados e capelas. Na distinção entre estes dois, como refere Urbano Dias (1944, vol. I: 162), o morgadio visava a conservação do lustre e nobreza da família, enquanto a capela tinha como finalidade a expressão da piedade do instituidor acompanhada por um legado perpétuo de missas por sua alma e realização de obras de beneficência. O número de vínculos de capelas durante o Antigo Regime na ilha de São Miguel contava com um valor superior aos 1 200 (Costa 2005: 310).

Neste sentido, as reformas pombalinas introduziram algumas alterações de maneira atenuar a descomedia vinculação através dos diplomas de 4 de julho de 1768, o de 16 de setembro de 1769 e o 3 de agosto de 1770. Os dois primeiros dificultaram a acumulação de bens nas comunidades religiosas, inclusive a lei 16 de setembro de 1769 estipula a proibição da administração de vínculos dos denominados “corpos de mão morta”, isto é, os clérigos por não poderem constituir família. A lei de 3 de agosto de 1770 tem um caráter mais abrangente, pois embora que não interferisse sobre a posse ilimitada de terras, obrigava a que os vínculos tivessem rendimentos expressivos com valores superiores a 100.000 reis, extinguindo, assim, os menos significantes (Meneses 1993:15; 21-22).

Na sua generalidade, a maioria dos senhorios destes vínculos residiam em ilha diferente daquela onde ficavam as terras, ou até mesmo na metrópole. O absentismo dos senhorios criava um sistema intrincado na posse e uso das terras que, conseqüentemente, impedia o próprio desenvolvimento agrário. Em alguns casos, sobretudo em propriedades extensas, os senhorios arrendavam-nas, por intermédio de um procurador, aos lavradores que, por sua vez, subalugavam a médios e pequenos lavradores a preços insuportáveis, que levavam muitas das vezes à sua ruína (Meneses 1993: 12-13).

Nos alvares do século XIX, pela iniciativa dos movimentos liberais, começou-se, paulatinamente, a inverter esta situação. A desvinculação da propriedade continuava constantemente a ser reclamada pelos governos civis e nas consultas das Juntas Gerais, que

apresentavam vários argumentos com esse intento (João 1991:58). Certo é que a desvinculação de muitas destas propriedades arrastou-se até aos finais do século XIX.

Grosso modo, o panorama que se constatava no resto das ilhas açorianas também acaba por ser idêntico ao de São Jorge. Os lavradores viam-se na contingência de recorrer ao arrendamento dos ditos “senhores de fora”, a residentes e a instituições pias, mormente ao convento Franciscano e da Nossa Senhora do Rosário e a confrarias, bem como à Santa Casa da Misericórdia.

Este fenómeno na ilha de São Jorge parece remontar aos séculos XVI-XVII, em que, segundo António Pereira (1987: 158), *“considerado os terrenos dos senhorios de fora e as propriedades concelhias, pode deduzir-se que sobraria cerca de metade da superfície da ilha aos moradores locais”*. De facto, este problema parece ter-se acentuado entre os séculos XVIII e XIX, conforme aludem alguns testemunhos. No último quarte do século XVIII, refere João Duarte de Sousa (2003:53):

*“(...) a propriedade nesse tempo estava muito acumulada, ao mesmo tempo que actividade humana era mal renumerada mercê do favoritismo que as câmaras faziam com o preço do trabalho e dos géneros industriais, à guisa dos interesses dos nobres e dos grandes”*.

Por sua vez, José Cândido Avellar (1902: 66) em pleno século XIX afirma *“que nunca a propriedade na ilha de S. Jorge esteve tão acumulada como no nosso tempo”*. Este autor constatou que cerca de um terço dos rendimentos coletáveis do concelho provinham de 40 proprietários e uma quinta parte de 10 proprietários.

## **6.2 Vínculos dos “grandes arrendamentos”**

Em São Jorge, uma parte significativa da sua superfície arável estava entregue aos chamados “arrendamentos” ou “senhorios de fora” que abrangiam uma área extensa como se observa na figura 16 (Anexo 1). Alguns destes arrendamentos, fruto de vínculos instituídos nos primórdios do povoamento, chegaram até ao pleno no século XIX, apenas desmantelados pelos movimentos liberais e reivindicações dos populares.

No concelho de Velas, incidiram nas freguesias de Rosais, Norte Grande e Santo Amaro. Pela documentação chegam-nos algumas notícias dos arrendamentos do Pinto e da Pontinha e Urzal. Qualquer deles se encontra dividido em duas partes, uma na freguesia de Rosais e outra no Norte Grande e Toledo. No concelho da Calheta, também surgiu um caso

interessante, o arrendamento da Fajã Redonda e da Caldeira que fora aforada, em 1785, por habitantes da jurisdição das Velas.

O arrendamento da Pontinha, assim designado porque se situa na Ponta de Rosais, juntamente com o do Urzal, no Toledo, pertenceram à casa do conde de Murça, de Lisboa, sendo dados em aforamento a António José de Vasconcelos da ilha de São Miguel (Avellar 1902: 293).

Através da escritura de arrendamento realizada no dia 8 de maio de 1750 ficamos a conhecer alguns contornos importantes acerca do balizamento e género de propriedades que incorpora. O senhorio deste arrendamento era o Reverendo Padre Inácio Teixeira de Sousa, morador na cidade de Angra, que tinha como seu procurador o Capitão Manoel da Silveira e Sousa, morador na vila das Velas. Os novos rendeiros seriam António da Cunha da Ávila, morador na vila das Velas, e o Alferes Inácio Teixeira Machado, morador em Rosais. Acordaram entre si que o arredamento seria pelo preço 185 000 reis, em cada ano, durante o tempo de 3 anos, cujo valor seria entregue por sua conta e risco na cidade de Angra, na casa do dito senhorio. Por intermédio do seu procurador fazia o arrendamento seguinte:

*“(...) das terras, pastos, vinhas e roxas aonde se diz o arrendamento da Ponta de Rosalles que esta devidido e demarcado com divisas e malhões antigos, que toda parte do levante com a ribeira d’el Rei e o arrendamento que se diz do Pinto e de mais varios, e do poente, norte e sul com barrancos do mar e dentro nestas confrontações para a parte do sul estam huãs propriedades de terras que nam sam do dito arrendamento as coais estam de tempo antigo divididas e demarcadas. E outro sim fasia aos novos rendeiros arrendamento de huãs propriedades de terras de pam e pastos, matos, valdios, citos da banda norte aonde se diz o arrendamento do Urzal que partem do levante com a ribeira que se diz Rosto e do poente com herdeiros do Alferes Ignacio Correia e com o Capitam Antonio Machado Teixeira erdeiros de Francisco de Sousa e do norte com a borda da roxa e do sul com bens de Dom Manuel e outros mais<sup>39</sup>.”*

Portanto, este arredamento compreendia uma área extensa que incorporava vários géneros de terras, sendo interessante verificar-se que o seu balizamento quase sempre confronta com ribeiras, pontos de referência na paisagem, quanto assim era possível, mas

---

<sup>39</sup> A.D.A.H., tabelião Domingos Lagos Armelim, 1743-1754, liv. II, fls. 196-198v.

também recorria aos malhões, quanto as ribeiras não eram extensas. No arredamento da Pontinha, esta foi solução de marcação encontrada porque na costa Sul tinham a ribeira de El Rei, mas na costa Norte não havia um ponto de referência que alinhasse com a ribeira de El-Rei, por isso, a utilização dos malhões sendo estes antigos conforme alude o tabelião, à semelhança do que se passou na demarcação entre o concelho da Calheta e Velas (Cunha1981:652-654).

No que concerne ao arrendamento do Pinto, considerado um dos mais importantes e possivelmente o mais bem estudado, a documentação permite traçar, em linhas gerais, a sua evolução. O arrendamento recebeu esta denominação por ter tomado o nome do senhorio Pedro Pinto, da vila de Viana da Foz do Lima, sendo última proprietária a Dona Maria Isabel Freire de Andrade da Camara e Castro, relacionada com a casa do conde Bobadela e do conde de Camarido.

O seu domínio estava no centro da freguesia de Rosais, sendo a outra parte do Norte Grande. Quanto ao arrendamento em Rosais, confrontava a oeste com a ribeira de El-Rei e com o arrendamento da Pontinha, a Este com a ribeira da Água e quer a Norte quer a Sul com os barrancos do mar, mas possivelmente utilizaram-se também malhões para a sua delimitação. Com uma área que atingia os 40 moios, compreendia uma das melhores superfícies de terras lavradas, daí advêm a sua importância (Avellar 1902: 292-293).

O maior arrendamento da ilha, outrora, localizava-se no termo da Calheta e em 1785 o que sobrou dele foi aforado a moradores da freguesia das Manadas. Este arrendamento chegou a incorporar a Fajã dos Vimes, Fajã dos Bodes, os três Lourais, o Sanguinhal, Fajã Redonda e Caldeira, que no princípio pertenceu ao vínculo instituído por Jerónimo Corte Real em benefício de seu neto, 1º Conde de Aveiras – João da Silva Telo de Meneses (1600-1650), morador em Lisboa, que foi vice-rei e governador da Índia (1640-44) (Cunha 1981:296).

Em 20 de novembro de 1681, estes domínios foram vendidos a Francisco Sá Salazar, da cidade de Angra, e subsequente, após sua morte, deu-se a fragmentação acabando a Fajã Redonda, Caldeira e Lortal Grande por serem vendidas, em 13 de maio de 1723, ao Padre Sebastião de Siro Conde, então no Brasil, representado por seu irmão João Conde Pais. Mais tarde, estes arrendamentos ou partes deles chegaram às mãos do Padre António Dias e, posteriormente, até Tomás de Sousa de Ataíde, da ilha Graciosa (Cunha 1981: 774-775). Este último senhorio fez o aforamento da Fajã Redonda e Caldeira no dia 23 de abril de 1785, pelo preço anual de 700.200 reis a moradores da jurisdição de Velas. O senhorio tinha como seu procurador o Alferes Jorge Machado de Azevedo, residente no Norte Grande. Por outro



lado, os foreiros Manoel Machado Brasil e sua mulher Josefa Maria de Santa Rosa, ambos moradores na freguesia de Manadas aforaram o seguinte:

*“(...) propriedades de terra, pastos, matos, inhames, rochas, vinhas sitas no lugar da fajan Redonda e Caldeira no termo da Vila da Calheta desta dita Ilha que serão mil moios o tanta coanta for (...) as cais propriedades dice o dito procurador bastante aforava de foro fathoisim inredemivel para todo o tempo aos novos rendeiros encanto o mundo dorar<sup>40</sup>. ”*

Como se pode constatar, estes arrendamentos espalhados um pouco por toda ilha representavam uma grande porção de terreno. Assistimos ao absentismo dos senhorios, muitos deles moradores em outras ilhas ou então na metrópole, que delegavam funções no seu procurador, que ficaria encarregue da administração dos bens. Na maioria das vezes, estes procuradores eram indivíduos bem posicionados socialmente no meio jorgense, como era o caso dos capitães, alferes e sargentos de milícias. O tipo de contrato de exploração destas terras podia ser de arrendamento ou aforamento, pelo que pagavam anualmente o acordado.

O contrato de arrendamento nestas vastas propriedades podia ser semelhante àquele feito no arrendamento do Pinto da freguesia de Rosais, que no século XIX se encontrava subdividido em 700 prédios e tinha perto de 400 rendeiros (Avellar 1902: 293). Os senhorios conservavam o direito pleno sobre as terras, mas cabiam ao rendeiro as benfeitorias realizadas por consentimento e acordo daquele ou dos procuradores (casas, adegas, socalcos, paredes, eiras etc.). Embora o senhorio tivesse o direito útil das terras, se pretendesse reavê-las tinha que pagar aos rendeiros o valor das benfeitorias. Estes não podiam transmitir aos seus herdeiros, vender ou hipotecar as terras, mas com o acumular geracional de benfeitorias e a necessidade de distribuir terras pelos membros da família começou a despertar um sentimento de pertença por parte dos rendeiros que, mais tarde, seria a causa dos motins (Sousa 2007: 114).

O dismantelamento de alguns destes arrendamentos só iria acontecer nos finais dos séculos XIX. No do Pinto, os primeiros movimentos de descontentamento surgem ainda no último quartel do século XVIII e prolongam-se durante o século XIX. Por um lado, os rendeiros reivindicavam o direito à terra pelas benfeitorias que faziam, por outro o senhorio alegava o direito que possuía e exigia o respetivo pagamento das rendas, acabando esta

---

<sup>40</sup> A.D.A.H, tabelião Francisco de Melo Correia Flores, 1785-1787, liv. I, fls. 15v-16.

disputa, muitas vezes, em tumultos e ações contra os revoltosos. A pacificação do arrendamento do Pinto só iria acontecer com a portaria de 28 de fevereiro de 1896, em que a senhoria Dona Maria Isabel Freire de Andrade da Camara e Castro reconheceu o direito dos colonos, vendendo-lhes as propriedades (Avellar 1902: 293-297). À semelhança do que sucedeu com o arrendamento da Fajã Redonda e Caldeira, durante o século XIX ocorreram vários protestos contra o pagamento das rendas, sendo que a pouco e pouco as propriedades começaram a ser vendidas aos moradores (Cunha 1981: 774-775).

### **6.3 Outros vínculos de propriedade de menor escala**

Numa escala menor, surgem na documentação alguns vínculos de morgadios e capelas com peso ainda significativo na concentração fundiária. Através das confrontações de terras, ficamos a entrever como seriam as dimensões de algumas propriedades, bem como pormenores dos contornos de contratos celebrados entre senhorio e rendeiro ou foreiro. A título de exemplo, serão explanados casos com base nas escrituras de arredamento e aforamentos de alguns livros de tabelionato entre os anos de 1743 a 1822.

Na escritura de arredamento de 12 de outubro de 1748, vemos que uma parte do morgadio de José Bettencourt de Vasconcelos, residente na cidade Angra da ilha Terceira, era composta por terras de pão, pastos e rochas na ilha de São Jorge, lugar de Santo António, da freguesia do Norte Grande. Segundo a confrontação dada pelo tabelião, tratar-se-ia de uma propriedade extensa, pois a Norte confinava com os barrancos do mar e do Sul com o escaldado público, estendia-se portanto do mar à serra. Pelo seu procurador Manoel de Sousa Machado, fazia o arrendamento ao rendeiro Manoel Bettencourt Pereira, morador na Urzelina, pelo tempo de 9 anos, sendo pagos 78.000 reis anualmente, postos por sua conta e risco na cidade de Angra. Aliás, caso não pagasse a tempo em cada ano, o senhorio mandaria alguém para arrecadar a renda e pagaria o rendeiro a essa pessoa por cada dia 200 reis.

As benfeitorias nas terras passavam pela melhoria de águas (regos, valas e poços); evitar atalhos e caminhos desnecessários, apenas consentindo a servidão que é obrigado; reparar tapumes e paredes que mandar fazer o procurador, bem como calçar as rochas nas zonas que costumam despenhar. No fim do arrendamento seriam pagos os melhoramentos realizados nas propriedades<sup>41</sup>.

Para além destas propriedades, o morgadio de José Bettencourt de Vasconcelos, estendia-se a outros domínios na ilha de São Jorge, conforme consta da escritura de arredamento de 20 de junho de 1754. Um seu novo procurador, o Reverendo Padre Francisco

---

<sup>41</sup> A.D.A.H., tabelião Domingos Lagos Armelim, 1743-1754, liv. II, fls. 89-90v.

de Bettencourt, fazia o contrato com o capitão António Machado Teixeira e seu filho José Inácio da Silveira, ambos moradores na vila das Velas, que durante 9 anos pagarem 100.000 reis anuais de umas propriedades de pão e pastos, onde se diz o “tanque”. Os pagamentos seriam efetuados em três prestações, a primeira em agosto, a segunda em janeiro e a terceira em maio de cada ano agrícola. De igual modo, também tinham que pagar anualmente 1 moio de trigo à Santa Casa da Misericórdia<sup>42</sup>.

Pela escritura de arrendamento de 21 de agosto de 1749, o senhorio Mathias de Sousa Pacheco, morador na Beira, era possuidor de bens pertencentes à terça que instituiu em morgado o Reverendo Padre Vigário António Alves Pereira localizados na ilha Terceira. O seu procurador, António José de Vasconcelos, fez o contrato de arrendamento com Manoel Machado Coelho, morador na freguesia de São Bento, na ilha Terceira pelo período de 4 anos no valor anual de 7 moios de trigo. Os bens arrendados são um conjunto de cerrados localizados nas freguesias da Ribeirinha, Fontinhas e São Bento.

Na descrição deste contrato parece ter havido um desentendimento com o último rendeiro, José Lopes, tendo por isso o senhorio exercido a cláusula de revogação, cabendo ao novo rendeiro Manoel Machado Coelho expulsar o “intruso” José Lopes dos seus domínios<sup>43</sup>. Esta quebra de contrato, certamente, estaria relacionada com incumprimentos do pagamento ou descuido nos amanhos da propriedade. Pois, na escritura de reformulação de arrendamento dos mesmos bens, em 2 de março de 1752, o senhorio pretende renovar com o rendeiro Manoel Machado Coelho porque *“lhe havia feito bons pagamentos e cuidado bem de suas fazendas arrendadas, novamente lhe arrendava as ditas terras reformava o dito arrendamento por mais seis anos que findam no ano de mil setecentos e cinquenta e nove”*<sup>44</sup>.

Pela escritura de arrendamento de parte do morgadio de José do Canto Castro Pacheco e Sampaio, residente na cidade de Angra, feita a 14 de janeiro de 1818, ficamos a conhecer alguns aspetos importantes. Este senhorio passa uma procuração dos bens que detêm na ilha de S. Jorge ao capitão-mor Joaquim José Pereira da Silveira e Sousa, sendo que na escritura de procuração intitula-se “moço e fidalgo da Casa Real”. Possuía um corpo de terras, pastos, rochas e inhames no lugar de Santo António, freguesia do Norte Grande. Os novos rendeiros Bernarda Rosa, viúva de Domingos António, e seu filho Domingos António de Sousa durante 6 anos tinham que pagar anualmente em dinheiro 140.000 reis e em géneros 18 queijos de 4 libras cada um, 3 de 10 libras, e 8 canadas de manteiga de vaca.

---

<sup>42</sup> *Ibidem*, fls.191-191v.

<sup>43</sup> *Ibidem*, fls. 134-135.

<sup>44</sup> A.D.A.H., tabelião Domingos Lagos Armelim, 1743-1754, liv. III, fls. 56-57.

No domínio de terras do dito senhorio residiam outros colonos, cabendo aos novos rendeiros a tarefa de arrecadarem e cobrarem as rendas dos outros rendeiros. De igual modo, os novos rendeiros estavam proibidos de *“consentirem qualquer transpasso de posses sem expressa licença do senhorio ou de seu procurador entre sub-rendeiros para evitar confusões e dúvidas futuras”*<sup>45</sup>. Na falta de pagamento da renda por parte de outros rendeiros, Bernarda Rosa seria obrigada a repor o que faltava na sua totalidade. Esta também tinha que ficar encarregue de 31 ações que moveu contra o sargento António de Sousa Soares, oriundas de uma escritura antiga de 24 de julho de 1809<sup>46</sup>.

No que concerne a vínculos de capelas, na documentação analisada apenas surgiu um caso, a capela de São Francisco Xavier, com escritura de arrendamento de 11 de dezembro de 1752. Tinha como administrador o Reverendo Padre Jorge Cardoso da Silveira, morador na vila das Velas, que arrendava umas terras de pasto e pão e mais alguns pedaços de terras de vinhas e de inhames situadas na Fajã do Porto, conhecida também por Fajã do Ouvidor, na freguesia do Norte Grande. Pela descrição das confrontações, seria uma propriedade de relativa dimensão, a Norte entestava com os barrancos do mar e do Sul com o escalvado público, sendo somente interrompida pelo caminho público.

Os rendeiros José de Sousa Machado e João Silveira de Azevedo, moradores no Norte Grande, durante 9 anos tinham que pagar 27.280 reis em cada ano e fazer as benfeitorias necessárias, de modo que as águas não causem danos, senão seriam obrigados a pagar os estragos causados<sup>47</sup>. Outros bens que pertenciam à Capela de São Francisco Xavier era um cerrado de terra de pão aonde se diz o “Cabouco”, na Vila de Velas, que fora arrendado a 13 de março de 1753 a Manoel Gonçalves de Lemos, morador na mesma vila, durante 9 anos, pelo preço de 1 quarto de trigo<sup>48</sup>.

Certamente haveria outros vínculos de capelas e de morgadios com uma superfície igual ou até superior, muitos deles compostos por vários domínios espalhados pelas ilhas, fruto de uniões matrimoniais.

#### **6.4 Santa Casa de Misericórdia e instituições religiosas**

Na documentação do século XVIII e XIX aparecem, com relativa frequência, escrituras de aforamento e de bens foreiros à Santa Casa da Misericórdia das Velas e a confrarias religiosas. Estas eram possuidoras de parcelas de terreno, um pouco por todo o lado, provenientes de doações e da constituição de foros em seu favor. Por norma, quem

---

<sup>45</sup> A.D.A.H, tabelião Francisco Pereira da Lacerda Cabral, 1817-1822, liv. I, fls. 16.

<sup>46</sup> *Ibidem*, fls.15-17.

<sup>47</sup> A.D.A.H, tabelião Domingos Lagos Armelim, 1743-1754, liv. III, fls. 191-192v.

<sup>48</sup> *Ibidem*, fls. 132-133.

ocupa os lugares cimeiros nestas instituições – provedores da Santa Casa da Misericórdia e os mordomos das confrarias - são indivíduos com algum *status* social. Por exemplo, ao longo da história dos provedores da Santa Casa da Misericórdia de Velas, cerca de 47, 8 % foram eclesiásticos e capitães das ordenanças (Maciel 2007: 177).

A Santa Casa da Misericórdia dispunha, nos finais do século XVII e como refere Fr. Agostinho de Monte Alverne (vol. III: cap. IV) “*de renda 13 moios e 26 alqueires de trigo, a saber: 2 moios e 28 alqueires de renda e 658 alqueires de foros, e 87.240 reis de foros fixos e 37.825 de foros a retro*”. A sua hegemonia parece ter aumento com o decorrer dos séculos, uma vez que em meados do século XIX os rendimentos auferidos eram 932 alqueires de trigo de foros, em dinheiro 167.300 reis e ainda o rendimento de 273.114 reis provenientes de juros de capital mutuado (Maciel 2007: 59).

A Santa Casa da Misericórdia não era somente uma instituição solidária, também concedia empréstimos e penhoravam bens. Por exemplo, em 31 de agosto de 1786, o seu provedor Capitão Damião de Sousa Soares, fez uma escritura de aforamento no preço de 2.000 reis anuais a José de Sousa Machado, morador nas Velas, por 11 alqueires e meio de terra de pão e baldio na Queimada. Esta propriedade foi adquirida pela Santa Casa da Misericórdia aos herdeiros de José Teixeira Cardoso, por estar hipotecada a um empréstimo e não terem pagado os juros durante anos<sup>49</sup>.

Quanto às confrarias, também não eram somente associações solidárias em prol da valorização e preservação dos costumes católicos. Detinham um património fundiário com alguma dimensão, que na maioria dos casos estava aforado. Ademais, a par com a Santa Casa da Misericórdia, seriam as principais instituições de crédito tradicional, conforme os livros de tabelionato do século XVIII e XIX onde é frequente encontrar estes créditos nas escrituras de juro redimível. As confrarias emprestavam dinheiro e depois arrecadavam os seus juros. Por exemplo, em 7 de maio de 1752, o mordomo João Nunes de Siqueira, da confraria do Senhor Jesus da Igreja da Senhora do Rosário de Rosais, emprestava 10.000 reis, pelo tempo de 1 ano com o juro de 5% (500 reis), a Manoel Teixeira Machado e sua mulher Francisca Teixeira, moradores na mesma freguesia. Estes, como garantia, hipotecavam a sua casa de morada, casa de forno, e palheiro dos bois, todas palhoças, e ainda 1 alqueire de terra de semear pão, situados na freguesia de Rosais<sup>50</sup>.

Uma das confrarias com maior importância era a do Santíssimo Sacramento da Mariz das Velas. Em 10 de dezembro de 1817, tinha como seu mordomo o Capitão-mor Joaquim

---

<sup>49</sup> A.D.A.H, tabelião Francisco de Melo Correia Flores, 1785-1787, liv. I fls. 97v-98v.

<sup>50</sup> A.D.A.H, tabelião Domingos Lagos Armelim, 1743-1754, liv. III, fls. 71-71v.

Pereira da Silveira e Sousa e recebia de foro 3300 reis de 16 alqueires de vinha na Ribeira do Nabo<sup>51</sup>. Em 1875 já contava com 116 irmãos, tinha um capital 4.641.880 reis e um rendimento anual de 230.680 reis (Sousa 2007: 111).

O controlo destas instituições permitia ao indivíduo, de certa maneira, a afirmação e/ou aumento do prestígio perante a comunidade, como também o ascendente de intervir na gestão da propriedade fundiária ou do crédito em benefício de uns e ruína de outros.

Relativamente aos conventos também, desfrutavam de um património fundiário considerável, obtido por meio dos dotes necessários à constituição de património para ser clérigo ou freira e de outras doações. Parte destes bens subsequentemente seriam aforados. Em 27 de março de 1787, o Mosteiro da Nossa Senhora do Rosário aforava por 6 000 reis a Barbara de Jesus (?), viúva de Manoel Silveira, moradora na Urzelina, uma propriedade de 5 alqueires e quarta e meia de terra de pão, e parte plantada de faias, situadas na Fajã de cima<sup>52</sup>.

Também haviam permutas nestas instituições com o intento de aumentar o seu rendimento. Em 3 de dezembro de 1819, as Madres do Mosteiro das Velas trocaram com o Tenente José de Sousa de Mendonça e sua mulher Barbara Josefa Armelim, 15 alqueires de terra de pão, em São Pedro, por um foro de 20 alqueires, 1 galinha e 1 réstia de alhos, impostos sobre um cerrado lavradio com 4 alqueires que tem 1 casa palhoça situada na ribeira do Belo, em Rosais, e outra propriedade no mesmo sítio<sup>53</sup>.

## **6.5 Propriedades do concelho**

Quanto às propriedades concelhias, verificamos, pelo pagamento de foros à Câmara entre os anos 1711 e 1743, predominarem pequenas parcelas de terreno que rondavam os 0,5-2 alqueires, cujo valor raramente excede os 20 a 80 reis. Excetuando alguns casos como o do Capitão Manuel Teixeira (?), morador nas Velas, que aforava 36 alqueires de terra de pasto no Pico Verde, no Norte, pagando 400 reis, e o Sargento Lazaro Nunes, morador nas Manadas, aforador de 27 alqueires de terras de pasto nas Manadas, que pagava 320 reis de foro ao concelho. No total, as terras foreiras ao município não passariam dos 2-3 moios<sup>54</sup>. Competia ao município a gestão dos logradouros comuns, que advêm desde dos primórdios da colonização da ilha, em meados no século XV. Estes estariam no centro da demarcação entre concelhos, em 1716, ficando 120 moios para o concelho de Velas, o que constituía uma das maiores unidades fundiárias. Ocupava as áreas altas do interior na ilha compostas por picos e

---

<sup>51</sup> A.D.A.H, tabelião Francisco Pereira da Lacerda Cabral, 1817-1822, liv. I, fls. 10v-11v.

<sup>52</sup> A.D.A.H., tabelião Francisco de Melo Correia Flores, 1785-1787, fls. 173v-175.

<sup>53</sup> A.D.A.H, tabelião Francisco Pereira da Lacerda Cabral, 1817-1822, liv. I, fls. 155v-157.

<sup>54</sup> A.M.V., livro n.º 146 de receitas e despesas do procurador do concelho das Velas, 1711-1743, fls. 1-6v.

caldeiras, tendo como único aproveitamento as pastagens, sobretudo durante as estações mais quentes (Sousa 2007:99).

Esta preocupação na gestão dos baldios reflete-se nas posturas camarárias dos municípios de Velas e de Calheta. As posturas regulamentavam que as terras que confrontam com o escalvado devam estar devidamente tapadas. Por um lado, para delimitar o próprio escalvado, indicavam que na jurisdição das Velas o tapume tinha que ser de “espinha de peixe”, para os gados que apascentam no logradouro comum não entrarem na propriedade alheia. Vejamos o que mencionam as posturas de cada concelho acerca deste assunto.

Em 1706, as posturas calhetenses referem o seguinte:

*“E outroasim ordenaram, que todos os moradores desta jurisdição que testada no escalvado devaço as tapem em termo de quatro dias: toda a pessoa que uza de botar gado no Escalvado as vam ajudar a tapar com pena de oitenta reis para o concelho, e accuzador, e os donos das testadas, que nam taparem no termo dos ditos quatro dias pagaram duzentos reis para o concelho, e accuzador, e pagaram toda a perda que o gado der por falta de tapume, e a coima ao concelho, e perderá a perda que tiver”* (Posturas Camarárias da Calheta, tomo II: 614).

Enquanto as posturas do concelho de Velas:

*“Pozerão por postura, que toda a pessoa que tiver terras, que entestem nos escalvados desta jurisdição, as tenham todo o anno tapadas com tapume de sette palmos de alto pella parte do escalvado, e será o ditto tapume de espinha de peixe, e terá cuidado o rendeiro de ver as dittas testadas, e achando-as sem os dittos tapumes, pagará cada hum das sobredittas pessoas dozentos reis para o rendeiro, e a mesma pena poderá demandar o rendeiro, ou qualquer pessos que constar, que abrio portal, e não tapou, e porquanto alguns moradores da jurisdição da Calheta, tem pastos que emtestão nos escalvados desta jurisdição na forma desta postura, o rendeiro os poderá demandar hante as justicas desta Villa, declara-se que aonde não houver matho, não será o dono obrigado a ter espina de peixe, e só serão vistas pellos rendeiros, em Abril, e no fim de Setembro”* (P.C.V: 197).

Em meados do século XVIII e durante o século XIX surgem os primeiros ensaios sobre a repartição, aforamento e venda dos baldios açorianos. Estes movimentos foram

acompanhados com grande fervor e afeto pelos camponeses que eram os principais lesados por estas políticas. Um pouco por todo o lado, surgiram vários tumultos populares, com maior expressão na Ilha Terceira, que reivindicavam os direitos seculares do uso comum destes baldios, sendo fundamentais para criação de seus gados e apanha de lenhas (Mendonça e Ávila 2002: 28-32).

Na ilha de São Jorge, ao longo do século XIX, com base nos ideais liberais de libertação e individualização da propriedade, tentaram, por algumas vezes, a divisão e venda de partes dos baldios comunitários sob o pretexto de serem um entrave às reformas agrárias. De facto, os problemas financeiros da autarquia de Velas para levar a cabo um projeto de obras públicas contribuíram para a insistência no aforamento e até venda de parcelas dos baldios. No entanto, não passaram de experiências fugazes porque os camponeses encontraram sempre maneira de se oporem, nomeadamente, pelos sucessivos protestos e destruição constante das novas vedações dos baldios. Na sessão camarária, de 7 de junho de 1831, uma das formas encontradas pelo município para se autofinanciar foi através da introdução de uma taxa de contribuição por cada cabeça de gado que se apascentasse na serra pública (Sousa 2007:103).

Estas taxas surgem na sessão de 16 de agosto de 1845 obrigando os proprietários de gado que o costumam lançar na serra pública ou escaldado a inscrever (valor de 50 reis) na câmara a sua qualidade e os seus sinais (Anexo 2, Tabela 6). De qualquer maneira, estas medidas foram na sua maioria insuficientes (apesar das coimas serem elevadas), pois era impossível o controlo de todo o gado que entrava e saía dos baldios e alguns donos nem sequer teriam o seu gado devidamente marcado.

No período entre 1867 a 1880 voltou-se, novamente, a ponderar a venda e aforamento dos baldios, mas sem grande efeito aparente, possivelmente pelo pouco interesse dos proprietários mais abastados em comprarem pastos de uma superfície tão alta e pouco produtiva, e também por não quererem afrontar a maioria da população que dependia dele para criar as suas reses. Assim, o logradouro comum do concelho das Velas, apesar de várias tentativas para a sua repartição e venda, permaneceu na maioria intacto, sendo a sua gestão passada durante o Estado Novo para os serviços florestais.

## **6.6 Rendeiros e Foreiros**

No global, uma grande parte da superfície da ilha de São Jorge, sobretudo as melhores terras de pão, pasto e vinhas estavam entregues a uma minoria da sociedade. Assim, a indisponibilidade de terras livres levava a que muitos dos lavradores, até os mais abastados,



tivessem que recorrer ao arrendamento. As grandes extensões de terra pertenciam aos “senhorios de fora”, e muitas vezes eram arrendadas e/ou aforadas a indivíduos com algum *status* social, como os quadros das ordenanças, clérigos, ou aos lavradores mais abastados que garantiam os pagamentos e, por seu turno, as subalugavam a outros lavradores ganhando a sua comissão. Por vezes, o arrendamento ou aforamento por parte deste grupo visava o emparcelamento, criando maiores extensões de terra de maneira a obterem maiores rendimentos.

Contudo, na maioria dos casos retratados pela documentação são os médios e pequenos lavradores que recorrem ao arrendamento e/ou aforamento de parcelas médias e pequenas cujos proprietários, muitas das vezes, são residentes na vila das Velas, onde se dedicam a outro tipo de funções. O teor destes contratos podia ser aforamento enfitêutico ou até perpétuo, mas predominava o arrendamento, geralmente por períodos de 3 a 9 anos. A diferença entre ambos era significativa: no arrendamento o senhorio transmitia temporariamente o domínio útil das terras sob condições de pagamento, obrigações e melhoramentos; em aforamento o senhorio da propriedade dividia o domínio útil que transmitia ao aforado com determinadas condições e reserva para si certos direitos (Dias 1944: 98-99).

As remunerações podiam ser em dinheiro, géneros ou mistas. Quando em géneros, os pagamentos podiam ser feitos com animais, pedra de linho e lã, canadas de manteiga e queijos, mas a preferência recaía quase sempre sobre o trigo, por ser o produto mais procurado e rentável na sua exportação. Tinha de vir limpo do pó, joeirado, enxuto e medido, sendo capaz do senhorio receber no seu granel. Além disso, os senhorios exigem as benfeitorias nas terras, que passava pelo arranjo delas incluindo os palheiros, eiras, lagares, paredes, regos das águas e até a obrigação de plantar determinadas árvores de fruto.

Em 28 de agosto de 1745, os senhorios capitão António Machado Teixeira e seu filho reverendo padre beneficiado Francisco da Silveira Machado aforavam uma courela de terra de pão com uma casa de morada, casa de forno e palheiro, sendo todas elas palhoças. O foreiro Pedro Teixeira Picanço, morador em Rosais, era obrigado todos os anos a pagar um moio de trigo. Em caso de um ano estéril, tendo o foreiro semeado duas partes da terra pagaria o que faltasse a 200 reis por alqueire, sendo obrigado a tratar das casas e móveis como fossem seus. Como garantia, o foreiro hipotecava 10 alqueires de terra de pão e uma casa palhoça sua para satisfazer o foro de 1 moio de trigo aos senhorios<sup>55</sup>.

---

<sup>55</sup> A.D.A.H, tabelião Domingos Lagos Armelim, 1743-1754, liv. I, fls.55-56.

Em 17 de janeiro de 1748, os senhorios reverendo padre vigário e licenciado Jerónimo de Sousa Cabral, da matriz de Velas, e o reverendo padre beneficiado Jorge de Sousa Fagundes, moradores na vila das Velas, arrendavam um pedaço de terra de rocha e vinha aonde se diz a Ladeira do Engenho do lugar da Ribeira da Areia. A rendeira Maria Nunes, viúva de António Sanches, moradora na Ribeira da Areia, durante 9 anos pagaria anualmente 13.000 reis, sendo também obrigada em cada ano a plantar na mencionada rocha 30 vimieiros e 10 macieiras<sup>56</sup>.

Na escritura de arrendamento, a 8 de maio de 1752, o senhorio capitão António André da Silveira, morador na Vila das Velas, arrenda por 9 anos, dois pedaços de vinha na Ribeira do Nabo a Manoel Machado de Andrade, morador na Ribeira do Nabo, pelo preço, cada ano, de 8.000 reis, com a condição do rendeiro mondar as vinhas a tempo e horas, sendo que iram dois lavradores, por parte do senhorio, em cada ano ver as vinhas e não as achando bem trabalhadas a escritura ficava sem efeito. O novo rendeiro comprometia-se a erguer uma casa de palha e madeira com os mesmos materiais (palha, portas e lagar) sendo paga no fim do arrendamento pelo senhorio<sup>57</sup>.

Em 18 de janeiro de 1786, a senhoria D. Barbara da Ana, viúva do capitão Francisco Silveira de Bettencourt, moradora na vila de Velas, arrendava durante 3 anos a António Machado Pereira, morador Norte Grande, um corpo de terras de pão, pastos, vinhas e matos na freguesia do Norte Grande pelo preço de 3.000 reis, 12 galinhas e 3 canadas de manteiga<sup>58</sup>.

No ano de 19 de setembro de 1818, os senhorios alferes José Monteiro de Castro e sua mulher D. Teresa Cândida, moradores na ilha Terceira, pelo seu procurador Alexandre José Botelho, escrivão dos órfãos, fazem uma escritura de foro perpétuo ao ajudante João António da Silveira, morador na vila das Velas. Os bens aforados eram uma casa palhoça demolida com 1 alqueire e 3 quartas e meia de terra lavradia no sítio da Fajã, freguesia de Santo Amaro. Este foreiro tinha que pagar anualmente 3.000 reis e conceder servidão para outros domínios dos ditos senhorios<sup>59</sup>.

Para além, das imposições de pagamento aos senhorios, a maioria dos lavradores deviam pagar o dízimo à Ordem de Cristo, a redízima ao capitão donatário e ainda viam o seu património a ser taxado nas fintas ordinárias e extraordinárias. Por isso, convinha reunir um conjunto de propriedades próximas do lugar onde residem para conseguir trabalha-las sem

---

<sup>56</sup> A.D.A.H., tabelião Domingos Lagos Armelim, 1743-1754, liv. II, fls. 58-59.

<sup>57</sup> A.D.A.H., tabelião Domingos Lagos Armelim, 1743-1754, liv. III, fls. 71v-72v.

<sup>58</sup> A.D.A.H., tabelião Francisco de Melo Correia Flores, 1785-1787, fls. 26v- 27v.

<sup>59</sup> A.D.A.H., tabelião Francisco Pereira da Lacerda Cabral, 1817-1822, liv. I, fls. 68v-71

custos acrescidos, de forma a produzirem o suficiente para o consumo de sua casa e o pagamento dos encargos referidos (Pereira 1987:158).

Algumas das estratégias encontradas por estes lavradores para aumentar as explorações implicavam permuta de bens, de modo a emparcelarem com as suas propriedades. Em 9 de fevereiro de 1749, António da Cunha e sua mulher Francisca Teixeira, moradores na vila das Velas, faziam um cerrado de 5 alqueires de terra de pão na freguesia de Rosais, de que era administrador o seu tio beneficiado padre Francisco Pereira de Oliveira. Estes pretendiam trocar com Pedro Vieira e sua mulher Rosa Maria, moradores em Rosais, 3 pedaços de terras de pão individuais, que no seu conjunto teria cerca de 6 alqueires, todos eles pertencentes à freguesia de Rosais. Pelas confrontações destes últimos bens podemos constatar que confrontam com os bens da administração do sobredito beneficiado padre Francisco Pereira de Oliveira. Ademais, na avaliação de bens, Pedro Vieira e sua mulher tinham que dar mais 10.000 reis pelos bens que iam receber em troca de António da Cunha e sua mulher, por estes valerem mais. Portanto, esta troca só parece ser plausível com vista ao emparcelamento por ninguém querer trocar um terreno por outro que tivesse um valor inferior<sup>60</sup>.

Nestas permutas é interessante observar que, em alguns casos, também entravam bens móveis no negócio. Por exemplo, no dia 10 de janeiro de 1786, Maria de Quadros, viúva de João Teixeira Machado queria trocar um bocado de rocha, no Toledo, e uma caixa de cedro de 5 palmos com fechadura com o seu genro Manoel Silveira de Sousa, por 4 alqueires de pasto<sup>61</sup>.

Por último, as permutas de terras foreiras necessitavam de uma licença por parte dos senhorios. Em 26 de janeiro de 1819, o alferes Jorge de Sousa da Silveira, morador na Vila de Velas, detentor um bocado de mato e vinha que teria perto 2 alqueires no sítio da Fajã, na freguesia de Santo Amaro, pretendia trocá-la por 2 alqueires e meio de terra de pão, em Rosais, com o Alferes Manuel José da Silveira, morador no lugar da Fajã. Esta última terra era foreira à Santa Casa da Misericórdia em 4 alqueires e 3 maquias de trigo, e obteve licença da mesma para esta permuta. Estes 2 alqueires e meio de terra, em Rosais, pertenciam a uma propriedade de 1 quarteiro de terra de pão foreira à Santa Casa da Misericórdia pelo preço de 25 alqueires de trigo.

Assim, esta troca, mais ou menos equivalente em área, beneficiava ambas as partes. Um ficaria com bocado de terra de pão, em Rosais (zona cerealífera) de maior valor, embora

---

<sup>60</sup> A.D.A.H., tabelião Domingos Lagos Armelim, 1743-1754, liv. II, fls.106-107v.

<sup>61</sup> A.D.A.H, tabelião Francisco de Melo Correia Flores, 1785-1787, fls. 25-26v.

com imposições; o outro deteria um bocado de vinha e de mato junto da sua residência, na Fajã em Santo Amaro, livre de qualquer imposição<sup>62</sup>.

### **6.7 Administração concelhia na propriedade**

Pela análise das posturas camarárias de Velas do século XVIII e XIX, ficamos a conhecer um conjunto de normas que visa proteger as propriedades no sentido de fomentar a produtividade agrícola do concelho. Reportam-se a vários domínios desde roubos a danos causados pelos cães, pássaros, galinhas e gados nos cultivos, bem como a vedação das propriedades e limpeza das suas testadas.

Na matéria dos roubos, qualquer pessoa que invadisse propriedade alheia (ex.: quinta murada, pomar tapado, vinhas e terras de pão) e fosse apanhado com géneros como abóboras, milho, maçãs, vinho, inhames, lã, uvas ou outra coisa qualquer, poderia ser preso pelo lavrador e remetido para a prisão, tendo uma pena de 500 reis e 30 dias de prisão<sup>63</sup>. De igual modo, a Câmara atua sobre os furtos de mato de faia, azevinho e urze que eram importantes na divisão entre prédios e para abrigarem os terrenos cultivados. Para além disso, a faia era a melhor lenha no que toca ao combustível para aquecimento das casas, cozer pão e cozinhar e também se empregava nas obras de carpintaria, sendo a predileta para o travejamento e armação das casas pela sua durabilidade (Avellar 1902:145-146). Quanto à rama do azevinho, era um importante recurso no sustento dos gados. As urzes, serviam de tapumes nas terras, como também abrigavam os poços para onde escoavam as águas<sup>64</sup>.

A vedação de propriedades devia ter, pelo menos, 7 palmos de altura. As preocupações camarárias recaíam, maioritariamente, sobre aquelas que faziam confrontação com os caminhos e canadas públicas. Assim, os proprietários seriam obrigados sobre a pena de coima, a terem as terras devidamente tapadas com os ditos 7 palmos; a mantê-las roçadas de silvas e outras ervas ruins, bem como a limpar as pedras miúdas das testadas. Eram vistoriadas duas vezes por ano: uma vez no mês de maio e outra vez no mês de setembro. Nos caminhos do concelho, pelos danos causados, era proibido retirar terras, exceto para fazer as eiras pedindo licença à câmara. Nas testadas dos prédios era também proibido fincar malhões ou pedra altas com incómodo para os viajantes<sup>65</sup>.

No sentido de proteger os cultivos, proibia-se passar ou fazer caminho sem licença do dono em terras que não tivesse servidão, salvo no mês de junho até setembro, por respeito dos

---

<sup>62</sup> A.D.A.H., tabelião Francisco Pereira da Lacerda Cabral, 1817-1822, liv. I, fls. 96v-97v.

<sup>63</sup> P.C.V:189-190; A.M.V, livro n.º121 de posturas da câmara das Velas,1803-1845, fls. 31v.

<sup>64</sup> P.C.V: 185-186; A.M.V., livro n.º121 de posturas da câmara das Velas,1803-1845, fls. 31v-32.

<sup>65</sup> P.C.V: 190-194; A.M.V., livro n.º121 de posturas da câmara das Velas,1803-1845, fls.28v-29.

recolhimentos dos trigos e milhos (P.C.V: 191-192). Por seu turno, *“todo o individuo que arrancar, cortar, quebrar ou golpear os plantios das estradas incorre multa de 4.000 reis”*<sup>66</sup>.

Relativamente aos animais, pelos danos e prejuízos que causam nas propriedades, também eram constantemente alvo de regulamentação. Os gados que andassem soltos sem cobro dos seus donos e se encontrassem em terras cerealíferas, de vinhas, inhames, tremoços e outonos pagariam de pena, por cabeça, 200 reis<sup>67</sup>. Era proibido que as pessoas que vivessem entre vizinhos trouxessem galinhas soltas entre os meses de março e setembro, com pena de 100 reis para o rendeiro (P.C.V: 196).

Em matéria de cães, as posturas municipais velenses eram impetuosas, devido aos danos que produziam nas terras de pão e vinha. Por isso, era proibido a sua criação e multiplicação, os caçadores podiam ter 5 cães tendo furão, e os lavradores somente um para vigia de suas fazendas. Caso o cão matasse ovelhas teria que ser abatido, e durante os meses agosto até meados de outubro *“todo o cão que se achar dezasamado, ou sem canga ou trambolho, há de pagar o dono do cam que se achar solto 200 reis para o acusador e rendeiro do verde”* (P.C.V:198-199). A legislação sobre os pássaros (canários, melros e tentilhões) era já antiga, mas parece que a situação se vinha a agravar, conforme aludem as posturas: *“tinha criscido tanto esta praga, que não escapava com ella nada, que não destruisse, pello que acordaram que cada casal desta jurisdição fosse obrigados a entregar no mez de abril de cada hum anno 50 bicos de tais pássaros sob a pena de 500 reis”* (P.C.V: 200-201).

Por fim, a câmara das Velas acautelava, pela imposição de coimas, a manutenção e abertura de novos poços, bueiros, regos e valas nas propriedades, de modo que as águas não causassem prejuízo nas mesmas e nos caminhos do concelho.

*“ (...) reforma-se este capitullo pella munta reclamação do povo por falta de não haver boeiros suficientes para receberem as dittas aguas, que correm pello caminho do concelho damnificando os dittos caminhos, e o grande damno que recebem huns dos outros por falta não terem boeiros, assim nas terras de pão, como nas vinhas, acordarão, que cada dés braças, haja hum boeiro; os da confrontação do Sul de altura, e de largora de hum couto, com deregadouro de todo o caminho”* (P.C.V:197-198).

---

<sup>66</sup> A.M.V., livro n.º121 de posturas da câmara das Velas, 1803-1845, fls. 30v.

<sup>67</sup> P.C.V: 200; A.M.V., n.º121 de posturas da câmara das Velas, 1803-1845, fls.32.

O procurador do concelho juntamente com o escrivão da câmara estavam encarregues de demarcar os bueiros e notificar os donos das propriedades que entestavam com o caminho municipal, sendo estes obrigados a abrir os ditos bueiros dentro de 5 dias. Ao inverso, não podiam abrir poços, nem valas no caminho do concelho, pelo perigo que ocorreria para os animais “*como a experiencia o tem mostrado que alguns morrerão afogados*” (P.C.V: 192). No que respeita às valas, era obrigatória a sua conservação e limpeza até ao dia 15 de setembro de cada ano<sup>68</sup>.

Dentro desta ótica, verifica-se por parte das autoridades municipais uma preocupação no levantamento e registo de poços, regos e valas das propriedades, certamente nas zonas mais problemáticas das freguesias, nomeadamente nas áreas circundantes de ribeiras, afluentes e grotas, como também em zonas de maior inclinação e acumulação de precipitação nas terras de maior altitude (Anexo 2, Tabela 7). Ao longo dos séculos foram registadas várias inundações que provocaram inúmeros estragos (Sousa 2003:176-179; Avellar 1902: 424).

Assim, a 13 de janeiro de 1838, entre os vários proprietários da freguesia da Urzelina, na sequência dos prejuízos causados pelas águas no mês abril de 1837, foi nomeada pela câmara uma comissão, encabeçada pelo juiz eleito na mesma freguesia, com intuito de prevenir danos futuros. Às pessoas que eram proprietárias de prédios nas zonas mais problemáticas, o juiz pedâneo da freguesia notificava de modo a fazerem os poços, com um prazo de vinte dias uteis para os abrirem com as dimensões estabelecidas. O incumprimento levaria a uma multa de 1000 reis por cada poço; na segunda vistoria, não estando aberto o poço, pagariam 5 000 reis<sup>69</sup>.

Os poços referidos na documentação não tinham por finalidade de armazenar água para consumo, mas sim amparar as águas e terras provenientes das propriedades. Tipologicamente podiam ser semicirculares ou quadrangulares. Para os primeiros, mais frequentes na documentação, as medidas oscilavam entre os 10-15 palmos de boca e de 4-10 de fundo, embora em alguns a largura e fundura fosse a máxima que se pudesse<sup>70</sup>. Do segundo tipo apenas surgem dois exemplares na documentação, tinham 14-15 palmos de comprimento, 7 de largo e 7-8 de fundo<sup>71</sup>. Em algumas propriedades havia mais do que um poço, colocados estrategicamente para por cobro às águas.

---

<sup>68</sup> A.M.V., livro n.º121 de posturas da câmara das Velas, 1803-1845, fls.33v.

<sup>69</sup> A.M.V., livro n.º121 de posturas da câmara das Velas, 1803-1845, fl. 26.

<sup>70</sup> A.M.V., livro n.º 162 do manifesto de poços, valas e regos no concelho das Velas, século XVIII, fls. 8-8v; 11v.

<sup>71</sup> *Ibidem*, fls.4v,7.

Associados aos poços estavam os regos, que eram feitos de modo a desaguar neles, podendo haver vários de diferentes extensões, sendo que em alguns casos deviam “abraçar” toda a propriedade. Estes também se estendiam na direção de outros regos, desaguardo nos poços vizinhos. As valas, por seu turno, eram mais extensas, podiam ter 3 palmos de boca e 3 de fundo, muitas delas atravessavam várias propriedades ou encabeçavam em outras valas (ex.: quando interrompidas pelos caminhos) desaguardo quase sempre nas ribeiras ou grotas<sup>72</sup>.

Estes sistemas de desaguardo das águas, obrigava a entreaajuda dos proprietários, o que, seguramente, causava algumas querelas por descuido ou desleixo na hora de conservar e limpar os poços, valas e regos. Por isso haveria a fiscalização por parte das autoridades camarárias, que também ordenavam a abertura de novos poços, regos e valas, de maneira a atenuar os efeitos derivados dos escorrimientos das águas, como movimentações de terra e destruição das culturas e caminhos concelhios.

---

<sup>72</sup> *Ibidem*, fls. 11-15v.

## 7. Agricultura

Desde a época do povoamento, a cultura cerealífera alcançou um papel predominante na economia insular, de tal forma que entre os séculos XVI e meados do XVII os Açores chegaram a ser considerados, por alguns historiadores, o celeiro do reino (Vieira 1985: 125). Contudo, o arquipélago está longe de constituir um espaço físico homogéneo. Na ilha de São Jorge e, sobretudo, no Pico as características morfológicas e composição dos solos não eram as mais propícias aos cereais, daí resultando os temíveis “anos de fome” (Pereira 1987: 165; Martins 1997:119; Meneses 1992: 49).

De facto, a superfície jorgense destinada aos cereais estaria confinada a pequenas extensões de terreno, situação verificada já em oitocentos por João Duarte de Sousa (2003: 94) *“a ilha não tem planuras nem vales de grandeza notável”*. Mesmo assim, apesar da capacidade do uso do solo na ilha de São Jorge não apontar para o cultivo de cereais, a necessidade de responder ao consumo interno e satisfazer as rendas em géneros que alguns senhorios exigiam levou ao aproveitamento de todas as superfícies lavradas possíveis (Pereira 1987: 165). Além do grão constituir a base alimentar das populações, o cereal também garantia os materiais necessários na cobertura de casas e anexos e servia de alimento e cama para o gado (Martins 1997: 119). Relativamente à produtividade dos solos, no início do povoamento seria extremamente elevada, porém, com o passar das décadas, deu-se uma ligeira quebra.

*“É esta ilha abundantíssima de trigo de várias castas, anáfíl, barbela, tremês, pelado, canoco, que ora responde a doze, catorze e vinte moios por moio de terra. No tempo antigo respondiam a sessenta moios por moio, e o mesmo a cevada, centeio, milho miúdo e zaburro”* (Frutuoso livro VI: 25)

Este abrandamento na produção é o resultado de uma exploração intensiva dos solos, obrigando à alteração das práticas agrícolas, como a utilização dos fertilizantes naturais (tremoços e favas) e rotação de culturas (Gil 1970: 19-29; Vieira 1985: 133). O enfraquecimento dos solos acentuou-se durante o século XVIII, mas mesmo assim, o índice de produtividade dos Açores, comparativamente à Europa, continuava a ser superior. Segundo os cálculos de Francisco Borges, a produção da ilha de São Miguel chegava a uma relação de 1 para 20, enquanto em França seria de 1 para 15 (Meneses 1992: 33).



O trigo manteve-se como o cereal dominante e de grande rendimento comercial, mas desde de meados do século XVII e, sobretudo, no desenrolar do século XVIII entrou em declínio de produção, devido ao enfraquecimento dos solos. Subsequentemente, fez-se a introdução do milho maís (*Zea mays*, L), que foi ganhando, paulatinamente, uma maior relevância na época contemporânea. A cronologia da introdução do milho maís nos Açores ainda permanece na incerteza, mas consensualmente os historiadores atribuem-na a meados do século XVII, aumentando a produção na centúria seguinte, para acabar por predominar em oitocentos (Meneses 1992: 32; Martins 1997: 120). Na ilha de São Jorge, a introdução do milho, segundo Cândido Avellar (1902: 140), aconteceu entre o 3.º e 4.º quartel do século XVII, embora nos finais do século XVI já tivesse ocasionalmente chegado ao porto das Velas (Pereira 1987: 170).

Ao princípio, o novo cereal parece ter tido resistência por parte das populações. Em 1647, o Padre Maldonado, na *Feliz Angrense*, menciona que a cultura do milho grosso era insignificante, sendo semeado apenas por curiosidade. No século XVIII, o Padre António Cordeiro, na *Historia Insulana*, diz que o milho havia sido introduzido na era de seiscentos, com o fim de substituir o pastel, mas mal aceite pelas populações (Machado 1995: 180). Todavia, no século XVIII torna-se um cereal indispensável na alimentação das camadas populares mais desfavorecidas. Aliás, o milho, em São Jorge, no dizer António Pereira (1987: 170), se tivesse sido introduzido mais cedo resolveria uma parte da escassez cerealífera, sendo que no último quartel do século XVII até já se exportaria.

De facto, o milho encontrou nos Açores as condições ideais para sua incrementação. Os elevados índices de humidade do ar característicos do arquipélago favoreceram o sucesso desta cultura eminentemente hidrófila, sendo também uma planta forraginosa que se tornaria uma base importante na alimentação dos gados. Além disso, oferecia maiores garantias de produtividade, pois a colheita do milho podia ser realizada em várias fases, dependendo da variação da temperatura: nas terras de baixa altitude, junto ao mar, decorreriam entre agosto e setembro; nas terras de média altitude entre setembro e outubro e na serra em outubro e novembro (Machado 1995: 182). Ao contrário da cultura do trigo, o milho acaba por ser mais rentável e resistente aos ventos e chuvas que abundam nos Açores.

### **7.1 A questão cerealífera no concelho das Velas**

Os historiadores caracterizam, geralmente, a ilha de São Jorge como uma das ilhas mais deficitárias em termos cerealíferos e das primeiras a ressentir-se e padecer nos anos de piores colheitas. A somar à reduzida aptidão dos solos jorgenses para o cultivo cerealífero,

outro problema que contribuiu para o agravamento desta situação foi o da distribuição das terras. Os melhores tratos de cultivo cerealífero no município das Velas abrangiam a freguesia de Rosais, estendendo-se pelas Figueiras, São Pedro e Levadas (nas imediações das Velas) e nas Relvas na Beira, por serem zonas aplanadas e férteis (Sousa 2003:94; Avellar 1902: 136).

Na freguesia de Rosais, grande parte de sua superfície estava ocupada pelos dois grandes arrendamentos da Pontinha e do Pinto. Quando às Figueiras, São Pedro, Levadas e Relvas, nas fontes são frequentemente atribuídas às famílias abastadas que arrendam ou aforam uma ou outra parcela aos médios e pequenos lavradores, garantindo os seus rendimentos anuais. Portanto, o melhor trato lavradio estava entregue a uma pequena minoria da sociedade. Nas outras freguesias também se cultivam cereais nas terras que melhor se adequavam a isso, tendo em vista, sobretudo, à subsistência.

Durante o século XVIII e XIX, os habitantes do município das Velas foram chamados, por vezes, a declarar na câmara as suas colheitas anuais, imposição que partida do próprio corregedor. Nas posturas municipais de setecentos faz-se saber que todo o proprietário de terras e vinhas era obrigado, no mês de outubro, a declarar as suas novidades num livro criado pela Câmara para esse fim, segundo a ordem do corregedor Dr. Manoel Alves (P.C.V: 186). Este livro corresponde provavelmente ao manifesto realizado entre 1706-1721, havendo também um segundo, de 1806, para o mesmo fim (Anexo 2, Tabelas 8 e 9). Estes manifestos enquadram-se numa perspetiva de regulamentação própria de anos de maior escassez de mantimentos e também de fiscalização comercial, visando garantir a satisfação do consumo interno e venda apenas dos excedentes.

No manifesto dos anos 1706 a 1721, os géneros declarados são cereais e vinhos, os quais tinham um fácil escoamento no mercado externo. Além disso, o período em que decorre este manifesto coincide com alguns anos de penúria. Neste sentido, as autoridades camarárias decretavam, muitas das vezes, a proibição da saída de géneros pela falta que fazia na terra (P.C.V: 188).

Em 23 de junho de 1707, na sequência de falta de mantimentos que não só afetou a ilha de São Jorge como também as ilhas vizinhas, a Câmara das Velas viu-se na necessidade de recorrer à compra de 27 moios de milho provenientes da ilha de São Miguel. Cada moio custou 9.000 reis, sendo posteriormente vendido ao povo pelo preço de 160 reis o alqueire, sem dele retirarem qualquer lucro. Nestes momentos de maior aflição, as figuras eminentes do município eram quase sempre os primeiros a contribuir para as despesas, mas ao mesmo tempo espreitavam uma oportunidade de realizar o seu negócio. Deste modo, o capitão João

Machado Vieira, voluntariamente, despendeu 18 pipas de vinho de sua lavra para contribuir para o pagamento dos moios de milho, e receberia após a venda deste ao povo<sup>73</sup>.

Em 1713, abateu-se sobre o arquipélago um temporal que arrasou as colheitas deixando a população jorgense em grande miséria. Nesse ano tenebroso, em que morreu muita gente de fome, o bispo D. António Vieira Leitão, que estava de passagem, acabou por socorrer os fiéis com mantimentos, durante sete meses, com uma despeça de 2000 cruzados em dinheiro e 30 moios de trigo. O trigo chegou a vender-se a 400 reis e o vinho a 160 reis a canada (Avellar 1902: 423).

A abordagem a este manifesto não pode ser realizada no ponto de vista quantitativo e estatístico por diversos motivos. Primeiro, porque o número de pessoas que declaram em cada freguesia, ao longo dos anos, é inconstante, isto é, varia de ano para ano e chega ao ponto de ser nulo em algumas freguesias. Em segundo lugar, o máximo de manifestantes dá-se nos anos de 1712 e 1715, e anda à volta das 140 pessoas, número distante da realidade. Os dados demográficos mais próximos da data deste manifesto são disponibilizados nos finais do século XVII por Frei Agostinho Monte Alverne, e indicam que a população do concelho das Velas ultrapassaria os 4185 habitantes. O máximo de manifestantes é de cerca de 140 pessoas o que não é uma amostragem muito fidedigna, mesmo tendo em conta que mais de metade da população trabalharia por conta de outrem. Também nos podíamos questionar que somente os principais lavradores ou produtores seriam chamados a declarar a suas colheitas, porém surgem todo o tipo de casos, deste de pequenas até às maiores produções.

Um último aspeto, devemos sempre questionar a própria veracidade das quantidades manifestadas, porque não interessava de todo aos produtores declarar a totalidade de suas colheitas, de maneira a poderem negociar por fora alguns géneros sem quaisquer imposições fiscais.

Assim, as limitações acima condicionam uma interpretação rigorosa e minuciosa, embora seja possível retirar algumas ilações com base nos dados disponíveis e informações que o escrivão ia adiantando para alguns deles. Como se pode constatar na tabela 8 (Anexo 2), a tendência seria para o trigo ser o cereal predominante, exceto nos anos de 1715 e 1716 em que é ligeiramente ultrapassado pelo milho. Este, na freguesia da Urzelina e, em vários anos consecutivos, em Santo Amaro acaba por ter uma produção superior à do trigo por causa da natureza dos solos, a que se adaptaria melhor. A cevada e o centeio tinham pouco expressão, normalmente cultivados em solos mais pobres e agrestes, como a Ribeira do Nabo (Urzelina)

---

<sup>73</sup> A.M.V., livro n.º 54 de vereações e acórdãos da câmara das Velas, 1707, fls.28v-30.

e Norte Grande, com vista ao autossustento no seio familiar. A cevada seria semeada nos finais do inverno, para servir de alimento aos gados e o centeio semeava-se no outono, em rotação com o trigo (Pereira 1987: 170).

O escrivão, durante o manifesto de 1706-1721, deixa certas pistas, nomeadamente se os cereais provinham da lavra dos senhorios e/ou se eram terras arrendadas, sendo que nunca são referidas as quantidades envolvidas. As rendas recaem quase sempre sobre o trigo, certamente motivadas pela procura externa, que facilitava o seu escoamento. Em alguns casos havia indivíduos que viviam apenas dos rendimentos provenientes das rendas, enquanto outros, não tendo terras suficientes, dependiam de terceiros. Em 1709, António Nunes Toste, morador em Rosais, recebia 100 alqueires de trigo e 52 de milho, exclusivamente das rendas<sup>74</sup>. Enquanto em 1712, Manoel Machado, morador na mesma freguesia, produzia 20 alqueires de trigo e 90 de milho, sendo todos oriundos de terras arrendadas<sup>75</sup>.

Para além da exploração das rendas através dos arrendamentos ou aforamentos, também havia as terras a meias. Este contrato consistia em que metade da produção fosse dividida entre o senhorio e o lavrador, o que podia incidir sobre a produção total ou apenas certas culturas indicadas no contrato. Assim, em 1706, o alferes Manoel da Ávila de Bettencourt, morador em Rosais, tinha terras de meias cuja sua produção era de 120 alqueires de trigo, 60 de milho e 1 pipa de vinho<sup>76</sup>. No ano de 1714, Jorge Cardoso, morador na vila das Velas, tinha de meias terras de trigo, recebendo 28 alqueires<sup>77</sup>.

As produções mais elevadas pertencem, frequentemente, aos oficiais das milícias, por serem detentores de uma grande parte das terras, sobretudo as melhores, e ainda subalugarem algumas parcelas recebendo as respetivas rendas. As maiores quantidades declaradas nesse tempo cabiam ao alferes António Machado Teixeira<sup>78</sup>, morador na Beira, e ao capitão Jorge Teixeira de Sousa<sup>79</sup>, morador nas Velas. O primeiro, em 1710, manifestava 660 alqueires de trigo e 150 de milho e, no ano de 1714, 600 alqueires de trigo e 420 de milho. O segundo, em 1710 declara 1140 alqueires de trigo que recebia de suas terras e de arrendamentos e 90 alqueires de milho e, em 1711, 900 alqueires de trigo e 120 de milho. Estes dois casos não têm paralelo, mesmo dentro de outros oficiais das ordenanças, cuja produção manifestada é muito mais diminuta.

---

<sup>74</sup> A.M.V., livro n.º 160 do manifesto dos frutos dos lavradores de trigos, milhos e vinhos do concelho das Velas, 1706-1721, fls. 39v.

<sup>75</sup> *Ibidem*, fls. 50v.

<sup>76</sup> *Ibidem*, fls. 13.

<sup>77</sup> *Ibidem*, fls. 73.

<sup>78</sup> *Ibidem*, fls. 42; 68.

<sup>79</sup> *Ibidem*, fls. 43v; 45v.

Quanto às viúvas dos oficiais, passa a ideia que viviam em grande parte de rendimentos auferidos pelo arrendamento das terras. Em 1708, a Dona Ana Silveira de Sousa, viúva do capitão António Pereira Lemos, declarava 300 alqueires de trigo e 60 de milho que provinham de rendas<sup>80</sup>. Na mesma maneira, em 1711, Maria Ávila de Bettencourt, viúva do capitão Mateus Pacheco Maciel, recebia de renda de suas terras 60 alqueires de trigo<sup>81</sup>.

As produções manifestadas, por vezes, são meação entre membros da mesma família. Nos anos de 1706 e 1707, Miguel Viera da Cunha declara com sua sogra Margarida de Oliveira, moradores no Norte, as novidades anuais<sup>82</sup>. Em 1712 Manoel Teixeira Lisboa, conjuntamente com o irmão António Alves e sua mãe, moradores nas Manadas, manifestavam 90 alqueires de trigo, 70 de milho e 3 pipas de vinho<sup>83</sup>. No falecimento dos progenitores, não tendo ainda os filhos atingido a idade adulta, os familiares mais próximos assumiam o papel de tutores. Em 1714, António Alves Soares manifesta a sua produção e também, como tutor das suas sobrinhas filhas de Manoel Gonçalves, a destas, 5 alqueires de trigo e 1 pipa de vinho<sup>84</sup>.

Por último, o escrivão alude à situação de certos indivíduos desempenharem funções como administradores de confrarias ou capelas e dos senhorios. O alferes Domingos da Silveira recebia as rendas como administrador do Senhor São Gonçalo que seria uma confraria ou capela<sup>85</sup>. Em 1706 arrecadava 180 alqueires de trigo e 8 pipas de vinho e no ano de 1707, 80 alqueires de trigo e 9 pipas de vinho. No ano de 1712, António Alves de Oliveira cobrava de trigo 480 alqueires das terras do reverendo Pedro Jorge Correia, morador na cidade de Angra, ilha Terceira<sup>86</sup>.

O manifesto de 1806 enquadra-se dentro uma crise alimentícia que se abateu no concelho das Velas. Os dados fornecidos parecem ser mais coerentes com a realidade devido a amostragem muito superior, contando 1326 manifestantes. O escrivão neste manifesto regista os manifestantes de forma ordenada, por freguesia e lugar, o que possibilita uma análise comparada da produção entre freguesias. No entanto, ao contrário do outro manifesto, o escrivão neste não adianta pormenores, limitando-se apenas a registar as quantidades de trigo, milho e batatas.

---

<sup>80</sup> *Ibidem*, fls. 32.

<sup>81</sup> *Ibidem*, fls. 44.

<sup>82</sup> *Ibidem*, fls. 8v; 25v.

<sup>83</sup> *Ibidem*, fls. 53.

<sup>84</sup> *Ibidem*, fls. 69.

<sup>85</sup> *Ibidem*, fls.12; 28v.

<sup>86</sup> *Ibidem*, fls. 59.

Neste manifesto de 1806 salta à vista uma mudança alimentar em relação ao anterior, o milho passa a ser claramente o cereal dominante com 60,3%, o trigo conta apenas com 14,4% sendo ultrapassado pela batata com 25,3% da produção (Anexo 2, Tabela 9). Apenas na freguesia de Rosais, Serroa e Ribeira da Areia a batata não suplanta o trigo.

Na freguesia de Rosais produzia 45% do trigo manifestado quase metade da produção total. A distribuição do milho por freguesias parece ser mais uniforme, passando-se o mesmo com a batata.

A decadência do trigo no século XIX pode ser entendida por vários motivos. O primeiro seria, segundo João de Sousa (2003: 94), os melhores terrenos encaminharem-se para um ponto de esgotamento em consequência da falta de rotação, de descanso das terras e da pouca estrumação. A própria qualidade das sementes empregues era outro dos motivos *“mirradas pela hibridação, sem tipo de grão conhecido incapaz de certo para satisfatório desenvolvimento, e, portanto, para larga produção”* (Sousa 2003: 95). Segundo, a introdução do milho também contribui decisivamente para o declínio do trigo ao longo do tempo. Como visto, o milho adata-se muito bem a climas húmidos e num sistema disperso de propriedade torna-se mais rentável. Além disso, em São Jorge, pela forte componente pecuária, a forragem do milho tornou-se fundamental na alimentação dos gados.

*“O nosso lavrador não só não semeia ralo para colher espesso, como cultivava basto. Especialmente os milhos são desbastados à proporção que o gado vai comendo a forragem do desbaste, sucedendo não raro estarem espigados já quando termina esse amanho!”* (Sousa 2003: 97).

Por último, a batata *inglesa* conhecida localmente por “batata da terra” pela sua rentabilidade e imposição também ajudou a suprimir o trigo. A batata inglesa foi introduzida nos Açores no último quartel do século XVIII pelo impulso do capitão-geral Dinis Gregório de Melo e Castro. Esta nova cultura viria a ser imposta aos povos, de modo que cada lavrador que cultivar 5 alqueires de terra seria obrigado a semear uma quarta de batatas, se for 10 alqueires de terra teria que semear meio alqueire e assim sucessivamente (Sousa 2003: 98). Aliás, em 23 de julho de 1798 foi ordenado por sua majestade aos lavradores que semeasse a maior quantidade de batatas possível, sendo que no fim tinham que manifestar na câmara a sua colheita, com a compensação de ver perdoado o dízimo eclesiástico por tempo de 10 anos (Avellar 1902: 140).

Desta forma, os lavradores estavam obrigados a declarar a sua colheita na câmara, como sucedeu no manifesto de 1806, senão seriam condenadas a pagar uma multa que podia chegar aos 100 reis. Ao princípio, o povo desconfiando recusou semear batata, sendo esta usada sobretudo na alimentação dos porcos. Contudo, mais tarde acabou por ser um dos principais alimentos dos pobres. Nos finais do século XVIII, na ilha de São Jorge, havia batata *inglesa* com grande abundância, de tal modo que a produção chegou aos 2.500 moios. De facto, esta era uma cultura de muita produção por área, conseguindo-se retirar uma porção significativa de batatas. Além disso, podia-se semear mais de que uma vez por ano (Avellar 1902: 140).

Durante o século XIX, em virtude do esgotamento dos solos, os lavradores procuram outras zonas para arrotearem, sem grande rendimento no entender de João Sousa (2003: 97) *“cultivar em charnecas é trabalhar sem proveito, é malbaratar o tempo, que é precioso”*. A natureza de alguns solos e o relevo de algumas freguesias condicionaria o rendimento de produção com um investimento redobrado nas tarefas agrícolas.

*“Os terrenos da Fajã, Urzelina e Manadas são geralmente divididos em pequenos tabuleiros por necessidade, dimanada de sua grande inclinação, pelo que se torna penoso e dispendioso o serviço da cultura, sendo por sobre tudo isso bastante custoso o meio de transporte, pois é feito de costas por servidões de pé, ingremes e escabrosas!”*  
(Sousa 2003: 98).

## **7.2 Práticas e técnicas agrícolas**

As técnicas agrícolas praticadas nos Açores durante o século XIX seriam muito rudimentares aos olhos dos viajantes que dizem lembrar “os tempos primitivos romanos” (João 1991: 42). Em São Jorge, a mesma ideia é transmitida por João de Sousa (2003: 97) nos fins do século XIX, os lavradores seguiam ainda práticas arcaicas, ignorando os avanços tecnológicos. Na análise das fontes, sobretudo dos ofícios relacionados diretamente ou indiretamente com os trabalhos agrícolas, ficamos a conhecer o preço por um dia de lavra e os preços dos utensílios e alfaias agrícolas. Assim, no regimento do ofício dos lavradores que trabalham com uma junta de bois, no século XIX, são dadas informações sobre os preços levados na lavra das terras de trigo e milho. Quanto ao fabrico dos utensílios, o ofício do carreiro, no século XIX, está intimamente relacionado com o trabalho do lavrador, enquanto, o ferreiro quer no século XVIII e XIX garantia o calçar das alfaias agrícolas e o fabrico das diferentes foices usadas.

A descrição dos processos de trabalhos agrícolas que realizaremos de seguida está baseada nos estudos etnográficos realizados durante a primeira metade do século XX, numa sociedade ainda profundamente rural, cujas técnicas e alfaías agrícolas são o mais próximo que dispomos para o período estudando, sem tentação de anacronismo. À medida que se forem descrevendo os processos e alfaías do século XX (Anexo 4) apenas se introduzem algumas informações dos preços praticados nos séculos XVIII e XIX. Atualmente, não se cultiva trigo em parte nenhuma da ilha, ficam as memórias passadas, enquanto o milho continua a ser semeado, mas com intuito de dar forragens aos gados e não para grão/pão<sup>87</sup>.

### 7.3 Trigo

No início de oitocentos através das taxas dos lavradores que trabalham com uma junta de bois, é possível analisar alguns aspetos relacionados não só com os preços levados por um dia de lavrar nos campos, como algumas práticas agrícolas da época. Um dia de lavra de uma jeira de alqueivar outonos e semear trigo custaria 160 reis. Desta forma, as terras destinadas ao cultivo do trigo, primeiramente seriam semeadas durante o mês de outubro com leguminosas como favas e tremoços, que ainda verdes seriam apanhadas com as mãos ou roçadas com o *malho* (foice de dois gumes, Catálogo 4.1.6) entre os meses março e abril. O malho acabaria por cair em desuso com a entrada da *foice da américa* ou gadanha nos finais do século XIX e princípios do século XX.

Posteriormente, eram enterradas na terra à medida que o arado *de pau* (tipo radial com influências do de garganta, Catálogo 4.1.1) ia abrindo os regos, pondo-se as leguminosas no fundo, sendo depois cobertas com terra que a charoa ou arado da América iria emborcando. Esta prática de enterrar leguminosas seria indicada para os solos açorianos pela carência de azoto (Ribeiro 1983: 38; João 1991: 42). As posturas municipais velenses do século XVIII mencionam que de qualquer tipo de gado que fosse encontrado em terras de tremoços ou em outonos pagaria seu dono 200 reis por cabeça (P.C.V: 200).

Passadas algumas semanas, em que a terra ficaria em repouso para absorver o estrume, voltava-se a lavrar para a revolver. Seguidamente espalhavam-se as sementes de trigo ao longo da terra com as mãos e depois eram cobertas e alisado o solo com a grade (tipo 5, Catálogo 4.1.4). Durante o crescimento, até à sua maturação, o trigo era mondado uma ou duas vezes das ervas daninhas, com as mãos. No mês de julho tinha lugar a ceifa, trabalho que valia no princípio de oitocentos, por um dia e com a alimentação incluída, 80 reis.

---

<sup>87</sup> Na descrição dos processos para além da bibliografia foram recolhidos alguns testemunhos orais sobre as práticas e técnicas agrícolas uma vez que já não se encontra estas atividades no ativo.



Na ceifa participariam as mulheres e as crianças. À medida que os homens iam ceifando o trigo, as mulheres iam juntando, formando molhos e atando-os (Catálogo 4.1.8). Finalizada a ceifa, formavam com os feixes uma meda disposta na terra, que permanecia até ao dia da debulha, ou então carregavam o trigo para casa no próprio dia da ceifa em carros de bois (Mendonça 1961-62: 59-60).

Na eira procedia-se à debulha do trigo. O espaço da eira, de forma arredondada, preparava-se com o solo feito a partir de uma argamassa composta por terra, barro e água amassada pelos bois atrelados com a grade, sendo delimitado com fiadas de pedras meias enterradas que se chamavam os *combros* da eira (Mendonça 1961-62: 69). No século XVIII, pelos danos que causava nos caminhos, era proibido retirar terras salvo para fazer as eiras, mas querendo fazê-las tinham que pedir licença à câmara (P.C.V: 192).

Os feixes de trigo eram estendidos à volta da eira com a espiga para o centro, em seguida os bois arrastavam o trilho (tipo *tribulum*, Catálogo 4.1.9) à volta, em movimento continuado para separar o grão da palha. No princípio de oitocentos, o oficial de carreiro para fazer um trilho, sem alimentação, levaria 400 reis. O trilho era atrelado à canga de lavar (Catálogo 4.1.5) por dois orifícios a meio da travessa dianteira, por onde se passava a corda que prendia ao *pau do trilho* que depois o ligava aquela (Ataíde 1973: 283; Mendonça 1961-62: 70; Ribeiro 1983: 39). Para aumentar a pressão no trilho, crianças ou mulheres ponham-se em cima dele, andado às voltas. Simultaneamente, o trigo vai sendo *forquilhado*, isto é, revolvido com a forquilha (Catálogo 4.1.11). Por vezes parava-se os bois para revirar o trigo debaixo para cima, quantas vezes fosse necessário.

Depois de estar debulhado, o grão separa-se parte da palha com o auxílio do ancinho (Catálogo 4.1.12). Esta era transportada em carros de bois para os palheiros, e servia de cama ou de comedoria. O grão que fica espalhado na eira é reunido com o rodo (Catálogo 4.1.13) formando um monte cumprido que se denomina *serra*. Seguidamente, com a forquilha era atirado ao ar para separar a *muinha* (palha) do cereal, sendo de seguida novamente atirado ao ar, com uma pá, processo designado *padejar* ou *coanhar o trigo*. “*Enquanto se forquilha e coanha, mulheres vão varrendo para as extremidades da serra (as cabiceiras), o cacho que vai caindo sobre aquela, à medida que de padeja*” (Mendonça 1961-62: 70).

Por fim, o trigo era mais uma vez atirado ao ar (*aventejado*), desta feita com as mãos ou com os balaies (Catálogo 4.1.14) e, seguidamente, joeirado com um joeiro de junco ou de vimes (Catálogo 4.1.15) O grão era enchido com os balaies e trazido para casa, aonde secava em *esteiras* e se voltava a joeirar.

Após a ceifa do trigo, era normalmente posto o gado a comer o *restolho*. Na centúria de setecentos, as posturas municipais proibiam que alguma pessoa apanhasse palhas em restolhos alheios sem licença de seu dono, nem levasse a palha que estivesse apanhada sob a pena de 200 reis para o concelho (P.C.V: 196).

#### 7.4 Milho

No início do século XIX, um dia de lavra com uma junta de bois para semear milho e mais serviços no seu tempo custaria 200 reis. O milho, por norma, era semeado nas terras que no ano anterior tiveram trigo. No entanto, esta não constitui uma regra geral, visto o milho por ser uma cultura mais resistente, podia ser semeado em outras terras de maior altitude. Entre os meses de setembro e novembro semeava-se a *erva da casta* ou *serradela* que serviria de alimento aos gados amarrados à corta nos meses de março a maio. Durante este período de pastagem, os gados comiam a erva até ao nível do solo, enquanto com os resíduos que faziam e o pisar a terra com as patas (os antigos chamavam *trilhar a terra*) iam fertilizando os solos. Em alguns casos, em que os solos eram mais carentes, espalhava-se esterco proveniente dos estábulos ao longo das terras, ou então enterravam leguminosas.

As terras, nos meses de maio a junho, eram primeiramente, lavradas para descompactar a terra deixando a *leiva virada* (terra removida) durante dias. Posteriormente era gradada com os dentes e de costas até desfazer os *torrões*, e novamente lavrada e gradada as vezes que fosse preciso até ficar lisa e solta. Por fim seriam abertos os regos com o arado de pau e as mulheres ou crianças iam pondo ou *botando* a semente dentre dele. Passado um mês, o milho já com um palmo de altura era *sachado* (Catálogo 4.1.2). Normalmente era sachado apenas duas vezes durante o seu crescimento. A primeira chamava-se apenas sachar o milho (decrua) removendo as ervas daninhas, a segunda designa-se *aterrar* o milho (arrenda) isto é, chegava-se terra para o pé de milho e também arrancava-se o que estava a mais para dar espaço entre os pés.

No decorrer dos meses de outubro e novembro faziam a apanha dos milhos, que envolvia toda agente. Uns iam apanhando as *maçarocas* (espiga), outros juntavam-nas em montes pela terra, enquanto outros iam cortando as canas (palha do milho ou caules) com a foice:

*“Esta, ou a botam à parede com os tocos para o ar e a espiga para o chão trazendo-a para casa ao cabo de seis dias ou sete dias (processo mais usado na Beira e Rosais), ou a imaçanicam (imaçaricam- Norte Grande; formando com ela uns maçanicos*

(*maçaricos – Norte Grande; picotas – Santo Antão*) deixados dispersos pela terra durante um mês ou mais, até secarem.” (Mendonça 1961-62: 58).

Os maçaricos de formado cónico eram um feixe de canas postas ao alto ao longo da terra ou encostadas à parede (Catálogo 4.1.16). As maçarocas eram carregadas em cestos de vime até ao carro de bois, que se transportava para casa. No palheiro ou loja fazia-se a desfolha que reunia a família, amigos e vizinhos, mas segundo Elsa Mendonça (1961-62: 58) não era um momento de festa e júbilo, apenas mais um trabalho a realizar. No entanto, na ilha Terceira a desfolha seria, no dizer Luís Ribeiro (1982: 123), a mais importante das festas agrícolas. Durante a desfolhada, as maçarocas eram amarradas em *cambadas* ou *cambulhões*, e depois colocadas nas burras (Catálogo 4.1.17).

A secagem do milho podia ser realizada por dois processos distintos, com resultados diferentes no fabrico do pão. Devido aos elevados índices de humidade, uma das formas de secagem seria realizada no forno cujo trabalho penoso que cabia exclusivamente às mulheres. Destina-se ao grão para alimentação humana, porque no dizer dos populares o pão era mais saboroso. O segundo processo de secagem era feito nas *burras*, com as maçarocas colocadas sobre esta estrutura de madeira em forma de pirâmide e deixadas a secar ao ar livre. Por este processo, o milho quase sempre era posto para alimentação dos animais, porque o pão endurecia muito (Mendonça 1961-62: 58).

A debulha do milho, até à entrada do engelho de origem americana para esse fim, era um processo simples, feito manualmente com o recurso de um *sabugo* para friccionar contra o grão, ou então com o roçar da maçaroca contra uma pedra lisa. (Mendonça 1961-62: 71).

## **7.5 Outros utensílios agrícolas**

O alvião de São Jorge (Catálogo 4.1.2) é uma peça importante nos trabalhos agrícolas devido à sua robustez e funcionalidade, sendo possivelmente uma das alfaías mais utilizadas no rompimento dos solos pedrosos e no cultivo de leguminosas e de batatas.

Dentro das foices havia categorias diferentes, a sua tipologia era a mesma, apenas diferenciadas pela dimensão, que se ajustava aos diferentes trabalhos (Catálogo 4.1.7). As posturas municipais do século XVIII mencionam que, no mês de maio e em setembro, os proprietários de terras que confrontam com os caminhos do concelho eram obrigados a roçar as silvas sob a pena de 200 reis para o rendeiro do verde (P.C.V: 191). O mangual (tipo 5) nos princípios do século XX apenas servia para debulhar as leguminosas, sobretudo o tremçoço (Catálogo 4.1.10).

## 7.6 Trabalho braçal no século XIX

No que concerne ao trabalho braçal, através das taxas dos trabalhadores do século XIX ficam-se a conhecer alguns aspetos relacionados com os preços praticados, os quais variavam consoante os períodos de maior e de menor azáfama nos amanhos das terras. Em finais do século XIX, João Duarte de Sousa (2003: 66-67) salientava que na época das sachas do milho, que durava 3 a 4 meses, o trabalho do jornaleiro encarecia podendo atingir os 400 reis. Porém, nos restantes meses ficavam sem ocupação.

Entre agosto e fevereiro, um dia de trabalho com comida valeria 50 reis e a seco 100 reis. Deste de fevereiro até agosto, o dia trabalho valorizava ligeiramente, com comida 60 reis e sem comer 120 reis. Portanto, o contratante não oferecendo a alimentação o preço pela mão de obra duplicaria.

Os rapazes de tenra idade também participariam nos amanhos das terras, sendo contratados a respeito com os responsáveis. O preço dependia talvez da idade, qualidade e robustez do indivíduo. Nas famílias pobres e numerosas, esta seria uma das formas de garantir a sobrevivência e arrecadar mais algum dinheiro ou géneros para o grupo familiar.

Nestas taxas ainda fica tabelado o transporte dos feixes de lenha de urze, que nos meses de fevereiro até outubro perfazia 80 reis e nos restantes 100 reis. A legislação municipal atuava sobre os roubos de lenha que seriam frequentes nas rochas alheias ou bardos, sob a pena de 500 reis para o concelho; sendo moço de soldada, filho e negro os seus amos é que pagariam (P.V.C: 195). Até estava taxado o preço dos recados levados, por cada légua 50 reis, garantindo a comunicação entre sítios. Muitos dos caminhos existentes para o século XVIII e XIX eram de difícil deslocação, por isso se faziam a pé, havendo necessidade de taxar os percursos.

## 7.7 Inhame

O inhame é um tubérculo com várias variedades que estão distribuídas pelo mundo. Nos Açores, e mais concretamente em São Jorge, o inhame cultivado pertence à subfamília *Colocasioidea*, família das *Araceae*, de distribuição tropical (Brasil 1989: 8). A sua introdução muito provavelmente ocorreu nos primórdios da colonização, sendo já referenciado em Quinhentos por Gaspar Frutuoso. Uma das possibilidades sobre a vinda deste tubérculo, de acordo com Manuel Brasil (1989: 13) seria ter sido levado pelos primeiros casais mouriscos que se estabeleceram ainda no século XV, na ilha de São Miguel, pois era muito utilizado na alimentação na sua terra natal.

Decerto que o inhame rapidamente se tornou um dos principais alimentos do povo, das camadas mais desfavorecidas. Assim, em 1648, o corregedor António Raposo, na correição da

Câmara das Velas, constatou que a maior parte da população do concelho se sustentava dos cocos (inhames) e que não tendo terras próprias recorriam a terras arrendadas cujos senhorios cobravam preços excessivos de que resultavam furtos e queixas permanentes do povo. Deste modo, o corregedor ordenou que os senhorios arredassem as terras para plantar os cocos pelo preço de 150 reis o alqueire. Além disso impôs, por intermédio dos juizes ordinários, que toda a pessoa que vivesse de per si plantasse por cada ano no mínimo meio alqueire de cocos (Avellar 1902: 139; Brasil 1989: 11). Outro testemunho da importância do inhame na alimentação das camadas populares surge no século XVIII, transmitido pelo Padre António Cordeiro, que na descrição sobre a Ilha das Flores e Corvo menciona “(...) *os Inhames, a que o vulgo chama também cocos, que nascem como as batatas, e são muito sadios, e grande sustento da pobreza*” (Cordeiro Liv. IX: 485).

O cultivo dos inhames não molestava as sementeiras de cereais, uma vez que eram plantados em pequenos tabuleiros de rocha em sítios íngremes. De facto, nas fontes do século XVIII e XIX, as terras de inhames quase sempre se localizam nas rochas. Os melhores locais para sua plantação são as terras regadas por águas junto às ribeiras e fontes, a que se chama o “inhame de água”. Desta forma, as freguesias da costa Norte da Ilha de São Jorge, sobretudo nas escarpas das fajãs, pela sua abundância de água produziam um dos melhores inhames. No entanto, o local aonde se conseguia o melhor inhame de São Jorge, segundo José Cândido Avellar (1902: 138), seria na Fajã dos Vimes, no sítio do Rio, no concelho da Calheta. Este sítio era um pequeno trato de terra de poucas dezenas alqueires, que estava muito subdividido, de tal forma que a maior parcela de terreno tinha de área 363 m<sup>2</sup> e o mais pequeno 9m<sup>2</sup> (Brasil 1989: 27). Neste local o inhame podia atingir os 30 a 40 cm de tamanho e havia muita procura para obter um seu bocadinho de terra. “*Ali, o are d’este terreno regula a 100\$000 reis, ou o antigo alqueire 1: 000\$000 reis. A produção média dos inhames é de 300:000 kilogrammas*” (Avellar 1900: 139).

Este parcelamento intenso comprova a importância que ocupavam os inhames na alimentação jorgense, e nos temíveis “anos de fome” seria mesmo o principal sustento dos povos. Neste sentido, as posturas velenses acautelavam as terras de inhames contra os roubos e estragos provocados pelos gados (P.C.V: 196).

A abundância de inhames na ilha de São Jorge fomentou a imposição de dízimos, que estaria na causa de um dos mais célebres episódios da história local conhecido pelo “motim dos inhames” de 1694, que teve como principal palco o concelho da Calheta. De entre os vários historiadores que narraram este evento histórico destaca-se o Padre Manuel da Cunha (1981: 623-630), que melhor documenta os acontecimentos ocorridos. Sumariamente, os

tumultos resultaram da falta de pagamento dos dízimos dos inhames nos anos de 1692, 1693 e 1694, sobre o que foi inquirido um rol de mais de 150 moradores, resultando na condução à cadeia de alguns habitantes, o que desencadeou o protesto à mão armada. O povo não estava contra o pagamento dos dízimos, mas pretendia que fossem cobrados no local do cultivo como se fazia com os outros géneros.

*“Os cobradores do dízimo, porém foram duma violência revoltante. Sempre os dízimos se pagavam: os vinhos à bica dos lagares, o trigo nas eiras e o milho ao portal das terras. O cultivo dos inhames era em Fajãs e mormente em rochas de água, sítios perigosos, tendo de subir-se por veredas de escarpa, de 100 a 200 braças de altura, para se chegar ao centro da freguesia. Diziam os proprietários, fossem os dizimeiros ou sua gente recebê-los no local do cultivo. Era lógico, por ser usual com os demais géneros de cobrança. Eles, porém, altivos e de um despotismo insólito, exigiam lhes pusessem os inhames fora das rochas, fazendo dos contribuintes seus carregadores. O odioso de tal exigência não podia deixar de causar uma sublevação de consequências desastrosas ao povo e ao capitão-mor da Calheta que morreu no Limoeiro antes de ser julgado, sendo tanto mais infeliz todos, por terem por inquiridor e julgador o cruel Barbuda e tanto mais cruel por ser tímido e cobarde”* (Cunha 1981: 624).

## **7.8 Viticultura no concelho das Velas**

A vinha foi uma das culturas introduzidas pelos primeiros colonos nos Açores. Em São Jorge, rapidamente se assumiu como uma das principais fontes de rendimento muito devido à natureza dos solos e morfologia, que não se adequavam ao cultivo cerealífero, mas reuniram as condições ideais para a plantação das videiras. De tal maneira, que a vinha deixou a sua marca na toponímia jorgense como bacelo, bacelada, vale da vinha, fajã das cubas e ladeiras (Brasil 1987: 29).

Os historiadores são unânimes a dizer que a melhor zona vinícola no concelho das Velas centra-se na faixa costeira do Sul, que se estende, grosso modo, deste da Ribeira do Almeida, em Santo Amaro, até à fajã das Almas nas Manadas (Avellar 1902: 146; Pereira 1987: 170-171). Na vertente Norte da ilha, apesar de menor a área de vinhedo, este estava especialmente disseminado pelas diferentes fajãs *“a que é preciso juntar todas as arribas do mar, as rochas com seus tabuleiros e sequeiro e regadio, tal foi a área ocupada pela vinha”* (Silveira 1927: 259).

De entre as demais zonas destaca-se o vinho branco produzido nos Casteletes da Urzelina, que para alguns seria o melhor vinho dos Açores (Albergaria 1822: 100). Tratava-se de uma área de poucos hectares, mas muito valiosa. Em meados do século XVIII, como mencionado, no seguimento das partilhas por falecimento de António de Lacerda da Pereira e sua mulher Francisca de Bettencourt, os bens que possuíam nos Casteletes estavam avaliadas em um conto de reis. Os terrenos de vinhedos segundo Cândido Avellar (1902: 147) chegaram a ter o maior valor venal no período áureo da produção, sendo o alqueire de superfície podia variar entre os 100 aos 200.000 reis. Atualmente, a zona célebre dos Casteletes está basicamente coberta por um manto vegetal espontâneo e ocupada por algumas casas, o que modificou e sentenciou uma paisagem outrora composta por milhares currais de pedras.

### 7.8.1 Castas e produção

Relativamente às castas conhecidas, reconhece-se alguma diversidade. Em meados do século XVI, Gaspar Frutuoso (livro VI: 55) refere que na ilha Terceira havia “(...) *parreiras e uvas de todo vidonho, moscatel, verdelho, mourisco, açaria e outras*”. Quanto à ilha de São Jorge, as notícias fornecidas pelos historiadores são bem mais tardias. No fim do século XIX, José Cândido Avellar (1902: 47) refere a existência de várias castas que produziam vinhos de diferentes qualidades. O famoso vinho branco de São Jorge era feito a partir do *verdelho e terrantez*. As outras castas, como o *bastardo, moscatel, alicante, tinto, e boal*, em menos quantidade, produziam uvas de inferior qualidade destinadas aos vinhos de mesa. Por certo que a seleção e distinção entre vinhos aparece asseverada ainda na década de 20 do século XIX, quando João Albergaria (1822: 35) refere que o vinho mais afamado dos Açores, fabricado em São Jorge, se produziam 1.700 pipas, enquanto de zurrapa eram 3.000 pipas.

As primeiras notícias que nos chegam sobre a produção vinícola provêm da crónica de Gaspar Frutuoso (Livro VI: 110) que na sequência da destruição causada pela erupção de 28 de abril 1580 menciona as vinhas a que chamam as Queimadas, vendendo-se daí 1.500 pipas de vinho por ano, que seriam o grande remédio da ilha. A outra boca da erupção que irrompeu para a Ribeira do Nabo causou enormes estragos no vinhedo que compreendia uma área até aos 100 moios. A descrição de Gaspar Frutuoso, no entender de Manuel Brasil (1987: 29-30) é evidentemente exagerada, uma vez que 100 moios de terra são 580 ha ou 6.000 alqueires, e a produção em média de 1 pipa de vinho verdelho por alqueire, assim equivaleria a 6.000 pipas. Para além de ser uma quantidade excessiva, a área devorada pela boca do vulcão na

Ribeira do Nabo está longe de ter os 100 moios de terra. Mas, o exagero por parte de Gaspar Frutuoso vinca a importância que a vinha tinha em São Jorge logo nos inícios do povoamento.

De acordo com José Cunha Silveira (1927: 240), a ilha de São Jorge produzia no século XVIII uma média de 10.000 a 12.000 pipas de vinho branco, salvaguardando o ano de 1757, que foi quase estéril, sendo necessário importar vinho para celebrar as missas. No citado manifesto de 1706-1721 no concelho das Velas, feito por ordem do corregedor Dr. Manoel Alves, ficamos a conhecer quais seriam os principais produtores de vinhos, apesar das limitações já mencionadas.

As produções mais elevadas, como não podia deixar de ser, quase sempre pertencem aos oficiais das ordenanças. Deste modo, o já referido capitão Jorge Teixeira de Sousa declarava 40 pipas de vinho nos anos de 1710 e 1711<sup>88</sup>. Já os herdeiros de Amaro Vieira Machado, em 1716, manifestavam 40 pipas de vinho<sup>89</sup>. Obviamente que, na generalidade dos casos, a produção era bem mais diminuta, podia variar entre algumas canadas de vinho e as 1 a 3 pipas destinadas ao gasto familiar. A importância comercial do vinho levou alguns indivíduos a dedicarem-se, exclusivamente, a esta produção, como parece a ser o caso do alferes António Vás Beirão, que, em 1716, manifestava 30 pipas de vinho de sua lavra e no ano seguinte volta a manifestar 20 pipas<sup>90</sup>.

Todavia, o próspero ciclo do vinho, que durante séculos foi uma das principais fontes de receita dos moradores de São Jorge, entrou num período de declínio, sem retorno, a partir de 1854, com o flagelo que atingiu as vinhas causado pelo *Oidium Tuokeri*. Os lavradores que dependiam desta cultura ficaram na ruína e as terras rapidamente se encheram de silvas por não serem suscetíveis a outro tipo de cultura (Avellar 1902: 150). Assim, os terrenos de vinha, que atingiram no período áureo os 200.000 reis por alqueire, ficaram a valer menos 10 a 15 vezes. No último quartel do século XIX, por incentivo de algumas mais influentes personalidades da época, desenvolveram novamente os trabalhos nas vinhas. Plantou-se a nova casta de origem americana conhecida por *Izabel*, que localmente é denominado por “uva de cheiro”. Esta foi introduzida nos Açores em 1853 a 1854 por António Borges da Camara Medeiros, via França. Longe das qualidades dos vinhos brancos feitos a partir do *verdelho* que fizeram a ilha afamada, o vinho de cheiro (produzido da vinha *Izabel*) era destinado ao consumo local, sem grande expressão comercial. Mais tarde, a vinhas voltaram a sofrer outro

---

<sup>88</sup> Livro n.º 160 do manifesto dos frutos dos lavradores de trigos, milho e vinhos do concelho das Velas 1706-1721, fls. 43v; 45v.

<sup>89</sup> *Ibidem*, fls. 84v.

<sup>90</sup> *Ibidem*, fls. 86; 91.



revés com a invasão da *phyloxera*, que acabou por sentenciar os vinhedos jorgenses já então bastante fragilizados (Avellar 1902: 150-151; Silveira 1927: 240-241).

### **7.8.2 Regulamentação camarária das vinhas**

Na era de Setecentos, a crescente procura dos vinhos açorianos levou à expansão da superfície dedicada à viticultura, bem como à fixação de mercadores estrangeiros nas ilhas com esse intuito. No mês de maio de 1723, compareceu na câmara das Velas o irlandês Theobaldo Marghee a fim de carregar vinhos para Inglaterra (Avellar 1902: 149). Pela qualidade e abundância, ao vinho jorgense nunca lhe faltou mercado de escoamento. Para além dos mercados tradicionais como S. Miguel, Terceira e Madeira, exportava-se para Inglaterra e Brasil (Brasil 1987: 31).

Assim, a importância que o vinho detinha na economia do concelho das Velas levou o município a decretar várias medidas que zelassem pela sua boa produção, qualidade e controlo sobre o contrabando. O manifesto de 1706-1721 é a prova disso, os moradores do concelho de Velas que tivessem vinhas eram obrigados, no decorrer do mês de outubro, a registarem a sua produção na câmara (P.C.V: 186). Esta ordem parte do Corregedor e enquadra-se, certamente, nas questões de contrabando e cobrança de impostos. Por exemplo, para a ampliação do paço municipal das Velas foi acordada, a 30 de julho de 1716, a cobrança do imposto especial de 1 real por cada canada de vinho e aguardente (Ávila 1985: 20). No século XIX, todo o vinho que fosse importado, em qualquer dos portos da jurisdição das Velas, pagaria para as despesas do concelho por cada canada cinco reis.<sup>91</sup>

Deste modo, o controlo camarário era apertado sobre os portos da sua jurisdição, nos quais os vinhos não podiam ser embarcados sem sua licença, mesmo aqueles destinados ao pagamento de dízimos, sob a pena de 4.000 reis, abrangendo todos os indivíduos que participassem nesta tarefa, como os barqueiros e carreiros (P.C.V: 187).

Na questão de fomentar a produção, as posturas municipais atuavam sobre as interferências nocivas causadas pelos animais, nomeadamente na regulamentação dos cães que deviam estar amarrados entre meados de junho até a outubro sendo que por cada dano causado pagaria seu dono 200 reis ao rendeiro do Verde. De igual modo, eram punidos severamente os roubos e danos causados vinhas (P.C.V: 189; 195; 197).

O acórdão da Câmara das Velas, em sessão realizada a 25 de maio de 1737 é, sem dúvida, um documento que assevera a qualidade, abundância e a importância dos vinhos jorgenses. Nele se alude a que a ilha era abundante em vinhos, dos quais se faziam muitas

---

<sup>91</sup> A.M.V., livro n.º 121 de posturas da Câmara das Velas, 1803-1845, fls. 25v.

carregações para várias partes, o que constituía o grande remédio dos seus moradores. Para proteger a produção de vinhos foi proibido por sua Majestade o negócio de aguardentes destas ilhas para a partes do Brasil. Além disso, os moradores do Faial e do Pico queriam enviar os seus vinhos para São Jorge, para daí os exportarem para outros domínios com o prestigiante rótulo de vinho de São Jorge. Este negócio trazia grandes prejuízos aos moradores e lavradores desta ilha, por causa dos vinhos oriundos do Pico e Faial serem muito inferiores em termos de qualidade. À semelhança no que sucedia no Faial, em que se proibiu a entrada de aguardentes e vinhos de outras ilhas, o mesmo seria estabelecido para São Jorge. A metade dos vinhos e aguardente provenientes de fora da terra ficariam para os guardas e alcaides que denunciasses e a outra metade seria para o concelho. Relativamente aos mestres das embarcações que trouxessem estes frutos pagariam a pena de 6.000 reis<sup>92</sup>.

Esta questão parece não ter ficado completamente resolvida, uma vez que em 1801, o capitão geral dos Açores, conde de Almada, determinou que todo o vinho embarcado tivesse a marca “São Jorge”, por se tratar então nos Açores do vinho merecedor de distinção. Este cuidado de isolar o vinho de São Jorge dos demais estaria relacionado com as misturas de vinhos de outras paragens, de qualidade inferior, que passava a beneficiar da fama do vinho jorgense, refletida nos preços e escoamento do produto (Medeiros 1994: 209).

A venda de vinho ao público também era alvo de cuidados redobrados por parte das autoridades locais. O vendedor que o vendesse na sua venda tinha que ser fiscalizado e possuir licença dos almotacés da Câmara, sendo que toda a pipa de vinho para ser vendida tinha que ficar registada pelo escrivão. Os problemas ligados à higiene levaram também à intervenção camarária sendo que os vendedores de vinho, obrigados a ter suas medidas lavadas em um tabuleiro, cobertas por toalha lavada, bem como limpo o funil das ceras (gorduras) sob a pena por cada vez 100 reis. Para manutenção da ordem pública, os vendedores de vinho estavam proibidos de o fazer a escravos e criados (P.C.V: 187, 192; 193; 196).

### **7.8.3 Cultivo das vinhas**

Quanto às técnicas empregues no cultivo da videira no passado, existem algumas carências de apontamentos ou referências, embora os estudos desenvolvidos no século XX por alguns autores ajudem a preencher, em certa parte, essas lacunas.

O cultivo da vinha realizava-se sobretudo em terras de pouca superfície arável. Na documentação surgem frequentemente os termos “mistérios” e “biscoitos”. A distinção entre

---

<sup>92</sup> A.M.V., livro n.º 121 de posturas da Câmara das Velas, 1803-1845, fls. 21v-22v

os dois, segundo Manuel Brasil (1987: 28), é o termo mistérios designar os terrenos onde o escoamento lávicos ao solidificar em contacto com solo formou um afloramento rochoso bastante denso. Ainda hoje existe o lugar Mistérios em Santo Amaro, topónimo que advém da erupção de 1580. Já o termo de biscoitos é usado para os solos que são compostos por escórias e bombas vulcânicas e com alguma terra.

No século XVIII, o padre António Cordeiro (Liv. VII: 431) refere que o melhor vinho era produzido entre o biscoito queimado. Enquanto no século XIX, os irmãos Bullar (1986: 285), na sua breve passagem pela Urzelina, mencionam as tentativas dos populares para tirar proveito dos rochedos formados após a erupção de 1808, plantando o vinhedo entre eles. O trabalho envolvido nestes terrenos incipientes e pedregoso implicou uma tarefa colossal, que se desenrolou ao longo dos séculos. A construção dos socalcos juntos à rocha e remoção e transporte de milhões de pedras, muitas tendo servido para construção dos currais destinados ao abrigo das vinhas dos ventos e rocios do mar, são o expoente máximo deste trabalho. Estes currais feitos com pedra, sem qualquer tipo de argamassa, criavam um micro ambiente característico que refletia na maturação da uva. Isto é, ao longo do dia funcionavam como painéis de retenção do calor e durante a noite libertavam-no.

Nas fontes do século XVIII, especialmente nos contratos de arrendamento, dão-nos algumas pistas sobre as exigências dos senhorios nos amanhos nas terras de vinha. Como visto, a 8 de maio de 1752 o senhorio capitão António André da Silveira, morador na Vila das Velas, arrendava dois pedaços de vinha na Ribeira do Nabo a Manoel Machado de Andrade e exigia que mondasse as vinhas a tempo e horas, pois iram dois lavradores, por parte do senhorio, em cada ano ver as vinhas e não as achando bem trabalhadas, a escritura ficava sem efeito. Além disso, o novo rendeiro comprometia-se a erguer uma casa de adega, que era de palha e madeira, com as mesmas condições (palha, portas e lagar), sendo pagas no fim do arrendamento pelo senhorio<sup>93</sup>.

Em 2 de agosto de 1752, o senhorio Pedro de Sousa de Bettencourt arrendava dois pedaços de vinha na Queimada a Manoel Pereira de Ávila e Manoel Machado Valadão, moradores na vila das Velas. O montante estabelecido para a renda era de 2.000 reis em cada ano, no mês de setembro. Estes dois pedaços de vinha eram separados, sendo que um deles continha uma casa palhoça com seu lagar. Os novos rendeiros seriam obrigados a cultivar bem vinha, como os bons lavradores, e tratar dela como fosse sua. Não a cultivando a tempo, como é costume, pagariam toda o dano que a dita vinha sofresse. As benfeitorias que fizessem

---

<sup>93</sup> A.D.A.H, tabelião Domingos Lagos Armelim, 1743-1754, liv. III, fls.71v-72v.

na vinha, sendo úteis, seriam pagas pelo senhorio no fim do arrendamento. A casa e o lagar seriam obrigados os rendeiros a deixá-los no fim do arrendamento como estavam<sup>94</sup>.

No entanto, não existe nenhuma alusão a como seriam os trabalhos dos vinhedos. Tendo em conta alguns estudos realizados no século XX sobre o cultivo e amanhos das vinhas sabemos que variariam consoante a natureza dos terrenos. Assim havia pelo menos três situações: as terras de mistérios e biscoitos; as arribas de fajãs e rochas e as vinhas em chão de terra. As duas primeiras são descritas pelo Eng<sup>a</sup>. José Cunha da Silveira em “A viticultura na Ilha de Sam Jorge (Açores)” e a última por Eng<sup>a</sup>. Manuel Brasil em “Notas para a História da Viticultura Jorgense”.

No cultivo dos vinhedos realizado nos biscoitos e mistérios (terrenos pedregosos) eram rompidas pelo alvião pequenas covas aonde se ponham os bacêlos, em regra a alguma profundidade, sem qualquer uso de estrumação. Contudo, nas arribas de fajãs e rochas, especialmente na costa Norte, podiam ser usadas plantas marítimas como o sargaço (*sargassum vulgare*) na adubação das cepas. Ao contrário das vinhas instaladas em biscoito, as das fajãs e rochas produziam um vinho de inferior qualidade e viviam ao lado de outros cultivos como a batata.

O uso da enxertia não seria comum. Em vez disso, os repovoamentos parciais faziam-se pelo processo de mergulhia, isto é, enterrava-se parte da vara velha e do ano anterior sem a destacar da madre até ganhar raiz. Os amanhos das vinhas limitavam-se às mondas das silvas e fetos, que acontecia pelo menos duas vezes ao ano. A poda das vinhas seria feita com o auxílio do podão (Catálogo 4.2.1) deixando-a cumprida, de 6 ou 7 nós, e sem polegares ou esperas (rebentos dos nós).

A vinha era estacada e conduzida sobre pequenos tanchões de tamujo, de urze e canas, sendo também amarrada por causa dos ventos. Esta tarefa de estacar e amarrar era importante para que os cachos não ficassem em contacto com o solo e não apodrecessem. A cepa era mantida baixa por causa do rocío do mar e dos ventos fortes, sendo protegida nestes espaços cercados (curais) por muros feitos em pedra, com uma altura cerca de 1 m. Em alguns casos podia ser protegida por um bardo de faias (*Myrica Faya*), mas nesta opção a vinha envolver-se-ia no tutor, daí resultando vinha alta, que produzia um vinho de menor qualidade. A faia era podada conjuntamente com a videira, deixando-a o mais baixo possível (Silveira 1927: 241-243)

---

<sup>94</sup> *Ibidem*, fls. 84v-85v.

Na primeira metade do século XIX, os irmãos Bullar sobre esse aspeto descreviam o seguinte:

*“As vinhas são “educadas” para treparem pelas altas faias, árvores de vinte a vinte cinco pés de altura e que quase se tocavam por sobre o caminho. Era a época da rebentação e as suas folhinhas verdes e tenras tornavam agradável contraste com o verde escuro das árvores, sobre as quais cresciam, e com o cinzento claro da casca. A graça que lhes emprestavam compensava bem as faias, da força que as vides lhes tiravam”* (Bullar 1986: 286).

A vinha cultivada em solos de chão de terra, menos pedregosos, implicava uma sequência de trabalhos bem mais árduos, que começavam com a surriba ou desmancha do terreno. A desmancha consiste em abrir uma vala na cabeceira do terreno com uma profundidade perto de 1 m e a largura suficiente para um homem. Estes colocam-se no fundo da mesma, em linha horizontal, e vão cavando em frente, pondo pedras para um lado e padejando a terra para outro. Pelo terreno já desmanchado seria então distribuída a terra uniformemente e as pedras reaproveitadas para construir os currais. Seguidamente, a terra era dividida em vários currais de pedra, cuja área podia variar dependendo da sua exposição aos ventos. Nos currais são deixadas uma ou duas entradas de comunicação. Antes de armados os currais, era construída uma parede que circunda toda a propriedade, a que designam “comoro grande”.

Estas terras destinadas aos vinhedos eram outonadas durante o mês de outubro com tremoços em associação com cevada e favas. Por vezes a adubação era ainda complementada por algumas carradas de estrume proveniente dos estábulos. Chegados a princípios de fevereiro era arrancada a outonagem e enterrada na terra.

De fins de fevereiro a março plantavam-se os *barbados* (pé da vinha) ou bacêlos, abrindo uma cova perto dos 50 cm de profundidade. No fundo era posto uma camada de estrume e em cima o barbado com as raízes bem estendidas. Enchia-se a cova com terra, não completamente, deixando forma de captar água junto ao barbado. A sua distribuição dentro dos currais dependia da dimensão dos mesmos, não havendo a preocupação com alinhamentos, somente havia o cuidado em deixar espaço suficiente entre as cepas.

A vinha era sachada durante os meses de abril-maio, sendo novamente mondada entre fins de julho ou no decorrer do mês de agosto. A enxertia, apenas empregue depois da invasão da *filoxera*, fazia-se com os barbados que melhor se adequariam ao processo. A poda era

realizada no inverno, não tem uma data precisa, e seguia critérios do próprio vinicultor, podendo ser mais curta ou mais cumprida, com ou sem polegar, consoante a necessidade da vinha. Por fim, a amarração das vinhas desempenhava duas funções distintas: distribuir as varas uniformemente em redor da cepa e para resistir aos ventos (Brasil 1987: 36-38).

Chegado o mês de setembro iniciavam-se as vindimas. Os cachos de uvas, apanhado com auxílio do podão, eram postos no cesto de asa ou “cesto de vindima”, de configuração redonda sobre o comprido, com capacidade variável, que se levava ao braço. Depois de cheios eram vazados para os cestos de carroto – os *vindimos* - com uma forma troncocónica que regulava dois potes de vinho, isto é, 24 litros (Catálogo 4.2.2). Estes são carregados no ombro do homem ou na cabeça da mulher que os levam até ao carro de bois, ou seguem diretamente até aos lagares, dependendo da distância (Brasil 1987: 38-39; Cunha 1927: 243).

#### **7.8.4 Lagares**

Quanto à nomenclatura empregue nas várias peças que compõe os lagares açorianos, está longe de ser uma linguagem uniforme, conforme demonstram os estudos de Luís Ataíde (1973: 294-299) para a ilha de São Miguel e Luís Ribeiro (1982: 123-125) para Terceira. A terminologia para a ilha de São Jorge acaba por ser mais simplificada.

Em São Jorge chegou a haver dois tipos de lagares: a lagariça feita em madeira e o lagar de pedra (Catálogo 4.2.3). Quanto ao primeiro tipo, já não se encontram vestígios porque, segundo Manuel Brasil (1987: 39) “ *a voragem do tempo tudo destrói, e as velhas e carcomidas lagariças, foram impiedosamente atacadas por este desmazelamento dos seus donos, que as não as souberam conservar.* ”

O segundo tipo, construído em cantaria, é aquele que ainda vai persistindo, embora cada vez menos completos. Os tanques do lagar eram construídos com lajes de pedra nos lados e no fundo unidas por argamassas, no entanto, havia um ou outro que era feito numa só pedra. Estes eram elevados do solo cerca de 50 a 60 cm. Obviamente, que suas dimensões dependiam da produção de cada viticultor. Num dos lados do tanque, na parte inferior, ao mesmo nível do fundo, tinha uma abertura a que se chama *bica* feita em pedra ou em madeira, que deixava passar o sumo da uva ou mosto.

O mecanismo de prensa do lagar era composto pela trave/vara/feixe de madeira, de secção quadrangular, sendo embutida uma ponta na parede da adega, que suporta a pressão. Desempenhava a função de evitar oscilações os dois barrotes perpendiculares, unidos entre si por barra de ferro. Estes dois barrotes fixavam uma das suas extremidades sobre a borda do lagar e a outra extremidade ao madeiramento do teto. Quase na ponta da trave havia uma

porca em madeira que permitia o fuso girar, atravessando o meio da trave. Ao fuso era fixado o peso do lagar; quando girada acabava por levantar o peso exercendo a pressão sobre a trave de madeira que por sua vez pressionava os malhais quer do cincho (mais recente) ou da corda do lagar (mais antigo) para espremer o pé do lagar (bagaço).

A diferenciação do processo de fabrico entre os vinhos brancos dos tintos seria o uso ou não de curtimenta. Assim, o vinho branco, produzido das castas de *verdelho* e *terrantez*, era feito de bica aberta, isto é, as uvas eram pisadas e o mosto logo tirado para as barricas, sem qualquer uso de curtimenta. Pelo contrário, o vinho de cheiro feito a partir da casta *Izabel* tinha curtimenta, ou seja, ficava no lagar em contacto com os bagaços (engaços, grainhas) durante algum tempo, até à cor pretendia pelo viticultor (Brasil 1987: 38-39)

Na bica do lagar era posto um pente em madeira que servia para coar o mosto, objeto feito pelo ofício do tanoeiro, que custava 10 reis no século XIX. No entanto, já não se encontram vestígios do uso esta peça, sendo em alternativa feito o escoamento através do cesto de asa que era pendurado na bica, antes de o líquido cair na selha do lagar. Desta era tirado para os potes de madeira de cedro com capacidade de 12 litros (Catálogo 4.2.4). Por sua vez, era vazado para dentro das pipas, com o auxílio do funil de madeira (Catálogo 4.2.5).

No tanque ficava o pé do lagar, que ainda continha o sumo da uva, sendo então reunido para um monte a que se chama *castelo* para ser prensado com o suporte do cincho ou à corda do lagar. Este último procedimento, mais arcaico, era feito com um cabo de corriola, filaça, piteira ou vime, que se ia amarrando em torno do pé do lagar em forma espiral, para não esborralhar o castelo. Em cima dele era colado a prancha de madeira com os malhais (pequenos barrotes) e depois prensado. O mosto ia saindo lentamente, quando começava a enfraquecer era desfeito o castelo, que estava compactado; volta-se a cortar o pé e começa o processo novamente, as vezes que o vinicultor achar necessário até verter a última gota de sumo (Brasil 1987: 39).

#### **7.8.5 Vasilhames e marcação**

O mosto era vazado para as pipas (600 l), barricas (150 l) ou barris (48/60 l), sendo estas algumas das medidas de capacidade conhecidas através do ofício de tanoeiro no século XIX. O vinho fermentava dentro das mesmas, sendo aberto no dia de São Martinho para prova, bebido nas *teladeiras* uma pequena tigela de barro cozido (Catálogo 4.2.6).

A produção de vinhos era tão abundante em São Jorge durante o século XVIII que se chega a de fomentar a aprendizagem do ofício tanoeiro, pela falta de vasilhame para o enchimento dos vinhos (Menezes 1993: 87). O mestre de tanoeiro, como mencionado, para

poder exercer a sua atividade tinha que registar a marca e prestar fiança na Câmara. Assim, a 2 de setembro de 1793, Francisco Inácio, oficial de tanoeiro, registava o seu ferro, das pipas que fizesse ou reformulasse, como sendo um “a” de letra redonda<sup>95</sup> (Catálogo 4.2.7). Estas marcas eram um selo de qualidade e responsabilidade pelo trabalho realizado. Por exemplo, se o arranjo das pipas não ficasse bem feito, estas podiam verter o vinho ou entrar ar na pipa, que o avinagrava.

Para além das marcas dos tanoeiros, conhecemos algumas dos próprios lavradores de vinha ou vinicultores (Catálogo 4.2.7). No dia 20 de setembro de 1722, Anselmo de Soares de Sousa, escrivão da Câmara, registava a marca do gado que era o mesmo ferro usado nas suas pipas<sup>96</sup>. Em 14 de fevereiro de 1798, Miguel Teixeira Machado, morador na Urzelina, usava o ferro em forma de “S” no gado e pipas, sendo este ferro aquele que, em tempos, fazia a sua avó Beatriz Alves viúva de António Teixeira<sup>97</sup>. A importância de marcar as pipas poderia estar relacionada com dois motivos: o primeiro seria a certificação da qualidade dos vinhos produzidos; o segundo seria o roubo e troca de pipas que podiam acontecer no transporte e exportação dos vinhos. As pipas seriam para estes produtores um bem precioso, por determinantes em imprimir qualidade ao vinho, o que levava à cautela dos vinicultores contra os roubos ou trocas.

Por último, o vinho era vendido nas adegas, no pote de barro ou de madeira (Catálogo 4.2.8) que tinha um pequeno orifício que marcava os 12 litros, sendo aferidos pelas autoridades camarárias.

---

<sup>95</sup> A.M.V., livro n.º 158 de registo dos ferros e sinais do gado do concelho de Velas, 1707 -1804, fls. 59v;

<sup>96</sup> *Ibidem*, fls. 48-48v.

<sup>97</sup> *Ibidem*, fls. 146.



## 8. Transportes e vias de comunicação

Os transportes de mercadorias entre as freguesias e a Vila das Velas estavam assegurados, entre os séculos XVIII e XIX, por duas profissões: os barqueiros e os carreteiros.

O transporte de cargas por via marítima disfrutava de certas vantagens em relação ao terrestre, quando o mar estava navegável: seria mais seguro, por causa do estado das vias terrestres; o tempo levado era inferior ao do carreteiro; e também o preço praticado seria mais em conta.

Os pequenos portos existentes nas freguesias (Manadas; Urzelina, Ribeira do Nabo e Queimada) garantiam a ligação e transporte de cargas para o porto das Velas e vice-versa. No século XVIII, as informações disponibilizadas sobre os fretes dos barqueiros são mais abrangentes sobre os géneros transportados: pipas de vinho<sup>98</sup> cheias e vazias, cabedais e cereais<sup>99</sup>. Além disso, fica-se a conhecer os preços do comércio de cabotagem. No século XIX, a informação cinge-se ao valor dos fretes das pipas grandes e pequenas entre os portos. Desconhece-se como seria a ligação marítima com a freguesia do Norte Grande.

O ofício do carreteiro (ou carreiro), para além do transporte em carro de bois, assume uma conotação especial em São Jorge e São Miguel, pois também designava o carpinteiro de carros no século XIX (Matos 1980: 414). No século XVIII aparece sob a forma carreiro, enquanto no século XIX surge como carretos estando incluído na “taxa dos que trabalham com bois”. Assim, para diferenciar um ofício do outro utilizou-se o termo carreteiro somente para os fretes e carreiro para o fabrico de peças.

Dentro dos ofícios conhecidos para o concelho das Velas, possivelmente o mais usurpado seria o carreteiro, uma vez que a maioria dos lavradores tinha uma junta de bois com um ou dois carros para seu serviços, recursos que muitos deles aproveitariam para ganhar mais algum dinheiro fazendo uns fretes por fora. Neste sentido, a Câmara decretava que nenhuma pessoa usasse do ofício de carreteiro sem ter licença da câmara ou carta de examinação ou dar fiança na câmara sob a pena de 1.000 reis para o concelho (P.C.V:189).

Os itinerários com preço dos carretos conhecido não atingiam todas as freguesias, deixando de fora as mais distantes da sede do município: Manadas e Norte Grande. Assim, as duas extremas que balizam os carretos tabelados são a oriente a freguesia na Urzelina, que ficava a 10 km da vila das Velas, e a ocidente a Ponta de Rosais, que fica a 5 km. Para o

---

<sup>98</sup> Veja-se o ofício do Tanoeiro para ver as medidas de capacidade das pipas. Uma canada são 2, 4 litros (Avellar 1902: 162-163).

<sup>99</sup> Um moio de cereais seria 858 litros. Uma vez que a medida de alqueire para cereais são 14, 3 litros e 60 alqueires corresponde a 1 moio (Avellar 1902: 162-163).

século XVIII torna-se difícil analisar parte do itinerário dos carreteiros por estar, em muitos dos casos, balizado por casas de indivíduos, certamente as personagens mais influentes de cada sítio. No século XIX, o itinerário dos fretes é quase todo ele reconhecível por estar balizado com localidades, canadas, ribeiras e ermidas, identificáveis, o que permite traçar parte do trajeto e respetivo preço levado pelo carreteiro. Os preços dos carretos variavam consoante a estação do ano, no inverno seria mais dispendiosa o frete por causa das condições climatéricas mais rigorosas. Nas taxas levadas pelos carreteiros de certo modo reflete-se o que se produzia mais em cada lugar e freguesia. Por exemplo, em Rosais predominam os fretes relacionados com os cereais e na Urzelina com as pipas de vinho.

### 8.1 Vias terrestres

Os caminhos disponíveis na ilha de São Jorge durante os séculos XVIII e XIX são caracterizada segundo alguns testemunhos como de difícil circulação, íngremes e pedregosos. Nos fins do século XVII, Fr. Agostinho de Monte Alverne menciona a dificuldade do acesso da vila da Calheta para a das Velas, pelo que preferiam apanhar barco em vez de virem por terra. No entanto, tiveram deslocar-se por terra por não haver barqueiro disponível. *“O padre sacerdote Fr. Francisco de São Pedro, como já sabia a linhagem desta terra, nos aliviava a jornada, por ser áspera, que havíamos pernoitar nas Manadas”* (Alverne, Liv. V: 216). A meados do século XIX, o tenente-coronel António Noronha descrevia as vias de São Jorge da seguinte forma:

*“As estradas, se merecem tal nome as poucas e pessimas comunicações que ha, são de mui difficultoso transito: a melhor é a da villa das Vellas para a freguezia das Manadas; mas para seguir á villa do Topo, é preciso caminhar já por veredas praticadas nas rochas, desde a Ribeira-secca, Já sobre as pedras da beira mar na costa do sul, a fim de evitar o transito desabrido, e aspero, pelo alto da ilha. Para atravessar a ilha, no sentido da sua largura, existem apenas dous caminhos: o da villa das Vellas pelo sitio dos Tolledos, e o da villa da Calheta pela freguesia do Norte-pequeno”* (Noronha 1851: 113).

Nos finais do século XIX, João Duarte de Sousa (2003: 115) descreu o quadro geral das vias que predomina na ilha, referia: as poucas estradas transversais que ligavam uma ponta da ilha à outra, que na sua maioria eram primitivas; que para deslocar quaisquer mercadorias entre Manadas e Norte Grande tinha que se percorrer uma péssima estrada de 8

léguas de extensão; as ligações que existiam para muitos dos povoados eram estradas longas, escabrosas, feitas por servidões de pé, muitas delas particulares, que infligiam grandes danos aos cultivos.

Por último, nos princípios do século XX, José Cândido Avellar referia que um dos piores caminhos do concelho das Velas seria a ligação da freguesia do Norte Grande em direção à sede do município, de tal forma que a população preferia os atalhos aos caminhos:

*“Estes atalhos pelos pastos são os melhores caminhos que comunicam com a villa das Velas; porquanto aquelles por onde trilham carros e que servem para cavalgadas são um continuado precipício por serem abertos em ribeiras e em muitos lugares pantanosos. Por isso o povo prefere aquelles atalhos jornadeando a pé, ainda que de espaço a espaço sejam cortados por valas e ribeiras que dão vasão às águas em número superior a 100 até Ribeira da Areia (Avellar 1902: 313-314).*

## **8.2 Carro de Bois**

O carro Segundo Fernando Galhano (1973: 107) *“a mais flagrante característica do carro [de bois da ilha de São Jorge] é o acompanhamento do cabeçalho até quase à sua extremidade pelas línguas do chedeiro”* (tipo 4, Catálogo 4.3.1). As línguas nem sempre eram uma peça completa, dependiam da dimensão da madeira disponível. As línguas do chedeiro estavam ligadas entre si por tornos que atravessam de lado a lado.

As principais peças que compunham o carro de bois do século XX não se diferenciam muito daquelas empregues no século XIX. Para fabrico das peças do carro, o oficial de carreiro levava o seguinte preçário:

- fazer o leito do carro 1000 reis, isto é, o fabrico de toda a parte superior do carro.
- fazer rodeiro e ferrá-lo 1200 reis. A roda do carro era composta pelo mião (meã), as cambias e dos dois orifícios do meio, entre estas duas peças, chamados ouvidos. As peças metálicas da roda eram feitas no ferreiro, mas esta ferrada pelo oficial do carreiro. No século XIX, o ferreiro, para fazer a ferragem do carro dando o dono de comer, carvão e ferro, levava 200 reis. A ferragem do carro não seria somente a das rodas, incluiria todo o ferro utilizado como a argola na extremidade do cabeçalho, a cunha, as chapas dos buracos dos fogueiros, etc.
- por o eixo no carro na tenda 120 reis e fora a respeito (dependia possivelmente da distância).

- por e fazer a moenda de um carro, *chamaçotes* e *coiças* 200 reis. O que se chama moenda é a peça aonde gira o eixo, impedindo a sua deslocação para as *chamaceiras* ou *chumaceiras*. A moenda seria feita a partir de uma madeira mole, como a figueira, devido à fricção causada pelo eixo. Os *coiças* eram uma peça em madeira arqueada, munida da cunha que apertava e ajustava ao eixo para este não descarrilar. Esta peça estava sujeita a grandes pressões e desgaste devido às oscilações laterais do eixo, por isso seria frequentemente substituída. Por isso, das três acima mencionadas é a única que surge novamente e individualizada custando 40 reis. Quanto ao termo “chamaçotes”, desconhecemos qual a peça a que corresponderia no carro de bois do século XX. O nome mais próximo conhecido é “chumacete” diminutivo de “chumaço”<sup>100</sup>, termo brasileiro, que significa precisamente o setor aonde gira o eixo, ou seja, a moenda. Porventura, os *chamaçotes* poderia ser uma peça em madeira que ficaria entre o meio da moenda e das *chamaceiras*, de forma que o leito do carro ficasse mais elevado, reforçando e amortecendo parte das oscilações do eixo. No entanto, não passa de uma hipótese.

- as *chamaceiras* corridas custariam 120 reis. Esta peça, embora estreita, servia para amortecer as oscilações funcionando como verdadeiras suspensões.

Assim, somando os preços do fabrico das peças, o carro de bois custaria pelo menos 2.640 reis no século XIX. Além destas peças, o carro de bois podia ter outros acessórios dependendo dos fins. Por exemplo: a *seve* ou *sebe* era uma armação feita vimes entrelaçados entre si que servia para conter cargas miúdas, como cereais e batatas. Nos buracos do contorno do leito eram fincados os fogueiros, paus que serviam para carregar cargas de maior dimensão, como lenha e cana do milho.

### **8.3 Proibições sobre a circulação dos carros de bois**

No século XVIII estava proibida a passagem em terras alheias de pão, ainda que tivessem desocupadas, com os carros de bois sem licença do dono, salvaguardando o mês de junho até ao mês de setembro para poderem recolher as trigos e milhos. Do mesmo modo, também poderia passar até chegarem à eira com as novidades (P.C.V: 191).

A partir do século XIX começou a haver várias normas municipais no sentido da proibição de circulação dos carros de bois com cargas em certos lugares pelos danos causados nos caminhos. Assim, na sessão de 19 janeiro de 1845 ficou estabelecido, no artigo 20, que todo o condutor de bestas de carregação de carros será obrigado a seguir pelo meio das ruas e

---

<sup>100</sup> Veja-se <http://site.ntelecom.com.br/users/pcastro1/carrodeboi.htm#ca> consultado no dia 16 de agosto de 2015 às 15:00 h.

estradas sob a coima de 400 reis<sup>101</sup>. O artigo 21 proíbe aos carreiros atravessar obliquamente a praça Municipal sob a pena de 500 reis<sup>102</sup>. No artigo 44 eram reconhecidos os danos causados pelos carros de pregadura alta nas estradas do concelho, sendo que todo o indivíduo que os conduzisse teria que pagar por cada carro uma contribuição anual de 400 reis<sup>103</sup>.

Contudo, esta medida seria meses depois retificada, na vereação do dia 16 de agosto de 1845, em que foi acordada a proibição da construção de carros de bois com pregadura alta ou de bico. Isto é, as rodas dos carros eram envolvidas por uma chapa de ferro presa por grandes pregos, sendo cabeça saliente do prego causadora de grandes danos nas vias. A partir desta postura, as rodas dos carros teriam que ser construídas com a largura de 2 polegadas e 3 quartos de chapa e com as cabeças embutidas, pregadura escareada. Na transgressão a esta postura era aplicada na seguinte pena: o dono do carro pagaria a multa de 30 000 reis; o ferreiro que fizer os pregos altos pagaria de multa 12 000 reis e o carpinteiro que os pregar ou não fizer as rodas com a largura mencionada pagaria 4 800 reis de multa<sup>104</sup>.

---

<sup>101</sup> A.M.V., livro n.º 121 de posturas da câmara das Velas, 1803-1845, fls. 29

<sup>102</sup> *Ibidem*, fls. 29.

<sup>103</sup> *Ibidem*, fls. 31-31v.

<sup>104</sup> *Ibidem*, fls. 40.

## 9. Pecuária

Desde os primórdios do povoamento que a pecuária desempenhou um papel predominante na economia jorgense. As características morfológicas da ilha, a humidade e os elevados índices de precipitação foram elementos determinantes para o desenvolvimento das pastagens e de matos. Cerca de 55% da superfície de São Jorge situa-se a altitude acima dos 400 m, solos com pouca aptidão para a agricultura, apenas vocacionados para pastagens ou mato. Atualmente as pastagens abrangem aproximadamente 46% da superfície da ilha (PGRHI 2012: 113).

A importância que a criação do gado assumiu é sublinhada pelos testemunhos dos cronistas açorianos, que relatam abundância de animais que havia nas ilhas. Nos meados do século XVI, Gaspar Frutuoso (livro VI: 108) referia:

*“Há nela muito gado vacum, ovelhum e cabrum, do leite do qual se fazem muitos queijos em todo o ano, que dizem ser os melhores de todas as ilhas dos Açores, por causa dos pastos, e, entre todos, os queijos das ovelhas são os melhores, por o leite ser muito grosso e substancial”.*

Em setecentos, o Padre António Cordeiro (Liv. VIII: cap. IV) expressa uma opinião semelhante, diz criar-se na ilha uma infinidade de gados como vacas, porcos, carneiros e ovelhas. A partir do leite de cabra e das ovelhas se faziam o melhor queijo. Em 1822, João Soares de Albergaria (1822: 35) menciona que na ilha havia 6.000 cabeças de gado vacum, de cavalar tinha 200, muar 100 e ovelhum 4.000.

Nos fins do século XIX, João Duarte de Sousa (2003:111) fazia a estimativa que a ilha tivesse pastagens naturais para alimentação completa de 5.000 reses de gado bovino, sem contar com o logradouro comum, nem com serros e juncais, em que pastam alfeires e rebanhos de ovelhas. A média estabelecida em superfície para alimentação de uma vaca situar-se-ia entre os 10 a 15 alqueires, dependendo da qualidade dos terrenos (Clímaco 2014: 47).

A serra municipal, também conhecida como Escalvado, localizava-se na área alta do interior na ilha, quase sempre acima dos 400 m, e servia exclusivamente para pastagem. Pelo tombo dos bens do concelho das Velas do ano de 1806 ficamos a conhecer os limites e superfície desta serra municipal: na freguesia do Norte Grande abrangia uma superfície de 55 moios de pasto e confrontava a Nascente com a serra do distrito da vila da Calheta, Poente com a serra pertencente ao quartel da freguesia de Santo Amaro, Sul com o quartel da Serra

pertencente a freguesia da Urzelina, e a Norte confrontava com várias propriedades particulares; da freguesia das Manadas seriam 28 moios de pasto que estremava pelo Nascente com a serra da vila da Calheta sendo as restantes confrontações com propriedades privadas; na Urzelina teria 30 moios que confrontavam pelo Levante, Poente e Norte com a mesma serra, e sul com outras propriedades; por fim, na freguesia de Santo Amaro mediram dos marcos para dentro 2 moios e 40 alqueires de pasto, que confrontava com propriedades privadas<sup>105</sup>.

Portanto, a serra municipal estendia-se deste dos limites do concelho das Velas e Calheta até à freguesia de Santo Amaro, somando no total 115 moios e 40 alqueires de superfície. A sua gestão competia ao município, o que se refletia nas posturas, nomeadamente nos artigos que referiam a proibição de tapar o escalvado e a vedação dos terrenos que confrontavam com o mesmo. A posse do Escalvado seria, no entender do Padre Manuel da Cunha (1981:648), o principal motivo da divisão concelhia ocorrida no ano de 1716.

O logradouro comum beneficiava a população em geral e especialmente a mais pobre, sem grandes recursos e com poucas possibilidades de ter terras próprias. Seria fundamental para poderem apascentar algumas cabeças de gado. No entanto, os problemas financeiros da câmara levaram a que, a partir do século XIX, fossem introduzidas taxas de contribuição por cada cabeça de gado que se apascentasse na serra pública (Anexo 2, Tabela 6).

Em São Jorge existe um sistema de arrendamento de pastagens único, que não se encontra em mais nenhum lugar nos Açores denominado “arrendamento por canada de leite”. Este sistema baseia-se em calcular as canadas de leite que produziria uma vaca, cabra, ou ovelha alimentando-se de uma dada pastagem. Depois seria então convertido em dinheiro, conforme o preço estabelecido pela canada de leite. Desconhece-se as circunstâncias da introdução deste sistema na ilha, no entanto Clímaco Cunha (2014:46) avança a possibilidade de ter sido trazido pelo núcleo de flamengos que se estabeleceram em São Jorge no início do povoamento, uma vez que esta prática era conhecida nas terras de pastagens em Flandres, em que se usava o arrendamento por metade do leite produzido.

Perante as várias artimanhas usadas pelos pastores com a intenção de pagarem o menos possível, os senhorios tiveram que se salvaguardar recorrendo aos seguintes cálculos:

*“ Chegaram à conclusão que uma vaca leiteira produzia em média 900 a 1000 canadas de leite por época e a dimensão da pastagem para alimentar essa vaca seria*

---

<sup>105</sup> A.M.V., livro 172, do tombo dos bens do concelho das Velas, 1806, fls.31-32v.

*em média 10 a 15 alqueires conforme a qualidade de terreno, ficando então estipulado a renda da pastagem que dava erva a uma vaca pelo valor 450 a 500 canadas de leite, ou seja, a metade do leite aí produzido”* (Cunha: 2014: 47).

No entanto, nas fontes analisadas para o século XVIII e XIX nunca mencionam este sistema, apenas referem o valor a ser pago pela pastagem que podia ser em dinheiro, géneros ou misto.

### **9.1 As posturas municipais sobre os gados**

As posturas municipais, desde cedo, visaram a ação nociva dos gados nas culturas. Em setecentos, o gado tinha que forçosamente estar vedado com um circo de parede de seis palmos ou outro tapume defensível para não guindar para as terras dos vizinhos (P.C.V: 191). Esta situação deve ter-se acentuado no século XIX, na medida em que os moradores, entre vizinhos, foram obrigados a vedar até à altura de 7 palmos. No entanto, se houver algum vizinho que se recuse a tapar não tinha o direito de acusar nem ser indemnizado da perda recebida do gado<sup>106</sup>. Além disso, se não guardasse assertivamente o gado em fazenda aberta, era obrigado a por cobro nele diariamente, de modo que não guindasse para as fazendas vizinhas<sup>107</sup>.

Os donos que metessem os seus gados em terras alheias semeadas, quintas e vinhas, maliciosamente ou por desleixo, pagariam a multa de 1.200 reis<sup>108</sup>. Da mesma maneira que se pusessem o gado em erva guardada nos meses de fevereiro, março e abril pagariam a multa de 6.000 reis<sup>109</sup>. Esta medida estaria relacionada com a parição das vacas, que ocorreria nos meses acima mencionados, sendo necessário ter erva para as nutrir.

Na passagem dos gados nas terras ou pasto que não devesse servidão pagaria a multa de 2.400 reis<sup>110</sup>. No caso em que os prédios permitissem o trânsito de gados, tinham que levá-los presos pela cabeça e boca, para que não causassem danos nas sementeiras e ervas guardadas<sup>111</sup>.

### **9.2 Gado bovino**

A diversidade de gado bovino trazida pelos primeiros povoadores portugueses, nomeadamente raças galega ou minhota, mirandesa, alentejana, brava e outras que foram sendo introduzidas, torna difícil determinar qual seria a predominante nos Açores entre os

---

<sup>106</sup> A.M.V., livro n.º 121 de posturas da câmara das Velas, 1803-1845, fls.32

<sup>107</sup> *Ibidem*, fls. 32v

<sup>108</sup> *Ibidem*, fls. 32

<sup>109</sup> *Ibidem*, fls. 32

<sup>110</sup> *Ibidem*, fls. 33

<sup>111</sup> *Ibidem*, fls. 33



séculos XVIII e XIX. Em finais do século XIX, segundo João Viegas Paula Nogueira (*apud*, João 1991: 68) referia que as raças nos Açores não estavam bem definidas, apesar de serem reconhecidas três tipos predominantes: *Devon*, *Holandês*, e *Mirandês*.

Os cruzamentos ocorridos entre várias raças bovinos aliados ao isolamento contribuíram para o surgimento da raça Ramo Grande, autóctone da ilha Terceira. Adquiriu este nome a partir da zona nordeste da ilha, a planície do Ramo Grande, no concelho da Praia da Vitória, onde existem os melhores exemplares. O gado Ramo Grande é o resultado dos cruzamentos do gado galego ou minhoto, mirandês e alentejano (Armas 1959:14). Ainda em meados do século passado, antes de ser distinguida como raça, era descrita por José Leal Armas (1959: 15) na seguinte maneira:

*“O gado do Ramo Grande distingue-se do restante por apresentar certas características comuns, como sejam a elevada estatura e pelagem avermelhada e a boa qualidade da carne. Mas não é uma raça. É susceptível de vir a sê-lo mediante um trabalho de selecção. Presentemente ainda está longe disso. Alguns animais têm o focinho preto (influência mirandesa schwitz e até barrosã) enquanto outro tem-no róseo (influências shorthorn, galega, alentejana). Uns têm pelagem vermelha escura ou castanha (alentejana, shorthorn, schwitz) outros vermelha clara, flava, (galega), outros têm uma silhueta ou perfil convexilíneo (galega, alentejana), outros têm-no concavilíneo (shortorn, holstein, barrosã) outros ainda rectilíneo (mirandês)”.*

Durante os finais do século XIX e princípios do século XX, em São Jorge foram sendo introduzidas outras raças com maior aptidão para o leite. Assim, José Cunha da Silveira (1927: 139) alude os cruzamentos com a raça Holstein e Holandesa, que generalizou a prática de duas mungiduras diárias.

O gado bovino foi aumentando no decorrer do século XIX na ilha de São Jorge. Em 1822 registaram-se 6.000 cabeças e nos fins do século XIX estimava-se perto das 7.000 reses. Em 1870, a comissão nomeada pelo governador civil para recensear o gado existente no distrito de Angra, concluiu que o concelho das Velas era representado por 2.949 cabeças de vacum (Sousa 2003: 111).

Os dados disponíveis para o século XVIII são referentes ao manifesto do gado bovino no concelho das Velas, que ultrapassaria as 2.000 cabeças (Anexo 2, Tabela 10). Este manifesto enquadra-se na regulamentação e controlo do gado que poderia sair para fora da

jurisdição. Assim, estavam proibidos embarcar gado vacum e cabrum sem a licença da Câmara pela falta que fazia na terra, sob a pena de 2.000 reis para o concelho (P.C.V: 192).

Desde cedo, o Norte da ilha especializou-se no ramo da pecuária pela pouca aptidão dos seus terrenos para as culturas do trigo e milho. Em meados do século XVI, Gaspar Frutuoso (Livro VI: 106) descrevia a banda norte da ilha de São Jorge como “áspera”. Em meados do século XIX, António Noronha (1851:113) referia-se à costa Norte como zona alta, húmida e fria. Em inícios do século XX, José Cândido Avellar (1902: 313) mencionava a freguesia do Norte Grande como “*abundante em pastagens desde o povoado à serra, cujo baldio o povo da parochia aproveitava em comum*”. Deste modo, a freguesia do Norte Grande acabou por se desenvolver na pecuária e sobressaiu-se em relação às outras pelo número de cabeças de gado que dispunha.

Este manifesto ainda nos fornece várias informações sobre a nomenclatura empregue no gado vacum: crias, bezerros, gueixos, novilhos, vacas prenhas, vacas de alfeiro e vaca de grande. Parte destas designações dizem respeito à idade do gado, pelo que se torna difícil definir a fronteira entre os termos aplicados, como podemos verificar seguidamente:

- Cria/Bezerra, enquanto mama, quando atinge um ano de idade refere-se bezerro de sobre ano<sup>112</sup>.

- Gueixo/Novilho é usado quando deixa de se amamentar, com a idade entre ano e meio a três anos. O termo de novilho é empregue quando o bovino está completamente desenvolvido, isto é, entre os 2 a 3 anos (Ribeiro 1982: 294; Dias 1982: 174). A própria idade da gueixa é distinguida: gueixa de sobre ano<sup>113</sup> (superior a um ano de idade) e gueixa da primeira vez, quando tem a primeira cria, de dois para os 3 anos. A partir da primeira parição torna-se vaca e na segunda parição chama vaca da segunda vez e assim sucessivamente (Mendonça 1961/62: 55).

A outra componente das designações específica a situação do gado, isto é, se está prenha, com crias, se se trata de gado alfeiro ou de vacas de grande. Por exemplo, Bartolomeu Pereira morador em Santo António, freguesia do Norte Grande, declarou ter 12 reses das quais 4 são vacas prenhas e 6 de alfeiro e uma junta de bois<sup>114</sup>. Por sua vez, Manuel Nunes, morador nas Manadas manifestava 2 vacas de grande<sup>115</sup>.

O gado de alfeiro ou alfeirio (gado que não dá leite ou não tem cria) por norma vivia livremente nas pastagens mais elevadas e desabrigadas ou até no logradouro comum. A vigia

---

<sup>112</sup> A.M.V., livro n.º 159 do manifesto de gados do Concelho das Velas, século XVIII, fls. 1v; 2.

<sup>113</sup> *Ibidem*, fls. 4.

<sup>114</sup> *Ibidem*, fls. 1.

<sup>115</sup> *Ibidem*, fls.11.

ou guarda deste gado era feita esporadicamente, de dias a dias. As vacas de grande são aquelas que não ficaram prenhas, o que podia ser uma opção do lavrador para continuarem a dar leite durante a estação do inverno, garantindo o abastecimento familiar. A vaca de leite normalmente criava-se nas pastagens mais abrigadas em redor das habitações (Ribeiro 1982: 293; Dias 1982: 174).

*“Hoje, como nunca, está desenvolvida a criação de vacas leiteiras: há freguesias em que quase todas as famílias criam uma vaca destinada unicamente à produção de leite para o consumo doméstico, e estas vacas são na maior parte alimentadas com forragens, nas terras ou estábulo”* (Sousa 2003: 111).

As vacas são geralmente ordenhadas de manhã, mas a partir da parição (primavera) até agosto voltam a ser mugidas à tardinha, a que se chama enchiqueirar as vacas. Ordenhava-se as vacas com o bezerro dentro do *inchiqueirador*, que era um pequeno recinto fechado construído em pedra junto do portal da pastagem, designado portal das vacas por ali se reunirem as vacas para a ordenha (Mendonça 1961/62: 55). As posturas municipais condenavam em 500 reis pagos na cadeia qualquer pessoa que ordenhasse ou enchiqueirasse vacas alheias sem a licença do dono (P.C.V: 189). De igual modo, no século XIX todo o indivíduo que ordenhasse vaca alheia pagaria 3.000 reis de multa<sup>116</sup>. Quando escasseava leite na venda a retalho ou os preços eram elevados, as classes menos remediadas padeciam por ser um dos principais alimentos (Avellar 1902: 135). De acordo com João Duarte de Sousa (2003: 28), antigamente pagava-se o dízimo sobre o bezerro de ano, sendo este imposto estabelecido novamente em 1811. Do mesmo modo, no ano de 1860 foi deliberado um imposto sobre as vacas, pagando-se por cada cabeça 720 reis.

As criações manifestadas no século XVIII por pessoa e coletivamente nunca excedem as 35 cabeças. O maior número de reses manifestadas pertence ao capitão Jorge de Sousa da Silveira, morador nas Manadas, que tinha 35 reses entre bois, vacas, novilhos e novilhas. Predominam as pequenas criações de gado bovino, que podia apenas cingir-se a 1 bezerra ou a uma junta de bois de trabalho. Muitas das criações manifestadas são compartilhadas (meeiros), em geral entre indivíduos da mesma família, embora houvesse outros com fins de negócio. O capitão Jorge de Azevedo, morador nas Manadas, tinha 18 reses mais 3 bois de trabalho a meias com o seu irmão, Padre José de Sousa Machado<sup>117</sup>.

<sup>116</sup> A.M.V., livro n.º 121 de posturas da câmara das Velas, 1803-1845, fls. 32v-33.

<sup>117</sup> A.M.V., livro n.º 159 do manifesto de gados do Concelho das Velas, século XVIII, fls. 9-9v.

A falta de pastagens levava muitos a terem gado de meias, sobretudo com os oficiais das ordenanças e clérigos que tinham sempre maiores extensões de terreno. Assim, Manoel Pereira Gil, morador do Norte Grande tinha 17 reses de vacuum que eram a meias com o capitão João de Bettencourt<sup>118</sup>; António Teixeira Vás, morador no Norte Grande, tinha 15 reses a meias com o Referendo Francisco Xavier<sup>119</sup>; Manoel Machado da Cunha, morador em Santo Amaro, tinha 8 reses suas e outras 15 que eram do capitão Manoel Teixeira Bettencourt<sup>120</sup>. No contrato de gado de meias, em alguns casos, apenas entra o número previamente estabelecido. Deste modo, Francisco Machado de Lemos, morador nos Terreiros, manifesta que tinha duas novilhas prenhas e um novilho departido, ou seja, estava de meação com outra pessoa<sup>121</sup>. De igual modo José Pereira Cunha, morador Norte Grande, tinha 14 reses vacuns, mas uma junta de bois do carro era a meias com António Silveira da Silva<sup>122</sup>.

Em alguns casos, estabeleciam-se contratos em que um individuo trabalharia e criaria o gado por conta de outrem, sendo o seu pagamento um quinhão da produção. Assim, José de Sousa Teixeira, morador no Norte Grande, tinha uma criação de João de Azevedo e o seu quinhão eram 5 reses<sup>123</sup>; Jorge Teixeira, morador Norte Grande, tinha uma criação de António Machado e dessa criação 4 reses eram suas<sup>124</sup>.

Nas famílias mais abastadas havia criados que tomavam conta das criações de gado. Por exemplo, Dona Maria Antónia, viúva do capitão Manoel de Sousa de Siqueira, manifesta 8 reses e uma junta de bois que eram tratados pelo criado Amaro Pereira<sup>125</sup>.

Um caso interessante surge nas Manadas, onde o Sargento António Alves Marques manifestou a sua criação e a do capitão Antão Pereira, que no total perfaziam 28 cabeças de gado bovino, sendo que um novilho estava dedicado para o Senhor Espírito Santo<sup>126</sup>. Este novilho serviria para pagar alguma promessa e distribuir esmolas pela freguesia. O gado que era dedicado ao Senhor Espírito Santo beneficiava de certa tolerância, podia andar a apascentar em terras alheias, cujos donos não lhe faziam mal ou escorraçavam, uma vez que era uma animal “sagrado”.

Nos fins do século XIX, A. de Albuquerque Bettencourt (citado por João 1991:69) mencionava que nos Açores a criação do gado vacuum podia ser feita por um contrato

---

<sup>118</sup> *Ibidem*, fls. 3.

<sup>119</sup> *Ibidem*, fls.6.

<sup>120</sup> *Ibidem*, fls. 26v.

<sup>121</sup> *Ibidem*, fls. 10v.

<sup>122</sup> *Ibidem*, fls.6v.

<sup>123</sup> *Ibidem*, fls. 4.

<sup>124</sup> *Ibidem*, fls.4.

<sup>125</sup> *Ibidem*, fls.10.

<sup>126</sup> *Ibidem*, fls. 9v.

denominado meação, isto é, o meeiro trata o animal do proprietário que recebe com a obrigação de o alimentar e dar metade do produto da venda das crias. Em caso da venda do animal, o meeiro pagava o valor inicial e mais metade do preço pelo qual o animal fosse vendido. Deste modo, com as mais-valias do animal (trabalho e leite), se fosse bom criador o meeiro podia chegar aos 200% de lucro ao proprietário.

A grande maioria das casas possuía uma junta de bois, ou até em alguns casos mais do que uma, para os trabalhos agrícolas e de transporte. Os bois começavam a ser ensinados e utilizados nos trabalhos agrícolas ainda em tenra idade, de 1 ano e meio a 3 anos, quando recebem a designação de gueixos ou novilhos respetivamente. Por exemplo, João Teixeira Gonçalves, morador Norte Grande, tinha apenas dois gueixos de sobre ano com que trabalhava<sup>127</sup>. O alferes João Machado, morador nas Manadas, criava uma junta de novilhos de serviço<sup>128</sup>. Porém, os mais abundantes são os bois adultos, com 3 anos de idade em diante (Sousa 2003: 112).

Nas posturas municipais condena-se os roubos de bois ou uso deles sem consentimento dos donos, regulamentando-se que nenhuma pessoa tome bois de carrear, lavrar, debulhar, contra vontade de seu dono sob a pena de 500 reis para o concelho (P.C.V: 191).

Os bois vivem geralmente um regime de estabulação (invernados), mormente nos palheiros, lojas e em sítios abrigados. A sua alimentação é feita sobretudo com milho basto, forragens do trigo, cevada, centeio, favas e tremoços. Na estação do verão eram postos no pasto. Os nomes utilizados nos bois e vacas dependiam quase sempre dos padrões de cores e distribuição das malhas na pelagem. Por exemplo, o nome de lagarto era usado quando o boi tinha malhas brancas e amarelas ou pretas e o mascarado testa e focinho brancos entre outros (Mendonça 1961/62: 53-54).

Os bois quando atingem a idade entre os 8 a 10 anos, por norma são engordados e depois exportados a fim de serem abatidos para carne. Na exportação de gado bovino registada no primeiro quartel do século XIX, foi estabelecido pelo governo dos Açores que ficava nos açougues públicos a terça da carne do gado exportado (Anexo 2, Tabela 11). Isto é, o gado era pesado e registado e só depois era exportado nos navios. Os lavradores eram obrigados a abastecer com a terça o açougue quando este solicitasse. A terça do peso não era

---

<sup>127</sup> *Ibidem*, fls. 4.

<sup>128</sup> *Ibidem*, fls. 9v.

somente do gado bovino exportado, também se contabilizavam as permutas de gado bovino que eram feitas fora da jurisdição<sup>129</sup>.

Nas licenças passadas pela Câmara para embarcar o gado, a maioria das pessoas necessitava de fiança de outra pessoa, para o caso de incumprimento do pagamento da terça aos açougues. No entanto, havia sempre tentativas de embarcarem o gado ou fazer trocas fora da jurisdição sem a licença da Câmara, mas quando apanhados eram obrigados a pagar as arrobas de carne correspondentes à terça<sup>130</sup>.

O gado exportado correspondia quase sempre a bois que tinham um peso entre 320 a 550 quilos (João 1991: 68). Normalmente era distinguido consoante o seu porte: grandes, medianos e pequenos. Os principais mercados de escoamento eram as ilhas da Terceira, Faial, Pico, São Miguel e, sobretudo a Madeira. No período entre os anos de 1808 a 1815 segundo João Duarte de Sousa (2003: 93-94) fizeram-se largas exportações de gado para ilha da Madeira, com o fim de abastecer as tropas inglesas que lá estavam.

A carne de vaca estava tabelada nos açougues consoante os meses do ano. Entre junho e novembro uma libra de carne custaria 20 reis e nos restantes meses, de dezembro até maio, seria a cinco quartas por vinte reis sob a pena de 2000 reis (P.C.V:193).

### **9.3 Gado asinino**

O burro, animal pequeno mas versátil, adapta-se bem aos caminhos íngremes e pedregosos de difícil circulação. Eram empregues no transporte, sobretudo pelos pastores que dele se serviam para carregar o leite das pastagens e, por vezes, na atafona para acionar a moagem dos cereais.

Relativamente à estimativa do número de burros conhecidos para a ilha de São Jorge os dados disponíveis dizem respeito à segunda metade do século XIX ou tempos posteriores. Nos finais do século XIX, João Duarte de Sousa (2003: 113) mencionava apenas umas dezenas de jumentos. No concelho das Velas, no ano 1866, foram recenseados 31 burros e em 1911 contaram-se 114 (Sousa 2007: 203).

O gado asinino, ao contrário que se sucedeu em outras ilhas pertencente ao distrito de Angra do Heroísmo (Terceira, São Jorge, Graciosa), foi em São Jorge aumentando o número gradualmente, o que na interpretação de Paulo Sousa (2007: 202) estaria relacionado com o maior aproveitamento das áreas agrícolas menos acessíveis.

---

<sup>129</sup> A.M.V., livro n.º 171 de registo da terça da exportação dos gados com licença da câmara das Velas, 1806-1826, fls. 7, 11, 11v, 15v.

<sup>130</sup> *Ibidem*, fls. 59v.

#### **9.4 Gado muar**

O macho ou a mula são um híbrido estéril, derivado do cruzamento entre o jumento e égua ou de um cavalo com burra. Eram mais robustos e fortes do que os burros, por isso mais aptos para o transporte de cargas e pessoas e, por vezes, utilizados nos serviços agrícolas. Além disso, a carne de macho parece ter sido utilizada na dieta jorgense, uma vez que, no século XVIII, se determina que a carne de macho não podia ser vendida a menos de duas libras por 20 reis (P.C.V: 194).

Em 1822, eram registadas 100 cabeças de gado muar e nos finais do século XIX o seu número aumentou, chegando-se a exportar-se algumas dezenas de exemplares para outras ilhas (Sousa 2003: 113). No concelho das Velas, no ano de 1866, foram contabilizadas 77 cabeças e em 1897 voltou-se à centena (Sousa 2007: 204).

#### **9.5 Gado cavalar**

Na ilha de São Jorge, o gado cavalar era quase exclusivamente para recreio e ostentação das famílias mais abastadas. Para os camponeses seria um património dispendioso e pouco prático, uma vez que o gado asinino e muar, muito mais fácil de sustentar, desempenharia perfeitamente as tarefas de transporte que eram exigidas. No ano de 1822 haveria perto de 200 exemplares na ilha, mas ainda durante o século XIX foram realizados esforços, para o seu aumento.

No ano de 1856, por iniciativa de José Pereira da Cunha, chegou-se a importar o primeiro garanhão reprodutor para a ilha de São Jorge, porém morreu pouco tempo após o embarque. Em 1874, o governo enviaria outro cavalo reprodutor que teve também pouca duração. Mais tarde, no ano de 1896, por influência do deputado José Cunhai foi concedido outro cavalo reprodutor que a apenas viveu uns meses (Sousa 2003: 112-113). Apesar destes infortúnios, em 1910 estavam estabelecidos nas Velas os postos hípicas para os garanhões reprodutores. Neste concelho foram registados no ano de 1866 cerca de 68 cavalos, diminuindo em 1897 para 65 (Sousa 2007: 205- 206).

#### **9.6 Gado suíno**

A espécie suídea, em finais do século XIX, segundo João Duarte de Sousa (2003:109), estava largamente espalhada por toda a ilha que não seria menos de 3.000 porcos domésticos, *“pois é bem sabido que dois terços, pelo menos, dos fogos engordam e matam porco.”* Segundo o mesmo autor (2003:81), a matança do porco era a principal festa rural, que costumava a ser realizada a partir dos Reis até ao Entrudo, isto é, nos meses de janeiro e fevereiro por serem o período mais fresco.

Nas famílias menos remediadas, os porcos, assim como as galinhas, partilhavam muitas das vezes o espaço doméstico com os seus donos, especialmente da cozinha (Sousa 2003: 71). A partir do século XVIII tornou-se proibido construir chiqueiros de porcos à face das ruas, com a pena de 200 reis (P.C.V: 189). Na alimentação era usada as *lavagens*, restos da alimentação consumida em casa, bem como farinha, inhames, abóboras, milho, almece, jarro (*arum italicum*), entres outros (Ribeiro 1982: 297). Na estação do verão podiam andar à solta nos baldios do concelho, sabemo-lo uma vez que nas taxas de contribuição do gado, do século XIX, se prevê que quem lançasse na serra os suínos pagaria 120 reis.

Os suínos desempenhavam um papel importante na alimentação dos camponeses, que faziam muito uso da carne e toucinho. Criar suínos tinha em vista, sobretudo, o autossustento e não a venda, principal razão para, segundo João Duarte Sousa (Sousa 2003:81) os preços da carne, toucinho e gordura serem tão elevados na vila. Em setecentos, a carne de suíno era vendida ao público pelo seguinte preçário:

- carne de porco fresca com seu toucinho a mais de 20 reis a libra;
- toucinho depois de salgado na lama a 30 reis a libra, sendo depois de enxuto a 40 reis;
- toucinho de porca depois de ser enxuto 40 reis;
- carne ou toucinho salgada na lama a 20 reis;
- graxa a 200 reis a canada pela medida grande;
- linguiça com dois palmos por 20 reis;
- toucinho de porco na lama a 40 reis<sup>131</sup>.

A graxa era a gordura do porco, que seria mais cara em relação aos outros produtos por se utilizar na conservação da carne, por exemplo dos rojões e torresmos. O azeite escasseava e tinha que ser importado, daí a importância da gordura do porco e também da de vaca.

No decorrer do século XIX, os suínos foram alvos de maior constrangimento pela Câmara, devido aos danos que causavam nas vias públicas e outros transtornos. Nos anos de 1836 e 1845 foi determinado que os porcos estavam proibidos de andar nas estradas públicas e ruas da vila sem o arganel no focinho, sob a pena de 500 reis para o concelho por cada cabeça<sup>132</sup>. Além disso, pelo artigo 6, estava proibido deixar os porcos circular nas ruas da vila e estradas do concelho em todos os dias santificados, sob a pena de 1.200 reis<sup>133</sup>.

---

<sup>131</sup> P.C.V:194.

<sup>132</sup> A.M.V., livro n.º 121 de posturas da câmara das Velas, 1803-1845, fls.25;27v.

<sup>133</sup> *Ibidem*, fls.27v.



## 9.7 Gado ovelhum

O gado ovino que existiria nos Açores no século XVIII e XIX seria semelhante ao tipo *bordaleiro*, sem que surgissem as raças Dilshey, Shothdown ou merinas da Saxónia. Com vista ao melhoramento da produção lanígera, acabou por ser introduzida na Terceira, em 1855, a raça marroquina de ovinos (Sousa 2005: 53).

Os rebanhos de ovelhas viviam, por norma em regime livre, nos baldios do concelho, nas pastagens mais íngremes e nas beiras dos caminhos. Por vezes eram apascentadas junto com o gado bovino, sobretudo o alfeirio. Na altura da tosquia, o pastor recolhia o rebanho e trazia-o para junto de sua habitação. Quando uma ovelha ou carneiro acompanhava a lavra dos bois designava-se por ovelha *ninha* ou carneiro *ninho* (Mendonça 1961/62: 56).

As posturas municipais velenses determinam que todo o criador de ovelhas que trouxer o rebanho apastorado ou desapastorado misturando-se com outros gados de outros criadores não podia encurralar nem retirar cabeças dos campos sem a presença dos demais lavradores (P.C.V: 190). Esta medida estaria possivelmente relacionada com os roubos e a avaliação dos danos causados.

As ovelhas eram muitas das vezes vítimas dos ataques dos cães, sendo restringido o número de cães por pessoa: o lavrador podia ter um para vigia dos seus gados, enquanto os caçadores podiam possuir até cinco. Qualquer cão que atacasse ovelhas teria que ser forçosamente abatido (P.C.V: 194).

Em 1822, haveria 4.000 cabeças de gado ovino, sendo que a tendência foi para diminuir: no ano de 1866, no concelho das Velas, tinha-se contabilizado 3.612 exemplares e em 1899 o valor decaiu para as 2.505 (Sousa 2005: 58). A entrada de novos tecidos, segundo João Soares de Albergaria (1822:35), seria uma das causas do decréscimo dos rebanhos, pois os habitantes preferiam os produtos de má qualidade de fora aos bons da terra. Além disso, a maior especialização, tendente para o gado bovino aleitante, seria outro motivo para a diminuição dos ovinos.

Nos século XVIII a situação mostra-se ligeiramente diferente, o peso do gado ovino seria muito maior porque o contacto com o exterior era menos regular, tornando-se necessário fabricar todo o tipo vestuário localmente. Além disso, o gado ovino não seria apenas aproveitado para lã, também produzia carne e leite do qual se faziam os melhores queijos.

Durante o século XIX, o número foi decaindo embora quase todas as famílias criassem algumas cabeças para produzirem a lã usada no fabrico do vestuário e cobertura do leite. Em quase todas as casas havia roca, fuso e um tear (Sousa 2003: 103). Do vestuário de lã destacamos a carapuça de rebuço que os pastores usavam por ser muito cómoda e útil para

arrostarem com os temporais na sua lida de apascentar o gado (Avellar 1902: 109). No século XIX, o oficial de alfaiate cobrava para fazer uma carapuça de rebuço ordinária 160 reis.

### 9.8 Gado cabrum

O gado caprino, como o lanígero, era criado nas pastagens mais elevadas dos baldios do concelho e nos terrenos ingrimes. Porém, as cabras também foram criadas junto das habitações para aproveitamento do leite que servia para fazer queijos outrora afamados. As peles do gado caprino eram muito requisitadas para o fabrico de sapatos, conforme atesta o ofício do sapateiro do século XVIII e XIX.

Não se dispõe de dados sobre o número de exemplares existentes na ilha. Nos fins do século XIX, João Duarte de Sousa (2003: 113) mencionava “*de gado caprino não há muito e bom será que esta espécie daninha se vá limitando e que mesmo acabe*”. De facto, os caprinos eram alvo, nas posturas municipais, das imposições mais ríspidas pelo grande destroço que provocavam nas culturas. Assim, o acompanhamento nas cabras sobre terras de novidades tinha de ser uma tarefa feita por dois pastores, sob a pena de 500 reis para o concelho (P.C.V: 189).

No século XIX, era proibido conservar gado cabrum entre quintas, pomares e vinhas, a não ser acorrentado, sob a cominação de 1.200 reis. Por cada cabra que fosse apanhada em terras alheias de novidades pagara seu dono a coima de 3.000 reis<sup>134</sup>.

### 9.9 Marcação dos gados

A necessidade de marcação dos gados em São Jorge surgiu desde muito cedo, são já conhecidos alguns casos pelo menos para o século XVI. O aproveitamento das zonas do logradouro comum levou a que os donos dos gados marcassem os seus exemplares como identificação da posse. Além disso, estes sinais permitiam reconhecer o responsável por roubos e também punir os donos do gado vendido ou exportado sem a licença da Câmara. Por exemplo, os sapateiros estavam proibidos de comprar coiros sem as orelhas, onde figuravam as marcações.

A primeira notícia conhecida sobre a marcação do gado no concelho das Velas data o ano de 1559. Na vereação de 7 de janeiro de 1559, “*Gonçalo Marantes filho de Afonso Fernandes Homem que Deus perdoe he dixe que de oje por diante fazia seu synall em seus gados: porcos, ovelhas, vaqas, convém a saber, huã orelha despontada e giada de diante e há outra ramal levado de diante*” (Vereações das Velas 1559: 56). Este sinal pertencia ao pai e por morte dele passou a empregá-lo no seu gado, era portanto anterior ao ano de 1559.

---

<sup>134</sup> A.M.V., livro n.º 121 de posturas da câmara das Velas, 1803-1845, fls. 33.

Na Câmara das Velas, mais tarde, foram criados dois livros específicos para o registo dos sinais e ferros dos gados, o que evidencia a sua abundância e importância na ilha. O primeiro livro data o período compreendido de 1606 – 1706 e o segundo de 1707-1804, compreendendo o lapso de tempo em estudo, entre 1700 a 1804 (Anexo 2, Tabela 12). A sinalização do gado podia ser feita nas orelhas e/ou com ferro em brasa. Este último era geralmente usado no gado maior – vacum e cavalar, mas também podia ser aplicado no gado miúdo - ovino e caprino, no focinho. Nos finais do século XIX, na ilha do Corvo ainda usava-se outro tipo de sinalização, a tinta que possibilitava uma identificação mais rápida do gado de um proprietário quando estava misturado com o dos outros (Saramago 1995: 467).

Os criadores de gado da jurisdição das Velas, segundo as posturas municipais do século XVIII, eram obrigados a *deitar* num livro os sinais e ferros que costumavam fazer em suas criações: gados vacaris e bestas cavalarias, ou maiores, seriam marcadas nas orelhas ou com o ferro na anca e as ovelhas nas orelhas ou ferro no focinho, como era de costume, sob a multa de 400 reis. Além disso, nenhum criador poderia *botar* gado na serra sem os ditos sinais, pelo grande dano que daí resultava, com pena de 1.000 reis para o concelho (P.C.V: 186).

Grosso modo, os sinais e ferros são passados de geração em geração, mantendo-se dentro da mesma linhagem, mesmo até chegar à terceira geração ou mais. Em 22 de setembro de 1792, Manoel Inácio Teixeira Fagundes regista o sinal e ferro que usava nas ovelhas e mais gado que pertencia ao seu bisavô Manoel Pereira Fernandes, que o havia também registado no dia 18 de abril de 1711<sup>135</sup>.

No caso de haver mais do que um herdeiro, os sinais e ferro podiam ser distinguidos entre si por pormenores. Possivelmente o primogénito herdaria o sinal do pai e os filhos segundos faziam pequenas modificações ao original. No dia de 1 janeiro de 1713, Manoel de Cunha de Almeida e António da Cunha de Almeida, moradores em Rosais, registavam o seu sinal e ferro, idênticos. Nas orelhas, os sinais apenas diferenciavam o número de mossas, enquanto o ferro era semelhante, apenas acrescentava a forma de um T invertido<sup>136</sup>. Outro caso semelhante ocorreu no dia 21 de novembro de 1794, em que os filhos de André Machado - Matias de Sousa Machado e João de Sousa Machado - moradores na Ponta de Rosais, registaram os sinais e ferros empregues no seu gado: o ferro que era a letra Q, o original, pertencia ao Matias de Sousa Machado, enquanto o ferro da letra Q com um travessão no

---

<sup>135</sup> A.M.V., livro n.º 158 de registo dos ferros e sinais do gado do concelho das Velas, 1707-1804, fls. 23; 60-60v.

<sup>136</sup> *Ibidem*, fls. 34-34v.

meio pertencia ao João de Sousa Machado<sup>137</sup>. Este é idêntico ao registado em 21 de dezembro de 1707 por António Teixeira Machado<sup>138</sup>.

O mesmo ferro podia ser utilizado entre vários familiares quando o gado fosse de meias. No dia 16 de junho de 1740, Matias Correia de Ávila de Santo Amaro registava o ferro e sinal que costumava fazer em sua criação e de seu avô por afinidade, Manoel Dias, e também seu cunhado Brás Vieira usava o mesmo<sup>139</sup>. De igual modo, a 30 de agosto de 1803, Manoel Machado Rodrigues (?), da freguesia de Rosais, inscrevia no livro o sinal e ferro que costumava fazer, com seu pai e o tio Inácio de Quadros, no gado ovelhum<sup>140</sup>.

Quando havia mais do que um herdeiro e o gado não ficava de meias, por vezes alguns dos herdeiros mudavam o sinal para não haver confusões. Em 25 de Abril de 1792, Matias Teixeira Machado, morador em Santo Amaro, costumava a usar o sinal e ferro que era do seu avô António Barreiros, mas mudou por este ter mais herdeiros que usavam o mesmo<sup>141</sup>.

Na falta de filhos ou netos, herdavam os parentes mais próximos ou chegados. No dia 10 de novembro de 1727, António Teixeira Machado dos Terreiros herdava o ferro e sinal do seu irmão, capitão António Alves, morador nas Manadas, por este não ter herdeiros que usem o dito sinal e ferro<sup>142</sup>. Em 6 de maio de 1746, João Machado Vieira, da vila das Velas, fazia o sinal e ferro do seu tio Domingos Machado Vieira, morador na Serroa, por este não ter mais nenhum herdeiro<sup>143</sup>. A 22 de maio de 1735, Francisco Pereira Freitas, morador de Santo Amaro, empregava o ferro e sinal que fazia seu avô por afinidade, João Pereira Toste, por estar casado com sua neta<sup>144</sup>.

Contudo, nem todos os sinais e ferros seriam passados dentro da mesma família, podendo ser vendido. Assim, no dia 4 de dezembro de 1755, fez-se o registo do ferro e sinal que Tomás Fernandes da Costa tinha comprado a Jorge de Quadros, morador na ribeira do Almeida, freguesia de Santo Amaro<sup>145</sup>. Do mesmo modo, a 29 de setembro de 1802, Maria Rosário, moradora na Urzelina, comprou o sinal e ferro a Matias de Matos, morador nas Manadas, sendo o que fazia seu pai Manoel de Matos Dias<sup>146</sup>.

---

<sup>137</sup> *Ibidem*, fls. 90v-91.

<sup>138</sup> *Ibidem*, fls. 18v.

<sup>139</sup> *Ibidem*, fls.53v.

<sup>140</sup> *Ibidem*, fls.148v.

<sup>141</sup> *Ibidem*, fls.59.

<sup>142</sup> *Ibidem*, fls. 50.

<sup>143</sup> *Ibidem*, fls. 55.

<sup>144</sup> *Ibidem*, fls. 52v-53.

<sup>145</sup> *Ibidem*, fls.56-57v.

<sup>146</sup> *Ibidem*, fls. 147v.

### 9.9.1 Sinais nas orelhas

Quando à sinalização utilizada nas orelhas, os estudos realizados por alguns autores sobre as diferentes ilhas permitem compreender como seriam os cortes (Catálogo 4.4.1) Apesar das especificidades, no geral os cortes e a nomenclatura empregue eram os mesmos. Além disso, alguns ferros correspondem aos sinais das orelhas, o que auxilia na interpretação (Catálogo 4.4.2). Para ajudar na distinção dos sinais dos diversos pastores, aqueles eram distribuídos nas orelhas do animal, sendo divididas em por diante e trás. Do mesmo modo, os sinais eram conjugados entre si e repetidos com vista à individualização. Por norma, as duas orelhas são assinaladas com sinais diferentes:

**Buraco** - orifício no meio da orelha;

**Cruz** – uma incisão em forma de cruz na orelha<sup>147</sup>;

**Farpa** - corte angular no bordo da orelha para o centro;

**Fendida** - corte na ponta da orelha para o meio. Este sinal é muitas das vezes usado conjuntamente com outros sinais;

**Folha de figueira** - dois cortes angulares nas extremidades laterais da orelha para o centro;

**Forcada** - dois cortes na ponta da orelha formando um triângulo invertido;

**Guiada** - corte oblíquo numa das extremidades da orelha para a ponta;

**Mossa** - corte semicircular no bordo da orelha;

**Ponta de lança** - dois cortes na extremidade laterais da orelha de forma a ficar pontiaguda;

**Porta** – dois cortes nos bordos das orelhas formando um retângulo;

**Ramal** - eram dois cortes: um horizontal e outro na vertical fazendo desaparecer perto de um ¼ da orelha. Podia estar dividido de diante e de trás. Na ilha Terceira, o ramal encontra-se dividido por ramal de baixo desde da inserção para o meio e o ramal de cima do meio para a ponta (Ribeiro 1982: 292);

**Tiple** – Este sinal parece ser semelhante ao cambo usado pelos corvinos. O tiple seria parecido com a farpa, mas o corte não era tão angular, sendo mais arredondado<sup>148</sup>;

**Troncha e despontada** - corte total da ponta da orelha. Em São Jorge surgem os dois termos, possivelmente a diferenciação está na dimensão do corte. A despontada atingia apenas a ponta

---

<sup>147</sup> Na documentação analisada apenas surge um exemplar em 22 de janeiro de 1795 sinal registado por Manoel Machado Nunes. A.M.V., livro n.º 158 de registo dos ferros e sinais do gado do concelho das Velas, 1707-1804, fl. 145v.

<sup>148</sup> A denominação deste sinal na documentação é ambíguo por vezes surge sob a forma de “triple” ou “tepello”, no entanto, a partir do final do século XVIII aparece como tiple. A base da interpretação deste sinal é partir do registo do sinal e ferro de Vital Cardoso, em 6 de dezembro de 1794, cujo ferro é igual ao sinal das orelhas. A.M.V., livro n.º 158 de registo dos ferros e sinais do gado do concelho das Velas, 1707-1804, fl. 113v.

da orelha e o corte da troncha seria maior. A despontada é usada muitas das vezes na conjugação dos sinais, por exemplo orelha com três farpas e despontada da do meio.

Uma das orelhas podia também ser cortada na sua totalidade.

Estes sinais de outras ilhas são os identificados em São Jorge para o período de 1700 a 1804. No entanto, elas tinham alguns sinais específicos. No Corvo usava-se ainda os virotes, cambo e três ameias. Este último seria semelhante às três farpas. Nas Flores havia o ramal tronchudo que era semelhante aos outros ramais, mas com a ponta da orelha cortada, sendo semelhante ao ramal despontado. O único sinal ou nomenclatura que não surge nas ilhas que foram estudadas (Corvo, Flores e Terceira) é o tiple.

A determinada altura, pelas imensas marcações podiam-se repetir os mesmos sinais entre pastores. Assim, no dia 20 de março de 1804, Manoel de Sousa Pereira, morador na Urzelina, registava o seu novo sinal e ferro em razão de conhecer o seu gado vacum e ovelhum por haver outras pessoas a fazer o mesmo sinal nas orelhas<sup>149</sup>.

### 9.9.2 Ferros

Os ferros usados nos gados eram colocados em brasa e depois cravados nos animais: gado maior nas ancas e gado miúdo no focinho ou ventas. No registo dos sinais e ferros, que os donos tinham que fazer no livro, possivelmente levariam o ferro e, por sua vez, o escrivão desenharia no livro a marca (Catálogo 4.4.3). O emprego do ferro era importante porque permitia reconhecer o gado a maiores distâncias e no caso de cortarem as orelhas ficava o ferro como identificador.

As marcas representadas nos ferros são de diversos géneros. Algumas derivam das iniciais do nome<sup>150</sup>. Podiam ser alusivos à profissão, como o exemplo de 3 de junho de 1719, em que André Pereira Luís, morador nas Manadas, oficial de ferreiro, desenhou no seu ferro um torquês<sup>151</sup>. Para outros o ferro correspondia e representava o apelido do nome do dono como um machado, chaves, e flores. Em 4 de dezembro de 1794, Pedro Machado Flores, morador em Santo Amaro, regista seu ferro quer era uma flor-de-lis<sup>152</sup>. Interessante verificar que havia sinais nas orelhas que correspondiam aos ferros, podendo realçar a identificação<sup>153</sup>.

No entanto, a maioria dos ferros apresentam motivos de arte popular e objetos do quotidiano como letras, números, alfaias agrícolas, utensílios, cruces, chaves, pés de galinha, tesouras, óculos, botões, vergas, anéis, corações, sol, lua, ponta de lança, sarilhos, âncoras,

---

<sup>149</sup> *Ibidem*, fls. 149.

<sup>150</sup> *Ibidem*, fls. 22v-23.

<sup>151</sup> *Ibidem*, fls. 46v.

<sup>152</sup> *Ibidem*, fls. 109.

<sup>153</sup> *Ibidem*, fls. 113v; 123v; 124; 144, 144v.

solas de sapato, anzóis, entre outros. A dada altura, os ferros começam a ser semelhantes, apenas distinguíveis por determinados pormenores.

### **9. 10 Currais do concelho**

Os gados que fossem encontrados tresmalhados sem pastor nas estradas ou terras alheias eram postos nos currais do concelho, de que havia um por cada freguesia. O levantamento dos bens do concelho de 1806 enumera os currais do concelho existentes: Velas, Beira, Santo Amaro, Ribeira do Nabo, Manadas e Norte Grande. As suas dimensões eram variadas, podendo chegar às 24 braças<sup>154</sup>.

No século XVIII, por todo o boi, besta asnal ou cavalar que fosse encontrado descaminhado, sem o seu dono por cobro nele, este pagaria ao rendeiro do verde a pena 80 reis. O rendeiro do verde ou outra pessoa qualquer podia levar o gado descaminhado ao curral do concelho ou até seus donos, recebendo 50 reis por cada cabeça (P.C.V: 195).

Em oitocentos, todo o gado que estivesse no curral, além da multa a que está obrigado o seu dono pela transgressão, isto é os danos causados nas terras alheias, também tinha que pagar a detenção que seria 200 reis por cada cabeça de gado vacuum, cavalar e asnal; e 60 reis por cada cabeça de gado ovelhum ou cabrum<sup>155</sup>.

Nos currais do concelho, o indivíduo que estaria responsável designava-se curraleiro. Este receberia ao dia pelo preço levado por cada exemplar que entrasse no curral. Do vacuum, cavalar ou asnal eram 60 reis por cabeça e do gado ovelhum ou cabrum, 15 reis. Em contrapartida, o curraleiro era obrigado a manter e sustentar o gado por sua conta<sup>156</sup>. Num espaço de nove dias, se o dono não comparecesse no curral para levar o gado, seria encaminhado no primeiro dia santificado ao largo da paróquia e ali arrematado. O dinheiro daí resultante serviria para pagar ao curraleiro, multas municipais e as custas dos danos causados pelo gado, sendo o que o sobranço era dado ao dono, quando aparecesse<sup>157</sup>.

### **9.11 Marchantes**

Por questões de saúde pública, no século XIX, as autoridades regulamentaram atividade dos marchantes e restringiram o abate fora dos açougues. No concelho havia pelo menos dois açougues públicos, nas Velas e Manadas, registados em 1806<sup>158</sup>. No entanto, foi mandando

---

<sup>154</sup> A.M.V, livro n.º 172 do tombo dos bens do concelho das Velas, 1806, fls. 4; 15; 19; 21v; 26; 29v.

<sup>155</sup> A.M.V., livro n.º 121 de posturas da câmara das Velas, 1803-1845, fls. 34.

<sup>156</sup> *Ibidem*, fls. 34-34v.

<sup>157</sup> *Ibidem*, fls. 34v.

<sup>158</sup> A.M.V., livro n.º 172 do tombo dos bens do concelho das Velas, 1806, fls. 4; 28.

construir outro açougue público, em 1796, na freguesia da Urzelina (Avellar 1902: 306). Estes estabelecimentos levavam aos cidadãos 120 reis por matar cada cabeça de gado<sup>159</sup>.

O indivíduo que pretendesse exercer o ofício de marchante em qualquer açougue no concelho tinha que estar inscrito no livro na Câmara, declarando o lugar do matadouro, cuja licença custaria 400 reis, e a multa por não ter era de 1.000 reis. Contudo, os lavradores não precisavam desta licença, mas só podiam matar gado seu. Antes do abate ou até esfolar a rês vacaril era obrigatoriamente inspecionada pela autoridade para certificar o estado de saúde, marcas ou sinais naturais (idade e cor)<sup>160</sup>.

Na venda de carne ao público, os pesos de medição tinham que ser aferidos pela Câmara, sendo as falsificações punidas com a multa de 2.400 reis. Além disso, o marchante que maliciosamente não inteirar os pesos da carne com engano dos portadores pagaria uma coima de 4.800 reis<sup>161</sup>.

O abate do gado e sua venda não podia ser feita antes do sol nascer nem depois dele se pôr, pois o gado tinha que ser fiscalizado antes do abate e também estava condicionado o monopólio do género exposto sob a pena de 400 reis. Por último, a carne tinha que ser conservada à sombra, em lugar limpo e não podia estar alagada para não pesar mais do que tinha na realidade, caso contrário pagava uma multa de 1.200 reis<sup>162</sup>.

## **9.12 Produtos secundários**

A abundância e diversidade de gado na ilha de São Jorge permitiram o desenvolvimento de indústrias de cariz artesanal como os curtumes e os produtos lácteos com o objetivo de abastecimento familiar e local, mas também para exportação. Estas atividades estavam regulamentadas nas posturas camarárias do século XVIII e XIX.

### **9.12.1 Curtumes**

A indústria dos curtumes seria extinta nos fins do século XIX, em sequência da introdução na ilha de couros de outras paragens e da falta de investimento nesta área (Avellar 1902: 153). A indústria dos pelames esteve sediada ao pé do matadouro das Velas, no Bairro da Conceição, mas as instalações seriam arrasadas no ano de 1873 por ordem do Administrador do Concelho, sob o argumento de serem prejudiciais à saúde pública (Sousa 2003: 104-105).

---

<sup>159</sup> A.M.V., livro n.º 121 de posturas da câmara das Velas, 1803-1845, fls. 25.

<sup>160</sup> *Ibidem*, fls. 37.

<sup>161</sup> *Ibidem*, fls. 37-37v.

<sup>162</sup> *Ibidem*, fls. 37v.



O regimento do ofício de sapateiro do século XVIII, e sobretudo o do XIX dá-nos algumas luzes de como seria realizado o processo de manufatura. A curtimenta das peles era feita através do sumagre, que segundo João Duarte de Sousa (2003: 105) abundaria em toda a ilha de São Jorge. Esta planta era seca e triturada em pó, e só depois usada na curtimenta, do que resultava a produção de cabedais macios e de cor clara (Henriques *et al.* 2012:62). No século XVIII, o preço levado pelos curtidores estava relacionado com a dimensão do couro. Assim, para curtir uma pele de rês vacaril não podiam cobrar mais de 50 reis por cada arroba; de pele de macho grande 100 reis; as peles de cabra seriam a respeito e uma pele de carneiro grande não seria mais de 60 reis. Na venda dos couros, o preço do das reses vacuns não podia ser superior aos 120 reis por cada arroba, mas variava consoante os preços tabelados pela carne (P.C.V: 188). No século XIX, o preço cobrado pelo oficial sapateiro para curtir as peles dependia ainda da contribuição do dono, isto é, se dava ou não os adubos para a curtimenta.

Depois de curtido, o couro seria surrado ou aparelhado. Esta tarefa, realizada pelo sapateiro, consistia em pisar ou bater o couro para torná-lo mais flexível. Os couros preferidos pelos sapateiros eram o cordovão e o bezerro, possivelmente por serem mais leves, confortáveis e maleáveis. Neste sentido, o sapateiro que vendesse sapatos de carneira por cordovão pagaria 1.000 reis de pena e restituiria o dinheiro a quem tivesse enganado.

A procura e mercado para as peles levavam a que houvesse muitos roubos nas criações de gado cabrum e ovelhum, sendo o indivíduo que fosse apanhado com as peles punido com 1.000 reis de multa, pagos na cadeia (P.C.V: 188). De igual modo, os sapateiros estavam proibidos de comprar coiros sem orelhas, com a coima de 1.000 reis. As orelhas tinham os sinais que identificavam os donos, por isso quando era roubado cortavam as orelhas aos coiros.

Durante o século XIX, a legislação da Câmara foi limitando as práticas dos tratamentos dos pelames por causa de serem prejudiciais à saúde, o que correspondeu ao declínio desta indústria. Em 1845, proibia o fabrico de pelames dentro da vila das Velas, bem como conservar as águas e materiais dos curtumes e vertê-los pelas ruas, com a pena de 24.00 reis. Do mesmo modo, era proibido fazer estendedoiros de coiros verdes nas ruas da vila e nas estradas do concelho, sob a pena de 500 reis<sup>163</sup>.

### **9.12.2 Laticínios**

A qualidade do queijo produzido em São Jorge aparece asseverada ainda no século XVI pelo testemunho de Gaspar Frutuoso (Livro VI:108) que descrevia os queijos produzidos do

---

<sup>163</sup> A.M.V., livro n.º 121 de posturas da câmara das Velas, 1803-1845, fls. 28.

leite de ovelha como os melhores dos Açores. No século XVIII, o Padre António Cordeiro (Liv. VIII: cap. IV) reiterava a mesma opinião, que os melhores queijos seriam feitos do leite de cabra e de ovelha. Esta qualidade dos queijos jorgenses estava relacionada com a composição das pastagens naturais, que integravam diferentes espécies que se distribuem nas zonas médias e de elevadas altitudes, as quais conferiam qualidade ao leite.

No século XVIII, o leite de vaca, cabra e ovelha não podiam ser vendidos a menos de duas canadas por 20 reis. O queijo de ovelha com o peso de cinco quartas seria vendido por 20 reis e os de cabra na proporção. Ao queijo feito com o leite de vaca atribuía-se o mesmo preço, mas teria que ser curado e podia ser dobrado, ou seja, ter o dobro do peso. A manteiga vendia-se à canada pela medida grande, a 320 reis (P.C.V: 185; 194).

A partir do século XIX, acentuou-se uma maior especialização pecuária do gado bovino que no entender de alguns autores seria a maior riqueza da ilha (Avellar 1902: 133; Sousa 2003: 91). Em 24 de maio de 1806, para suprimir a crise alimentar que alastrou no concelho das Velas, a Câmara deliberou que ninguém fizesse queijos com o preço superior a 40 reis; além disso os criadores ou pastores só poderiam vender o leite, exclusivamente, ao povo, sob a pena de 2.000 reis. Mais tarde, no acórdão de 24 de maio de 1812, o preço do leite voltou a ser restabelecido, vendido a 30 reis a canada, os queijos curados a 80 reis e os verdes a 40 reis (Avellar 1902: 133-134).

No último quartel do século XIX, os lacticínios aumentaram de importância. As exportações somaram, no ano de 1881, o valor de 23.178.200 reis em queijos e em manteiga 6.521.200 reis (Avellar 1902: 135).

A fama e as dimensões generosas do queijo São Jorge ficaram documentadas por alguns testemunhos do século XIX. No ano de 1803, na passagem do bispo dos Açores na ilha do Faial, este mencionava que era um apreciador do queijo da ilha de São Jorge, e havia mandado fabricar um de tamanhas proporções que para o desembarcar no Faial precisou de ser transportado em uma padiola às costas de vários homens. Os queijeiros fabricavam os queijos pelos tamanhos que o comércio exigia. Em 1830, Joaquim Severino de Avelar, administrador do arrendamento do Urzal, na povoação do Toledo, tinha uma queijaria aonde preparou um queijo com o diâmetro de 80 centímetros, para oferecer ao proprietário do arrendamento, António José Vasconcelos de São Miguel (Avellar 1902: 133-134).

Apesar do queijo ter atingido grande reputação no mercado pelo seu distinto paladar, não deixou de haver tentativas de falsificação por parte dos queijeiros e dos pastores. Os primeiros fabricavam queijos de pasta falsa, com o exterior de boa aparência, mas que por dentro ocultava uma massa de fraca qualidade por extraírem toda a matéria butirosa (gordura)

ou nata com que faziam a manteiga, e depois usavam esse leite para o fabrico do queijo. Por sua vez, os pastores, para terem maiores quantidades de leite e, conseqüentemente, maior lucro, misturavam-lhe água. Por este motivo, o juiz eleito do Norte Pequeno instaurou um processo crime contra os vários pastores que foram apanhados a deitar água no leite destinado à venda nas queijarias. Outro tanto aconteceu na Beira, e os pastores tiveram que indemnizar os queijeiros (Sousa 2003: 92).

As pequenas oficinas de queijo existentes no século XIX, descritas por José Cunha da Silveira (1927b: 107), eram na própria casa de moradia (na cozinha, na sala de entrada, às vezes nos pavimentos térreos), aí se passavam todas as fases de transformação do leite. Nas casas mais modestas, o chão era batido e atapetado por juncos. As paredes, muitas delas não eram revestidas de cal, deixavam passar livremente o ar e a luz. Na cura ou maturação, o queijo era colocado em tábuas suspensas nos tirantes das casas, ou então pousavam-nos um pouco por toda a habitação. Além do queijo de pasta dura também se chegou a fabricar o queijo de pasta mole (Silveira 1927b: 105-106).

Nas divisórias de madeira das casas aonde se exercia o fabrico do queijo, era registados com giz a produção, sinais que segundo José Cunha da Silveira (1927b: 109) parecem *“verdadeiros hieróglifos, simples ou agrupados, preenchião o fim em vista”*.

Os utensílios empregues no processo do fabrico nas pequenas oficinas de queijaria no século XIX eram muito rudimentares. O leite da ordenha era aparado para baldes ou tarros de madeira de cedro e depois vertido para as cabaças ou barris de madeira que se transportavam às costas, cabeça ou com auxílio do burro (Catálogo 4.4.4). Chegado às oficinas, era coado através de um pano grosso de estopa e posto em largas celhas de madeira ou em grandes alguidares de barro arrumados nas paredes. A batedura, primitivamente, era feita nas cabaças do transporte do leite, as mulheres colocavam-nas ao colo e imprimiam-lhes o movimento de vai e vem. Depois passou-se a usar a batedeira de pancada vertical. Os *cinchos* eram de madeira, sendo colocados em cima dos *francélos* (Silveira 1927b: 103-105).

Nos finais do século XIX e viragem para a centúria seguinte, predominava em São Jorge o fabrico do queijo de vaca em pequenas queijarias. Nos inícios do século XX São Jorge contava, pelo menos, com 84 pequenas oficinas de queijo. Em 1927, já se contabilizavam 37 fábricas de queijo, ainda rudimentares, e 48 queijarias ou casas de pastores (Silveira 1927b: 167).

## 10. Conclusão

Este trabalho teve como propósito o estudo da atividade agropecuária no concelho das Velas, entre os séculos XVIII e XIX. Para tal, foi necessário compreender as particularidades do território, definir o tipo de sociedade e analisar a distribuição da propriedade.

O território acidentado, o clima inconstante, as características dos solos e as catástrofes naturais que avassalaram a ilha obrigaram a que os jorgenses tivessem que aprender a conviver com todos estes elementos adversos.

Durante os séculos XVIII e XIX foram feitos alguns esforços para melhorar as estruturas existentes e criação de novas condições para acompanhar a sociedade em crescimento. No entanto, as ligações da vila com os povoados mais distantes por via terrestre constituíam um dos principais entraves ao desenvolvimento e à coesão do município.

No ano de 1716 foram definitivamente delimitadas as extremas entre o concelho das Velas e o da Calheta, relacionadas com a posse e uso da serra municipal. Uma das principais riquezas assentava na pecuária, sendo que por isso estas áreas interessavam aos concelhos, que as disputaram. O território desde cedo foi sendo moldado para as culturas que tinham maior procura. Assim, a freguesia de Rosais e as imediações das Velas acabaram por ser as principais zonas cerealíferas do município, enquanto a Queimada, Mistérios, Fajã de Santo Amaro, Urzelina e Terreiros tornar-se-iam as principais zonas de vinicultura. A freguesia do Norte Grande acabou por se especializar na pecuária.

A sociedade repartia-se por vários grupos que dependiam forçosamente uns dos outros para o seu funcionamento. Os cargos cimeiros estavam atribuídos quase sempre às elites locais, que manifestava a sua autoridade nas paradas militares e profissões religiosas, relembrando ao povo os seus deveres. Estes indivíduos quase sempre eram detentores de casas abastadas e de vastas propriedades fundiárias, que constituíam a base das suas fortunas. As famílias definiam estratégias de transmissão e manutenção do património e do *status* social através das alianças matrimoniais e pela instituição do morgadio, que passaria para o filho primogénito a maioria dos bens. Os filhos segundos, quase sempre seguiram a vida religiosa, alargando a esfera de influência da família e evitando a fragmentação do património. As filhas, na falta de um casamento vantajoso, acabavam por noviciar e professar no convento, levando os seus dotes vitalícios.

Os lavradores abastados, apesar não ostentarem título de nobreza, tinham o poder económico necessário para comprar os cargos e intervir no centro de decisões. Estas famílias também procuraram afirmar-se por meio de alianças matrimoniais com outros elementos de

estirpe jorgense. Nas famílias remediadas e menos abonadas, as estratégias eram diferentes passavam essencialmente pela manutenção dos poucos bens que possuíam com vista à sobrevivência. O calendário litúrgico marcaria os pontos mais altos da sociedade. Os ofícios faziam-se representar nestes procissões com as varas e bandeiras de cada regimento ou corporação em que estavam agrupados, sob regulamentação estipulada pelo município, garantido as diversas necessidades na vila e dispersos pelas freguesias.

A estrutura fundiária, nos séculos XVIII-XIX, é marcada pela excessiva concentração de propriedade por meio de vínculos de morgados e capelas. Esta acumulação criou peias no sistema de posse e utilização das terras, que era um entrave ao desenvolvimento agrário.

A maioria da propriedade do concelho das Velas residia nos “senhorios de fora”, que estavam apenas interessados em receber rendas e pagamentos, enquanto delegavam a sua autoridade, exercida por intermédio de um procurador. A nobreza local, o clero, diversas instituições pias e a Santa Casa da Misericórdia concentravam outra grande fatia da propriedade, especialmente as melhores terras de cerealíferas e vinícolas. Assim, a maior parte dos lavradores via-se na contingência de recorrer ao arrendamento ou aforamento de algumas parcelas de terreno, com que uns visam a diversificação alimentar, enquanto para outros o parcelamento de terras permitia aumentar a sua produtividade sem ter trabalho redobrado. Outro sistema de exploração das terras era a meação ou meias, em que metade da produção era dividida entre rendeiro e senhorio ou a quantidade que fosse acordada previamente.

Para a boa gestão da propriedade, a Câmara das Velas, através das posturas municipais dos séculos XVIII e XIX, regulamentou diversas matérias, com o intuito de proteger e fomentar a produtividade agrícola do concelho. Estas medidas estendiam-se aos vários domínios, desde os roubos e danos causados pelos cães, pássaros, galinhas e gados, até à vedação das propriedades, limpeza das testadas, manutenção e abertura de poços, regos e valas, etc.

As principais atividades agrícolas do concelho das Velas centralizavam-se nos ciclos dos cereais e da vinicultura. A aptidão dos solos jorgenses para a cultura cerealífero era reduzida e estava confinada a pequenas extensões de terreno, das quais uma grande maioria estava entregue a uma minoria da sociedade. Todavia, a necessidade de responder quer ao consumo interno, quer à satisfação das rendas em géneros que alguns senhorios exigiam levou ao aproveitamento de todas as superfícies lavradas possíveis.

Na sequência de maus anos agrícolas que resultavam os temíveis “anos de fome” o município procurava regular a saída e contrabando dos cereais, obrigando os lavradores e

produtores a declarem as suas colheitas. Os manifestos do século XVIII e XIX, apesar das suas limitações, permitem compreender alguns aspetos das principais produções e a mudança da dieta alimentar, em que o milho acaba por destronar o trigo, no século XIX. A cultura do milho era mais adequada a climas húmidos, para além de ter a vantagem de fornecer forragens para gado. A cevada e o centeio tinham pouca expressividade, sendo cultivados em solos mais pobres e agrestes como a Ribeira do Nabo e Norte Grande. Na Urzelina, também devido à natureza dos solos, as produções cerealíferas eram quase nulas.

As técnicas agrícolas praticadas, segundo os testemunhos dos viajantes do século XIX, eram muito rudimentares, situação que se manteve até aos meados do século XX. O calendário agrícola regulava os ritmos mais importantes da sociedade. Para os trabalhadores que ganhavam a vida a conduzir uma junta de bois era o período de maior abundância, enquanto aos jornaleiros não lhe faltaria trabalho nos amanhos das terras. As alfaías agrícolas e utensílios caracterizam-se pela sua simplicidade, mas cumpriam plenamente com as funções. O seu fabrico e arranjo estavam assegurados nas tendas do carreiro e ferreiro.

A cultura do inhame foi um dos principais alimentos das camadas mais desfavorecidas, especialmente nos anos de maior crise alimentícia. Era raro o indivíduo que não dispunha de um pedaço de terra para plantar inhames. Isto não molestava as sementeiras pois eram nas rochas que o plantavam e os inhames de água eram os mais apreciados.

A vinicultura seria uma das principais fontes económicas do concelho das Velas durante o século XVIII e primeira metade do século XIX. O famoso vinho branco produzido nos Casteletes da Urzelina trouxe grande reputação ao município. Para a qualidade e abundância do vinho, salvaguardando um ou outro ano, nunca faltou mercado de escoamento. Aliás, a importância que assumia na economia velense levou a Câmara a tomar várias medidas que zelassem pela sua produção, qualidade e controlo sobre o contrabando e fraude.

O cultivo das vinhas dependia do tipo do solo, mas era nos terrenos de biscoito que plantavam os vinhedos, por produzirem os melhores vinhos. O trabalho dispendido no amanho destes terrenos incipientes e pedrosos até à chegada das primeiras vindimas era uma tarefa abismal, feita toda ela com grande esforço. Os senhorios, nos contratos de arrendamento, exigiam os devidos cuidados e amanhos das vinhas aos rendeiros, bem como as benfeitorias de erguer paredes e arranjar os lagares. No entanto, o próspero ciclo do vinho entrou num período de declínio a partir de 1854, com o flagelo das vinhas causado pelo *Oidium Tuokeri* e, mais tarde, pela *filoxera*, que sentenciou o que restava dos vinhedos.

A ligação e os transportes de mercadorias das freguesias para a vila estavam ao encargo dos barqueiros e carreteiros. Porém, desconhecia-se quais seriam os preços levados para as

freguesias mais distantes, Manadas e Norte grande. As péssimas vias terrestres de ligação entre alguns povoados levaram à preferência pelo transporte por via marítima desde as freguesias ou localidades que dispunham de pequenos portos.

Em quase todas as casas de lavrador haveria pelo menos um carro de bois ou até mais do que um. O fabrico das peças do carro de bois estava assegurado por um ofício especializado nessa tarefa, o carreiro. As peças do século XIX não eram muito diferentes daquelas do carro de bois da segunda metade do século XX. A circulação destes foi sendo restringida pelos danos causados nas vias e levou à proibição das rodas com pregadura alta.

A criação de gado, a par da vinicultura, seria a principal fonte de rendimento por causa da natureza dos terrenos da ilha que favorecia o desenvolvimento das pastagens. O Escalvado do concelho, uma das maiores unidades latifundiárias da ilha, beneficiava a população, em geral, aqueles que tinham as suas propriedades confinadas e aos que não dispunham de terras suficientes para apascentar o seu gado. Os roubos e desvios de gados nestas áreas serranas seriam frequentes, levando os pastores a marcarem seu gado.

Os diferentes gados forneciam bens necessários à subsistência, assim como também contribuía para o desenvolvimento de certos ofícios, como os sapateiros, tecedeiras e marchantes. O gado maior constituía a principal força motriz nos trabalhos agrícolas, chegando famílias a ter mais do que uma junta de bois de serviço e os burros e machos eram usados no transporte do leite das pastagens e também na moagem em atafonas. Os gados miúdos começaram, a partir do século XIX, a perder a sua relevância, derivado à entrada de tecidos e cordovões estrangeiros. Aliás, o gado cabrum chega mesmo a ser considerado uma praga, alvo de severas punições pela destruição causadas nas terras de cultivo. O gado suíno constituía uma fonte indispensável no sustento da casa dos camponeses, garantindo a carne, toucinho e linguiça para o consumo familiar, mas também a gordura essencial à conservação e adubo dos alimentos. A matança do porco seria a principal festa rural.

Por fim, durante o século XIX o gado bovino acabou por ganhar maior preponderância em relação aos outros, a sua abundância estimulou o setor da exportação com várias toneladas de carne a serem vendidas para diferentes paragens, ficando no açougue a terça parte da produção para venda. Além disso, ocorreu uma maior especialização para os lacticínios, que levou à introdução de raças aleitantes para cruzamentos. O queijo de S. Jorge foi uma bandeira desta vocação, que ainda se mantém, sendo a rácio homem - bovino ainda hoje largamente favorável a estes.

## Bibliografia

- ARMAS, José Leal – Questões zootécnicas, aspectos históricos-técnicos e económicos da pecuária Açoriana (terceirense). *Atlântida*, vol. 1, n.º 1. Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo, 1959, pp. 12-17.
- ATAÍDE; Luís Bernardo Leite de – O trilho in *Etnografia Arte e Vida Antiga dos Açores*, 2.ª Edição. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade. Vol. 2. 1973, pp. 281-286.
- AVELLAR, José Cândido da Silveira – *Ilha de S. Jorge (Açores). Apontamentos para a sua História*. Typ. Minerva Insulana, Horta, 1902.
- ÁVILA, João Gabriel de – *O Paço Municipal das Velas*. Separata Boletim do Instituto Histórico da ilha Terceira, Vol. XLIII, tomo II. Angra do Heroísmo, 1985.
- BRASIL, Manuel Teixeira – *Algumas Notas sobre a Cultura do Inhame em S. Jorge*. Câmara Municipal da Vila da Calheta, Calheta, 1989.
- BRASIL, Manuel Teixeira – Notas para a história da viticultura jorgense. *Despertar*. Boletim Paroquial, Ano XII- nº 84, Ribeira Chã, 1987, pp. 27-41.
- BRASIL, Manoel Teixeira – *Da Fajã das Almas*. Câmara Municipal das Velas, Velas, 1999.
- BRITO, Joaquim Pais de; CAMPOS, Ana Margarida; COSTA, Paulo Ferreira – *Alfaia Agrícola*. Instituto Português de Museus, Lisboa, 2000.
- CALDAS, João Vieira – *Arquitectura Popular dos Açores*. Ordem dos Arquitectos, Lisboa, 2000.
- COSTA, Avelino de Jesus da – *Normas gerais para a transcrição de documentos e textos medievais e modernos*, 3.ª Edição, Braga. s/ed., 1993.
- COSTA, Susana Goulart – Da eternidade à historicidade, traços das fundações pias Setecentistas na ilha de São Miguel. *Revista Arquipélago - História*, 2ª Série, vol. IX, ed. Universidade Açores, Ponta Delgada, 2005, pp. 309-322.
- CUNHA, Clímaco Ferreira da – *São Jorge e as suas Fajãs*. 2.ª Edição, s/ed., 2014.
- CUNHA, Manuel de Azevedo da – Notas Históricas, Vol. I – *Estudos sobre o Concelho da Calheta (S. Jorge)*, vol. II – *Anais do Município da Calheta (S. Jorge)*. Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1981.
- DIAS, Maria Alice Borba Lopes – *Ilha Terceira, Estudo de Linguagem e Etnografia*. Secretaria Regional de Educação e Cultura, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, Angra do Heroísmo, 1982.
- DIAS, Urbano de Mendonça – *A Vida de Nossos Avós*. Tip. de A crença Rua Visconde da Palmeira. Vol. I. Vila Franca do Campo, 1944.
- DRUMOND, Francisco Ferreira – *Apontamentos Topográficos, Políticos, Cíveis e Ecclesiásticos para a História das nove Ilhas dos Açores*. Instituto Histórico da Ilha Terceira, Angra do Heroísmo, 1990.
- FARIA, Manuel Augusto – Distribuição territorial e composição social das companhias de ordenanças nos Açores. *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*. Vol. LXII. Angra do Heroísmo, 2004, pp. 291-333.
- FRANÇA, Zilda; CRUZ, João; NUNES, João; FORJAZ, Vítor – centro de geologia dos Açores: uma perspectiva actual. *Açoreana: Revista de Estudos Açorianos*, Ponta Delgada, 2003, pp. 11-140.
- GIL, Maria Olímpia da R. – *O Arquipélago dos Açores no Século XVII: aspectos sócio – económicos (1575 – 1675)*. Edição da Autora, Castelo Branco, 1979.
- GALHANO, Fernando – *O Carro de Bois em Portugal*. Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos de Etnologia, Lisboa, 1973.



- GRÉGORIO, Rute Dias – A dinâmica da propriedade nos primórdios da ocupação dos Açores : estudo de caso a terra do Porto da Cruz (Ilha Terceira). *Arquipélago - História*, 2.ª série, vol. II, ed. Universidade dos Açores, 1997, pp. 33-60.
- HENRIQUES, Isabel; FALCÃO, Lina; ARÁUJO, Mária – Usos tradicionais do sumagre duriense e fozcoense: uma planta dos tintureiros, curtidores, boticários e também dos gastrónomos. *Côavisão*, N.º 14. Câmara municipal de vila Nova de Foz Côa, 2012, pp. 59-63.
- JOÃO, Maria Isabel – *Os Açores no Século XIX. Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*. Cosmos, Lisboa, 1991.
- LIMA, Eva Almeida; NUNES, João Carlos; MEDEIROS, Sara; PONTE, Diana – Geodiversidade e Geossítios da Ilha de São Jorge”. Departamento Geociências: Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 2011, pp. 20-43.
- MACHADO, Margarida Vaz do Rego – O milho nos finais de setecentos na ilha de S. Miguel. *Arquipélago - História*, 2ª Série, vol. I, nº 2. Universidade Açores. Ponta Delgada, 1995, pp. 175-188.
- MACIEL, Frederico – *Misericórdia das Velas (Provedores, Factos e Documentos)*. Santa Casa da Misericórdia da vila das Velas, Velas, 2007.
- MARTINS, Rui de Sousa – O pão no arquipélago dos Açores, mudança e articulação das técnicas de cozedura. *Revista Arquipélago - História*, 2ª Série, vol. II. Universidade Açores, Ponta Delgada, 1997, pp. 119 - 170.
- MATOS, Artur Teodoro de – *Transporte e Comunicações em Portugal, Açores e Madeira (1750-1850)* ed. Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1980.
- MEDEIROS, Carlos Alberto – Contribuição para o estudo da vinha e do vinho nos Açores. *Finisterra*, vol. XXIX, nº 58, Lisboa, 1994, pp. 199-229.
- MENDES, Cândida – *A Dimensão Ecológica das Zonas Húmidas na ZEC Terrestres dos Açores*. Dissertação grau Mestre em Gestão e Conservação da Natureza. Universidade dos Açores, Angra do Heroísmo, 2010.
- MENESES, Avelino Freitas – “*Os Açores nas Encruzilhadas de Setecentos. Instituições e Economia nos Açores: 1740-1770*”. Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1992.
- MENDONÇA, Elsa Brunilde Lemos - *Ilha de São Jorge. Subsídios para o Estudo da Etnografia, Linguagem e Folclore Regionais*. Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, vol. XIX/XX, Angra do Heroísmo, 1961/62, Ponta Delgada, 1992.
- MENDONÇA, Luís; ÁVILA, José – *Emigração Açoriana (sécs. XVIII a XX)*. s/ed., Lisboa, 2002.
- NORONHA, António Homem da Costa – Ilha de San Jorge. *Revista dos Açores*, 1.º vol., n.º 29, Ponta delgada, 1851, pp. 113-114.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim – *Alfaia Agrícola Portuguesa*. Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos de Etnologia, Lisboa, 1976.
- PEREIRA, António dos Santos – *A ilha de S. Jorge (séculos XV-XVII): contribuição para o seu estudo*. Universidade dos Açores. Ponta Delgada, 1987.
- Plano de Gestão de Recursos Hídricos da Ilha de São Jorge*. Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, Vol. 5, 2012.
- SARAMAGO, João – As marcas de posse utilizadas para o gado na ilha do Corvo em finais do século XIX. *O Faial e a Periferia Açoriana nos sécs. XV a XIX*. Núcleo Cultural da Horta, Horta, 1995, pp. 467-480.
- REIS, Lysie – Os homens rudes e muito honrados dos mesteres. *Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Património*, I série vol. IV. Faculdade de Letras do Porto, Porto, 2005 pp. 235-259.

- RIBEIRO, Luís da Silva – cangas de bois nos Açores in *Etnografia Açoriana*. Instituto Histórico da Ilha Terceira, Secretaria Regional da Educação e Cultura. Vol. I. Angra do Heroísmo, 1982, pp. 159-170.
- A monda in *Etnografia Açoriana*. Instituto Histórico da Ilha Terceira, Secretaria Regional da Educação e Cultura, vol. I, Angra do Heroísmo, 1982, pp. 783-784.
  - notas sobre a vida rural na ilha Terceira (Açores) in *Etnografia Açoriana*. Instituto Histórico da Ilha Terceira e Secretaria Regional da Educação e Cultura, vol. I, Angra do Heroísmo, 1982, pp. 117-124.
  - O pastoreio na ilha Terceira in *Etnografia Açoriana*. Instituto histórico da Ilha Terceira, Secretaria Regional da Educação e Cultura, vol. I, Angra do Heroísmo, 1982, pp. 289 -299.
  - A cultura do trigo in *Vária*. Instituto Histórico da Ilha Terceira, Secretaria Regional da Educação e Cultura, vol. III, Angra do Heroísmo, 1983, pp. 37-40.
- RODRIGUES, José Damião – As elites locais nos Açores em finais do Antigo Regime. *Revista Arquipélago - História*, 2ª Série, vol. IX. Universidade Açores, Ponta Delgada, 2005, pp.359-384.
- Rodrigues, José Damião – família e clero em Portugal in *Sociedade, Família e Poder na Península Ibérica. Elementos para uma Historia Comparativa*. Edições Colibri/ CIDEHUS- Universidade de Évora /Universidade de Murcia, Lisboa, 2010, pp. 103-127.
- SILVEIRA, José Cunha da – A viticultura na ilha de Sam Jorge (Açores). *AGROS*, II Série – 3.º ano, N.º 1. Boletim da Associação dos Estudantes do Instituto Superior de Agronomia e Periódico da Propaganda Agrícola, Lisboa, 1927, pp. 238-245.
- SILVEIRA, José Cunha da – A indústria dos lacticínios nos Açores. *AGROS*, II Série – 3.º ano, N.º 1. Boletim da Associação dos Estudantes do Instituto Superior de Agronomia e Periódico da Propaganda Agrícola, Lisboa, 1927, pp. 103-179.
- SILVEIRA, Paulo; SERPA, Vanda; DENTINHO, Tomaz - Modelo de interação espacial de ocupação do uso do solo aplicação à ilha de São Jorge desde o Séc. XVI ao Séc. XX. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, nº 21, 2009, pp. 81-99.
- SOUSA, João Duarte – *Ilha de S. Jorge: Apontamentos Históricos e Descrição Topográfica*. 2.ª Edição. Câmara Municipal das Velas, Velas, 2003.
- SOUSA, Paulo Silveira – Campesinato e pequena actividade artesanal: a produção de lã e de linho nas ilhas do distrito de Angra do Heroísmo (1850-1930). *Boletim do Instituto Histórico da ilha Terceira*, vol. LXIII, Angra do Heroísmo, 2005, pp. 45-70.
- SOUSA, Paulo Sousa – Transportes e comunicações na ilha de São Jorge durante a segunda metade do século XIX. *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, nº 16. Núcleo Cultural da Horta, 2007, pp-197-223.
- SOUSA, Paulo Sousa –A gestão social da propriedade na ilha de São Jorge durante a segunda metade do século XIX. *Revista Arquipélago - História*, 2ª Série, vol. XI-XII. Universidade Açores, Ponta Delgada, 2007-2008, pp.73-121.
- VIEIRA, Alberto – A questão cerealífera nos Açores nos séculos XV-VII: elementos para o seu estudo. *Arquipélago. História e Filosofia*, Vol. VII, Nº1 (Jan-Jun).Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1985, pp. 123-201.

## Fontes impressas

ALBERGARIA, João Soares – Corografia Açorica ou Descrição Phizica, Política, e Histórica dos Açores por um cidadão açorense. M. da Sociedade Patriotica Phylantropya, Lisboa, 1822.

ALVERNE, Agostinho de Monte – Crónica da Província de S. João Evangelista das Ilhas dos Açores. Instituto Cultural de Ponta Delgada, vol. I a III, Ponta Delgada, 1960-1962.

Arquivo dos Açores. Vols. I-XV. Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1980-1983.

BULLAR, Joseph & BULLAR, Henry – Um Inverno nos Açores e um Verão no Vale das Furnas. 2.<sup>a</sup> Edição. Instituto Cultural de Ponta Delgada, Ponta Delgada, 1986.

CHAGAS, Diogo das – Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores. SREC-DRAC-UA-CEGF, Angra do Heroísmo-Ponta Delgada, 1989.

CORDEIRO, António – História Insulana das Ilhas a Portugal Sugeytas no Oceano Ocidental. Secretária Regional da Educação e Cultura, Angra do Heroísmo, 1981.

FRUTUOSO, Gaspar – Saudades da Terra. Liv. VI. Instituto Cultural de Ponta Delgada, Ponta Delgada, 1998.

MALDONADO, Manuel Luís – Fénix Angrense. Instituto Histórico da Ilha Terceira. Vol. I a III. Angra do Heroísmo, 1989.

*Posturas Camarárias dos Açores*. Transcrição de Jorge Fernandes do Nascimento; José Sintra Martinheira; Manuel Augusto de Faria. Instituto Histórico da Ilha Terceira, Tomo I-II, Angra do Heroísmo, 2007-2008.

Vereações de Velas (S. Jorge 1559-1570-1571). Introdução, transcrição e notas de António dos Santos Pereira, ed. Universidade dos Açores - Direcção Regional dos Assuntos Culturais, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1984.

## **Fontes manuscritas**

### **Arquivo Distrital Angra do Heroísmo (A.D.A.H):**

Notas do tabelião Domingos de Lagos Armelim (1743-1753) Liv. I-III, Notariais Secção II; subsecção E, Divisão 4; Colecção 2.

Notas do tabelião José Francisco de Melo Correia Flores (1785-1787), liv. I, Notariais secção II, Subsecção E, Divisão 8, colecção 2.

Notas do tabelião Francisco Pereira de Lacerda Cabral (1817-1822), liv. I, Notariais secção II, Subsecção E, Divisão 14, colecção 2.

### **Arquivo Municipal das Velas (A.M.V):**

Livro n.º 54 vereações e acórdãos da câmara das Velas (1707).

Livro n.º 55 vereações e acórdãos da câmara das Velas (1708).

Livro n.º 121 posturas da câmara das Velas (1803-1845).

Livro n.º 146 receita e despesa dos procuradores do concelho das Velas (1711-1743).

Livro n.º 157 registo dos ferros e sinais do gado do concelho das Velas (1606-1706).

Livro n.º 158 registo dos ferros e sinais do gado do concelho das Velas (1707-1804).

Livro n.º 160 manifesto dos frutos dos lavradores de trigos, milhos e vinhos do concelho das Velas (1706-1721).

Livro n.º 161 manifesto dos cereais e mais géneros do Concelho das Velas (1806).

Livro n.º 162 manifesto de poços, valas e regos no concelho das Velas (século XVIII).

Livro n.º 172 tombo dos bens do concelho das Velas (1806).

**Rui Duarte Brasil Marques**

**Sociedade e economia no concelho das Velas nos séculos XVIII-  
XIX  
(São Jorge, Açores)**

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Arqueologia orientada pela Professora  
Doutora Teresa Soeiro

Vol. II - Anexos

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

setembro de 2015

# Índice de Anexos

## Anexo 1 – Mapas.....134

**Mapa 1.** Ilha de São Jorge (cópia de 1868 da planta da ilha de São Jorge levantada em 1825, pelo brigadeiro António Homem da Costa Noronha. Versão original e com melhor resolução na Biblioteca Nacional Digital (<http://purl.pt/22846/2/>). ..... 134

**Figura 1.** Localização e distribuição das Ilhas dos Açores (PGRHI 2012: 18). ..... 135

**Figura 2.** Divisão administrativa da ilha de São Jorge (PGRHI 2012:20). ..... 136

**Figura 3.** Modelo digital da ilha de São Jorge e a localização das duas unidades geomorfológicas divididas pelo tracejado que indica o vale fluvial da Ribeira Seca. 1-Região Ocidental; 2-Região Oriental (PGRHI 2012: 50). ..... 136

**Figura 4.** Carta hipsométrica da ilha de São Jorge (PGRHI 2012: 54) ..... 137

**Figura 5.** Carta de declives da ilha de São Jorge (PGRHI 2012: 55). ..... 137

**Figura 6.** Carta de expressão espacial da temperatura na ilha de São Jorge (PGRHI 2012: 42). ..... 138

**Figura 7.** Carta de aptidão à horticultura na ilha de São Jorge (Silveira *et al.*, 2009: 92). ..... 138

**Figura 8.** Carta de aptidão agrícola na ilha de São Jorge (Silveira *et al.*, 2009: 93) ..... 139

**Figura 9.** Carta de aptidão para a pastagem na ilha de São Jorge (Silveira *et al.*, 2009: 93). ..... 139

**Figura 10.** Carta de aptidão de Floresta na Ilha de São Jorge (Silveira *et al.*, 2009: 93). ..... 140

**Figura 11.** Carta de ocupação do Solo da ilha de São Jorge (PGRHI 2012: 113). ..... 140

**Figura 12.** Carta hidrográfica da ilha de São Jorge (PGRHI 2012: 75). ..... 141

**Figura 13.** Carta litológica simplificada da ilha de São Jorge (Forjaz *et al.*, 2001; *apud* Lima *et al.*, 2011:24). ..... 141

**Figura 14.** Carta geológica da ilha de São Jorge (PGRHI, 2012: 50). ..... 142

**Figura 15.** O povoado da Ribeira da Areia cuja ribeira que passa no meio seria as estrema dos concelhos. Parte extraída da cópia da planta da ilha de São Jorge levantada em 1825, pelo brigadeiro António Homem da Costa Noronha. Versão completa na Biblioteca Nacional Digital (<http://purl.pt/22846/2/>). ..... 142

**Figura 16.** Mapa de S. Jorge dividida em parcelas pelos ditos “senhores de fora” e escalvados dos concelhos, entre os séculos XVI - XVII (Pereira 1987: 155). ..... 143

## Anexo 2 – Tabelas.....144

**Tabela 1.** Distribuição altimétrica da ilha de São Jorge ..... 144

**Tabela 2.** Distribuição dos declives da ilha de São Jorge..... 144

**Tabela 3.** Ocupação dos habitantes da ilha de São Jorge no ano de 1800. .... 144

**Tabela 4.** Insígnias levadas nas profissões ..... 145

**Tabela 5.** Medidas de superfície para a ilha de São Jorge. .... 145

**Tabela 6.** Contribuição e coimas por cada cabeça de gado lançado na serra pública do concelho das Velas..... 145

**Tabela 7.** Manifesto dos poços, regos e valas no século XVIII..... 146

**Tabela 8.** Manifesto dos cereais e do vinho no concelho das Velas entre 1706-1721..... 156

**Tabela 9.** Manifesto de cereais e batatas no concelho das Velas no ano de 1806 ..... 162

**Tabela 10.** Gado bovino no concelho das Velas no século XVIII..... 163

<b>Tabela 11.</b> Exportação do gado bovino e a terça parte que fica no açougue do concelho das Velas entre 1806-1826.....	164
<b>Tabela 12.</b> Sinais e ferros do gado no concelho das Velas entre 1700-1804.....	165

### **Anexo 3 - Imagens do concelho das Velas no século XX.....255**

<b>Foto 1.</b> Vista parcial da vila das Velas com os campos de cultivo em redor. ....	255
<b>Foto 2.</b> Vista parcial da vila das Velas rodeada pelos montes. ....	255
<b>Foto 3.</b> Centro da freguesia de Rosais e as casas palhoças. ....	256
<b>Foto 4.</b> Vista parcial da freguesia de Santo Amaro e nas terras os <i>maçanicos</i> de milho. ....	256
<b>Foto 5.</b> Vista parcial da freguesia das Manadas com os campos de milho. ....	257

### **Anexo 4 – Catálogos..... 258**

#### **4.1. Alfaias e utensílios agrícolas..... 258**

##### Instrumentos de mobilização da terra

<b>4.1.1</b> Arado.....	258
<b>4.1.2</b> Sachos.....	260
<b>4.1.3</b> Alvião.....	261
<b>4.1.4</b> Grade.....	262

##### Acessórios correlacionados

<b>4.1.5</b> Cangas.....	264
--------------------------	-----

##### Instrumentos de corte

<b>4.1.6</b> Malho.....	264
<b>4.1.7</b> Foices.....	265
<b>4.1.8</b> Foicinha.....	266

##### Instrumentos de debulha

<b>4.1.9</b> Trilho.....	267
<b>4.1.10</b> Mangual.....	267

##### Instrumentos de limpeza de cereais e manuseio de palhas

<b>4.1.11</b> Forquilha.....	269
<b>4.1.12</b> Ancinho.....	269
<b>4.1.13</b> Rodo.....	271
<b>4.1.14</b> Balaaios.....	271
<b>4.1.15</b> Joeiras.....	272

##### Estruturas de secagem

<b>4.1.16</b> <i>Maçanicos</i> .....	273
<b>4.1.17</b> <i>Burras</i> .....	274

#### **4.2 Utensílios utilizados nas vinhas; vasilhames e mecanismos de processamento do vinho.....275**

<b>4.2.1</b> Podões.....	275
<b>4.2.2</b> Cestos de vindimas.....	275
<b>4.2.3</b> Lagares.....	276

4.2.4 Potes de madeira.....	277
4.2.5 Funis de madeira.....	278
4.2.6 Teladeiras.....	278
4.2.7 Marcas dos vasilhames:.....	279
4.2.8 Potes de barro.....	279
<b>4.3 Transportes de tração Animal .....</b>	<b>281</b>
4.3. 1 Carro de Bois.....	281
<b>4.4 Pecuária.....</b>	<b>285</b>
4.4.1 Sinais nas orelhas.....	285
4.4.2 Ferros de sinais.....	286
4.4.3 Ferro.....	287
4.4.4 Barril de madeira.....	288

## **Desenhos:**

<b>Figura 17.</b> Arado (Oliveira <i>et al.</i> 1976: 201).....	259
<b>Figura 18.</b> Sacho (Oliveira <i>et al.</i> 1976: 246).....	260
<b>Figura 19.</b> Alvião da ilha de São Jorge (Oliveira <i>et al.</i> 1976: 253).....	261
<b>Figura 20.</b> Grade (Oliveira <i>et al.</i> 1976: 230).....	262
<b>Figura 21.</b> Joeiras: da esquerda o de junco e da direita de vimes (Oliveira <i>et al.</i> 1976: 319).....	272
<b>Figura 22.</b> A marca da esquerda pertencia ao tanoeiro Francisco Inácio; a do meio a Anselmo de Soares de Sousa e da direita a Miguel Teixeira Machado. Fonte: livro n.º 158 de registo dos ferros e sinais do gado do concelho de Velas, 1707 -1804, fls. 48-48v; 59v; 146. ....	279
<b>Figura 23.</b> Carro de bois (Galhano 1973: 107).....	281
<b>Figura 24.</b> Hipótese dos sinais individuais das orelhas identificados para o concelho das Velas de 1700-1804. Desenho: João Vitorino Lavinha (Saramago 1995: 469, 475). ....	285
<b>Figura 25.</b> Ferros correspondentes aos sinais das orelhas. ....	286

## **Fotografias:**

<b>Foto 6.</b> Arado (Quinta do Canavial nas Velas) .....	258
<b>Foto 7.</b> Pormenores do temão e da rabiça feitos a partir de duas peças.....	259
<b>Foto 8.</b> Pormenor do ferro do arado (relha) e as aivecas. ....	259
<b>Foto 9.</b> Sacho (Quinta do Canavial nas Velas) .....	260
<b>Foto 10.</b> Alvião (Quinta do Canavial nas Velas) .....	261
<b>Foto 11.</b> Grade (Centro de Exposição Rural da Urzelina) .....	262
<b>Foto 12.</b> Gradando a terra. ....	263
<b>Foto 13.</b> Cambo ou ponta (Centro de Exposição Rural da Urzelina).....	263
<b>Foto 14.</b> Pormenor da argola de ferro que fazia a ligação com a grade. ....	263
<b>Foto 15.</b> Canga de carro e de lavar (Centro de Exposição Rural da Urzelina) .....	264
<b>Foto 16.</b> Malho (Quinta do Canavial nas Velas).....	265
<b>Foto 17.</b> Foices a esquerda era normal; a do meio de mato e à direita a de silvas (Quinta do Canavial nas Velas). ....	265
<b>Foto 18.</b> Foicinhas de gume serrilhado e de gume liso e afiado (Centro de Exposição Rural da Urzelina).....	266
<b>Foto 19.</b> Ceifar o trigo e as mulheres a fazer os feixes ou <i>gavelães</i> . ....	266
<b>Foto 20.</b> Trilho visto de frente com as pedras cravadas em linhas oblíquas e visto de trás com as três travessas de madeira que fazem a ligação dos dois tabuões.....	267
<b>Foto 21.</b> Mangual e a mossã aonde se prende a correia (Quinta do Canavial nas Velas). ....	268



<b>Foto 22.</b> Malhar o tremço seco na eira.....	268
<b>Foto 23.</b> Forquilha (Quinta do Canavial nas Velas).....	269
<b>Foto 24.</b> Ancinho com 5 dentes (Quinta do Canavial nas Velas). ....	270
<b>Foto 25.</b> Ancinho de 8 dentes (Quinta do Canavial nas Velas) .....	270
<b>Foto 26.</b> Rodo (Quinta do Canavial, nas Velas) .....	271
<b>Foto 27.</b> Vista do interior do balaio (Centro de Exposição Rural da Urzelina) .....	271
<b>Foto 28.</b> Vista exterior dos balaio (Centro de Exposição Rural da Urzelina). ....	272
<b>Foto 29.</b> Joeiras: da esquerda o de junco e à direita o de vimes. ....	272
<b>Foto 30.</b> Maçanico (Centro de Exposição Rural da Urzelina). ....	273
<b>Foto 31.</b> <i>Burra</i> (Cento de Exposição Rural da Urzelina).....	274
<b>Foto 32.</b> <i>Cambulhões</i> (Centro Exposição Rural da Urzelina).....	274
<b>Foto 33.</b> Podões (Adega do Sr. Manuel Brasil na Fajã das Almas). ....	275
<b>Foto 34.</b> Cesto de asa e cesto de carreto. ....	275
<b>Foto 35.</b> Lagariça da ilha do Pico na Baixa da Ribeirinha (Foto de Centro de Estudos Etnológicos da Universidade dos Açores no boletim Despertar 1987: 62).....	276
<b>Foto 36.</b> Lagar da Viscondessa de S. Mateus no lugar dos Terreiros. Foto de Manuel Brasil (1987: 38) .....	276
<b>Foto 37.</b> Potes de madeira (Adega do Sr. Manuel Brasil na Fajã das Almas) .....	277
<b>Foto 38.</b> Pormenor do pequeno orifício junto à boca.....	277
<b>Foto 39.</b> Funis de madeira (Adega do Sr. Manuel Brasil na Fajã das Almas). ....	278
<b>Foto 40.</b> Face inferior dos funis, um com os pés e o outro com as duas concavidades. ....	278
<b>Foto 41.</b> <i>Teladeiras</i> (Adega do Sr. Manuel Brasil na Fajã das Almas). ....	279
<b>Foto 42.</b> Potes de barro (Adega do Sr. Manuel Brasil na Fajã das Almas).....	280
<b>Foto 43.</b> Pormenor das asas. ....	280
<b>Foto 44.</b> <i>Seve</i> do carro de bois com as cangas dentro. ....	281
<b>Foto 45.</b> Os fugueiros do carro de bois com os utensílios agrícolas. ....	282
<b>Foto 46.</b> Carreto de milho .....	282
<b>Foto 47.</b> Carreto de cana do milho.....	283
<b>Foto 48.</b> Transporte de pessoas. ....	283
<b>Foto 49.</b> Entrejuda durante o percurso da viagem.....	284
<b>Foto 50.</b> Ferro bifurcado de marcar gado.....	287
<b>Foto 51.</b> Vista de frente do ferro: uma cruz e um A. ....	287
<b>Foto 52.</b> Barril de madeira (Adega do Sr. Manuel Brasil na Fajã das Almas).....	288
<b>Foto 53.</b> Os barris de madeira transportados pelos burros vindos da ordenha das pastagens. ....	288

<b>Anexo 5- Documentos.....</b>	<b>289</b>
---------------------------------	------------

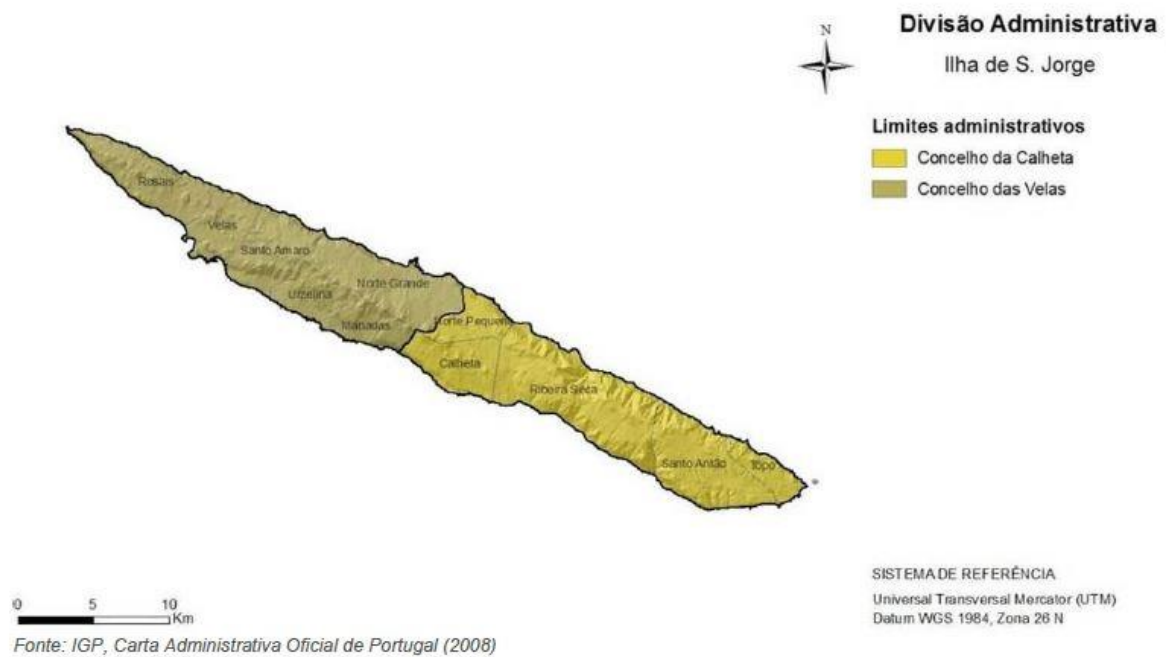
## Anexo 1 - Mapas



**Mapa 1.** Ilha de São Jorge (cópia de 1868 da planta da ilha de São Jorge levantada em 1825, pelo brigadeiro António Homem da Costa Noronha. Versão original e com melhor resolução na Biblioteca Nacional Digital (<http://purl.pt/22846/2/>).



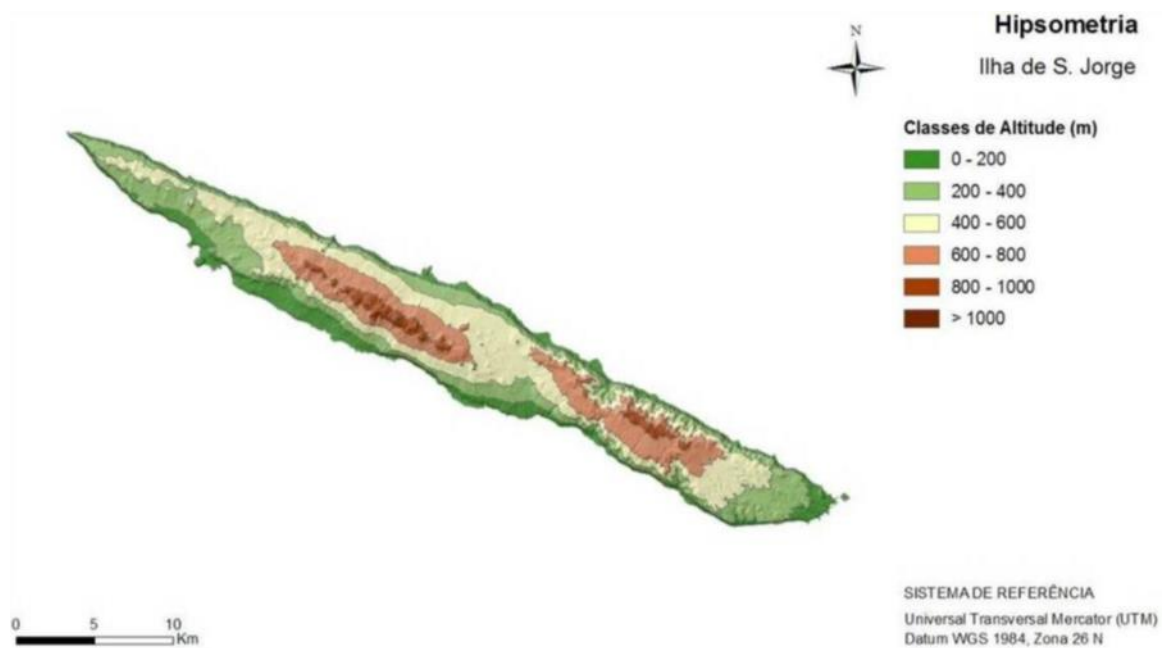
**Figura 1.** Localização e distribuição das Ilhas dos Açores (PGRHI 2012: 18).



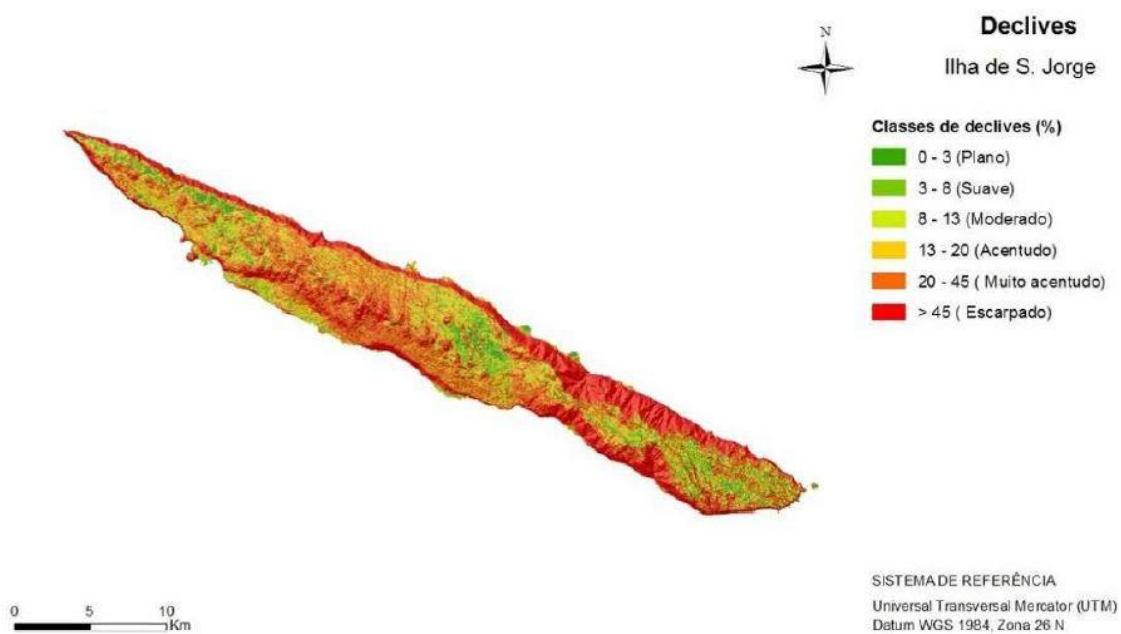
**Figura 2.** Divisão administrativa da ilha de São Jorge (PGRHI 2012:20).



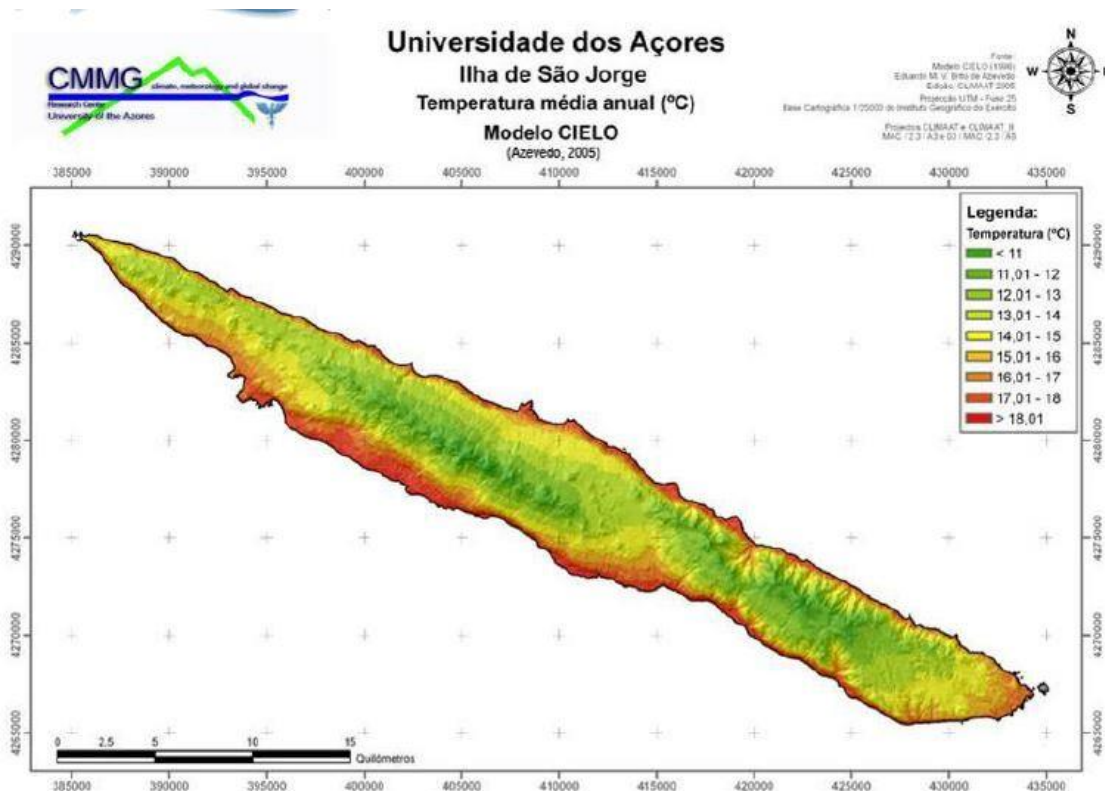
**Figura 3.** Modelo digital da ilha de São Jorge e a localização das duas unidades geomorfológicas divididas pelo tracejado que indica o vale fluvial da Ribeira Seca. 1-Região Ocidental; 2-Região Oriental (PGRHI 2012: 50).



**Figura 4.** Carta hipsométrica da ilha de São Jorge (PGRHI 2012: 54)

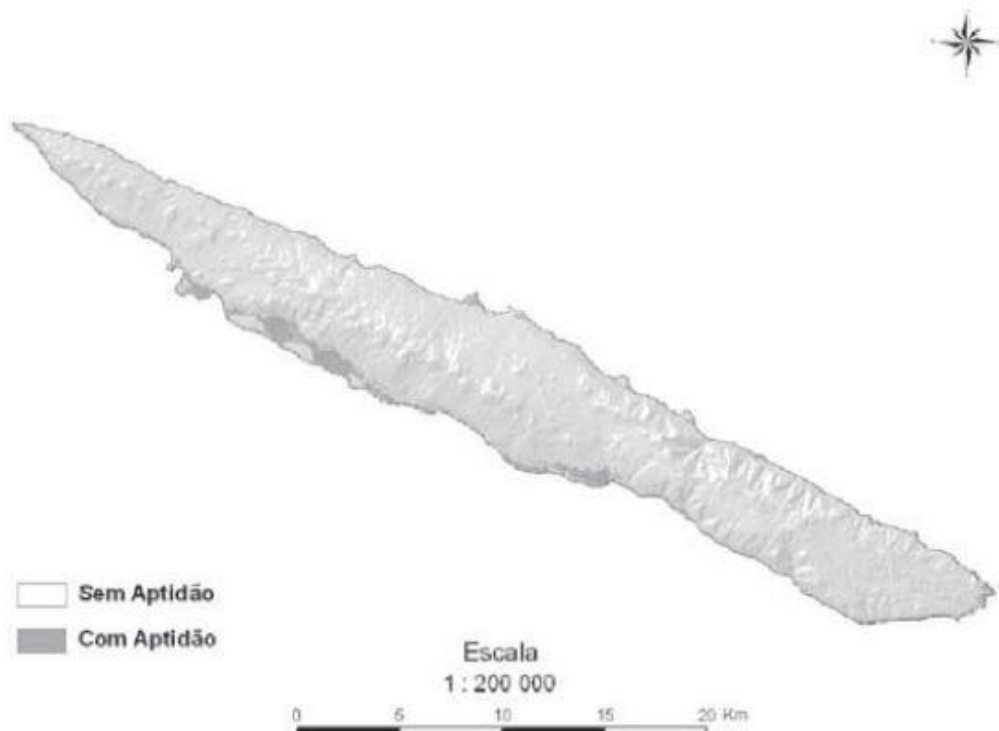


**Figura 5.** Carta de declives da ilha de São Jorge (PGRHI 2012: 55).



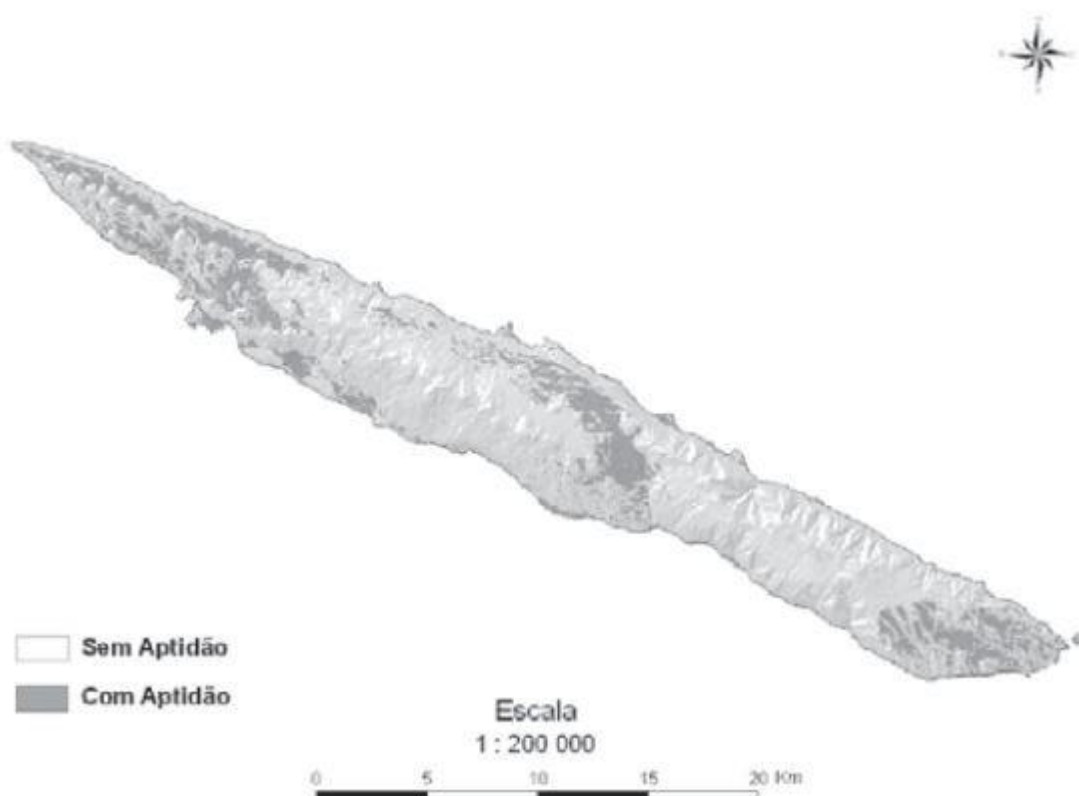
**Figura 6.** Carta de expressão espacial da temperatura na ilha de São Jorge (PGRHI 2012: 42).

### Carta de Aptidão à Horticultura na Ilha de São Jorge.



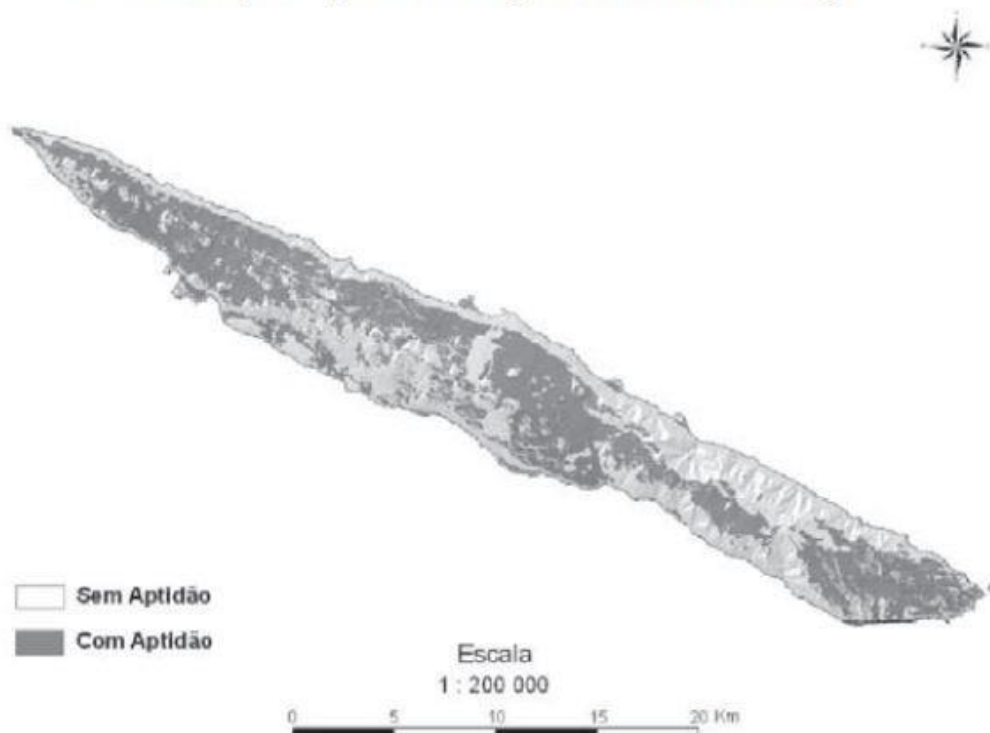
**Figura 7.** Carta de aptidão à horticultura na ilha de São Jorge (Silveira *et. al.*, 2009: 92).

### Carta de Aptidão Agrícola na Ilha de São Jorge.



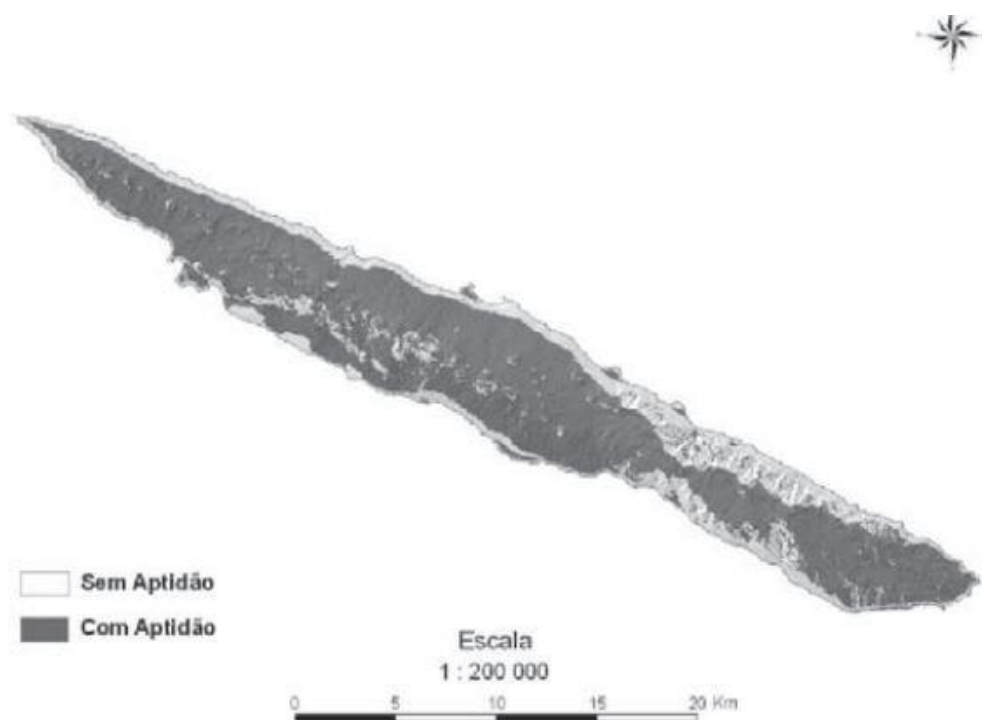
**Figura 8.** Carta de aptidão agrícola na ilha de São Jorge (Silveira *et. al.*, 2009: 93)

### Carta de Aptidão para a Pastagem na Ilha de São Jorge

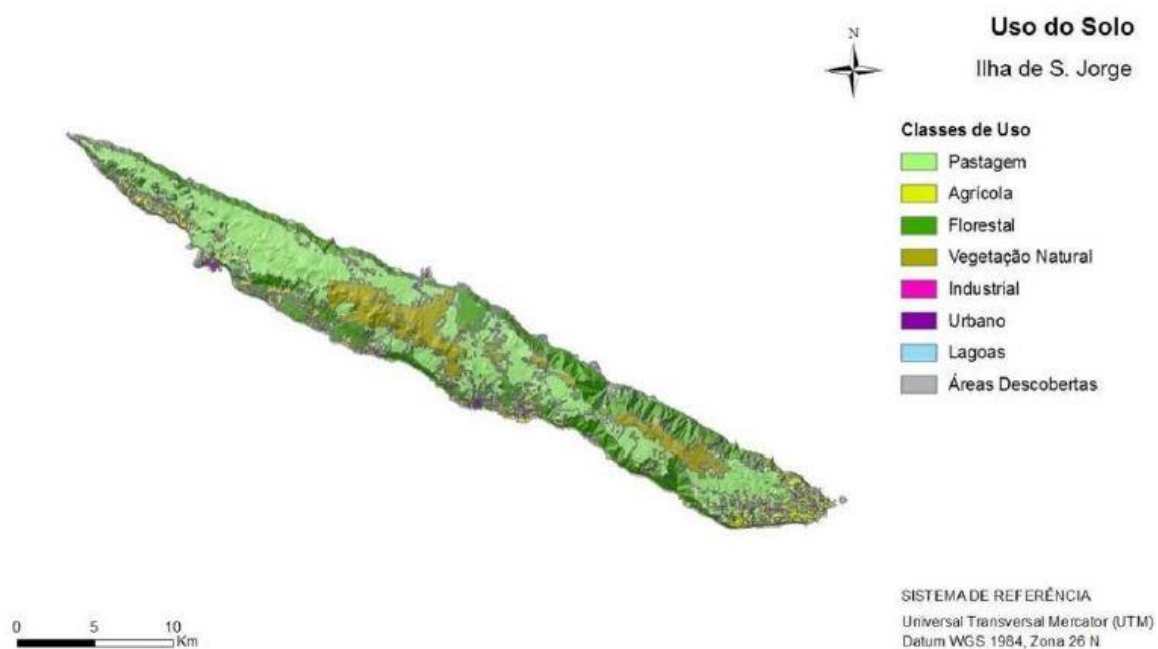


**Figura 9.** Carta de aptidão para a pastagem na ilha de São Jorge (Silveira *et al.*, 2009: 93).





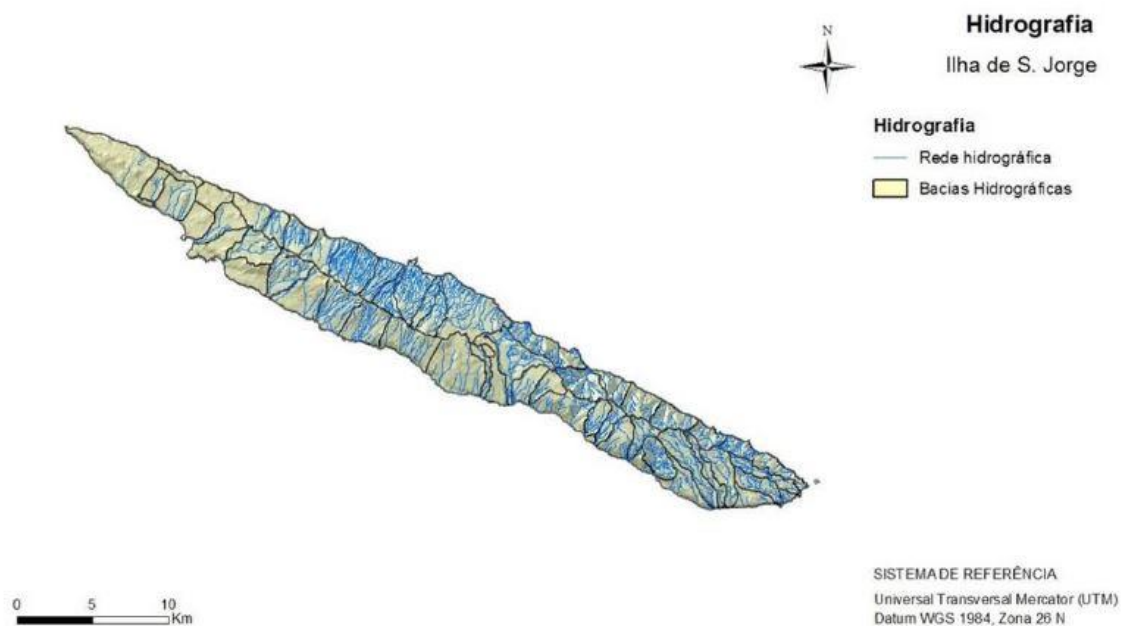
**Figura 10.** Carta de aptidão de Floresta na Ilha de São Jorge (Silveira *et. al.*, 2009: 93).



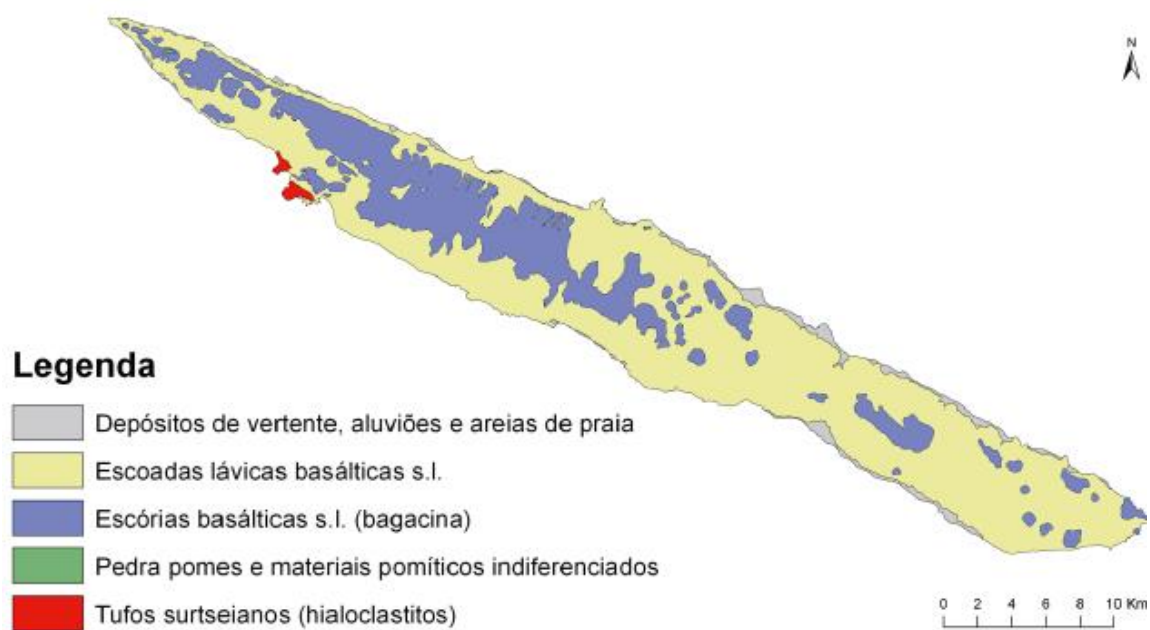
Fonte: Carta de Ocupação do Solo da RAA (SRAM/DROTRH, 2007)

**Figura 11.** Carta de ocupação do Solo da ilha de São Jorge (PGRHI 2012: 113).





**Figura 12.** Carta hidrográfica da ilha de São Jorge (PGRHI 2012: 75).

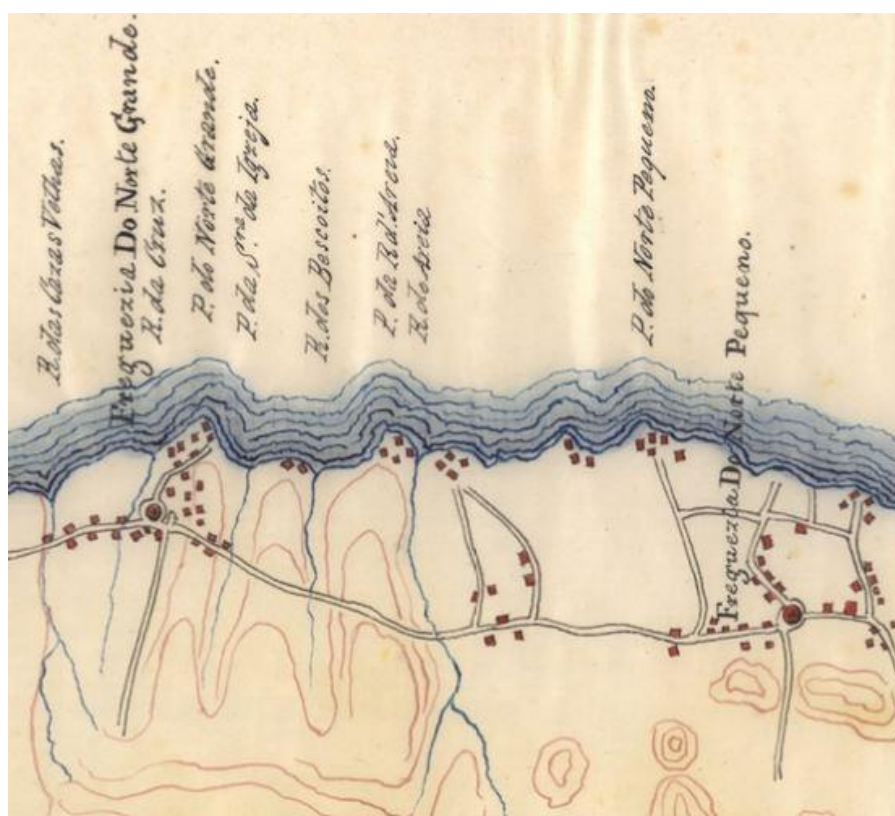


**Figura 13.** Carta litológica simplificada da ilha de São Jorge (Forjaz *et al.*, 2001; *apud* Lima *et al.*, 2011:24).

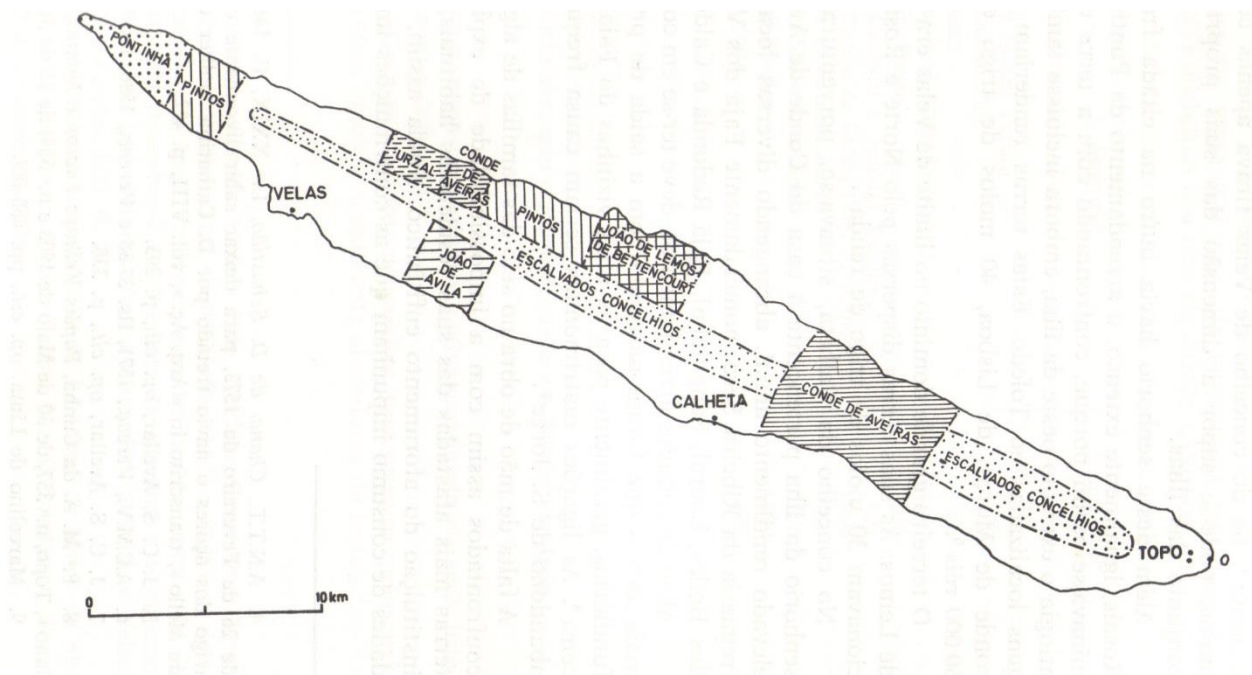


Fonte: adaptado de Madeira (1998)

**Figura 14.** Carta geológica da ilha de São Jorge (PGRHI, 2012: 50).



**Figura 15.** O povoado da Ribeira da Areia cuja ribeira que passa no meio seria as estrema dos concelhos. Parte extraída da cópia da planta da ilha de São Jorge levantada em 1825, pelo brigadeiro António Homem da Costa Noronha. Versão completa na Biblioteca Nacional Digital (<http://purl.pt/22846/2/>).



**Figura 16.** Mapa de S. Jorge dividida em parcelas pelos ditos “senhores de fora” e escalvados dos concelhos, entre os séculos XVI - XVII (Pereira 1987: 155).

## Anexo 2 - Tabelas

**Tabela 1.** Distribuição altimétrica da ilha de São Jorge

Classes de Altitude (m)	Área (Km <sup>2</sup> )	% da ilha
> 0	245,8	100,0
> 100	222,1	90,4
> 200	199,9	81,3
> 300	172,1	70,0
> 400	135,1	55,0
> 500	89,5	36,4
> 600	54,2	22,1
> 700	27,8	11,3
> 800	9,7	3,9
> 900	1,8	0,7
> 1 000	0,9	0,4

Fonte: (PGRHI 2012: 54).

**Tabela 2.** Distribuição dos declives da ilha de São Jorge

Classes de Declive (%)		Área (Km <sup>2</sup> )	%da ilha
0 - 3	Plano	18,0	7,3
3 - 8	Suave	12,7	5,2
8 - 13	Moderado	26,1	10,6
13 - 20	Acentuado	38,8	15,8
20 - 45	Muito acentuado	79,2	32,2
> 45	Escarpado	71,0	28,9

Fonte: (PGRHI 2012: 56).

**Tabela 3.** Ocupação dos habitantes da ilha de São Jorge no ano de 1800.

Nobres	Clero	Negociantes	Agricultores	Jornaleiros	Pescadores	Vadios	Artistas
15	129	38	2 330	2 270	204	14	152

Fonte: Montalverne de Sequeira, Questões Açorianas: 76, *apud*, Mendonça e Ávila 2002: 21.

**Tabela 4.** Insígnias levadas nas profissões

<b>Ofício</b>	<b>Insígnias</b>
Alfaiate ou tecelão	Serpe
Atafoneiros	Diabo grande (tinha mascara e veste de lona)
Carpinteiros	Pendão com as ferramentas do ofício
Carreiros	S. Bartolomeu
Ferreiros ou serralheiros	S. Jorge
Mareantes	Barca
Padeiras	Péla
Pedreiros	Pendão com as ferramentas do ofício
Sapateiros	Cavalinho fusco
Serradores	Serra
Tanoeiros	Bonifrate
Tecedeiras	Dança da Mourisca

Fonte: (Pereira 1987: 252; Avellar 1902:70).

**Tabela 5.** Medidas de superfície para a ilha de São Jorge.

<b>Medidas de Superfície</b>	<b>Metros quadrados</b>	<b>Conversão para alqueires</b>
Moio	58.080	60
Quarteiro	14.520	15
Alqueire	968	-
Braça <sup>1</sup>	2.20	-

Fonte: Avellar 1902: 163.

<sup>1</sup> Em São Jorge o antigo alqueire corresponde a 200 braças portanto,  $2,20 \times 2,20 \times 200 = 968 \text{ m}^2$ .

**Tabela 6.** Contribuição e coimas por cada cabeça de gado lançado na serra pública do concelho das Velas.

<b>Gado</b>	<b>Comparticipação por cabeça de gado</b>						
	Vacum (sobre ano) <sup>1</sup>	Vacum (idade superior)	Ovelhum	Cabrum	Bestas, cavalares ou muares	Asnal	Suínos
<b>Preço (em reis)</b>	60	120	5	200	120	60	120
	<b>Coimas por cabeça de gado</b>						
	4800		600	2400	5000	3000	3000

Fonte: A.M.V., livro n.º 121 de posturas da câmara das Velas, 1803-1845, fls.40-41.

<sup>1</sup> Designação do gado vacuum que tinha idade de um ano

**Tabela 7.** Manifesto dos poços, regos e valas no século XVIII<sup>164</sup>

Nome	Sítio/Terra	Poço/Rego/Vala	Folha
Maria Josefa	terra da Areia	poço com 12 palmos de boca e 8 de fundo	2
João Inácio Borges	terra da Areia	poço com 12 palmos de boca e 8 de fundo	2
Joaquim de Sousa Viera	terra da Casinha	poço com 12 palmos de boca e 8 de fundo	2
José Pereira da Silva	terra da Casinha	poço com 12 palmos de boca e 8 de fundo	2
Bento José	terra Outeirão	poço com 14 palmos de boca e 8 de fundo	2
José de Sousa Vieira	terra do Outeirão	poço com 12 palmos de boca e 8 de fundo	2
José Pereira Beirão	terra do Outeirão	poço com 12 palmos de boca e 8 de fundo	2v
Joaquim Machado Pereira	terra do Outeirão	poço com 12 palmos de boca e 8 de fundo	2v
Manoel José de Sousa	terra do Outeirão	poço com 12 palmos de boca e 8 de fundo	2v
João de Matos	terra da canada da Lavadeiras	poço com 14 palmos de boca e 10 de fundo	2v
João António Madruga	terra do Serradinho	poço com 12 palmos de boca e 8 de fundo	2v
Bento José	no seu mato	poço com 12 palmos de boca e 8 de fundo	2v
António Borges		poço com 12 palmos de boca e 8 de fundo	2v
Manoel de Sousa Fernandes	terra da Canada	poço com 12 palmos de boca e 8 de fundo	2v
João Teixeira Ávila	terra da Canada	poço com 12 palmos de boca e 8 de fundo	3
João Francisco	terra da Canada	poço com 12 palmos de boca e 8 de fundo	3
Francisco Joaquim	terra da Canada das caldeiras	poço com 14 palmos de boca e 8 de fundo.	3
António Borges	terra da Canada	2 poços com 14 palmos de boca e 8 de fundo.	3
Manoel de Sousa da Silva	terra do Foro	poço 12 palmos de boca e 8 de fundo e 1 rego.	3
Bento José	terra das Caldeiras	poço velho que arranhou com 12 palmos de boca e 10 de fundo.	3
João António de Ávila	terra das Caldeiras	12 palmos de boca e 8 de fundo.	3
Manoel de Sousa Fernandes	propriedade do arredamento	vala de 3 palmos de fundo	3
Alferes Francisco Bettencourt		poço com 14 palmos de boca e 4 de fundo, e 2 regos: um de Nascente e outro do Poente no pé da Ribeira.	3v

<sup>164</sup> A cronologia do documento levanta dúvidas. Possivelmente seria do século XIX uma vez que neste documento surge o capitão-mor Joaquim José Pereira da Silveira e Sousa (folha 7) que só é eleito em 1817 (Avellar 1902: 86).

Continuação:

Manoel Bettencourt	pasto chamado o Foril	5 poços com os seus competentes regos.	3v
Maria Isabel	Pasto chamado o Foril	poço com 12 palmos de boca e 6 de fundo.	3v
	Caminho do Arieiro		3v
José Soares Albergaria	no cabo da vinha de Areia	poço com 10 palmos de boca e 6 de fundo.	3v
Francisco Bettencourt		poço no cabo da vinha de Areia por onde é guiada a água com 10 palmos de boca e 8 de fundo.	3v
João de Matos Azevedo	no mato da grotta	poço com 10 palmos de boca e 8 de fundo.	3v
Manoel José de Borba		poço no Arieiro debaixo no veio de água, com 10 palmos de boca e 8 de fundo.	3v
José Cardozo Flores	o mato de canto	poço com 12 palmos de boca e 8 de fundo.	4
João Inácio Bettencourt Camara	poço de fonte da furna no mato da Pureza Grande	poço de fonte da furna no mato na pureza grande com 12 palmos de boca e 8 de fundo.	4
<i>Idem</i>	na mesma propriedade ao cabo da pureza grande	poço com 12 palmos de boca e 8 de fundo.	4
Francisco Joaquim	terra da Pingadeira	poço com 10 palmos de boca e 8 de fundo.	4
José de Sousa Pereira	Terra da Pingadeira	poço com 10 palmos de boca e 8 de fundo.	4
Manoel de Sousa Avila	Terra da Pingadeira	poço com 10 palmos de boca e 8 de fundo.	4
Francisco José de Fonseca	terra da Pingadeira	poço com 10 palmos de boca e 8 de fundo.	4
Manuel de Sousa (?)	terra da Pingadeira	poço 10 palmos de boca e 8 de fundo.	4
António de Azevedo	na terra da Casinha	1 vala que bota do caminho à ribeira do Arieiro .	4v
Manoel Machado Rodrigues	terra do Barreiro	1 vala que bota do atalho do Poio à ribeira do Arieiro.	4v
José Machado Rodrigues Junior	terra dos Valos	poço com 15 palmos de comprimento, 7 de largo e 8 de fundo.	4v

Continuação:

José Pereira Beirão	no cabo do mato do Arieiro	poço com 12 palmos de boca e 8 de fundo.	4v
Mateus Pereira Cabral	no cabo do mato do Arieiro	poço com 12 palmos de boca e 8 de fundo.	4v
José Cardoso Flores	terra do Barreiro na chamada Velga	poço com 12 palmos de boca e 8 de fundo.	4v
José Ferreira	mato do Barreiro	poço de 12 palmos de boca e 8 de fundo e 4 braças de rego do Nascente e 4 do Poente.	4v
Manoel Lourenço	mato do Barreiro	poço com 12 palmos de boca e 8 de fundo.	4v
João Avelar		poço com 12 palmos de boca e 8 de fundo.	4v
José Silveira Freire (?)	terra do Lançante	poço com 12 palmos de boca e 8 de fundo.	5
João Francisco	terra do Lançante	poço com 12 palmos de boca e 8 de fundo.	5
Francisco Xavier	terra do Lançante	poço com 12 palmos de boca e 8 de fundo e 4 braças de rego do Nascente a lançar o poço.	5
Catarina de Jesus	terra do Lançante	poço com 12 palmos de boca e 8 de fundo e 4 braças de rego do Poente a botar ao poço.	5
José Pereira, Francisco José, Manuel Teixeira de Ávila.	propriedade do Lançante	vala que passa pelas propriedades dos ditos senhores, a lançar à ribeira do Arieiro com 4 palmos de boca e 3 de fundo.	5
Alexandre José Luís	na propriedade chamada da Morte	Vala com 4 palmos de boca e 3 de fundo a lançar à ribeira do Arieiro cuja vala era da camara.	5
Manoel de Sousa Luís	relvas do Barreiro	5 poços de 10 palmos de boca e 8 de fundo com seus conjuntos de regos.	5
Manoel de Sousa Fernandes	terra da Pingueira	poço com 12 palmos de boca e 8 de fundo	5v
Mateus José de Silveira	terra da Pingueira	poço com 12 palmos de boca e 8 de fundo.	5v
José de Sousa Chaves	terra chamada o vale do Golarte	2 poços de 12 palmos de boca e 8 de fundo com os seus regos.	5v
Manoel de Sousa Freitas	terra do mato do poio	lançará 1 poço com 10 palmos de boca e 7 de fundo.	5v
Catarina Rosa		lançará 1 poço com 10 palmos de boca e 7 de fundo.	5v
João José	terra da Ladeira	lançará 1 poço com 10 palmos de boca e 6 de fundo.	5v
José de Azevedo	terra da Ladeira	lançará 1 poço com 10 palmos de boca e 7 de fundo.	5v
Joaquim de Almeida	terra da Ladeira	lançará 1 poço com 10 palmos de boca e 7 de fundo.	5v



Continuação:

José António Fernandes	terra da Ladeira	lançará 1 poço com 10 palmos de boca e 7 de fundo.	6
Isabel de Jesus	terra de Azevinhão	lançará 1 poço com 10 palmos de boca e 7 de fundo.	6
João Inácio Trindade	terra foreira a Francisco Bettencourt acima da Casinha	lançará 1 poço com 10 palmos de boca e 7 de fundo.	6
Francisco Pereira	terra de Azevinhão	lançará 1 poço com 10 palmos de boca e 7 de fundo.	6
António José Costa	terra de Azevinhão	lançará 2 poços com 10 palmos de boca e 7 de fundo.	6
Manoel José Dias	terra de foro do Alferes Francisco Bettencourt	lançará 1 poços com 10 palmos de boca e 7 de fundo.	6
Manoel Machado Lemos	terra de Azevinhão	1 poço e 1 vala	6
André Machado de Quadros	terra do Rego	lançará 1 poços com 12 palmos de boca e 9 de fundo.	6
João Inácio Bettencourt	terra das Covas	arranjou 2 poços com 12 palmos de boca e 8 de fundo comos seus competentes regos, abraçando toda a propriedade.	6v
João de Matos Azevedo	Terra das Covas no vale apegado ao Cerrado Grande.	lançará 1 poço com 10 palmos de boca e 8 de fundo.	6v
António Inácio	Propriedade chamada Inchiqueiradouro ao pé de uma vala que fica pertencendo à câmara.	lançará 1 poço com 10 palmos de boca e 8 de fundo.	6v

Continuação:

<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	lançará acima de uma parede 1 poço com 10 palmos de boca e 8 de fundo.	6v
<i>Idem</i>	no mesmo cerrado ao vale encostado a Jorge José da Silveira.	lançará acima de uma parede 1 poço com 10 palmos de boca e 8 de fundo, com 2 regos a lançar ao dito poço.	6v
António Joaquim Lopes	no pasto chamado Foro	lançará 1 poço com 12 palmos de boca e 8 de fundo.	6v
Jorge Inácio Bettencourt	no pasto chamado Foro	lançará 1 poço com 14 palmos de boca e 8 de fundo à boca da vala que o mesmo pasto tem.	6v
João Inácio Bettencourt	no rebentão do seu pasto chamado Foro	lançará 1 poço de 14 palmos de boca e 8 de fundo com 2 regos, 1 do Nascente e outro do Poente.	6v-7
<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	1 poço com 14 palmos de boca e 7 de fundo, no lugar que já lhe foi demarcado em outra correição, com 2 regos, 1 do Nascente e outro do Poente.	7
Capitão-mor Joaquim José Pereira	pasto chamado Rebentão	lançará 1 poço com 14 palmos de comprimento, 7 de largo e 7 de fundo. Ao pé do tapume que divide o pasto do Alferes Francisco Bettencourt.	7
José Silveira Flores	pasto chamado Mulheres.	lançará 1 poço com 10 palmos de boca e 6 de fundo.	7
Brígida de Jesus	pasto chamado Mulheres.	lançará 1 poço com 10 palmos de boca e 6 de fundo.	7
José António de Barcelos	Pasto chamado o piquinho	lançará 4 poços e 1 vala, a saber dois poços e a vala são antigas. O primeiro poço terá 15 palmos de boca, 8 de fundo com 2 regos abraçando toda a terra. O segundo poço e vala está pronto. O terceiro poço encosta ao Alferes Francisco Bettencourt que terá 15 palmos de boca e 7 de fundo. O quarto poço é ao pé do pasto com 12 palmos de boca e 6 de fundo.	7-7v
Alferes Francisco Bettencourt		lançará 1 poço com 12 palmos de boca e 6 de fundo.	7v
<i>Idem</i>		lançará 1 poço com 10 palmos de boca e 6 de fundo.	7v
<i>Idem</i>	pasto das Mulheres	lançará 1 poço com 12 palmos de boca e 6 de fundo.	7v

Continuação:

<i>Idem</i>		laçará 2 poços no segundo cerrado começando de cima para baixo com 12 palmos de boca e 6 de fundo e 2 regos cada poço.	7v
<i>Idem</i>		laçará 1 poço no terceiro cerrado com 12 palmos de boca e 6 de fundo e 2 regos a lançar ao dito poço.	7v
<i>Idem</i>		mais 3 poços com 12 palmos de boca cada um e 6 de fundo, com seus competentes regos no segundo serrado mulheres.	7v-8
António Joaquim Lopes	pasto da Casinha.	laçará 2 poço com 12 palmos de boca e cada um com os seus com competentes regos.	8
Jorge José da Silveira	pasto chamado o Cerrado Fundo	laçará 2 poços com 12 palmos de boca cada um e 6 de fundo cada um com seus competentes regos.	8
<i>Idem</i>		laçará 2 poço na relva de cima com 12 palmos de boca e .6 de fundo com seus regos.	8
<i>Idem</i>		laçará 1 poço na relva de baixo 1 rego de 20 braças de comprimento a 1 poço que tem e fica pertencendo à camara.	8
<i>Idem</i>	cerrado da Casinha	laçará 1 poço com 12 palmos de boca por .6 de fundo com 2 regos.	8
<i>Idem</i>		laçará 1 poço com 12 palmos de boca por .6 de fundo com seus regos atravessando o cerrado das velgas.	8
<i>Idem</i>		1 poço na relva abaixo do tanque com 12 palmos de boca e fundo tudo o que poder com dois regos.	8-8v
<i>Idem</i>		1 rego na Ribeira Grande de 15 braças de comprido a lançar a 1 poço de Bento José.	8v
<i>Idem</i>		3 poços no pé do serrado de baixo com 12 palmos de boca e 6 de fundo e 2 regos.	8v

Continuação:

<i>Idem</i>		Lançará 4 poços no cerrado de cima da mesma propriedade, 3 ao pé do dito cerrado com 12 palmos de boca e de 6 de fundo, 1 do nascente com 10 braças de rego tanto de o Nascente com o do Poente; o do centro com 7 braças de rego do Nascente e do Poente, 13 o do Poente em 6 braças de rego tanto do Nascente como do Poente e no meio 1 poço com 14 palmos de boca e 6 de fundo com verter 7 braças de rego do Nascente e do Poente 15 braças e meia.	8v
João Teixeira de Freitas	propriedade do Agarradão	1 poço antigo que deve lançar 2 regos.	8v
Bento José	propriedade da Pingadeira	1 poço recebe água que vem do pasto de Jorge José da Silveira.	8v
Manoel Faustino e João Matos Azevedo.	terra da Silveira	lançarão 1 paredão pegado as canavieiras a botar agua a 1 covão.	9
		1 vala que tem princípio na de João Machado de Azevedo; atravessa a Canada que vai para a Fajã e que passa a de Manuel Machado Silveira e desta a de Manuel Joaquim, e desta a de Miguel António, e desta a do Reverendo João Inácio ao cair em uma grotta.	11
		1 rego na do Padre Jorge de Azevedo, aonde se chama a Casa Queimada.	11
		1 rego na terra de João de Matos, aonde se diz a Eira Fajada a botar a de Maria filha de Faustino José Machado a qual deve fazer 1 poço na ponta de dele aonde já foi.	11-11v
		1 rego na de Manoel Machado de Lemos aonde se chama a Eira Fajada a lançar em 1 poço que ele mesmo deve fazer na fundeira e largura que poder ser.	11v
		1 vala do alferes João Matos da Urzelina aonde se chama a relva da ladeira a botar ao caminho do concelho e desta a de Maria da Conceição a lançarem a uma grotta.	11v
		1 vala na relva da ladeira do Padre de Azevedo a lançar em outra no mesmo sitio.	11v

		1 vala na relva de fora de António de Sousa da Silveira e desta á relva de Dona Ana Joaquina e desta ao caminho do concelho, a entrar a uma relva do reverendo João Inácio da Silveira	11v
		1 vala na relva do reverendo João Inácio da Silveira a lançar á ribeira do Outeirinho da Lajal.	12
		1 vala na relva de baixo da ribeira de Almanjarra dos herdeiros de Faustino José Machado.	12
		1 vala na relva do cerrado da parede do vigário António Pereira Cardozo a botar á ribeira de Almanjarra.	12
		1 vala na relva do Nascente do dito vigário da vila das Velas a botar ao caminho do concelho a entrar a uma vala de Maria da Conceição.	12
		1 vala que tem principio da ribeira de Almanjarra do Capitão Francisco José a passar aonde se chama Ladeira e desta a de Manoel Luís Vieira a lançar a ribeira de Almanjarra.	12
		1 vala na relva de baixo de Maria da Conceição a lançar á dos herdeiros do sargento José Machado Brasil e desta á de António Vieira e desta á de Maria Marques a cair em 1 gruta á parte do Nascente.	12v
		1 rego aonde se chama a Cancela de Francisco José que terá principio a longo da água de João Frio a botar o Poente a de Gabriel José e deita à ribeira.	12v
		1 vala na relva do Pombal de Manoel Machado Teixeira a lançar á Ribeira do Poente.	12v
		1 vala na relva grande do Pombal que tem principio no meio da relva a botar á banda do Nascente. Outra que nasce na mesma relva a botar à banda do Poente a uma ribeira gozada por João Machado Brasil.	12v
		1 Vala aonde se chama o cerrado das Urzes dos herdeiros do capitão Amaro Pereira da Cunha que tem principio a banda do Nascente e vai botar à gruta de João Frio.	12v-13
		1 rego aonde se chama Eiteirinho do Vento do Vigário Jorge de Matos Pereira a botar á dos herdeiros do Capitão Amaro Pereira da Cunha aonde se chama a relva dos valados, a lançar a uma gruta a banda do Poente.	13

Continuação:

		1 vala na terra da Fonte Nova de Anacleto de Azevedo que terá princípio no cano do Nascente a lançar a de António João e desta á gruta.	13
		1 vala relva da fonte Velha acima do atalho dos herdeiros de António Pereira Cardozo a lançar á ribeira.	13
		1 vala uma propriedade de António Vitorino acima do atalho que [...] a água da canada de servidão vai lançar á ribeira da Pedreira.	13
		1 Vala na de José Inácio de Borba na relva de cima do atalho a botar á banda do Nascente que tem princípio na de António Machado à parte Poente.	13v
		1 vala relva dos Poços o que tem principio do Capitão Francisco José e passa a do vigário das Velas e vai lançar á ribeira dos Poços.	13v
		1 rego no luzirão de João Machado Dias a lançar na do capitão Francisco José e desta na gruta.	13v
		1 vala na relva do Pastel de Francisco Lauriano que tem principio ao Poente e bota ao nascente a gruta.	13v
		1 vala na relva de João Inácio Batista, do meio para o Poente e do mesmo para o Nascente a lançar a duas ribeiras.	13v
		1 vala na relva de Celestino José chamada de Domingos Ferreira a lançar a um á ribeira da parte do nascente.	14
		1 vala na relva do Outeiro de Maria da Conceição a lançar a uma gruta aa parte do Poente.	14
		1 vala na relva de António Miguel do Poente a lançar na gruta do Nascente.	14
		1 Poço na grotta dos pampilhos com 1 rego a lançar nele é de António Vitorino.	14
		1 poço na mesma grotta com 1 rego a lançar nele que é de António Inácio Leal estes poços devem ter 6 palmos de fundo e 6 de boca.	14

Continuação:

		1 rego na terra dos pampilhos de João Faustino que vai lançar 1 vala de Ana da Conceição e desta grota ao Nascente.	14v
		1 rego na terra de Manoel Teixeira Brasil a lançar 1 rego na de Manoel Machado Teixeira e este a grota.	14v
		1 rego na terra do pampilhos de João Inácio da Silveira á de António Dias e desta a de António João e desta à grota.	14v
		1 vala na de João Inácio da Silveira a lançar em 1 vala na propriedade de Dona Isabel.	14v
		1 vala na propriedade do Reverendo Jorge Azevedo aonde se diz a chapa a lançar ao caminho da Barroca.	14v
		1 vala na dita propriedade do Outeiro a lançar na grota da parte do Nascente.	15
		1 Vala na terra do Reverendo Jorge Azevedo que se chama a de Lazaro Machado a lançar na grota do Nascente.	15
		1 vala do cerrado da presa do Capitão Francisco José que tem principio a parte do Nascente a lançar em 1 vala que existe na de Sebastião José.	15
		1 rego na terra dos herdeiros de José Dias no aposento de Xavier Machado a lançar á ribeira do Poente.	15
		2 valas na relva de Manoel José da Silva ao pé do Montoso por onde estão marcadas.	15
		1 vala na de António José Neto no Montoso do poente ao Nascente por onde está marcada.	15v
		1 vala no pasto de Manoel de Oliveira a lançar na vala do pasto de Isabel Delfina que existe.	15v

**Fonte:** A.M.V., livro n.º162 do manifesto de poços, valas e regos no concelho das Velas (século XVIII).

**Tabela 8.** Manifesto dos cereais e do vinho no concelho das Velas entre 1706-1721

	Freguesia/Lugar	N.º Pessoas	Trigo (alq.)	Milho (alq.)	Centeio (alq.)	Cevada (alq.)	Vinho <sup>4</sup>		Conv. Litros
							Pipa	Canada	
1706	Velas	9	615	72			40		24000
	Beira <sup>1</sup>	4	330	205			11		6600
	Rosais	16	1673	752			10,25	100	6390
	Santo Amaro	4	505	145			4		2400
	Norte Grande <sup>2</sup>	31	3297	805			81,25		48750
	Urzelina	8	115	200			65		39000
	Manadas	7	1240	400			40		24000
	Não refere <sup>3</sup>	10	950	316			51,25		30750
<b>Total</b>		<b>89</b>	<b>8725</b>	<b>2895</b>			<b>302,75</b>	<b>100</b>	<b>181890</b>
<b>%</b>	-----	-----	<b>75,1 %</b>	<b>24,9 %</b>	-----	-----	-----	-----	-----
1707	Velas	11	935	150			63,5		38100
	Beira	5	480	375			17		10200
	Rosais	18	1721	1233			11	150	6960
	Santo Amaro	4	330	160			5		3000
	Norte Grande	32	3303	1273			89,75		53850
	Urzelina	8	55	265			52,25		31350
	Manadas	9	1520	660			78		46800
	Não refere	4	325	210			8,5		5100
<b>Total</b>		<b>91</b>	<b>8669</b>	<b>4326</b>			<b>325</b>	<b>150</b>	<b>195360</b>
<b>%</b>	-----	-----	<b>66,7 %</b>	<b>33,3%</b>	-----	-----	-----	-----	-----
1708	Velas	6	415	30			32,25		19350
	Beira	1	140	60			3		1800
	Rosais	9	1011	881			5		3000
	Santo Amaro	3	380	165			7		4200
	Norte Grande	9	1060	355			33		19800
	Urzelina	3	75	120			39		23400
	Manadas	-	-	-			-		-
	Não refere	2	420	60			4,25		2550
<b>Total</b>		<b>33</b>	<b>3501</b>	<b>1651</b>			<b>123,5</b>		<b>74100</b>
<b>%</b>	-----	-----	<b>68%</b>	<b>32%</b>	-----	-----	-----	-----	-----



Continuação:

	Freguesia/Lugar	N.º Pessoas	Trigo (alq.)	Milho (alq.)	Centeio (alq.)	Cevada (alq.)	Vinho <sup>4</sup>		Conv.
							Pipa	Canada	Litros
1709	Velas	5	105	90			10		6000
	Beira	-	-	-			-	-	-
	Rosais	9	1136	557			4,25	100	2790
	Santo Amaro	4	585	120			18,25	100	11190
	Norte Grande	8	690	230			31,25		18750
	Urzelina	3	65	120			26		15600
	Manadas	-	-	-			-	-	-
	Não refere	2	420	30			19		11400
<b>Total</b>		<b>31</b>	<b>3001</b>	<b>1147</b>			<b>108,75</b>	<b>200</b>	<b>65730</b>
<b>%</b>	-----	<b>4148</b>	<b>72,3%</b>	<b>27,7%</b>	-----	-----	-----	-----	-----
1710	Velas	14	1830	610			133		79800
	Beira	1	660	150			0,25		150
	Rosais	1	150	90			10		6000
	Santo Amaro	3	30	98			0,25		150
	Norte Grande	-	-	-			-	-	-
	Urzelina	1	-	100			7		4200
	Manadas	-	-	-			-	-	-
	Não refere	1	-	15			3		1800
<b>Total</b>		<b>21</b>	<b>2670</b>	<b>1063</b>			<b>153,5</b>		<b>92100</b>
<b>%</b>	-----	-----	<b>71,5%</b>	<b>28,5%</b>	-----	-----	-----	-----	-----
1711	Velas	24	2050	845			209,25		125550
	Beira	1	240	120			15		9000
	Rosais	-	-	-			-	-	-
	Santo Amaro	2	45	170			8		4800
	Norte Grande	-	-	-			-	-	-
	Urzelina	-	-	-			-	-	-
	Manadas	-	-	-			-	-	-
	Não refere	2	270	30			11		6600
<b>Total</b>		<b>29</b>	<b>2605</b>	<b>1165</b>			<b>243, 25</b>		<b>145950</b>
<b>%</b>	-----	-----	<b>69%</b>	<b>31%</b>	-----	-----	-----	-----	-----

Continuação:

	Freguesia/Lugar	N.º Pessoas	Trigo (alq.)	Milho (alq.)	Centeio (alq.)	Cevada (alq.)	Vinho		Conv. Litros
							Pipa	Canada	
1712	Velas	22	2285	1063			97,5		58500
	Beira	12	1432	1035			18	60	10944
	Rosais	17	1370	1280			9,5		5700
	Santo Amaro	37	1590	1671	25	20	37,75	270	23298
	Norte Grande	14	1800	594		347	23,25		13950
	Urzelina	18	34	572	14		26,75	430	17082
	Manadas	13	1050	606			57,25		34350
	Não Refere	7	605	165			15	100	9240
<b>Total</b>		<b>140</b>	<b>10166</b>	<b>6986</b>	<b>39</b>	<b>367</b>	<b>285</b>	<b>860</b>	<b>173064</b>
<b>%</b>	-----	-----	<b>57,9%</b>	<b>39,8%</b>	<b>0,2%</b>	<b>2,1%</b>	-----	-----	-----
1713	Velas	12	1380	193			10,25	359	7011,6
	Beira	7	1290	240			3	250	2400
	Rosais	10	1060	335				140	336
	Santo Amaro	9	302	138				43	103,2
	Norte Grande	5	370	80		105		50	120
	Urzelina	-	-	-			-	-	-
	Manadas	-	-	-			-	-	-
	Não Refere	7	675	270			12	80	7392
<b>Total</b>		<b>50</b>	<b>5077</b>	<b>1256</b>		<b>105</b>	<b>25,25</b>	<b>922</b>	<b>17362,8</b>
<b>%</b>	-----	-----	<b>78,9%</b>	<b>19,5%</b>	-----	<b>1,6%</b>	-----	-----	-----
1714	Velas	23	3013	1084			11,5	1266	9938,4
	Beira	7	1800	1130			2	415	2196
	Rosais	11	1755	1025				110	264
	Santo Amaro	10	523	600				85	204
	Norte Grande	12	1320	1345			2,5	107	1756,8
	Urzelina	-	-	-			-	-	-
	Manadas	3	235	82				150	360
	Não refere	8	1530	555			2	400	2160
<b>Total</b>		<b>74</b>	<b>10176</b>	<b>5821</b>			<b>18</b>	<b>2533</b>	<b>16879,2</b>
<b>%</b>	-----	-----	<b>63,6%</b>	<b>36,4%</b>	-----	-----	-----	-----	-----

Continuação:

	Freguesia/Lugar	N.º Pessoas	Trigo (alq.)	Milho (alq.)	Centeio (alq.)	Cevada (alq.)	Vinho		Conv. Litro
							Pipa	Canada	
1715	Velas	25	1815	1255			59,75	379	36759,6
	Beira	8	1267	1440			18	500	12000
	Rosais	21	2216	1283			22,5	90	13716
	Santo Amaro	27	1199	2680			17,5	581	11894,4
	Norte Grande	39	2726	2962			45	780	28872
	Urzelina	11	-----	325			16,5	551	11222,4
	Manadas	7	209	335			3,25		1950
	Não Refere	3	375	330			19		11400
<b>total</b>	<b>----</b>	<b>141</b>	<b>9807</b>	<b>10610</b>	<b>-----</b>	<b>-----</b>	<b>201,5</b>	<b>2881</b>	<b>127814,4</b>
<b>%</b>	<b>-----</b>	<b>-----</b>	<b>48%</b>	<b>52%</b>			<b>-----</b>	<b>-----</b>	<b>-----</b>
1716	Velas	16	865	555			187,25		112350
	Beira	1	180	180			20		12000
	Rosais	6	510	738			9		5400
	Santo Amaro	7	185	780			26	70	15768
	Norte Grande	20	1280	1895			93	100	56040
	Urzelina	-----	-----	-----			-----	-----	-----
	Manadas	1	-----	60			9		5400
	Não Refere	5	630	540			12		7200
<b>total</b>	<b>----</b>	<b>56</b>	<b>3650</b>	<b>4748</b>	<b>-----</b>	<b>-----</b>	<b>356,25</b>	<b>170</b>	<b>214158</b>
<b>%</b>	<b>-----</b>	<b>8398</b>	<b>43,5%</b>	<b>56,5%</b>			<b>-----</b>	<b>-----</b>	<b>-----</b>
1717	Velas	30	2700	1435	270		263		157800
	Beira	5	1180	800			40,25		24150
	Rosais	8	1115	703			18		10800
	Santo Amaro	10	905	1070			41	50	24720
	Norte Grande	23	2025	1745			66,25	50	39870
	Urzelina	-----	-----	-----			-----	-----	-----
	Manadas	2	75	180			8	-----	4800
	Não Refere	1	----	60			-----		
<b>total</b>	<b>-----</b>	<b>79</b>	<b>8000</b>	<b>5993</b>	<b>270</b>	<b>30</b>	<b>436,5</b>	<b>100</b>	<b>262140</b>
<b>%</b>	<b>-----</b>	<b>14293</b>	<b>56%</b>	<b>41,9%</b>	<b>1,9%</b>	<b>0,2%</b>	<b>-----</b>	<b>-----</b>	<b>-----</b>

Continuação:

	Freguesia/Lugar	N.º Pessoas	Trigo (alq.)	Milho (alq.)	Centeio (alq.)	Cevada (alq.)	Vinho <sup>4</sup>		Conv.
							Pipa	Canada	Litros
1718	Velas	13	1591	355			82		49200
	Beira	3	600	10			11		6600
	Rosais	6	930	527			6	40	3696
	Santo Amaro	6	612	207			7,5		4500
	Norte Grande	4	960	290			22,5		13500
	Urzelina	-	-	-			-	-	-
	Manadas	-	-	-			-	-	-
	Não refere	1	150	10			2		1200
<b>Total</b>		<b>33</b>	<b>4843</b>	<b>1399</b>			<b>131</b>	<b>40</b>	<b>78696</b>
<b>%</b>	-----	-----	<b>77,6%</b>	<b>22,4%</b>	-----	-----	-----	-----	-----
1719	Velas	14	1740	385			119		71400
	Beira	3	810	495			25		15000
	Rosais	3	420	255			2	100	1440
	Santo Amaro	5	375	340			14	50	8520
	Norte Grande	1	180	60			5		3000
	Urzelina	-	-	-			-	-	-
	Manadas	-	-	-			-	-	-
	Não refere	1	180	20			5		3000
<b>Total</b>		<b>26</b>	<b>3705</b>	<b>1555</b>			<b>170</b>	<b>150</b>	<b>102360</b>
<b>%</b>	-----	-----	<b>70,4%</b>	<b>29,6%</b>	-----	-----	-----	-----	-----
1720	Velas	13	1290	585			38,5	104	23349,6
	Beira	4	600	420			9		5400
	Rosais	4	390	300			0,5	100	540
	Santo Amaro	5	210	390			2	130	1512
	Norte Grande	2	240	90			2,25		1350
	Urzelina	-	-	-			-		-
	Manadas	-	-	-			-		-
	Não refere	5	60	15			5	15	3036
<b>Total</b>		<b>33</b>	<b>2790</b>	<b>1800</b>			<b>57,25</b>	<b>349</b>	<b>35187,6</b>
<b>%</b>	-----	<b>4590</b>	<b>60,8%</b>	<b>39,2%</b>	-----	-----	-----	-----	-----

Continuação:

	Freguesia/Lugar	N.º Pessoas	Trigo (alq.)	Milho (alq.)	Centeio (alq.)	Cevada (alq.)	Vinho		Conv. Litros
							Pipa	Canada	
1721	Velas	1					4		2400
	Beira	-	-	-			-	-	-
	Rosais	3	480	360			9		5400
	Santo Amaro	-	-	-			-	-	-
	Norte Grande	-	-	-			-		-
	Urzelina	-	-	-			-		-
	Manadas	-	-	-			-		-
	Não refere	2	120	15			2	300	1920
<b>Total</b>		<b>6</b>	<b>600</b>	<b>375</b>			<b>15</b>	<b>300</b>	<b>9720</b>
<b>%</b>	-----	<b>975</b>	<b>61,5%</b>	<b>38,5%</b>	-----	-----	-----	-----	-----

**Fonte:** Livro n.º 160 do manifesto dos frutos dos lavradores de trigos, milhos e vinhos do concelho das Velas (1706-1721).

<sup>1</sup> A Beira é uma localidade que pertence à freguesia de Velas, mas que por ser uma área rural com uma fisionomia paisagística diferenciada, optou-se por dividir.

<sup>2</sup> O escrivão muitas das vezes menciona apenas “Norte” ou “banda norte”. Por questões metodológicas incluiu-se na freguesia do Norte Grande por serem referenciados na documentação, muitas das vezes, como pequenos aglomerados de pessoas dispersos em sítios mais remotos como é o caso das fajãs na freguesia do Norte Grande. Apesar de algumas freguesias do lado Sul estenderem para o norte, o escrivão por norma refere esses casos. Ex.: Toledo da freguesia de Santo Amaro.

<sup>3</sup> São os casos em que o escrivão não menciona a morada do manifestante.

<sup>4</sup> Optou-se por manter as medidas como o escrivão menciona e fazer à parte a conversão para litros porque a base de conversão é feita a partir de dados referentes ao século XIX. A canada de medida, anterior ao ano de 1856, correspondia a 2, 4 litros (Avellar 1902: 162). Enquanto uma pipa grande tinha a capacidade de 250 canadas mencionada na taxa do ofício de tanoeiro de 1803.

**Tabela 9.** Manifesto de cereais e batatas no concelho das Velas no ano de 1806

	<b>Freguesia/ Lugar</b>	<b>N-º pessoas</b>	<b>Trigo (alq.)</b>	<b>%</b>	<b>Milho (alq.)</b>	<b>%</b>	<b>Batatas<sup>1</sup> (alq.)</b>	<b>%</b>
1806	Vila de Velas	96	1785	12, 3%	7131	11,8%	4178	16,4%
	Urzelina (?) <sup>2</sup>	42	153	1,1%	2199	3,6%	1221	4,8%
	Rosais	195	4192	28,9%	10115	16,7%	1451	5,7%
	Ponta de Rosais	77	2339	16,1%	5107	8,4%	1198	4,7%
	Serroa <sup>3</sup>	36	288	2%	798	1,3%	156	0,6%
	Beira	151	1500	10,3%	6423	10,6%	3788	14,9%
	Santo António	101	849	5,9%	2654	4,4%	1959	7,7%
	Norte Grande	128	1377	9,5%	4870	8%	1647	6,5%
	Ribeira da Areia	31	325	2,2%	1116	1,8%	90	0,4%
	Santo Amaro	112	307	2,1%	5538	9,1%	2804	11%
	Toledo	19	121	0,8%	449	0,8%	473	1,9%
	Urzelina	183	228	1,6%	6856	11,3%	4598	18,1%
	Terreiros	41	230	1,6%	1834	3%	326	1,3%
	Manadas	114	817	5,6%	5596	9,2%	1514	6%
	<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>1326</b>		<b>60686</b>		<b>25403</b>	
	<b>%</b>		<b>14, 4%</b>		<b>60, 3%</b>		<b>25, 3%</b>	

**Fonte:** Livro n.º 161 do manifesto dos cereais e mais géneros do concelho das Velas no ano de 1806.

<sup>1</sup> A batata aqui mencionada será possivelmente a batata *inglesa* por ter sido imposta ao povo sendo obrigados anualmente a manifestar na câmara.

<sup>2</sup> O escrivão refere “Urzelina” duas vezes, poderá ser um engano ou má interpretação. Possivelmente podia querer dizer Ribeira do Nabo que pertence à freguesia da Urzelina.

<sup>3</sup> Esta era dividida em duas partes, uma pertencendo às Velas e outra a Rosais, sendo que o escrivão não especificou

**Tabela 10.** Gado bovino no concelho das Velas no século XVIII

Freguesias/Lugar	N.º de pessoas <sup>1</sup>	Vacaril <sup>2</sup>	Junta de Bois <sup>3</sup>
Norte Grande/ St.º António e Ribeira da Areia	84	623	73
Manadas e Terreiros	30	210	40
Urzelina e Ribeira do Nabo	34	177	13
Rosais e Serroa	103	345	40
Beira <sup>4</sup>	-----	-----	-----
Santo Amaro	37	181	27

**Fonte:** A.M.V., livro n.º 159 do manifesto de gados do Concelho das Velas (século XVIII).

<sup>1</sup> O número de pessoas que manifesta é condicionada por alguns fatores. Primeiro, muitas das produções são conjuntas ou de meias. Segundo, o mesmo individuo manifesta outras produções quando vai declarar a sua, o que torna difícil precisar o número de pessoas. Assim estes valores são muito relativos, mas passa a ideia do peso do gado bovino das freguesias e localidades.

<sup>2</sup> O termo “vacaril” significa o mesmo que *vacum*. Incluí todo o tipo de rês *vacum*: crias, bezerros, gueixos, novilhos, vacas, vacas prenhas; vacas de alfeirio e vaca de grande.

<sup>3</sup> São os animais de trabalho, que inclui quase sempre os bois e por vezes novilhos/gueixos. Normalmente são distinguidos como tipo de serviço ou de carro.

<sup>4</sup> O manifesto nesta localidade foi realizado por dois escrivães. No primeiro escrivão a sua letra é de difícil leitura e interpretação, o que deixa muitas dúvidas em relação aos valores. Porém no segundo já quase no fim, a letra torna-se acessível. Assim, por questões metodológicas deixou-se de fora esta localidade.

**Tabela 11.** Exportação do gado bovino e a terça parte que fica no açougue do concelho das Velas entre 1806-1826.


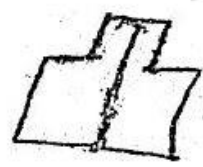
<b>Ano</b>	<b>Terça parte da carne que fica no açougue. (Arroubas)</b>	<b>Bovinos</b>
1806	215	38
1807	592	125
1808	540	124
1809	639,5	144
1810	578,5	135
1811	1801	340
1812	449	112
1813	15	2
1814	287,5	71
1815	329	68
1816	243	70
1817	372	87
1821	77	19
1822 <sup>1</sup>	287	5
1823	295	42
1824	422	88
1825	613	96
1826	350, 1	126


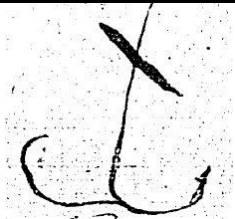
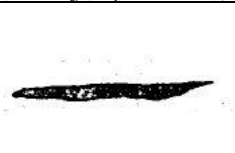
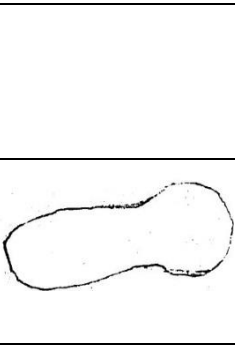

**Fonte:** A.M.V., livro n.º 171 de registo da terça da exportação dos gados com licença da câmara das Velas (1806-1826).




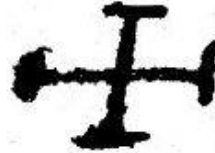

<sup>1</sup> A partir deste ano, na maior parte dos casos, deixa de especificar a quantidade de gado bovino. Por isso os valores ficam aquém das expetativas.












**Tabela 12.** Sinais e ferros do gado no concelho das Velas entre 1700-1804





Ano	Nome	Freguesia/Lugar	Oficio	Sabe assinar	Sinais	Ferro	Desenho	Observações	Fls.
6-jan-1700	Manoel Dias Abreu	n.r		sim	Huã orelha forcada e a outra ponta de lansa e boraco na forcada	Coadro Botamis no fosinho de fogo			68-68v
26-mar-1700	Antonio Teixeira de Barros	Norte			Huã orelha forcada, mosa de tras, mosa diante e na outra orelha ramal diante, mosa de tras.	Huã meia cuma (?).			68v
5-dez-1700	Silvestre de Olivieira	Rosalles			Huã orelha guiada diante e buraco e a outra guiada diante e tipele de tras.			O coal fasia seo pai	69
3-dez-1700	Manoel da Veiga	Ponta de Rosalles			Huã orellha forcada e a outra hum ramal diante despontado, mosa de tras				69v
24-out-1700	Diogo Fernandes Teixeira (?)	Ribeira da Areia		sim	Huã orelha troncha e a outra hum ramal diante, mosa de tras.	He huã verga sobre a outra.		Sinal que o seo pai fazia em sua criaçãm e elle hoje também o fas.	69v-70
28-fev-1705	Antonio Pires Fagundes	n.r			Huã orelha despontada e fendida e a outra despontada e hum buraco.	Hera o ferro de huã selha de [...].			70-70v






6-jan-1706	Antonio Pereira Fagundes	villa de Vellas			As orelhas ramais diante e despontadas e em huã dellas mosa de tras.	He hum esse			70v
10-dez-1707	Antonio Nunes Toste	Rosalles			As orellhas despontadas e fendidas e huõ buraco no quoice da orelha	Hera hum herre (?) grego.			1
12-dez-1707	Pedro Dias de Sousa	Norte Grande		sim	As orelhas ramais diante e despontadas e huõ boraco em huã orelha e huã mosa e na outra duas mossas de tras.	Huã verga			1v
12-dez-1707	Bras de Santiago de Coadros	Norte Grande			Huã orelha forcada, mossas de tras e outra orelha ponta de lansas	He hum be pequeno		Nota do lado: hoje Manoel Teixeira Machado, morador na Beira.	2
12-dez-1707	Pedro da Rosa Pestana	Ursalles		sim	Huã orelha forcada e huã mossas de tras e na outra huã mossas diante e huõ tipele (?) de tras.	Huã forma de huã sola de sapato			2v
12-dez-1707	Manoel Luis de Oliveira	Rosalles			Huã orelha guiada diante e huõ boraco e na outra huã guiada diante e huõ tipelle de tras.	He hum eme de letra redonda.			2v-3
12-dez-1707	Paulo Gomes Leal	Toledo	Sargento	sim	Huã orelha forcada e huã porta de tras e huã mosa diante e na outra orelha duas mosas diante e huã de tras.	He huã verga para sima e duas atraves			3v







16-dez-1707	João de Mattos Silveira	Rosalles	Capitam	sim	Huã orelha ramal de tras e duas mossas diante e outra despontada e fendida	He huã verga e huõ botam			3v-4
16-dez-1707	Manoel Machado de Sousa	Manadas	Alferes	sim	Huã orelha ramal de tras e mosa diante e na outra tres farpas e a do meio despontada	Hum ene de letra redonda			4
17-dez-1707	Manoel de Sousa Pereira	Manadas	Capitam	sim	Huã orelha ramal diante e despontada e mosa de tras e na outra troncha e mosa diante.	Duas vergas e huõ botam no meio		Nota do Lado: este signal faz hoje Manoel Pereira Vieira morador na Beira	4v
17-dez-1707	Gorge Teixeira Brasil	Toledo			Huã orelha ramal de tras despontada e duas mossas diante e outra guiada diante e duas mossas de tras.	Huõ be de letra redonda			4v-5
18-dez-1707	Lasaro Nunes de Oliveira	Manadas	Sargento		Huã orelha forcada e na outra tres farpas e huõ boraco nas tres farpas.	He huõ ele de letra redonda		Nota do lado: Hoje faz este sinal do sargento Antonio Dias de Oliveira	5-5v
18-dez-1707	Antonio Machado de Sousa	Norte Grande			Huã das orelhas ponta de lansa e fendida e huã mossas diante e a outra ponta de lansa e huõ boraco	Huã cruz			5v
19-dez-1707	Antonio Pereira Sanches	Norte		sim	Huã orelha forcada e na outra ramal diante	huõ A de letra redonda			6

20-dez-1707	Pedro Dias Teixeira	Norte Grande		sim	Huã orelha guiada de tras e duas mosas diante e outra fendida e duas mossas diante	Huõ pe de letra redonda			6-6v
21-dez-1707	Joam de Sousa Fagundes	Norte		sim	Huã orelha guiada mosa diante outra somente huõ buraco	Tres vergas a atraves (?)			6v
21-dez-1707	Domingos de Coadros	Norte Grande		sim	Huã orelha troncha outra despontada, mosa de tras e mosa diante e huõ boraco.	He huõ X			7
21-dez-1707	Pascoal Pereira de Sousa	Norte	Alferes	sim	Huã orelha fendida, mosa de tras e mosa diante e a outra despontada e fendida, mosa de tras, mosa diante	Huã cruz e meia			7-7v
21-dez-1707	Maria de Coadros	Norte Grande			Huã orelha forcada e porta de tras e a outra fendida e huõ boraco.	Huã verga com dois botamis			7v
21-dez-1707	Beatriz Alves	Note Grande			Huã orelha forcada, porta de tras e a outra fendida e duas mossas: huã adiante outra de tras.	He hum esse de letra redonda		Nota do lado: hoje Miguel Teixeira, morador na Urzelina	8
21-dez-1707	Maria Pereira	Norte			Huã orelha ponta de lansa e boraco e a outra ponta de lansa e fendida.	He huõ ere de letra redonda			8-8v
21-dez-1707	Antonio Teixeira Machado	Norte Grande		sim	Huã orelha folha de figueira e a outra guiada diante e huõ buraco	He huõ que de letra redonda			8v






21-dez-1707	Amaro Pereira Beiram	Norte Grande		sim	Huã orelha despontada e fendida e a outra huõ ramal diante.	Huõ butam frio (?)			9
21-dez-1707	Manoel Silveira	Norte Grande			Huã orelha forcada e hum típelo (?) diante e na outra hum ramal de tras despontado.	Hum butam de fogo			9-9v
21-dez-1707	Antonio Leal Pereira	Norte Grande		sim	Huã orelha com tres farpas a do meio despontada e na outra orelha ramal de tras	Duas vergas em cruz de ventam ao olho			9v
22-dez-1707	Maria Machado	Norte Grande			Huã orelha ramal de tras e despontado e a outra mosa diante digo e a outra guiada diante e mosa de tras.	He huã verga com tres butamis de fogo			9v-10
22-dez-1707	Antonio Alves Machado	Norte Grande		sim	Huã orelha tres farpas despontadas e na outra huã mosa de tras.	Huã ahha de besta asnal			10
22-dez-1707	Juvenal Luis	Norte		sim	Huã orelha despontada e duas mossas de tras e a outra duas mosas diante.	He huõ meio sarilho			10-10v
22-dez-1707	Antonio de Sousa Beiram	Norte Grande		sim	Huã orelha troncha e a outra tres mosas: duas diante e huã de tras no couce da porta e a porta de tras e despontada.	He hum te de letra redonda			10v
23-dez-1707	Joam de Silva de Sousa	Norte Grande	Capitam	sim	Huã orelha fendida e a outra tres mosas de tras.	Hum ji de letra redonda rasgado.			11

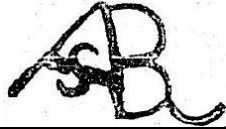




23-dez-1707	Manoel Machado de Betencourt	Norte Grande		sim	Huã orelha despontada mossa de tras e outra diante e a outra orelha duas mossas de tras.	Tres vergas com hum botam na fenda do meio.			11-11v
23-dez-1707	Francisco Teixeira Machado	Norte			Huã orelha ponta de lansa e a outra despontada e fendida				11v
24-dez-1707	Joam Silveira Machado	Norte Grande	Alferes	sim	Huã orelha troncha e a outra guiada diante.				11v-12
24-dez-1707	Diogo Machado Teixera	Norte Grande	Capitam	sim	Huã orelha despontada mosa de tras e mosa diante e na outra porta de tras.	Huã perna de asna fechada			12
25-dez-1707	Miguel Vieira da Cunha	Norte Grande		sim	Huã orelha porta de tras e a outra despontada e coatro mosas: duas de tras e duas diante e buraco.	Huã tisoura			12v
25-dez-1707	Maria Cordeira	Norte Grande			Huã orelha ponta de lansa e na outra ramal diante.	Hum inzol de pescar			12v-13
25-dez-1707	Manoel Machado de Coadros	banda Norte		sim	Huã orelha despontada e fendida e a outra guiada de tras e mosa diante.				13
25-dez-1707	Francisco Dias Beiram	Norte		sim	Huã orelha ponta de lansa e fendida e a outra huã ponta de tras.	Tres vergas de alto asima			13-13v
26-dez-1707	Pedro de Sousa Beiram	Norte Grande	Alferes	sim	Huã orelha troncha e na outra porta de tras e duas mossas diante.	Huã ve de letra redonda			13v


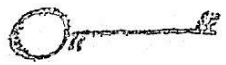
27-dez-1707	Manoel Machado Fagundes	Beira		sim	Huã orelha ramal de tras e a outra despontada e fendida e guiada diante.	Duas vergas e meia			14
27-dez-1707	Sebastiam Dias Borba	Rosalles		sim	Huã orelha despontada e a outra guiada diante.	He huõ a ha de letra redonda.			14-14v
27-dez-1707	Antonio Machado Teixeira	Norte		sim	Huã orelha tres farpas e a do meio despontada e a outra orelha huõ boraco e duas mossas huã de tras outra diante.	He huõ E de letra redonda			14v
27-dez-1707	Margarida Fernandes	Ribeira da Areia			Huã orelha forcada e boraco a outra guiada de tras e duas mossas diante.	He huõ a de letra de mão.		nota do lado diz que hoje fez este sinal o seu neto Francisco Pereira Teixeira	14v-15
28-dez-1707	Joseph Coelho	Rosalles		sim	Huã orelha guiada de tras mosa diante e outra despontada e boraco.	Huã perna de asna aberta.			15
28-dez-1707	Domingos Machado Vieira	Serroa			Huã orelha despontada, mosa de tras e a outra despontada e fendida.	He oito de conta.		Nota do lado diz este sinal foi de Joam Machado Vieira sobrinho do ditto Domingos Machado Viera, Folhas 55	15v
28-dez-1707	Joam Alves Fagundes	Beira		sim	He huã orelha despontada mosa de tras e a outra ramal diante e despontada.	Duas vergas e meia atraves do fosinho			15v

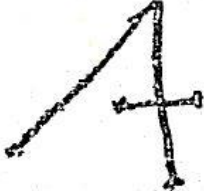





28-dez-1707	George Correia Betancourt	Urzelinha		sim	Huã orelha despontada e boraco e a outra forcada e mosa de tras.	He hum coatro de conta.			16
29-dez-1707	Susana Machado	Norte Grande			Huã orelha tres farpas e a outra guiada diante com mosa de tras mosa diante.	Huã letra de tres de conta			16-16v
29-dez-1707	George Vieira	Urzelinha			Huã orelha tres farpas e despontadas e a outra ramal de tras e huõ tipele diante e huã mosa.	Huã perna de asna sem o livil (?)			16v
29-dez-1707	Mathias Teixeira Machado	Norte Grande			As orelhas despontadas e fendidas.	Duas vergas			17
29-dez-1707	Anna Machado	Beira			Huã orelha forcada e boraco e outra guiada e mosa de tras.				17-17v
29-dez-1707	Manoel Dias Brasil	Almeida (Santo Amaro)		sim	Huã orelha troncha na outra ramal diante e duas mosas de tras e huõ no couse do ramal.	Huã ponta cete			17v
29-dez-1707	Joam de Sousa de Luis	Norte Grande			Huã orelha ponta de lansa e a outra fendida mosa diante.	Huã cruz			18
8-jan-1708	Isabel Machado	Rosalles			Huã orelha fendida mosa diante e mosa de tras e a outra huã guiada de tras.	Nove de conta.			8-18v

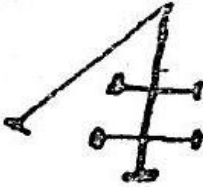

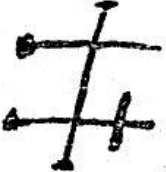






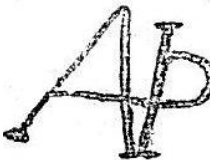
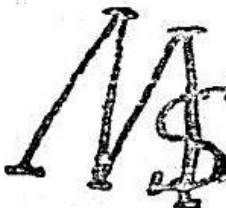
8-ago-1708	Andre Lopes de Siqueira	Rosalles		sim	Huã orelha ponta de lansa e boraco e a outra ramal de tras.				18v
8-ago-1708	Antonio Alves de Siqueira	Rosalles		sim	Huã [orelha] guiada diante e boraco e a outra huã forcada.				19
8-ago-1708	Antam Pereira da Almada	Norte Grande			Huã orelha despontada e duas mossas de tras e a outra huõ ramal de tras huã mossa diante e hum boraco.				19-19v
8-ago-1708	Manoel Teixeira Brasil	Serroa		sim	Huã orelha despontada e fendida mosa diante e mosa de tras e a outra orelha ponta de lansa.	Huã perna de asno sarrada sem o livil (?)			19v
8-ago-1708	Lasaro Pereira de Coadros	Rosalles	Sargento	sim	As orelhas despontadas e huã mosa em cada orelha huã diante e na outra de tras.	Hum gancho de balansa.			20
8-ago-1708	Manoel da Ávila de Betancourt	Rosalles	Alferes	sim	He orelha forcada, mosa diante e outra guiada diante, buraco e duas mosas de tras.	Huã rabissa de arado.			20-20v
12-mai-1710	Marco Rodrigues	Fajan de Stº Amaro (?)			He orelha direita forcada.	Cruz e meia			20v



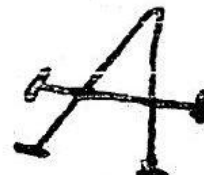


5-jun-1710	Bras de Miranda Maciel	Rosalles	Referendo Padre Cura	sim	As orelhas forçadas com duas mossas em cada orelha huã diante e outra de tras.				21
23-jan-1711	Joam Machado de Oliveira	Santo Antonio do Norte Grande			Huã orelha inteira porta de tras e a outra despontada e boraco, mossa de tras.	Duas vergas de ventas ao olho e huã della huã crusinha.			21v
6-fev-1711	Joam Pereira Toste	Almeida (Santo Amaro)		sim	Huã orelha ponta de lansa e a outra tres farpas despontadas.	He hum hi de letra redonda e nelle hum pe*		*que quer dizer Joam Pereira em breve.	22
18-abr-1711	Rodrigo Pires Vieira	Urzelinha		sim	Huã orelha despontada e boraco e a outra forçada.	Hum Botam de fogo.			22v
18-abr-1711	Antonio Machado Teixeira	Beira	Alferes	sim	Huã orelha inteira com duas mossas de tras e a outra despontada fendida e mosa diante.	Que he o seu nome em breve em letras redondas			22v-23
20-abr-1711	Manoel Pereira Fagundes	Beira			Huã orelha guiada com hum tepile no meio da guiada e a outra orelha forçada e tepile diante forçada.	Hum sarilho com as duas cruses.		Nota do lado: de forma do seo bisneto Manoel Ignacio Teixeira Fagundes	23
21-abr-1711	Manoel Pereira Fagundes	Rosalles			Huã orelha guiada diante e fendida e a outra forçada e tipele diante.	Huã verga na ventam do gado.		No do lado: este ferro e signal vai para seu filho Pereira Maciel	23v-24


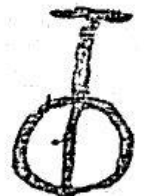

21-abr-1711	George de Azevedo e Sousa	Beira		sim	Huã orelha forcada mosa de tras e na outra forcada mossas de tras tipelo diante.	Hum pé de besta asnal posto na banda esquerda.			23v-24
21-abr-1711	Andre Fagundes	Almeida (Santo Amaro)			Huã orelha forcada e boraco e na outra huã porta de tras.	Huã cruz com duas travessinhas em dois brassos somente do atraves.			24
21-abr-1711	Bento Teixeira Brasil	Santo Amaro			Huã orelha ramal de tras mosa diante e a outra huã porta de tras	Huã chave com duas goardas humas na ponta outras junto do aro em reves			24v
25-abr-1711	Manoel Correia de Betencourt	Toledo		sim	Huã orelha despontada e boraco e a outra forcada porta de tras.	Duas vergas para sima e huã atraves.			24v-25
26-abr-1711	Bartholomeu Machado Viera	Beira		sim	Huã orelha forcada, mossas diante, mossas de tras e a outra huã orelha fendida e despontada.	Huã verga com huã [...] no cabo como rabissa de arado (?)			25

27-abr-1711	Manoel Teixeira Lisboa	Manadas			As orelhas ramal diante, tipelle de tras em cada orelha mais duas mossas.	Huã perna de asna sem o nivel e em huã das penas huã crusinha.			25v
28-abr-1711	Mathias Gonsalves Fagundes	Santo Amaro			As orelhas ambas fendidas e huã despontada.	Sam duas vergas e em huã dellas huã crusinha e a ponta.			25v-26
28-abr-1711	George de Coadros	Santo Amaro			As orelhas ambas com boraco em cada huã, dois tipelles huõ de tras, outro diante.	Huõ ho com huã risca atraves.		Nota do lado: Faz hoje este sinal Manoel de Sousa Bettencour morador em Santo Amaro.	26
3-mai-1711	Francisco Pires Machado	Santo Amaro			Huã orelha forcada e porta de tras e na outra somente forcada.	Huã verga de alto asima e verga e meia atraves perto huã da outra			26v
4-mai-1711	Antonio Alves da Silveira	Rosalles	Capitam	sim	As orelhas dois ramais de tras e duas mossas diante.				26v-27
5-mai-1711	Joam Leal Balieiro	Ribeira do Nabo			Huã orelha ramal diante despontada e hum buraco e na outra guiada diante e hun boraco e mossas de tras.				27






6-mai-1711	Joam Teixeira Machado	Rosais		sim	Huã orelha forcada e a outra mossa diante mossa de tras.				27v
7-mai-1711	Mathias Pereira Fagundes	Ribeira do Nabo			Huã orelha ramal diante e despontada e mosa de tras e a outra guiada e boraco e mosa de tras.	Huã canga com seos cansis.			27v-28
7-mai-1711	Joam Pereira de Sousa	Fontainhas (Manadas)			Huã orelha inteira e boraco, mosa diante mosa de tras e a outra troncha, mosa diante mosa de tras.	Huã pena de asna de huã casa com dois o liveis (?)			28-28v
8-mai-1711	Antonio Teixeira Machado	Santo Amaro		sim	As orelhas ambas forcadas e porta de tras.				28v
10-mai-1711	Bartholomeu Pereira	Manadas		sim	As orelhas ambas ponta de lansa.	O seu nome em breve com duas letras de letra redonda tudo em huõ.			29
15-mai-1711	Manoel Afonso de Rosa	Beira			Huã orelha forcada e na outra hum ramal diante e hum tipele de tras	Verga e meia			29-29v

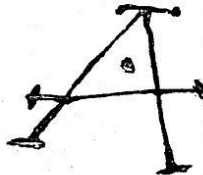

20-mai-1711	Manoel de Sousa Maciel	Beira		sim	Orelha forcada mosa de tras em ambas as orelhas.	He o seu nome em duas letras de eme e de.			29v
25-mai-1711	Maria Machado Luis	Norte			Huã orelha ramal de tras mosa diante e a outra despontada e duas mossas.	Hum he hum a e hum esse.			30
28-mai-1711	Joam Nunes Amaral	Santo Antonio (Norte Grande)		sim	Huã orelha despontada mosa de tras e mosa diante e na outra orelha huã porta de tras em mosa diante.	He huns oculos.			30v
28-mai-1711	Antonio Leal Pereira	Norte Grande		sim	Huã orelha forcada e tres mossas e a outra ramal de tras e despontado.	Hum A com huõ elle perto (?) que tambem serve de pe que he o seu nome breve.			30-31
30-mai-1711	Antonio Teixeira Machado	Manadas	Sargento	sim	Huã orelha despontada fendida mosa diante e a outra ramal de tras tipele diante.	Dois botamuis de fogo			31
31-mai-1711	Manoel de Sousa Pereira	Norte Grande		sim	Huã orelha ramal diante e na outra mosa de tras mosa diante.	Huõ eme de letra redonda com huõ esse na perna de diante que he o seo nome em breve.			31v



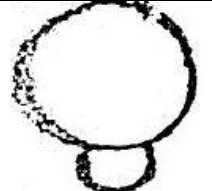
8-jun-1711	Antonio Alves de Oliveira	Vila de Velas		sim	Huã orelha ramal diante e huõ tipele de tras e a outra despontada mosa de tras.				31v-32
8-jun-1711	Manoel Dias Teixeira	Ribeira do Nabo			As orelhas ambas despontadas e tras farpas e quatro mosas duas em cada orelha hum de tras outra diante.	Huã chave.			32-32v
8-jun-1711	Manoel de Sousa de Pereira	Ribeira do Nabo			Huã orelha troncha e mosa diante e a outra ramal diante e duas mosas de tras.				32v
10-jun-1711	Antonio Alves de Sousa	Beira	Capitam	sim	Huã orelha forcada e tipelo diante e mosa de tras e na outra orelha despontada tres farpas e mosa de tras.	He pé de besta asnal		Nota do lado: este ferro e sinal faz hoje Antonio Teixeira Machado dos Terreios fls. 50	33
20-jun-1711	Manoel da Viegas de Coadros	Ponta de Rosalles			Huã orelha forcada e a outra ramal diante despontada com huã mosa de tras.				33-33v
25-jun-1711	Pascoal Pereira Leal	Manadas		sim	Em ambas orelhas ramal diante e tipelle de tras e em huã dellas huã mosa ao pé do ramal.				33v





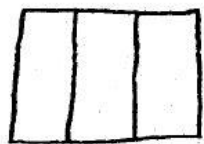

1-jan-1713	Manoel de Cunha de Almeida	Rosalles		sim	Huã orelha ramal de tras e duas mossas diante e a outra inteira duas mossas de tras e duas diante.				34
1-jan-1713	Antonio da Cunha de Almeida	Rosalhes		sim	Huã orelha ramal de tras mossa diante e aoutra inteira mossa de tras mossa diante.				34-34v
15-jan-1713	Manoel Pereira Fagundes	Ribeira do Nabo			Huã orelha ramal diante despontado com huã mossa de tras a outra guiada diante.			Sinal nas ovelhas que tem.	34v
18-dez-1714	Joseph Pereira da Cunha e Silveira	n.r	Capitam	sim	Huã orelha ponta de lansa e na outra duas mosas diante.	Nelle contem o seo nome em brebe.			35

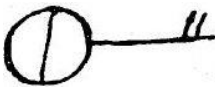
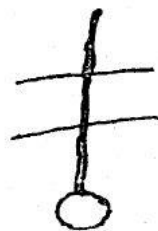
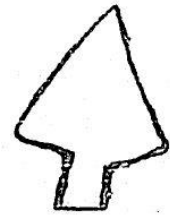
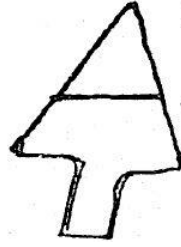





19-dez-1714	Isabel Teixeira de Sousa	Rosalles			Huã orelha boraco fendida e a outra huã guiada de tra e mosa diante.	He huõ hi de letra redonda grande com huã crus no meio que serve de hi e te.			35v
19-dez-1714	Antonio Machado Teixeira	Vila de Velas	Alferes	sim	Huã orelha despontada mosa de tras e mosa diante e a outra porta de tras.	Pé de galinha			35v-36
19-dez-1714	Diogo de Sousa	Rosalles		sim	Orelha ramal de tras e a outra guiada diante, mosa de tras.	Hum pé de galinha com huã travessa na perna.			36
15-abr-1715	Manoel Pereira Gil	Norte			Huã orelha folha de figueira e na outra guiada diante e mosa de tras .	Dois ganchos em reves huõ do outro.			36-36v
15-abr-1715	Manoel Dias Teixeira	Norte		sim	As orelhas guiadas em reves e duas mosas em reves.	Huõ Fe de letra redonda.			36v





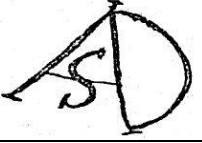
15-abr-1715	Maria da Cunha	Norte			Huã orelha despontada mosa de tras e mosa diante e na outra huã porta com huã mosa de tras.				37
16-abr-1715	Antonio Alveres de Sousa	Manadas	capitam	sim	Huã orelha despontada e fendida e a outra troncha.	Huõ botam e verga.		Nota do lado: este sinal Antonio Machado teixeira dos Terreiros.	37-37v
16-abr-1715	Manoel Siqueira de Sousa	Beira		sim	Huã orelha fendida e a outra guiada de tras e mosa diante .	Huã verga asima das ventas do gado.			37v
16-abr-1715	Jacome Gonsalves Cabral	Villa de Vellas	Capitam	sim	Huã orelha despontada com buraco e a outra huõ ramal diante e tepile de tras.	Huõ ge em o meio.			37v-38
16-abr-1715	Joana Pereira Fagundes	Norte			As orelhas ambas despontadas em huã, huõ boraco e na outra mosa de tras e mosa diante.	Tres vergas atraves.			38-38v
17-abr-1715	Joam de Cunha de Sousa	Santo Amaro			Huã orelha fendida com huã mosa de tras e na outra huã porta .	Huõ pé de boi.		Nota do lado: este sinal faz hoje Jorge da Cunha seo neto, morador em Santo Amaro.	38v





17-abr-1715	Manoel da Cunha	Almeida (Santo Amaro)			Huã orelha fendida e na outra huã porta.	Huã camba de huõ carro com tres pregos.			39
18-abr-1715	Antonio Luis Soares	Norte		sim	As orelhas ambas fendidas em huã duas mossas diante e na outra duas de tras.	Hum pé de galinha de dois dedos com crus no cabo da perna.			39-39v
18-abr-1715	Manoel Pereira Vieira	Norte Grande			Huã orelha ponta de lansa e a outra fendida e mosa diante.	Duas vergas em cada huã sua cruz em reves huã da outra.			39v
18-abr-1715	Diogo Fernandes Pereira	Norte		sim	Huã orelha com porta de tras inteira e na outra tres mosas: duas diante e huã de tras.	Huõ anel de huã pedra.			40

19-abr-1715	Joam Vieira Machado	Rosalles		sim	Huã orelha forcada e boraco e na outra guiada diante e mosa de tras.	Hum anel com duas pedras a reves huã da outra.			40-40v
20-abr-1715	Manoel de Cardoso de Sousa	Santo Amaro			Huã orelha despontada fendida e na outra dois tipeles (?)	Huã fivella com sua agulha e sem chapas (?).			40v- 41
20-abr-1715	Miguel Correia de Betancourt	Norte	Capitam	sim	Huã orelha guiada mosa de tras e a outra huõ buraco com huã mosa diante.	Duas vergas atraves com hum de alto asima com huã cabesa de huõ [...] ponta de sima (?)			41
20-abr-1715	Pedro Nunes de Sousa	Ribeira da Areia (Norte Grande)		sim	Huã orelha ramal de tras e despontada e na outra guiada de tras e mosa diante.	A forma de huã fivela sem fevilam (?)			41v
25-abr-1715	Antonio Machado Leam (?)	Norte			Huã orelha forcada e a outra despontada com huõ tipele de tras.	Huã grade.			41v-42
25-abr-1715	Joam Soares	Rosalles		sim	As orelhas ambas despontadas e fendidas em huã dellas huõ boraco.				42



25-abr-1715	Manoel de Sousa Gil	Norte			Huã orelha folha de figueira e a outra guiada diante e duas mosas de tras.	Huã chave com as goardas as arravesas e huã travesa no aro.			42v
25-abr-1715	Antonio Vas Teixeira	Toledo		sim	Huã orelha forcada e porta de tras e a outra duas mosas diante e duas de tras.				42v-43
25-abr-1715	Antonio de Cunha Sarmento	Rosalles		sim	Huã orelha forcada e a outra guiada diante despontada e duas mossas de tras.	Huã lansa.		Nota do lado: hoje seo neto Antonio da Cunha de Ávilla	43
26-abr-1715	Manoel de Azevedo de Sousa	Beira	Alferes	sim	As orelhas ambas forcadas e mosas de tras e tipelles diante em ambas as orelhas.	Huõ pé de besta asnal com huã verga atraves do ditto pé.			43v
27-abr-1715	Antonio Silveira Machado	Norte	Alferes	sim	Huã orelha despontada mosa de tras mosa e mosa diante e huõ boraco e na outra troncha, mosa diante.	Huã ponta de lansa com huã travesa pello meio.			43v-44





27-abr-1715	Manoel Soares Toste	Norte		sim	As orelhas ambas despontadas e fendidas e no couse de huã huõ boraco e na outra huã mosa de tras.				44
27-abr-1715	Marcelino Gomes de Mello	Ribeira do Nabo			Huã orelha troncha e a outra fendida e mosa diante.	Huõ botam de fogo no rabo (?) direita da res.			44v
27-abr-1715	Antonio de Oliveira	Rosalles			Dois boracos em cada orelha			Sinal das ovellas que criava	45
28-abr-1715	Pedro Teixeira Machado	Rosalles			As orelhas ambas ponta de lansa.				45
29-abr-1715	Manoel Machado de Lemos/Valadam (?)	Norte		sim	As orelhas ambas enteiras somente com huõ buraco	Huõ cambo de desensarar			45v
29-abr-1715	Manoel de Mattos Soares	Norte		sim	Huã orelha ponta de lansa fendida e a outra forcada porta diante.				45v-46
10-abr-1718	Mathias Pereira Maciel				Huma orelha giada diante e fendida e a outra forcada e tipelle diante.	Huma verga na ventas do gado		Filho de Manoel Pereira Fagundes; ferro e sinal que o herade seu pai [falecido] que costumava fazer em seu gado.	46

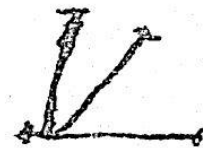


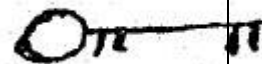

3-jun-1719	Andre Pereira Luis	Manadas	Oficial de ferreiro	sim	Huã orelha inteira com dois boracos e a outra fendida.	Hum troques (?)		Nota do lado: Fls. 60.	46v
18-jan-1720	Antonio de Oliveira	Manadas			Huã orelha forcada mosa diante e a outra guiada diante [...] e huã mosa e duas mosas de tras.	Dois hos	 		46v-47
1-jun-1720	Joam Pereira de Lemos	Villa das Vellas	Oficial de tanoeiro		Marca que costumava faser nas pipas que fasia (...) e também poder abrir a sua tenda.			Fiansa que dá a sua tenda. Fiador Antonio Silveira Ávila.	47-47v
1-jun-1720	George Machado de Betencourt	Rosalles			Huã orelha fendida, mosa diante, mosa de tras e a outra huã guiada de tras.				47v
8-set-1722	Matheus Teixeira Machado	Rosalles		sim	Huã orelha forcada e mosa de tras e a outra huã mosa diante e hum tipelle de tras.	Huã solla de sapato.		Usa sinal e ferro de seu pai: Pedro da Rosa Pastana que Deus haja.	48
20-set-1722	Anselmo de Soares de Sousa	n.r	Escrivam da camara	sim	Huã orelha forcada mosa de tras mosa diante e na outra troncha e mosa de tras.	Ferro do gado e de suas pipas.			48-48v

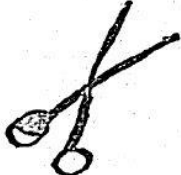




22-set-1722	Amaro Vieira	Rosalles	Mestre carpinteiro	sim	Tres farpas em huã orelha e na outra guiada de tras e hum buraco.			Sinais e ferros que usa em suas ovelhas	48v
22-set-1722	Manoel Machado Oliveira	Norte			Huã orelha despontada e fendida com huã mosa de tras e a outra guiada de tras e mosa diante.				49
9-nov-1725	Francisco Lopes de Oliveira	Beira			Huã orelha folha de figueira e na outra ponta de lansa com huã mosa diante.			Nota do lado: este ferro e sinal faz hoje Manoel Machado Lopes seo filho.	49-49v
9-nov-1725	Antonio Teixeira Machado	Ponta da Forada (Norte Grande)			Huã orelha troncha e a outra despontada mossã de tras mosa diante e hum boraco.	He huõ X		Ferro e sinal que usava seu pai: Domingos de Quadros Machado que Deus tem costumava fazer em sua criasam que porque tem filho que sahio de casa de seos pais a elle tocava (?).	49v
10-nov-1727	Antonio Teixeira Machado	Terreiros			Huã orelha despontada e fendida e a outra troncha.	Huã verga no fosinho com hum botam.		Ferro e sinal fasia o cappitam Antonio Alves das Manadas, seu hirmão e por ser falecido e lhe não ficar herdeiro que hera de criasan o faz por lhe pertenser.	50












14-nov-1727	Mathias Gonsalves Madruga	Rosalles			Huãorelha fendida com huã mosa em o meio da fendida e a outra ramal diante.				50-50v
4-dez-1727	Bartholomeu Machado da Veiga	Norte			Huã orelha despontada e na outra levada por de tras pendurado (?)	Botam de fogo no fosinho.			50v
9-mar-1728	Simão de Ávila de Betencourt	Beira		sim	Huã orelha despontada e a outra huã guiada diante e duas mossas de tras.				51
8-out-1729	Antonio Pereira Fagundes	Beira			Huã orelha inteira com tres mosas de tras e a outra fendida.	Huã cruz na testa			51-51v
1-dez-1731	Raimundo Machado	Manadas		sim	As orelhas ambas despontadas e tres farpas cada huã com tres mossas cada orelha em reves.	Hum herre de letra redonda com huã cruz em sima da ditta letra.			51v
27-jul-1733	Joam de Sousa de Siqueira	Toledo	Alferes	sim	Huã orelha forcada huã porta de tras e huã mosa diante ena outra orelha duas mosas diante e huã de tras.	Huã verga para sima e duas atraves.		O ferro e sinal fasiao pai alferes Paulo Gomes Leal .	52



29-set-1734	Paullo de Siqueira	Terreiros		sim	Huã orelha ponta de lansa com huã mosa diante e a outra despontada com huã mosa de tras e a outra diante.	Hum pé de galinha com huã cruz no cabo			52-52v
22-mai-1735	Francisco Pereira Freitas	Santo Amaro		sim	Huã orelha ponta de lansa e na outra tres farpas despontadas.			Ferro e sinal que fasia seo avô Joam Pereira Toste por [...] de estar casado com sua neta e não aver ja delle filho que o fasia e como delle não ce usa e cenão tinha deitado neste livro.	52v-53
16-jun-1740	Matheus Correia de Ávila	Santo Amaro		sim	Huã orelha forcada e a outra despontada com huõ tipelle (?) de tras outro diante.			Ferro e sinal que fasia o seo avo Manoel Dias por afenidade (...) o qual sinal usava delle e seu cunhado Bras Vieira.	53v
30-mai-1741	Feleciano Cabral Pereira	Norte Grande		sim	As orelhas guidas em reves e cada huã com seu buraco.	Dois de conta			54
28-abr-1744	Phelipe Barreiros	Santo Amaro			Huã orelha forcada com huã mosa de tras outra diante e a outra huã guiada	Huõ pe com baixo da cabessa huõ be		Este sinal era o mesmo que fasia seu pai. Nota do lado: Faz hoje este sinal seo filho Manoel Teixeira Barreiros (Santo Amaro)	54

20-abr-1746	Francisco de Miranda	Norte Grande			Huã orelha fendida despontada com huõ boraco a pé da fenda e a outra com huõ ramal de tras com huõ boraco ao pé do ramal.	Huõ de letra redonda com huã travesa somente para huã banda		Nota do lado: Faz hoje Jorge Machado de Sousa seo genro.	54v
6-mai-1746	Joam Machado Vieira	Villa de Vellas			Huã orelha despontada mossas tras mosa diante a outra despontada e fendida.	Oito de conta.		Faz sinal e ferro que hera o mesmo que fasia seu tio Domingos Machado Vieira.	55
12-nov-1751	Joam de Sousa Machado	Norte Grande	Escrivam (?)	sim	Huã orelha ponta de lansa e outra fendida.	Huõ eme de letra redonda.			55v
28-nov-1751	Sebastiam Machado Teixeira				Huma orelha ramal de tras e mosa diante e huma porta.	Huã chave com duas guardas.		Faz hoje este sinal João de Sousa Machado, Santo Amaro.	55v-56
1-abr-1754 (?)	Anselmo de Sousa	Manadas			As mossas em ambas orelhas e mosa de tras da orelha (?)				56
8-abr-1755	Manoel Teixeira Francisco	Ribeira do Nabo			Huma orelha guiada com hum boraco e na outra orelha hum ramal diante despontada.	Hum meio Sarilho		Criasam vacaril e ovelhum.	56v

4-dez-1755	Thomas Fernandes da Costa	Ribeira do Almeida (Santo Amaro)			Huma orelha forcada e hum despontada.	Huma tesoura		Comprou o sinal e ferro a Gorge de Coadros (Santo Amaro)	56v-57
20-out-1758	Antonio Pereira da Costa	Santo Amaro			Huma orelha forcada com dois tripes (?) hum de tras e outro diante e a outra despontada.	Hum pe grande.			57-57v
22-fev-1760	Joam Silveira Betencourt	Terreiros	Oficial de ferreiro		Huma das orelhas he folha de figueira com hum boraco no pé, e a outra ramal de tras.			Fasia nas suas ovelhas e hera o mesmo que o seo pai fasia.	58
19-mar-1790	Manoel Cardoso	Ribeira do Nabo	Oficial de carpinteiro	sim	Huma das orelhas ponta de lansa com hum boraco e a outra forcada sem mais nada.	Huã estaca e huã lança.			58
7-abr-1791	Manoel Silveira Machado	Ribeira do Nabo.	Oficial de sapateiro		Huã orelha tronxa, e a outra com duas mossas de tras.	meio sarilho		Usa no gado ovelhum	58v




25-Abr-1792	Matheus Teixeira Machado	Santo Amaro			Nas orelhas huã forcada com duas mosas huã de tras outra diante, outra guiada com triple (?)	Tres vergas atravessadas no fosinho.		Este sinal era aquele que usava seu avô Antonio Barreiros e como elle tinha mais erdeiros lhe punha a difrensa do ferro que he do que fazer de hoje e por diante(?). Usa no gado ovelhum.	59
2-dez-1793 (?)	Francisco Ignacio		Oficial de tanoeiro	sim		Ferro que avia hozar nas pipas que fizese ou reformace cujo hum Ha de letra redonda.			59v
24-mai-1794	Antonio Machado de Azevedo	Urzelina			Huã orelha com hum ramal diante com huã mosa de tras, e a outra despontada com tres farpas.				60
22-set-1794	Manoel Inacio Teixeira Fagundes	Fajã (Santo Amaro)			Huã orelha giada com hum tiple no meio da guiada e a outra orelha forcada e hum tiple diante da forcada.	Hum sarilho com duas curzes.		Usava sinal e ferro do seu bisavo Manoel Pereira Fernandes( fl. 23). Usa nas ovelhas e mais gado.	60-60v



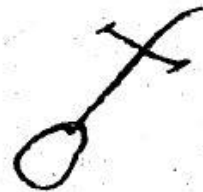

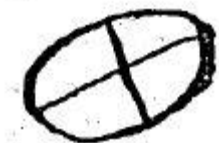
24-set-1794	Antonio Luis Mancebo	Manadas		sim	Huã orelha com tres boracos outra fendida.	Huã troques		Sinal e ferro era do seu avo como se ve na fl.46.	60v
24-set-1794	Paulo Machado Pereira	Manadas		sim	Huã orelha despontada e tres farpas outra despontada com huã porta de tras.	Hum õ aberto.			61
24-set-1794	Jorge Jozé Teixeira	Manadas			Huã orelha com ramal diante e huã mosa de tras e a outra inteira fendida com huã mosa diante.	Hum i.			61-61v
24-set-1794	João Machado	Manandas			Huã orelha forcada e buraco e aoutra ponta de lança.				61v
24-set-1794	João de Sousa Nunes	Manadas			Huã orelha forcada e a outra huã porta de tras com hum tiple diante.				61v-62
24-set-1794	Jorge Machado Dias	Manadas			Huã orelha giada de diante com hum boraco, e huã mosa de tras, e a outra com tres farpas despontada com huã mosa diante.				62
24-set-1794	João Machado Lial	Manadas			Huã orelha forcada com huã mosa diante a outra despontada em tres farpas.	Hum ele de letra redonda.			62-62v
24-set-1794	Damião de Sousa Pereira	Manadas			Huã orelha forcada com hum boraco, e huã mosa diante, a outra folha de figueira.				62v






24-set-1794	Antonio Teixeira Machado	Manadas			Huã orelha tronxa e a outra despontada fendida.				62v-63
24-set-1794	Antonio Dias de Oliveira	Manadas	Sargento		Huã orelha forcada e a outra inteira com tres farpas e hum boraco.	Hum elle de letra redonda.			63
25-set-1794	Francisco Xavier de Mendonça	Manadas			Huã orelha tronxa e a outra ponta de lança.	Dois botaens de frio (?)			63-63v
25-set-1794	Joze Silveira de Lemos	Manadas			Huã orelha forcada com tres mosas em reves e a outra folha de figueira com mosas em reves.				63v
25-set-1794	João Sousa Silveira de Bettancourt	Terreiros			Huã orelha folha de figueira com hum boraco no couse; e a outra ramal de tras.				63v-64
25-set-1794	Jorge de Matos Silveira	Manadas		sim	Huã orelha forcada com tiple de tras e a outra despontada com ramal de tras, despontado.				64
25-set-1794	Antonio Pereira Nunes	Manadas			Orelhas pontas de lanças.	Duas letras de letra redonda tudo em huã.			64-64v
25-set-1794	Domingos Dias da Rosa	Manadas			Huã orelha despontada e fendida com a mosa de tras outra de diante e a outra ponta de lança.				64v
25-set-1794	Antonio Machado Silveira	Manadas		sim	Huã orelha forcada com boraco mosa de tras e a outra diante e a outra folha de figueira.				64v-65




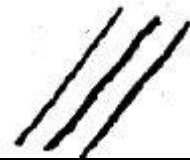


25-set-1794	Maria do Espirito Santo	Manadas			Huã orelha ramal de tras e a outra folha de figueiracom huã mosa de tras.				65
25-set-1794	Francisco Jozé de Betencourt e Avilla		Capitam mor		Huã orelha despontada com hum boraco, e a outra despontada mosa de tras mosa diante.				65-65v
25-set-1794	Manoel Machado Brazil	Manadas			Huã orelha despontada fendida com huã mosa de tras e a outra hum ramal de tras com huã mosa diante.				65v
25-out-1794	Jozé Machado Pereira	Manadas	Sargento	sim	Huã orelha folha de figueira e a outra forcada com huã porta de tras.				65v-66
25-set-1794	Jorge Pereira Toste	Manadas			Huã orelha forcada com huã mosa de tras e a outra hum ramal de tras despontado com hum boraco.				66
25-set-1794	Maria Jesus	n.r			Huã orelha despontada em tres farpas com duas mosas de diante e a outra o mesmo.				66-66v
25-set-1794	João Machado Nunes de Sousa	Manadas			Huã orelha forcada com huã mosa diante a outra com huã porta de tras e huã triple diante.				66v
25-set-1794	Ignacio Teixeira Silveira	Manadas			Huã orelha forcada com hum boraco mosa de tras mosa diante e a outra em tres farpas e a do meio despontada.				66v-67



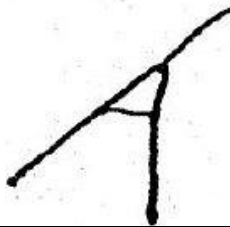
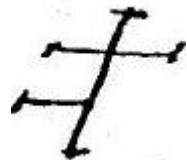





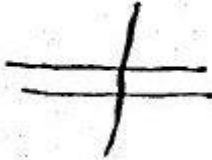




25-set-1794	Raimundo de Sousa	Manadas			Huã orelha forcada a outra inteira com huã porta de tras e duas mosas diante.				67
25-set-1794	Manoel Machado Texeira	Terreiros	Sargento		Huã orelha forcada com hum boraco e mosa de tras e duas de diante e a outra folha de figueira mosa de tras mosa de diante.				67-67v
25-set-1794	Miguel da Silva	Manadas			Huã orelha folha de figueira com duas mosas de diante, a outra he forcada com hum boraco, mosa de tras mosa diante.				67v
27-set-1794	Francisco Silveira Pereira	Manadas		sim	Huã orelha emteira com hum boraco duas mosas huma de tras outra diante, e a outra despontada mosa de tras mosa diante.				68
27-set-1794	Antonio de Sousa da Silveira	Manadas		sim	Huã orelha com ramal diante e tres mosas de tras, e outra com ramal de tras e tres mosas diante.	Hum A e hum S.			68
27-set-1794	Manoel Teixera Brazil	Manadas			Huã orelha ponta de lança fendida e a outra guiada diante com mosa de tras.				68v
27-set-1794	Amaro Pereira de Lemos da Silveira	Manadas			Huã orelha forcada mosa diante e a outra da mesma forma.				68v





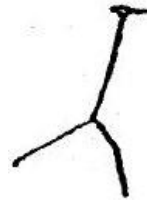

27-set-1794	Jorge Machado de Almeida	Manadas			Huã orelha ramal diante e outra forcada com hum boraco.	Hum ello de tesoura.			68v-69
27-set-1794	Joze Machado Alves	Manadas			Huã orelha despontada fendida com huã mosa de tras e a outra diante e a outra hum ramal de tras com hua mosa diante, declaro que dis a entrelinhas, e outra diante.				69
27-set-1794	João de Sousa Rodrigues	Urzelina			Huã orelha ramal diante com huã mosa de tras outra diante e a outra com tres farpas e huã mosa a tras.	Huã perna de tisoura com huã crus.			69v
28-set-1794	Manoel Teixeira Lisboa	Urzelina			Huã orelha com hum ramal diante com tiple de tras e a outra o mesmo sinal.	Huã asna sem o nivel.			69v
28-set-1794	Mathias Silveira Nunes	Urzelina			Huã orelha forcada e a outra hum ramal despontado.	Hum O com huã crus dentro.			70







28-set-1794	Antonio Machado Soares	Urzelina			Huã orelha inteira com tiple de tras e duas mosas diante e, a outra tambem inteira com duas mosas de tras.	Huã crus.			70
28-set-1794	João de Sousa de Lemos	Manadas			Huã orelha despontada com duas mosas diante e huã de tras e a outra ponta de lança.	Huã perna de asna com seo olivel (?).			70v
29-set-1794	Xavier Machado de Sousa	Urzelina		sim	Huã orelha tronxa com hum boraco, a orelha direita com hum ramal diante fendido.	Hum X.			70v
29-set-1794	Manoel de Sousa Luis	Ribeira do Nabo		sim	Huã orelha dois ramal diante, e hum tiple de tras com huã mosa no couse do ramal e a outra hum ramal diante com tiple de tras.	Huã tisoura.			71
29-set-1794	Manoel de Betencourt de Avilla	Ribeira do Nabo			Huã orelha ramal de tras com duas mosas diante despontada e fendida, e a outra guiada diante com duas mosas de tras.	Huã crus.			71

30-set-1794	Bento de Sousa Rodrigues	Urzelina	Oficial de carpiteiro		Huã orelha despontada com tres farpas e huã mosa diante das tres farpas e a outra hum ramal diante com huã mosa de tras.	Hum pé de galinha com tres			71v
4-nov-1794	João de Sousa Machado	Ribeira do Nabo			Huã orelha despontada com tres farpas e a outra hum ramal diante e huã mosa de tras.	Botão com huã verga.			71v-72
4-nov-1794	Francisco Machado Teixeira	Ribeira do Nabo		sim	Huã orelha forcada a outra ponta de lança com boraco huã mosa diante.	Hum oculos			72
4-nov-1794	Manoel de Sousa de Lemos	Santo Antonio			Huã orelha tronxa e aoutra inteira com huã porta de tras e duas mosas diante.	Tres vergas.			72-72v
4-nov-1794	Manoel de Sousa Brasil	Ribeira do Nabo			Huã orelha tronxa e a outra com hum ramal diante huã mosa duas mossas de tras com hum botaco.	Huã ponta de lança.			72v
4-nov-1794	João de Sousa Fagundes	Ribeira do Nabo			Huã orelha com hum ramal diante com huã mosa de tras.	Huã xave.			72v







4-nov-1794	Manoel Teixeira de Almeida Fernandes	Ribeira do Nabo			Huã orelha forcada e a outra com hum ramal diante.	Hum hi com hum ho no meio.			73
6-nov-1794	Joze de Sousa Vieira	Norte Grande		sim	Huã orelha ponta de lança e a outra fendida com mosa de tras.	Hum I e hum S.			73
6-nov-1794	Antonio Alves Vieira	Norte Grande		sim	Huã orelha fendida com huã mosa diante, e a outra ponta de lança.	Hum V de letra redonda.			73v
17-nov-1794	João Machado de Siqueira	Rosais		sim	Ambas as orelhas tres farpas entre o couse.	Huã perna da asna com seo olivel com hum cabo.			73v
17-nov-1794	Joze Coadros de Siqueira	Rosais			Huã orelha forcada com huã mosa diante, a outra inteira com duas mosas huã de tras outra diante.	Huã crus e meia.			74
17-nov-1794	João Silveira Sanches	Rosais			Huã orelha forcada, e a outra hum boraco com huã mosa de tras e a outra diante.	Huã verga a travesada.			74
17-nov-1794	Joze Silveira Maciel	Rosais		sim	Huã orelha forcada com huã mosa de tras, outra guiada de diante com duas mosas de tras.	Huã verga a travesada.			74-74v




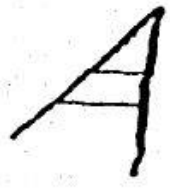

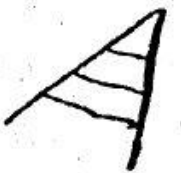
17-nov-1794	Francisco Teixeira de Siqueira	Rosais			Huã mosa de tras, e a outra giada diante com hum boraco.	He hum O com huã crus..			74v
17-nov-1794	Joze Antonio de Siqueira	Ponta de Rosais			Huã orelha ramal de diante e na outra giada de tras com hum boraco.	São duas vergas atravessadas e huã verga ao alto.			74v-75
17-nov-1794	Andre Teixeira Barroso	Rosais			Huã orelha folha de figueira com hum boraco e a outra hum ramal com hum boraco.	Huã verga atravessada com duas vergas nas pontas.			75
18- nov-1794	Antão Vieira de Siqueira	Rosais		sim	Huã orelha folha de figueira e na outra huã guiada de tras com hum boraco.				75-75v
18- nov-1794	Manoel de Sousa Pereira	Rosais			Huã orelha folha de figueira, e na outra hum ramal diante com huã mosa de tras.	Huã fivella com traveção sem agilhão.			75v
18- nov-1794	Mathias Silveira Borges	Rosais			Huã orelha despontada e a outra guiada diante.	Huã perna de asna sem alivel.			75v-76






18- nov-1794	Amaro Teixeira Machado	Rosais		sim	Huã orelha folha de figueira com repilo de tras, e a outra giada de tras com hum boraco.	Huã verga ao alto com meia travessa no meio.			76
18- nov-1794	Manoel da Avilla Fagundes	Rosais			Huã orelha folha de figueira Huã mosa diante e a outra giada de tras com hum boraco.	He hum			76-76v
18- nov-1794	Miguel Teixeira de Avilla	Rosais			Huã orelha fendida mosa de tras mosa diante e a outra guiada de tras com tiple no pe da guiada.	Huã crus.			76v
18- nov-1794	Joze Silveira da Cunha	Ponta de Rosais		sim	Huã orelha ramal de tras e a outra da mesma forma.	Huã ponta de lança.			76v-77
18- nov-1794	Manoel Teixeira de Siqueira	Rosais no caminho de baixo			Huã orelha giada diante com duas mosas de tras; e a outra hum tiple.	Hum pé de galinha com dois dedos.			77
18- nov-1794	João Teixeira Brazil	Rosais		sim	Huma orelha giada com duas mosas de tras e a outra diante no couse da giada de tras e outra forcada.	Huã fivella com dois travesas.			77




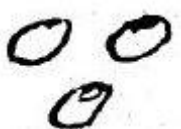

18- nov-1794	Joze de Bettancurt	Ponta de Rosais		sim	Huã orelha ramal diante e giada de tras, e a outra huã giada de tras.	Duas vergas de alto abaxo e huã atravessada.			77v
18- nov-1794	Manoel Teixeira Vieira	Rosais			Huã orelha folha de figueira; na outra ramal de tras com duas mosas diante.	Hum sarilho.			77v
18- nov-1794	Antonio Alves Bettancurt	Rosais			Huã orelha forcada com hum boraco; e a outra despontada com a porta de tras.	Huã ponta de lança com huma travessa no meio.			77v-78
18- nov-1794	Manoel Teixeira de Sousa	Rosais			Huã orelha despontada com hum boraco e a outra inteira com duas mosas diante e huma de tras.	Huã verga			78
18- nov-1794	Miguel Teixeira Machado	Rosais		sim	Huã orelha forcada, e a outradespontada com huã porta de tras.	Hum be de letra redonda.			78-78v
18- nov-1794	Joze de Sousa Bettancourt	Rosais			Huã orelha com ramal diante e a outra mosa de tras.	São dois hos.			78v













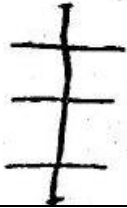


18- ov-1794	Pedro de Sousa Beirão	Rosais			Huã orelha ponta de lança fendida, e outra huã orelha tronxa.	Huã anel com duas pedras em reves.			78v
18- nov-1794	Anna Silveira	Rosais			Huã orelha tronxa e lança fendida e a outra huã orelha tronxa.	Hum anel com huã pedra.			79
18- nov-1794	Andre Teixeira Maciel	Rosais			Huã orelha ponta de lansa fendida e a outra giada diante mosa de tras.				79
18- nov-1794	Mathias Joze de Sousa	Rosais			Huã orelha ramal de tras e a outra ramal diante.	Hum pé de galinha com quatro dedos.			79-79v
18- nov-1794	Antonio Teixeira Bettancourt	Rosais			Huã orelha tres farpas despontadas e na outra hum ramal diante com tiple de tras.	Hum pe de galinha com tres dedos e hum cruz na cabesa.			79v
18- nov-1794	Joze Teixeira Correia	Serroa			Huã orelha dsPontada e quatro farpas e a outra da mesma forma.				79v

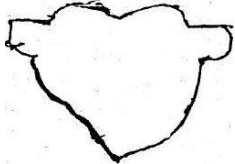

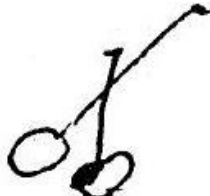


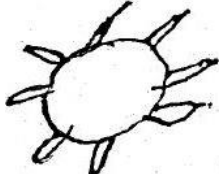
18- nov-1794	Mathias Pereira de Almeida	Serroa			Huã orelha giada de tras com hum boraco, e a outra o mesmo.	Hum ho com huã crus em sima e huã travesa no meio.			80
18- nov-1794	Antonio Alves Brazil	Figueiras			Huã orelha ponta de lansa com hum boraco, e a outra folha de figueira.				80
18- nov-1794	Manoel Avilla de Bettencourt	Serroa			Huã orelha despontada com boraco, e a outra giada de tras com mosa diante.	Huã perna da asna com seo alivel.			80-80v
18- nov-1794	Baltazar Dias Teixeira	Serroa			Huã orelha giada de tras, com huã mosa diante e a outra de tras na giada.	Huã asna com dois aliveis.			80v
18- nov-1794	Baltasar Dias de Sousa da Silveira	Ponta de Rosais		sim	Huã orelha tronxa e outra ponta de lança.	Duas vergas com duas curzes nas pontas em reves vergas atravesadas.			80v-81
18- nov-1794	Antonio Alves Silveira	Serroa			Orelha com ramal de tras mosa diante e aoutra o mesmo.	Huã perna de asna com tres aliveis.			81





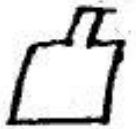

18- nov-1794	Antonio Joze de Coadros	Rosais			Huã orelha despontada fendida com mosa de tras, e a outra forçado.	Duas vergas atravessadas ao alto e huã delas com huã cruz.			81
19- Nov-1794	Antonio Alves de Coadros	Ponta de Rosais			Huã orelha folha de figueira, e a outra ramal de tras.	Huã perna de asna com duas cruces em huã perna.			81v
19- nov-1794	Francisco de Sousa Machado	Ponta de Rosais			Huã orelha folha de figueira e na outra inteira com hum tiple de tras.	Duas cuzes.			81v
19- nov-1794	Joze de Sousa de Coadros	Rosais			Huã orelha com giada diante e hum boraco; e a outra giada diante e duas mosas de tras.	Huã chave de com duas guardas huã no pé e a outra por sima da argola.			82
19- nov-1794	João de Sousa Machado	Ponta de Rosais			Huã orelha ramal diante e mosa diante, e a outra ramal diante e mosa de tras.	Huã ancora.			82

19- nov-1794	João Teixeira de Coadros	Ponta de Rosais			Huã orelha forcada com huã mosa diante e a outra hum ramal diante despontado.	Hum meio sarilho.			82v
19- nov-1794	Manoel Vieira de Coadros	Ponta de Rosais			Huã orelha giada diante com huã mosa de tras, e a outra com duas mosas huã de tras a outra diante.	Huma ancora com a travessa			82v
19- nov-1794	Manoel de Avila de Sousa	Ponta de Rosais			Huã orelha direita fendida com duas mossas huã de tras outra diante, e a outra huã giada diante com mosa de tras.	Hum R de letra redonda.			83
19- nov-1794	João Silveira de Sousa	Ponta de Rosais		sim	Huã orelha ramal de tras e mosa diante a outra giada diante e mosa de tras mosa diante.	Tres botaens de fogo dois em sima e hum de baixo fazendo coração.			83
19- nov-1794	Joze Antonio de Siqueira	Ponta de Rosais			Huã orelha folha de figueira com huã mosa no cose e a outra huã porta.	Ponta seta.			83v


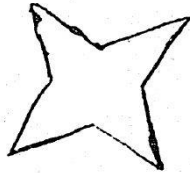
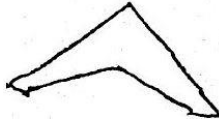



19- nov-1794	Antonio Alves de Siqueira	Rosais			Huã orelha despontada e mosa de tras e a outra despontada e mosa diante.	Hum enzol.			83v
19- nov-1794	Matheus de Sousa Machado	Ponta de Rosais			Huã orelha ramal diante despontada com huã mosa de tras e a outra hua forcada.	Quatro botaens de fogo em crus.			84
19- nov-1794	Isabel de Sam João	Rosais			Huã orelha despontada com tres farpas com hum boraco no meio da farpa e a outra guiada diante e hum tiple de tras.				84
19- nov-1794	Manoel Silveira Miranda	Rosais		sim	Huã orelha em tres farpas despontadas e a outra hum ramal diante.				84v
19- nov-1794	Joze Pereira de Matos	Manadas		sim	Huã orelha folha de figueira com hum boraco e a outra forcada com hum boraco.	Hum machado.			84v
20-nov-1794	Antonio Alves Bettencourt	Figueiras			Huã orelha forcada e a outra inteira com huã mosa atras.	Hum coração.			85
20-nov-1794	Jorge de Sousa da Silveira	Ponta de Rosais			Huã orelha com hum boraco e mosa de tras e a outra despontada.	Hum esquadro.			85




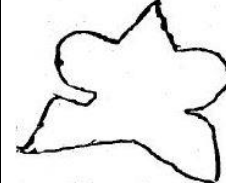


20-nov-1794	Manoel Machado Lopes	Figueiras			Huã orelha folha de figueira e a outra ponta de lança.	Tres vergas ao alto.			85-85v
20-nov-1794	João Ignacio da Silveira	Rosais		sim	Orelha ponta de lança com hum boraco e mosa de tras, e a outra com ramal de tras e mosa diante.				85v
20-nov-1794	Andre Machado Gonsalves	Rosais			Huã orelha folha de figueira, e a outra despontada com huã mosa de tras outra diante.	Huã verga com a a crus.			85v-86
20-nov-1794	Joze Ignacio Bettancourt	Rosais			Huã orelha direita forcada com huã mosa de tras, e a outra inteira com mosa diante e dois tiples de tras.	Hum sarilho com tres cruces.			86
20-nov-1794	Antonio Alves Sanches	Rosais			Huã orelha forcada com hum tiple de tras e a outra inteira com hum boraco e huma mosa de tras outra diante.	Huã verga arodada no fosinho com hum meia verga direita ao ar.			86-86v
20-nov-1794	Francisco Teixeira da Cunha	Rosais		sim	Huã orelha ramal de tras duas mosas diante a outra inteira com quatro mosas duas de tras e duas diante.				86v

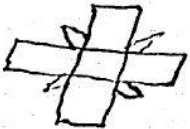
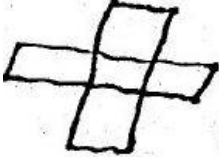
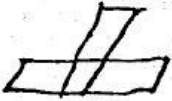


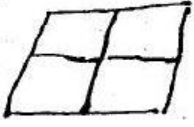

20-nov-1794	Baltasar Dias de Coadros	Rosais			Huã forcada, e a outra inteira com duas mosas diante.	Hum coração com duas assas.			86v
20-nov-1794	João Teixeira Freitas	Rosais			Huã orelha forcada com huã mosa de tras e a outra despontada com hum boraco.	Huma grade.			86v-87
20-Nov-1794	Manoel Silveira de Sousa	Rosais		sim	Huma orelha ramal de tras e mosa diante e a outra o mesmo.	Huã tisoura com huã perna inteira e a outra meia perna.			87
20-nov-1794	João Silveira Borges	Rosais		sim	Huã orelha ramal despontada com duas mosas huã de tras outra diante e a outra inteira.	Hum tacão de sapatto.			87-87v
20-nov-1794	Joze Silveira Bettancourt	Ponta de Rosais		sim	Huã orelha ramal despontada com duas mosas huã de tras outra diante, e a outra forcada.	Huã meia lua.			87v
20-nov-1794	Mathias Silveira Borges	Ponta de Rosais			Huã orelha ramal depontada com duas mosas huã de tras outra diante, e outra forcada com huã mosa atras.	Hum sol com oito raios.			87v






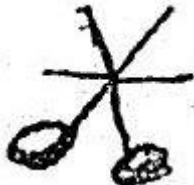

20-nov-1794	Manoel Silveira de Machado	Ponta de Rosais		sim	Huã orelha ramal despontada com huã mosa de tras e a outra forcada.	Meio sol com cinco raios.			88
20-nov-1794	Catherina de Sam João	Rosais			Huã orelha despontada, e a outra inteira com hum boraco, e huã mosa de tras.	Hum aha			88
20-nov-1794	Matheus de Sousa de Bettancourt	Rosais			Huã orelha inteira com duas mosas dinata huã de tras e a outra despontada com hum boraco.	Huã fivella com aguilhão.			88-88v
20-nov-1794	Manoel Lopes	Figueiras			Huã orelha de figueira com huã mosa de tras e a outra ponta de lança.	Huã lansa com seo cabo e no fim huma bola.			88v
20-nov-1794	João Teixeira Brazil	Rosais			Huã orelha forcada e a outra huã guiada diante com huã mosa e duas de tras.	Huã inxo			88v-89
20-nov-1794	Domingos Teixeira Picanço	Rosais			Huã orelha inteira fendida e a outra guiada diante com hum boraco.	Huã ancora com seo serro.			89

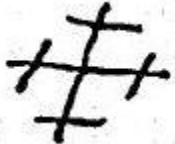















20-nov-1794	Manoel Teixeira Antona	Rosais			Huã orelha despontada e a outra despontada com huã mosa de tras.	Huã ancora com huã verga pello meio do ferro fazendo cruz.			89
21-nov-1794	Manoel Machado Teixeira	Rosais			Huã orelha despontada com hum boraco, a outra despontada com mosa de tras.				89v
21-nov-1794	Manoel Pereira da Rosa	Rosais			Huã orelha ramal de tras e tres mosas diante a outra despontada e fendida mosa de tras e diante.				89v
21-nov-1794	João de Sousa Soares	Rosais			Huã orelha ponta de lança fendida e mosa diante, e a outra giada com huã mossas de tras.	Huã lança com duas pontas			89v-90
21-nov-1794	Mathias Pereira Maciel	Ponta de Rosais			Huã orelha hua porta de tras e na outra giada de tras.	Huã verga atravessada com duas meias vergas direitas ao ar.			90
21-nov-1794	Joze da Cunha	Rosais			Huã despontada fendida com huã mosa diante e o tiple de tras, e a outra ramal de tras com huã mosa diante.	Huã de tras.			90







21-nov-1794	Manoel Silveira Nunes de Oliveira	Ponta de Rosais		sim	Huã orelha giada de diante com huã mosa de tras e a outra inteira com duas mosas de tras e duas diante.				90v
21-nov-1794	Mathias de Sousa Machado	Ponta de Rosais			Huã orelha despontada com boraco, e a outra duas mosas diante e huã de tras.	Hum que de letra redonda.		Filho de Andre Machado	90v
21-nov-1794	João de Sousa Machado	Ponta de Rosais			Huã orelha despontada com hum boraco e hum tiple de tras, e outra inteira com tres mosas duas diante e huã de tras.	Hum que de letra redonda com huã verga.		Filho de Andre Machado.	90v-91
21-nov-1794	Antonio Alves Silveira Borges	Rosais			Huã orelha ramal de tras e mosa e na outra o mesmo.	Huã flores			91
21-nov-1794	Francisco Gomes de Oliveira	Ponta de Rosais			Huã orelha inteira com tres mosas duas de tras e huã diante outra giada diante com a mosa de tras.	Hum fe de letra redonda.			91
21-nov-1794	Manoel de Sousa Machado	Serroa			Huã orelha despontada com hum boraco e huã mosa de tras e a outra giada de tras com hua mosa diante.	Huã perna de asna com hum alivel e hum botão de fogo no pe da asna.			91-91v

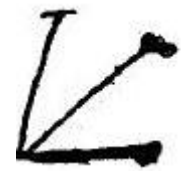

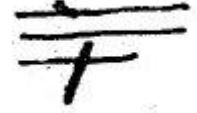
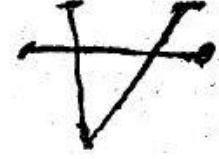



21-nov-1794	João Teixeira de Sousa	Ponta de Rosais			Huã orelha fendida com huã mosa de tras outra diante, e a outra giada de diante com huã mosa de tras.	Huã estrella com quatro raios em ter huã cruz.			91v
21-nov-1794	Antonio Machado de Coadros	Rosais			Huã orelha tres farpas despontadas com huã mosa de tras e a outra despontada com huã mosa de tras.	Huã cruz.			91v
22-nov-1794	Antonio Alves Teixeira	Rosais			Huã orelha despontada com hum boraco, e a outra despontada com huã mosa diante.	Meia cruz.			92
22-nov-1794	Mathias Teixeira Machado	Ponta de Rosais			Huma orelha giada de tras, e a outra porta de tras.	Huã estrella com quadrado no meio.			92
22-nov-1794	Manoel Machado Vieira	Rosais			Huã orelha inteira duas mosas diante huã de tras e a outra despontada com huã tiple de tras e hum boraco.	Huã ancora com duas vergas atravessadas no meio do ferro.			92-92v
22-nov-1794	Baltasar Dias de Sousa	Ponta de Rosais			Huã orelha despontada e fendida com huã mosa de tras e outra forcada.	Huã fivella com dois agilhois.			92v
22-nov-1794	Matheus Joze de Sousa	Rosais			Huã orelha fendida e despontada e huã mosa de tras e a outra forcada.	Hum xapeo de tres cantos.			92v

22-nov-1794	Paulo Joze de Bettencourt	Rosais	Alferes	sim	Huã orelha despontada e fendida, e aoutra despontada com duas mosas de tras outra diante .	Huã verga atravessada abaxo dos olhos e meia verga direita ao fosinho.			92v-93
22-nov-1794	Antonio Silveira de Coadros	Ponta de Rosais			Huã orelha giada com mosa diante de tras e a outra ramal de tras com mosa diante.	Hum ese com hum travesão pelo meio.			93
22-nov-1794	Maria Silveira	Ponta de Rosais			Huã orelha fendida com duas mosas diante e a outra ramal diante.				93
22-nov-1794	Manoel Vieira Machado	Ponta de Rosais			Huã orelha fendida da banda esquerda e a outra forcada.	Hum botão de fogo.			93v
22-nov-1794	Manoel Avilla Bettencourt	Rosais			Huã orelha forcada e a outra inteira com huã mosa de tras.	Hum ene de letra redonda.			93v
22-nov-1794	Jeronimo Joze de Silveira	Ponta de Rosais			Huã orelha ramal de tras mosa de diante e a outra o mesmo.	Huã tisoura com huã verga atravessada.			93v-94
22-nov-1794	Ignacio Teixeira Machado	Ponta de Rosais			Huã orelha forcada e a outra mosa de tras mosa diante.	Hum eme de letra redonda.			94








22-nov-1794	João de Sousa Pereira	Serroa			Huã orelha inteira fendida mosa de tras mosa diante e a outra giada diante e mosa de tras.	Huã crus em cada ponta outra crus.			94
24-nov-1794	Antonio Vas Teixeira Machado	Rosais			Huã orelha forcada com huã mosa de tras hum tiple diante e a outra inteira com dois tiples de tras e huã mosa diante.	Duas cruces e meia crus no meio.			94v
24-nov-1794	Matheus Joze de Siqueira	Rosais		sim	Huã orelha giada de tras com hum boraco, e mosa diante, e outra tres farpas.	Hum O.			94v
24-nov-1794	João Teixeira Vieira	Rosais			Huã orelha despontada e a outra inteira com hum boraco hum tiple de tras.	Sam dois Os.			94v-95
25-nov-1794	Joze de Sousa de Coadros	Rosais			Huã orelha com ramal de tras mossas diante e a outra giada diante e mosa de tras.	Hua letra de quatro.			95
25-nov-1794	Antonio Joze de Siqueira	Rosais			Huã orelha forcada com huã porta de tras e a outra duas mosas diante e duas de tras.	Huã letra de tres.			95-95v
25-nov-1794	Manoel Silveira Soares	Ponta de Rosais		sim	Huã orelha giada da diante huã mosa de tras e a outra duas mosas diante e huã de tras.	Huma pa de hum xacho.			95v
25-nov-1794	Manoel Teixeira da Cunha	Rosais			Huã orelha giada diante com duas mosas de tras e a outra ramal de tras despontada com hum boraco.	Hum eme de letra de mão.			95v







25-nov-1794	Manoel Sousa de Azevedo	Rosais			Huã orelha giada diante com hum boraco e a outra forcada com huã mosa de tras.	Huã fivela com hum travesão.			96
26-nov-1794	Manoel Machado Bettencourt	Rosais			Huã orelha despontada com huã porta de huã mosa diante e a outra forcada.	Huã ponta de lança com duas travesas pello meio.			96
26-nov-1794	João Teixeira Nunes	Serroat			Huã orelha direita ramal de tras, e a outra despontada fendida com huã mosa de tras.	Huã canga.			96-96v
27-nov-1794	Matheus da Cunha	Rosais			Huã orelha despontada fendida huã mosa de tras outra diante e outra huã ramal de tras e hum boraco.	Duas vergas e tras verginhas no meio.			96v
28-nov-1794	Antonio Alves	Rosais			Huã orelha inteira com hum boraco fendido para baixo e para sima, e a outra guiada de tras mosa diante.	Hum I de letra redonda com huã crus.			96v-97
28-nov-1794	Manoel Avilla Machado	Rosais			Huã orelha fendida mosa de tras mosa diante e a outra giada de tras.	Hum botão de fogo com huã crus.			97
28-nov-1794	João Teixeira Machado	Rosais			Huã orelha ponta de lança a tras mosa diante, e a outra da mesma sorte.	Huma cripta.			97








28-nov-1794	Antonio da Cunha de Avilla	Ponta de Rosais			Huã orelha forcada e a outra giada diante despontada com duas mosas atras.	Huma ponta de lança com seo allevado huã crus no mesmo.		Sinal e ferro do seu avo Antonio da Cunha Sarmento.	97v
28-nov-1794	João de Sousa de Azevedo	Rosais			Huã orelha giada diante e a outra giada de tras fendida.	Hum Te de letra redonda.			97v
28-nov-1794	Joze Antonio da Silveira	Rosais	Referendo		Huã orelha, hum boraco fendido entre a ponta da orelha e a outra huã guiada de tras.	Hum pe de letra redonda tudo pegado.			98v
28-nov-1794	Manoel Silveira de Sosua	Rosais			Huã orelha ramal de tras e huã mosa diante e na outra o mesmo.	Dois esses de letra redonda.			98v
29-nov-1794	Matheus Teixeira da Silveira	Rosais		sim	Huã orelha em tres farpas e a do meio despontada [ e outra ] inteira com hum boraco.	Hum aga de letra redonda.			99
29-nov-1794	Mathias Pereira de Almeida	Beira			Huã orelha giada de tras com hum boraco, e huã mosa diante e aoutra giada com hum boraco.	Hum [V] de letra redonda.			99






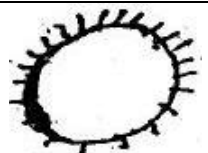

1-dez-1794	Francisco Pereira de Sousa	Beira			Huã orelha giada de tras com hum boraco, e huã mosa ao pé da giada, e a outra giada de tras e boraco.	Hum Ve de letra redonda com huã travessa por baixo.			99-99v
1-dez-1794	João de Sousa Cabral	Beira			Huã orelha giada de tras com boraco, e hum tiple no meio de giada, e a outra hum boraco e giada de tras.	São duas vergas e meia, atravessadas.			99v
1-dez-1794	Manoel Silveira Borges	Beira			Huã orelha despontada e a outra giada diante.	Duas vergas e meia com huã crus na meia.			99v100
1-dez-1794	Manoel Bettancourt Machado	Toledo			Huã orelha ramal de tras e mosa diante com hum boraco e a outra ramal diante, e huã mosa de tras.	Hum V de letra redonda com hum travesão pello meio.			100
1-dez-1794	Manoel Machado Costa	Toledo			Huã orelha ramal de tras com hum boraco e huã mosa a pé do ramal, e a outra ramal diante com hum boraco.	Hum com huã perna atravessada.			100
1-dez-1794	Manoel Teixeira Barreiros	Santo Amaro			Huã orelha forcada mosa de tras mosa diante, e a outra giada de tras.	Hum eme de letras redonda.		Ferro e sinal que fazia seu pai Felipe Barreiros de Avilla.	100v
1-dez-1794	Mathias Teixeira Maciel	Beira			Huã orelha ramal de tras com hum boraco e a outra inteira com huã porta.	Hum ene de letra redonda.			100v















1-dez-1794	Matheus Teixeira de Bettencourt	Beira			Huã orelha inteira fendida, e a outra giada de tras fendida.	Hum be de letra redonda.			100v-101
2-dez-1794	Manoel Machado de Siqueira	Beira			Huã orelha giada de tras com huã mosa diante, e a outra o mesmo.	Hum esse de letra redonda.			101
2-dez-1794	Mathias Machado da Cunha	Santo Amaro			Huã [orelha] fendida com duas mosas diante, e duas a tras, e a outra com huã porta de tras.	Hum pe de letra redonda.			101
2-dez-1794	Matheus da Cunha Toste	Santo Amaro			Huã orelha fendida com duas mosas huã de tras outra diante, e a outra com huã porta de tras.	Hum se de letra redonda.			101v
2-dez-1794	Jorge da Cunha	Santo Amaro			Huã orelha fendida com huã mossas de tras e a outra huã porta.	Hum pe de boi.		Ferro e sinal que fazia seo avo João da Cunha.	101v
2-dez-1794	Manoel Machado da Cunha	Beira			Huã orelha despontada com hum boraco, e a outra inteira com duas mosas de tras.	Hum X de letra redonda e hum de algarismo adiante.			101v-102
2-dez-1794	Mathias da Avilla	Santo Amaro			Huã orelha inteira fendida, e a outra despontada fendida com huã mosa de tras.	São duas vergas.			102
2-dez-1794	João de Sousa Teixeira	Santo Amaro	Oficial de ferreiro		Huã orelha porta de tras com hum boraco, e a outra hum ramal de tras.	Huma tanas.			102








2-dez-1794	Joze Inacio da Silveira	Santo Amaro			Huã orelha inteira com huã porta de tras e huã mosa diante e a outra despontada com huã mosa de tras outra diante.	Hum oclos com huã verga pelo meio.			102v
2-dez-1794	Ana Maria	Beira			Huã orelha inteira fendida e a outra hum ramal de tras despontada.	Hum ene de letra redonda.			102v
2-dez-1794	Francico Cardoso	Santo Amaro			Huã orelha ramal de tras com duas mossas adiante e a outra huã porta.	Hum i de letra redonda com seo ponto.			102v-103
2-dez-1794	Antonio Teixeira Pereira	Santo Amaro			Huã orelha giada diante e na outra forcada.	Hum botão de fogo.			103
2-dez-1794	Joze Teixeira de Azevedo	Santo Amaro			Huã orelha ponta de lansa com hum boraco, e a outra folha de figueira.	Hum e de letra redonda.			103
2-dez-1794	Manoel Machado Teixeira	Santo Amaro		sim	Huã orelha forcada e hum boraco, e mosa de tras e a outra ramal de tras.	Hum ge de letra redonda.			103v
2-dez-1794	Jacomo de Sousa Machado	Santo Amaro			Huã orelha forcada com hum boraco com hum tiple, e a outra despontada com hum tiple	Hum pe de letra redonda.			103v







2-dez-1794	Manoel Vieira Machado	Beira			Huã orelha inteira com hum boraco e duas mosas de tras e a outra despontada fendida com huã mosa diante.	Hum pe de letra redonda com huã crus no pe.			103v-104
2-dez-1794	Manoel Cabral de Mello	Beira			Huã orelha tronxa e a outra fendida com huã mosa de tras.	Hum de de letra redonda.			104
2-dez-1794	Manoel de Sousa Camaxo	Beira			Huma orelha folha de figueira, e a outra fendida.	Hum u de letra redonda.			104
2-dez-1794	Joze de Sousa da Cunha	Santo Amaro			Huã orelha forcada com huã porta de tras, e a outra inteira com hum ramal.	Hum ã e hun n de letra redonda.			104v
2-dez-1794	Mathias Teixeira de Bettancourt	Beira			Huã orelha despontada e aoutra giada diante e duas mosas de tras.	Hum eme com hum te de letra redonda tudo pegado.			104v
3-dez-1794	Manoel Cardozo Toste	Beira			Huã orelha fendida, e a outra porta de tras mosa diante.	Hum eme de letra redonda com te pegado e hum ce.			104v-105
3-dez-1794	Manoel Machado Lopes	Beira			Huã orelha folha de figueira e a outra ponta de lança com huma mosa de tras huã mosa diante.				105

3-dez-1794	Andre Machado de Avilla	Santo Amaro			Huã orelha forcada e a outra giada de tras fendida.	Hum eme de letra redonda com hum travessa			105-105v
3-dez-1794	Manoel Antonio de Siqueira	Toledo			Huã orelha fendida, e a outra hum ramal de tras despontado com duas mossas diante.	Dois ves de letra redonda.			105v
3-dez-1794	Xavier Francisco	Santo Amaro			Huã orelha forcada com huã mosa de tras e a outra tronxa.	Huns oculos.			105v
3-dez-1794	Maria dos Anjos	Santo Amaro			Huã orelha fendida, e a outra despontada e fendida.	Sam duas vergas atravessadas.			105v-106
3-dez-1794	João Machado Marantes	Santo Amaro			Huã orelha ponta de lança com tiple de tras e a outra o mesmo.	Duas vergas atravessadas e duas alto abaxo nas pontas das mesmas.			106
3-dez-1794	Matheus Joze	Serroa			Huã orelha despontada e fendida e a outra inteira com duas mossas huã atras outra diante.	Huã roda da atafona com dentes.			106-106v
3-dez-1794	Francisco de Oliveira	Beira			Huã orelha despontada com ramal diante e duas mossas de tras, a direita e a esquerda despontada fendida com huã mossa de tras.	Meia roda de atafona.			106v


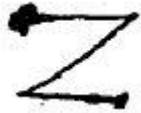





4-dez-1794	João de Sousa Cardoso	Beira		sim	Huã orelha com hua porta de tras, e a outra com ramal de tras e hum tiple diante.	Hum hi com hum se no meio.			106v
4-dez-1794	João Teixeira de Azevedo	Santo Amaro			Huã orelha ponta de lança com hum boraco, e a outra folha de figueira.	Hum J.			107
4-dez-1794	Manoel de Avilla Teixeira	Beira			Huã orelha inteira fendida e a outra giada de tras fendida e huã mossas de tras.	Hum te e hum A.			107
4-dez-1794	João Machado Lopes	Beira			Huã orelha folha de figueira e a outra ponta de lança.	Hum ho com hum travesão fazendo lhe cabo.			107-107v
4-dez-1794	Manoel de Oliveira Machado	Beira		sim	Huã orelha fendida com huã de tras e a outra hum ramal de tras despontado.	Hum eme com hum u de letra redonda tudo pegado.			107v
4-dez-1794	Manoel Pereira Vieira	Beira			Huã orelha ramal diante e despontado, e mosa de tras, e na outra tronxa e mosa diante.	Duas vergas com hum botão de fogo no meio.			107v




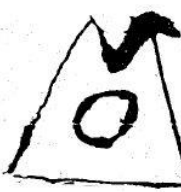
4-dez-1794	Mathias Pereira Vieira	Beira			Huã orelha despontada e a outra giada diante com duas mosas de tras.	Hum eme e hum pe de letra redonda.			108
4-dez-1794	João de Sousa da Cunha	Beira			Huã orelha despontada com hum boraco, e a outra com tres mosas de tras.	Huã verga de alto abaxo com duas atravesadas ficando crus e hum botão no pe.			108
4-dez-1794	Joze de Sousa Machado	Santo Amaro			Huã orelha forcada, e a outra despontada com hum boraco.	Hum botão entre os olhos.			108-108v
4-dez-1794	Antonio Alves Vieira	Santo Amaro			Huã orelha forcada da banda direita e a outra despontada com hum tiple	Hum pe de letra redonda com huã crus no pe.			108v
4-dez-1794	Andre Teixeira de Coadros	Santo Amaro			Huã orelha forcada com hum tiple diante e outra despontada com hum boraco.	Hum erre com huã crus em sima.			108v
4-dez-1794	Pedro Machado Flores	Santo Amaro			Huã orelha inteira com huã porta de tras fendida na porta e na outra forcada com hum boraco.	Huã flor de lis.			109




4-dez-1794	João Ignacio de Sousa	Santo Amaro			Huã orelha ramal despontada e na outra huã guiada diante com tres mosas de tras e hum boraco.	Dois is pegados.			109
4-dez-1794	Manoel Machado Vieira	Beira			Huã orelha inteira com huã mosa de tras despontada com hum boraco.	Huã palma.			109-109v
4-dez-1794	João Vieira Machado	Beira			Huã orelha inteira com hum boraco duas mossas de tras e a outra despontada fendida com mosa diante.	Hum qe com huã crus no pe.			109v
4-dez-1794	Gabriel Pereira de Sousa	Beira			Huã orelha despontada e a outra forcada com huã mosa de tras.	Hum ge e hum ese.			109v
5-dez-1794	Francisco Pereira Vieira	Beira			Ambas as orelhas hum boraco na resgada (?).	Hum bico de melro.			110
5-dez-1794	Antonio da Cunha	Beira			Huã orelha despontada com hum boraco e a outra inteira com duas mosas de tras e huã diante.	Huã letra de sete em algarismo.			110
5-dez-1794	Manoel Teixeira Brasil	Beira			Ambas as orelhas pontas de lanças cada huã com seo boraco.	Hum be com hum te pegado.			110


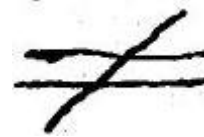




5-dez-1794	João Teixeira Gomes	Beira			Huã orelha despontada com hum boraco a outra inteira mosa diante de tras mosa diante.	Hum q de letra redonda.			110v
5-dez-1794	Antonio Francisco de Siqueira	Toledo			Huã orelha forcada com hua porta de tras e a outra inteira com duas mosas diante huã de tras.	Huma crus com huã sigorelha.			110v
5-dez-1794	Antonio Francisco Lopes	Toledo			Huã orelha ramal de tras despontado com duas mosas diante e a outra despontada com quatro farpas a tras huma mosa.	Huã sigorelha com huã cruz no meio.			110v 111
5-dez-1794	João Inacio de Bettancourt	Toledo			Huã orelha ramal despontado por tras e tres mosas diante a outra despontado com quatro farpas.	Huã rabissa.			111
5-dez-1794	Joze Antonio de Siqueira	Toledo			Huã orelha com huã giada e duas mossas de tras e a outra ramal de tras despontado com duas mosas diante.	Hum ã e hum i de letra redonda.			111
5-dez-1794	Manoel Gonsalves Pereira	Serroat			Huã orelha despontada com tres farpas e a outra inteira com hum boraco.	Huã ancora com tres vergas.			111v
















5-dez-1794	Manoel Teixeira Sousa	Beira			Huã orelha despontada e a outra forcada com huã mossas diante.	Huma serra.			111v
5-dez-1794	Manoel Machado Bras	Beira			Ambas orelhas despontadas.	Hum ze de letra redonda.			111v-112
5-dez-1794	Manoel Teixeira Machado	Beira			Huã orelha forcada mosa de tras e a outra ponta de lança.	Huma letra de seis de algarimo.			112
5-dez-1794	Joze de Sousa de Silveira	Villa de Vellas		sim	Huã orelha forcada com huã mosa de tras e a outra despontada fendida.	Hum I com dois esses (?)			112
6-dez-1794	Joze Antonio de Siqueira	Beira			Huã orelha fendida com huã mosa de tras e a outra ramal de tras despontado com duas mosas diante.	Huã sigorelha com hum botão no meio.			112v
6-dez-1794	Manoel Machado Nunes	Beira			Huã orelha giada diante com duas mossas de tras e a outra despontada com huã mosa diante.	Hum eme hum ene pegado.			112v
6-dez-1794	Manoel Machado da Roza	Beira			Huã orelha forcada e a outra ponta de lança fendida.	Hum ene e hum erre pegado.			112v-113

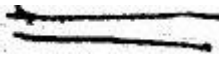





6-dez-1794	Antonio Alves de Sousa	Beira		sim	Huã orelha despontada com huã mosa diante e a outra ramal diante.	Hum A de letra redonda com ese no meio.			113
6-dez-1794	João de Coadros Pereira	Santo Amaro			Huã orelha forcada com mosa detras, e aoutra ponta de lança.	Huã letra com duas cabessas.			113
6-dez-1794	Joze Machado Soares	Santo Amaro			Huã orelha forcada com mosa diante e hum tiple de tras e a outra despontada com tiple o de tras.	Huã orelha forcada com tiple e mosa.			113v
6-dez-1794	Vittal Cardozo	Santo Amaro			Huã orelha forcada com boraco, e a outra porta de tras.				113v
6-dez-1794	Jeronimo de Sousa	Toledo			Huã orelha ramal de tras despontado, e a outra inteira.	Huã orelha inteira.			113v-114
6-dez-1794	Jacomo de Sousa Machado	Toledo			Huã orelha ramal de tras despontada com tres mosas diante.	Huã meia orelha.			114
6-dez-1794	J João de Azevedo de Bettencourt	Beira			Huã orelha ramal diante, e a outra despontada.	Huã orelha despontada.			114







6-dez-1794	João Silveira Nunes	Toledo			Huã orelha despontada com quatro farpas e a outra fendida.	Huã orelha fendida.			114v
6-dez-1794	Joze Antonio de Siqueira Fagundes	Toledo			Huã orelha despontada com tres farpas com mossas diante e outra de tras, e a outra despontada fendida e huã porta de tras.	Huã orelha com tres farpas.			114v
6-dez-1794	Francisco Cardozo de Sousa	Beira			Huã orelha forcado, e a outra giada de tras e hum tiple diante.	Huã orelha giada com hum tiple			114v-115
6-dez-1794	Antonio da Cunha Madruga	Rosais			Huã orelha ponta de lança fendida e a outra o mesmo.	Huã [orelha] ponta de lança fendida.			115
6-dez-1794	João da Cunha	Santo Amaro			Huã orelha fendida com duas mosas de tras huã diante e a outra com huã porta de tras.	Huã orelha com huã porta.			115
6-dez-1794	Manoel Lopes de Avilla	Toledo		sim	Huã orelha despontada com quatro farpas e a outra despontada com ramal de tras e duas mosas diante.	Tem tres letras.			115-115v
6-dez-1794	Izabel de Jesus	Toledo			Huã orelha fendida com huã mosa de tras e a outra forcada com duas mosa diante.	Hum i e hum ele de letra redonda.			115v
6-dez-1794	Joze Inacio de Avilla	Toledo			Huã orelha despontada com huã porta de tras e a outra ponta de lansa com huã mosa diante.	Huã verga com arco por sima.			116

6-dez-1794	Bartolomeu Pereira	Beira			Huã orelha giada com duas mossas de tras, e a outra despontada com hum boraco.	Hum pe com duas vergas.			116
6-dez-1794	Antonio Machado Marantes	Santo Amaro			Huã orelha ponta de lança com dois tripes (?), e a outra ponta de lança com hum tiple de tras e os dois he hum de tras outro diante.	Huã ponta de lança com dois tiple.			116v
6-dez-1794	Maria Santa	Rosais			Huã orelha esquerda forcada com hum repilos de tras, e a outra despontada.	Duas vergas atravessadas huã giada ao olho por sima das duas.			116v
6-dez-1794	Manoel Cardozo Flores	Santo Amaro			Huã orelha forcada com hum boraco huã mosa de tras e a outra com huã porta.	Huã fivella huã aguilhão.			117
9-dez-1794	Jorge Teixeira de Azevedo	Santo Amaro			Huã orelha forcada com hum boraco e a outra ramal de tras despontado.	Hum dois de conta.			117v
9-dez-1794	Manoel Machado de Sousa	Beira			Huã orelha ramal de tras e a outra huã mosa de tras e hum boraco.	Huma letra de tres.			117v
9-dez-1794	João Teixeira Santiago	Santo Amaro		sim	Huã orelha ponta de lança com hum boraco e hua mosa de tras e a outra despontada com huã porta de tras.	Huã ponta de lança com hum boraco.			117v-118






9-dez-1794	Manoel Teixeira Barrozo	Beira			Huã orelha giada de tras com mosa diante e a outra o mesmo.	Huã letra de nove.			118
11-dez-1794	Joze Antonio Miranda	Santo Amaro			Huã orelha folha de figueira e a outra ponta de lança com huã mosa de tras e hum tiple por sima da mosa.	Huã folha de figueira.			118
11-dez-1794	Vital de Sousa	Santo Amaro			Huã orelha forcada com hum boraco, e outra ramal de tras despontado e huã mosa a pe do ramal.	Hum erre de letra de mão pequeno.			118v
11-dez-1794	Joze Inacio Pimentel	Santo Amaro			Huã orelha ponta de lança com huã mosa diante e hum tiple a tras e a outra o mesmo.	Hum ene de letra de mão.			118v
11-dez-1794	Sebastião Joze Machado	Santo Amaro			Huã orelha fendida e a outra huã giada diante com duas mossas de tras.	Hum aga de letra de mão.			119
12-dez-1794	Joze de Sousa Santiago	Santo Amaro		sim	Huã orelha tronxa, e a outra ponta de lança com hum boraco e hum tiple de tras.	Huã verga de alto abaxo e verga e meia atravesada.			119
12-dez-1794	Antonio Teixeira Coadros	Santo Amaro			Huã orelha forcada, com hum tiple diante, e a outra despontada com hum boraco e hum tiple diante.	Hum ã piqueno de letra de mão.			119-119v






12-dez-1794	Joze de Azevedo	Beira			Huã orelha giada diante e mosa de tras, e a outra o mesmo.	Huã crus com a travessa muito por sima.			119v
12-dez-1794	Manoel de Avilla Nunes	Beira			Huã orelha forcada com huã mosa de tras, e a outra despontada com hum boraco.	Hum ê de letra de mão pequeno.			119v-120
12-dez-1794	Manoel de Jesus	Beira			Huã orelha folha de figueira com huã mosa de tras, e a outra ponta de lança.				120
13-dez-1794	Bartolomeu de Sousa	Beira			Huã orelha forcada outra despontada.	Hum be de letra de mão.			120
15-dez-1794	Manoel Teixeira de Coadros	Santo Amaro			Huã orelha giada de tras com duas mosas sope (?), e a outra despontada com huã mosa de tras.	Hum pe pequeno de letra de mão.			120v
15-dez-1794	Joze de Sousa Fernandes				Huã orelha fendida com mosa de tras mosa diante e outra o mesmo.	Huã xave com as goardas para sima.			120v
15-dez-1794	Joze Pereira de Siqueira	Beira			Huã orelha giada de tras com huã mosa diante, e aoutra o mesmo.	Hum que de letra piquena de mão.			120v-121




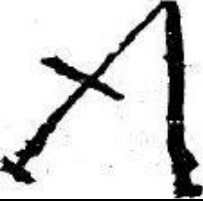
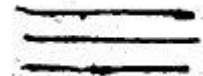

16-dez-1794	Amaro de Avilla Pereira	Santo Antonio		sim	Huã orelha despontada com huã mosa de tras outra diante e a outra hum ramal diante com huã mosa no pe do ramal e huã porta de tras.	Duas vergas atravessadas.			121
16-dez-1794	Francisco Machado de Avilla	Santo Amaro			Huã orelha giada diante fendida e a outra forcada.	Hum esse com huã travessa no meio.			121-121v
16-dez-1794	Joze Silveira Machado	Santo Antonio		sim	Huã orelha ramal de tras duas mosas diante, e a outra despontada com tres farpas huã mosa diante.	Duas vergas ao alto.			121v
16-dez-1794	João de Sousa Luis	Santo Antonio			Huã orelha despontada com tres farpas, e a outra inteira com huã porta de tras.	Hum asna fixada.			121v-122
16-dez-1794	Matheus Silveira Nunes	Santo Antonio			Huã [orelha] giada de tras com huã mosa, e a outra he o mesmo.	A metade de hum sarilho.			122
16-dez-1794	Joze de Sousa Teixeira	Norte Grande			Huã orelha despontada com hum boraco e a outra com hum tiple de tras.				122




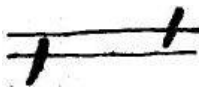



16-dez-1794	Francisco Pereira Teixeira	Ribeira da Areia			Huã orelha forcada com hum boraco, a outra giada de tras com duas mosas diante.	Hum ã de letra de mão e piqueno.			122-122v
17-dez-1794	João Teixeira Lainhas (?)	Ribeira da Areia			Huã orelha despontada com hum boraco duas mosas de tras, e a outra o mesmo com duas mosas diante.	Huã verga com õ no meio e huã cruz.			122v
17-dez-1794	Joze dos Santos	Ribeira da Areia			Huã orelha inteira com duas mosas de tras e huã diante, e a outra com huã porta de tras e huã mosa diante.	Hum I com hum esse de letra redonda.			122v
17-dez-1794	Ana de Azevedo	Norte			Huã orelha despontada fendida mosas de tras mosa diante e a outra fendida mosa de tras mosa diante.	Hum de hum ã.			123
17-dez-1794	João da Silva de Azevedo	Norte			Huã orelha giada diante com huã mosa de tras e a outra folha de figueira com huã mosa diante.	Duas cruces.			123
17-dez-1794	João Sousa de Siqueira	Norte			Huã orelha ponta de lança fendida e a outra giada de diante com duas mosas de tras e hum boraco.	Hum te de letra redonda.			123-123v
17-dez-1794	Andre Fernandes de Sousa	Norte			Huã orelha dois boracos e a outra o mesmo.	Huã orelha com dois boracos.			123v












17-dez-1794	João Silveira Nunes	Norte			Huã orelha forcada com hum boraco e a outra ramal de tras despontado.	Huã orelha forcada com hum boraco.		Ferro e sinal o mesmo.	123v-124
17-dez-1794	Antonio Teixeira de Betencourt	Norte			Huã orelha despontada com huã boraco, e huã mosa de tras e a outra despontada com hum boraco.	Hum te e hum ene.			124
17-dez-1794	Miguel Antonio de Borba	Norte			Huã orelha tronxa outra inteira.	Huã orelha inteira.			124
17-dez-1794	Manoel Teixeira de Sousa	Norte			Huã orelha despontada com hum boraco e tres mosas de tras e a outra despontada com hum boraco duas mosas diante.	Hum ã.			124-124v
17-dez-1794	Manoel Dias Roza	Santo Antonio			Huã orelha forcada com hum tiple de tras e a outra ramal de tras inteira com dois boracos.	Huã forquilha.			124v
17-dez-1794	Manoel Pereira Xaxes	Santo Antonio			Huã orelha despontada com quatro farpas, e a outra fendida inteira.				124v-125
17-dez-1794	Manoel de Sousa Soares	Santo Amaro			Huã orelha despontada com tres farpas e huã mosa de tras e a outra ramal diante com huã mosa de tras.	Hum eme e hum esse pegado.			125







17-dez-1794	Jorge Machado Teixeira	Norte	Alferes	sim	Huã orelha despontada e fendida e a outra o mesmo.	Hum i e hum eme e te.			125
17-dez-1794	Manoel de Sousa Machado de Coadros	Norte Grande			Huã orelha giada diante com hum mosa de tras, e a outra giada de tras com huã mosa diante.	Huma orelha giada.			125v
17-dez-1794	Manoel Sousa Dutra	Norte			Huã orelha ramal diante, e a outra tronxa.	Huma orelha com hum ramal.			125v
18-dez-1794	Francisco Joze Cruz	Santo Antonio		sim	Huã orelha despontada com duas mosas de tras outra inteira com duas mosas diante.	Quatro vergas em crus.			125v-126
18-dez-1794	Manoel Lourenço	Norte			Huã orelha ponta de lança fendida e a outra despontada huã porta de tras e duas mossas diante.	Huã crus com duas cruses travesadas de sima.			126
18-dez-1794	Manoel Machado Dias	Norte			Huã orelha ponta de lança fendida e outra despontada com huã porta de tras e tres mosas diante.	Huã crus com huã crus travesão.			126
18-dez-1794	Miguel Pereira de Lemos	Norte			Huã orelha despontada com quatro farpas, e a outra fendida com duas mosas diante.	Huã verga para sima do fosinho.			126v




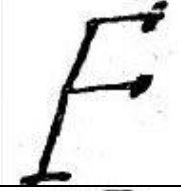

18-dez-1794	Antonio Vieira de Sousa	Norte			Huã orelha despontada com quatro farpas e a outra fendida com huã mosa diante.	Huã verga atravessada com huã crus na ponta.			126v
18-dez-1794	João de Sousa Pereira	Norte			Huã orelha despontada com quatro farpas e outra fendida com metade despontada, duas mosas diante.	Huã verga atravessada com duas cruces nas pontas.			126v-127
18-dez-1794	Joze de Sousa Machado	Norte			Huã orelha giada diante com tres mosas de tras e outra folha de figueira.	Hum je hum esse.			127
18-dez-1794	João de Sousa de Lemos	Santo Antonio			Huã orelha inteira com duas mosas diante e huã de tras e a outra inteira com duas mosas diante e huã tras.	Huã asna com huã crus em huã perna.			127-127v
18-dez-1794	Raimundo Teixeira	Ribeira da Areia			Huã orelha giada de tras com duas mosas diante e a outra forcada com hum boraco huã mosa diante.	Huã crus.			127v
18-dez-1794	Francisco Dias Beirão	Santo Antonio			Huã orelha ponta de lansa fendida e a outra huã porta de tras com hum boraco.	São tres vergas atravessadas.			127v
18-dez-1794	Francisco Dias Barros	Santo Antonio			Huã orelha guiada diante fendida a outra o mesmo.	Hum botão de fogo.			128
18-dez-1794	Joze Antonio Pereira	Santo Antonio			Ambas as orelhas inteiras com quatro mosas em reves.	Hum anel.			128

18-dez-1794	Manoel Teixeira de Sousa Ferreira	Ribeira da Areia			Huã orelha ponta de lança e a outra ramal de tras.	Sam dois sarilhos.			128-128v
18-dez-1794	Antonio Lial Teixeira	Santo Antonio			Huã orelha ponta de lança fendida com huã mosa de tras, e a outra inteira com huã porta de tras e hum boraco.	Tres vergas com huã crus na ponta.			128v
18-dez-1794	Antonio Joze de Siqueira	Santo Antonio			Huã orelha despontada e fendida, e a outra ramal diante.	Dois botaens de fogo.			128v-129
18-dez-1794	Antonio de Sousa Novais	Santo Antonio			Huã orelha despontada com tres mosas diante e outra forcada com huã mosa diante.	Duas vergas com huã crusinha nas pontas em reves.			129
18-dez-1794	Antonio Luis Soares	Santo Antonio			Huã orelha fendida com dua mossas de tras e a outra fendida com duas mossas diante, e huã banda despontada.	Huã letra de dois.			129
18-dez-1794	Joze de Sousa Luis	Santo Antonio			Huã orelha fendida, tres mossas de tras, e a outra fendida duas mossas diante.	Hum elle e hum esse.			129v
18-dez-1794	Bartholomeu Machado de Azevedo	Ribeira da Areia			Huã orelha forcada, e a outra hum boraco.	Hum Be e hum eme.			129v

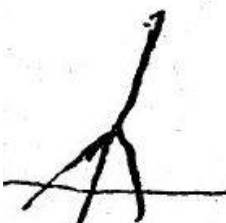





18-dez-1794	Joze Sousa de Azevedo	Ribeira da Areia			Huã orelha ramal de tras despontada, e a outra giada de tras e huã mosa diante.	Hum esse.			129v-130
19-dez-1794	Manoel Joze Vieira	Norte Grande			Huã orelha ponta de lança fendida e a outra o mesmo.	Hum eme hum i e hum u.			130
19-dez-1794	Jorge Joze Correia	Norte		sim	Huã orelha inteira com huã porta de tras e a outra despontada duas mossas de tras huã diante.	Dois is pegados.			130
19-dez-1794	João de Sousa Jordão	Norte Grande			Huã orelha com dois boracos e aoutra com dois boracos e huã mosa diante.	Huã sola de hum sapato.			130v
19-dez-1794	Andre de Sousa	Santo Antonio			Huã orelha despontada com hum boraco, e a outra forcada com huã porta de tras.	Hum a e hum esse.			130v
19-dez-1794	Manoel Machado de Sousa	Norte Grande			Huã orelha tronxa e a outra despontada com huã porta diante com huã mosa de tras.	Huã violla.			130v-131





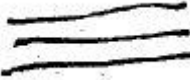

19-dez-1794	Manoel Teixeira de Coadros	Santo Antonio			Huã orelha despontada fendida com hum boraco, e a outra ponta de lança com hum boraco.	Huã verga do olho a ventas da outra banda.			131
19-dez-1794	Manoel Sousa Luis	Norte Grande			Huã orelha ponta de lança, e a outra forcada.	São duas vergas de olho a ventas que fique em cruz.			131
19-dez-1794	Jorge Machado de Sousa	Norte Grande			Huã orelha fendida despontada com hum ramal de tras a hum boraco a pe do ramal.				131v
19-dez-1794	Antonio Dias Teixeira	Norte Grande			Huã orelha giada de tras com duas mosas diante e a outra fendida com duas mosas diante.	Hum ã hum de e hum te no meio do ã.			131v
19-dez-1794	Jorge Machado Nunes	Norte			Huã orelha despontada com hum boraco, e ramal de tras com huã mosa diante.	Hum pe.			131v-132
19-dez-1794	Manoel de Sousa Baptista	Santo Antonio			Huã orelha com hum boraco e dois tiples hum de tras outro diante, e a outra o mesmo.	Hum ho com hum travesão no meio.			132
19-dez-1794	Antonio Teixeira Baptista	Santo Antonio			Huã orelha com hum boraco e hum tiple diante e a outra com hum boraco e hum tiple de tras.	Hum õ.			132



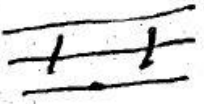
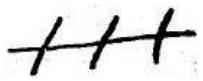

19-dez-1794	Pascoal Teixeira	Santo Antonio			Huã orelha com hum boraco com tres mossas a tras e duas a diante, e a outra com hum ramal de tras e tres mosas a diante.	Tres bottaes de fogo.		Filho de Matheus Teixeira	132v
19-dez-1794	Manoel Silveira Sanxes	Santo Antonio		sim	Huã orelha despontada com hum boraco, e a outra inteira com huã mosa de tras e huã porta, e a outra mosa a diante.	Huã verga com huã crus nas pontas.			132v
19-dez-1794	Joze Francisco Lopes	Santo Antonio			Huã orelha tronxa e a outra porta de tras mosa diante.	Huma xave com huã goarda para baxo.			133
19-dez-1794	Manoel Machado Lopes	Santo Antonio			Huã orelha folha de figueira e a outra ponta de lança.	Hum anel com huã cruz dentro.			133
19-dez-1794	Gonsallo de Sousa	Santo Amaro			Huã orelha tronxa, e a outra forcada com duas mosas de tras.	Verga meia atravessada.			133-133v
20-dez-1794	Manoel Machado Teixeira	Norte Grande			Huã orelha fendida com duas mossas diante e a outra giada de tras com duas mosas diante e hum boraco.	Hum I.			133v
20-dez-1794	Manoel Alves Machado	Norte	Sargento	sim	Huã orelha ponta de lança e a outra ramal diante.	Hum pragueira (?)			133v
20-dez-1794	Miguel Teixeira de Sousa	Norte		sim	Huã orelha forcada com hum boraco e huã mosa diante, e a outra ponta de lança com hum boraco.	Hum botão de fogo com huã verga atravessada.			134






20-dez-1794	Manoel de Sousa Machado	Norte			Huã orelha forcada com hum boraco e outra ponta de lança com hum boraco.	Tres botais de fogo.			134
20-dez-1794	Antonio Pereira de Sousa	Norte			Huã orelha forcada com hum boraco e a outra ponta de lança com mosa diante.	Dois botais de fogo.			134-134v
20-dez-1794	Manoel Machado de Oliveira	Norte			Huã orelha inteira com huã porta de tras e huã mosa no couce da porta e a outra despontada com quatro mosas duas de tras duas diante.	Hum botão de fogo com huma crus por sima.			134v
20-dez-1794	Joze de Sousa de Siqueira	Norte			Huã orelha porta de tras mosas diante e a outra o mesmo.	Hum i e hum de.			134v
20-dez-1794	Antonio Alves Silveira	Norte			Huã orelha forcada com duas mosas diante e aoutra ramal de tras despontado com huã mosa diante.	Huã grade com dois varais.			134v-135
20-dez-1794	Antonio de Azevedo Machado	Norte			Huã orelha inteira com hua porta de tas e hã mosa diante, e a outra despontada com duas mosas diante e duas de tras e hum boraco.	Hum fe.			135
20-dez-1794	Antonio Andre Dias	Santo Antonio		sim	Huã orelha despontada com hum boraco, e a outra inteira com duas mosas diante.	Huã letra de dois.			135













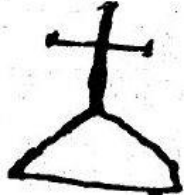

20-dez-1794	Antonio Coadros Maciel	Santo Antonio			Huã orelha ponta de lança fendida e a outra ponta de lança com hum boraco.	Hum pe de galinha com hum risco pella ponta dois dedos.			135v
20-dez-1794	Francisco Silveira Machado	Santo Antonio			Huã orelha despontada fendida mosa de tras mosa diante e a outra ponta de lança com hum tiple diante.	Huns oculos.			135v
20-dez-1794	Manoel Antonio Brasil	Santo Antonio			Huã orelha forcada com hum tiple de tras e a outra tiple de tras inteira com hum boraco.	Huã forquilha com huã crus no cabo.			135v-136
20-dez-1794	Antonio Alves de Azevedo	Ribeira da Areia			Huã orelha tronxa e a outra ramal diante despontado com huã mosa de tras.	Hum q com huã verga atravessada.			137
20-dez-1794	Silvestre Machado Nunes	Norte Grande			Huã orelha despontada com quatro farpas e a outra giada de tras com hum tiple diante.	Hum q com duas cabessas.			137
20-dez-1794	Manoel de Sousa Novais	Ribeira da Areia	Sargento	sim	Huã orelha despontada com mosa de tras e a outra diante e a outra forcada.				137v




20-dez-1794	Domingos Antonio de Sousa	Santo Antonio		sim	Huã orelha fendida com duas mosas de tras e a outra inteira com hum boraco e duas mosas diante.	Quatro vergas de alto abaxo.			137v
20-dez-1794	Antonio Ignacio de Lemos	Santo Antonio			Huã orelha inteira com hum boraco e mosa tras outra diante e a outra o mesmo com mais huã guiada na ponta da orelha.	Sam duas vergas e meia.			137v-138
20-dez-1794	Francisco Joze de Avila	Santo Antonio			Huã orelha fendida com mosa de tras outra diante e a outra giada de tras e mosa de tras.				138
20-dez-1794	Manoel Antonio de Lemos	Santo Antonio			Huã orelha inteira com duas mosas de tras e huã diante e a outra o mesmo.	Hum sarilho com huã crus por sima e meia crus em baxo.			138-138v
20-dez-1794	Francisco Antonio de Sousa	Santo Antonio		sim	Huã orelha forcada com huã mosa de tras, e aoutra fendida.	Tres vergas e meias.			138v
20-dez-1794	Antonio Joze de Lemos	Santo Antonio			Huã orelha duas mosas de tras huã diante e na outra o mesmo com mais a ponta da orelha fendida.	Hum martelo.			138v





20-dez-1794	Joze de Sousa Bettancourt	Norte Grande			Huã orelha inteira com tres mosas duas de tras e huã diante e a outra forcada com huã porta de tras e huã mosa diante.	Meio sarilho.			139
20-dez-1794	Manoel Vieira de Rosa	Norte Grande			Huã orelha despontada com huã mosa de tras, e a outra inteira com hum boraco.	Huã sigorelha.			139
20-dez-1794	Joze Silveira Bettancourt	Norte			Huã orelha forcada com hum boraco e mosa de tras e a outra forcada com mosa de tras.	Huã fivella.			139- 139v
20-dez-1794	Manoel Antonio Cardozo	Santo Antonio		sim	Huã orelha ponta de lança fendida com hum boraco, e aoutra huã porta de tras com hum boraco.	Tres vergas e a do meio com duas cruces.			139v
20-dez-1794	Anselmo de Sousa Golarte	Santo Antonio		sim	Huã orelha desponta com tres farpas, e aoutra inteira com hum boraco e huã mosa diante.	Huã verga com tres cruces.			139v- 140
20-dez-1794	Anselmo Joze de Sousa	Santo Antonio		sim	Huã orelha despontada e fendida e a outra ramal diante e huã mosa de tras.	Hum ene de letra redonda.			140

22-dez-1794	Joze Francisco Machado	Norte	Alferes	sim	Huã orelha com tres farpas cada meio despontada e a outra inteira com hum boraco e duas mosa huã de tras outra diante.	Hum i e hum e.			140-140v
22-dez-1794	João Inacio Teixeira	Norte			Huã orelha inteira com huã mosa de tras, e aoutra diante e a outra com ramal diante.	Hum te de letra redonda com huã crus no pe.			140v
22-dez-1794	Manoel Caetano	Santo Antonio			Huã orelha com duas mosas de tras outra diante e a outra inteira com duas mosas diante e a ponta fendida.	Hum Ce de letra redonda.			140v-141
22-dez-1794	Joze de Azevedo Betencourt	Norte Grande		sim	Huã orelha giada diante com duas mossas de tras e a outra com duas mosas diante.	Hum i e hum ã e hum te			141
23-dez-1794	João Inacio de Siqueira	Ribeira da Areia			Huã orelha ramal de tras despontado com duas mosas diante e aoutra giada diante com duas mosas de tras e hum boraco.				141



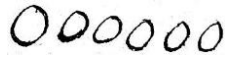
23-dez-1794	Silvestre Machado Teixeira	Norte	Sargento	sim	Huã orelha giada de tras com duas mosas diante e a outra fendida com huã mosa de tras.	Hum esse e hum u.			141v
24-dez-1794	Manoel Teixeira Vieira	Norte			Huã orelha despontada com quatro farpas, e aoutra guiada com hum boraco.	Hum eme e hum te e hum u no meio do eme.			141v
27-dez-1794	Joze de Sousa Batista	Santo Antonio			Huã orelha tronxa e aoutra fendida com tres mosas duas diante huã de tras.	Suas vergas cada huã pella sua banda direitas aos olhos.			142
27-dez-1794	Joze de Sousa Pereira	Santo Antonio			Huã orelha inteira com huã porta de tras e a outra forcada com huã mosa de tras.	Hum pe com hum ce.			142
27-dez-1794	Joze Caetano de Sousa	Santo Antonio		sim	Huã orelha ponta de lança fendida outra ponta de lança com hum boraco.				142-142v
27-dez-1794	João de Sousa Netto	Santo Antonio			Huã orelha ramal diante com huã porta de tras e a outra despontada com huã mosa de tras outra diante.	Sam tres botaens de fogo dois das bandas e hum no meio do fosinho.			142v

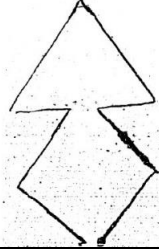
27-dez-1794	Antonio Dias Netto	Santo Antonio			Huã orelha ramal diante com huã porta de tras e a outra despontada com huã mosa diante.	Hum botam de fogo, e por sima hum o			142v-143
27-dez-1794	Amaro Joze Soares	Santo Antonio			Huã orelha duas mosas de tras e huã diante e a outra duas diante com hum boraco.	Hum a e hum i e hum esse.			143
27-dez-1794	Manoel de Sousa de Almada	Norte Grande			Huã orelha ramal de tras com hum boraco e duas mosas diante, e a outra despontada com duas mosas de tras.				143
27-dez-1794	Manoel Machado Fernandes	Norte Grande			Huã orelha giada de tras com duas mosas diante e a outra com duas mosas diante huã de tras.				143v
27-dez-1794	Francisco Pereira Soares	Santo Antonio			Huã orelha despontada com hum boraco com huã porta de tras e duas mosas diante.	Hum cruzeiro.			143v
28-dez-1794	Mathias Machado Pereira	Norte		sim	Huã orelha fendida com duas mosas diante e a outra giada de tras com huã mosa a pe da giada e duas diante.	Hum eme e hum pe.			144

29-dez-1794	Manoel Avilla Machado	Beira			Huã orelha folha de figueira, e a outra despontada com huã fenda piquena.	Huã orelha folha de figueira.			144
3-jan-1795	Joze de Sousa Pereira	Serroa			Huã orelha fendida com huã mosa diante, e a outra despona com hum boraco.	Huma crus com ho no meio e outro no pe.			144-144v
7-jan-1795	Francisca Bernada	Santo Antonio			Huã orelha com duas mosas de tras, e a outra com duas mossas diante com a ponta fendida.	Huã orelha com duas mossas de cada banda e a ponta fendida.			144v
7-jan-1795	João de Sousa Cabral	Santo Antonio			Huã orelha guiada de tras com hum boraco e a outra giada diante com hum boraco.				144v-145
17-jan-1795	Antonio Joze Pereira	Santo Antonio			Huã orelha fendida com huã mosa de tras outra diante e a outra huã giada de tras com huã mosa ao pe da giada, e hum boraco na mesma.	Huã letra há hi, e pe			145
17-jan-1795	Joaquim Francisco da Silveira	Vila de Velas			Ambas as orelhas com boraco fendidas entre a porta.				145

22-jan-1795	Manoel Machado Nunes	Serroa			Huã orelha despontada com huã mosa de tras outra diante e aoutra folha de figueira.	Duas vergas em crus com outra por sima.			145v
23-jan-1795	Matheus Pereira Cabral	Ribeira do Nabo			Ambas as orelhas inteiras com huã crus no meio.	Hua orelha com huã crus no meio da mesma forma das orelhas.			145v
14-fev-1798	Miguel Teixeira Machado	Urzelina		sim	Huã orelha porta de tras, e aoutra fendida com duas mossas huã de tras outra diante.	Hum esse de letra redonda.			146
23-dez-1799	Thomas Jose Teixeira	Manadas		sim	Huã orelha despontada fendida, com hum moça de diante jum boraco, e a outra ponta de lança com dois boracos.				146-146v
16-jun-1800	Ventura Cardoso	Urzelina			As orelhas ambas despontadas e fendidas [...]				146v
12-dez-1800	Francisco Teixeira	Santo Amaro			Huã orelha direita com hum ramal da banda diante hum moça e na esquerda hum forcada.	Hua crus com o nas pontas.			146v
24-jan-1802	João Soares Borges	Urzelina		sim	Ambas as orelhas fendidas, e despontadas com hum boraco em cada orelha e oito mosas.			Gado é ovelhas	147



21-abr-1802	João de Sousa Pereira	Manadas		sim	Huã orelha forcada que he direita e a esquerda com huã porta de tras .			Filho de João de Sousa Nunes. Gado ovelhum.	147
2-mar-1802	Francisco Silveira Bettancourt	Ponta de Rosais							147v
29-set-1802	Maria Rosario	Urzelina			Huã orelha despontada com hum boraco, e aoutra inteira com duas mosas a diante.				147v
10-mai-1802	Manoel Machado Silveira	Manadas		sim	Huã orelha folha de figueira, e aoutra hum ramal de tras, com huma moça no couse.				148
23-mai-1802	Antonio Dias de Oliveira	Villa de Vellas			boraco no couce da orelha forcada.				148v
30-ago-1803	Manoel Machado Rodrigues	Rosais			Hum ramal de tras da orelha direita huma mosa diante na mesma e na outra huma guiada diante, huma moça de tras.	Duas vergas divididas huma da outra.		Gado ovelhum.	148v
20-mar-1804	Manoel de Sousa Pereira	Urzelina			Orelha direita despontada com tres moças de tras e hum ramal de diante e a orelha esquerda cortada rente. Cada orelha das ditas reses tres boracos.				149

28-set-1804	João Jose de Avilla	Urzelina	Oficial de pedreiro		(?)	Ponta de lança e hum diamante.			149
23-out-1804	Jorge Pereira de Azevedo	Manadas			Huma forcada com hum boraco com hum repilo de tras, e aoutra ramal de tras despontada.			Filho de Antonio de Azevedo seu procurador. Gado Ovelhum	149v
27- dez-1804	João Pereira Luis	Manadas		sim	As orelhas ambas forcadas, cada huma com seu boraco.			Gado Ovelhum;	149v

**Fontes:** A.M.V., livro n.º 157 registo dos ferros e sinais do gado do concelho das Velas (1606-1706); A.M.V., livro n.º 158 registo dos ferros e sinais do gado do concelho das Velas (1707-1804).

### Anexo 3 – Imagens do concelho das Velas do século XX



**Foto 1.** Vista parcial da vila das Velas com os campos de cultivo em redor.



**Foto 2.** Vista parcial da vila das Velas rodeada pelos montes.



**Foto 3.** Centro da freguesia de Rosais e as casas palhoças.



**Foto 4.** Vista parcial da freguesia de Santo Amaro e nas terras os *maçanicos* de milho.





**Foto 5.** Vista parcial da freguesia das Manadas com os campos de milho.

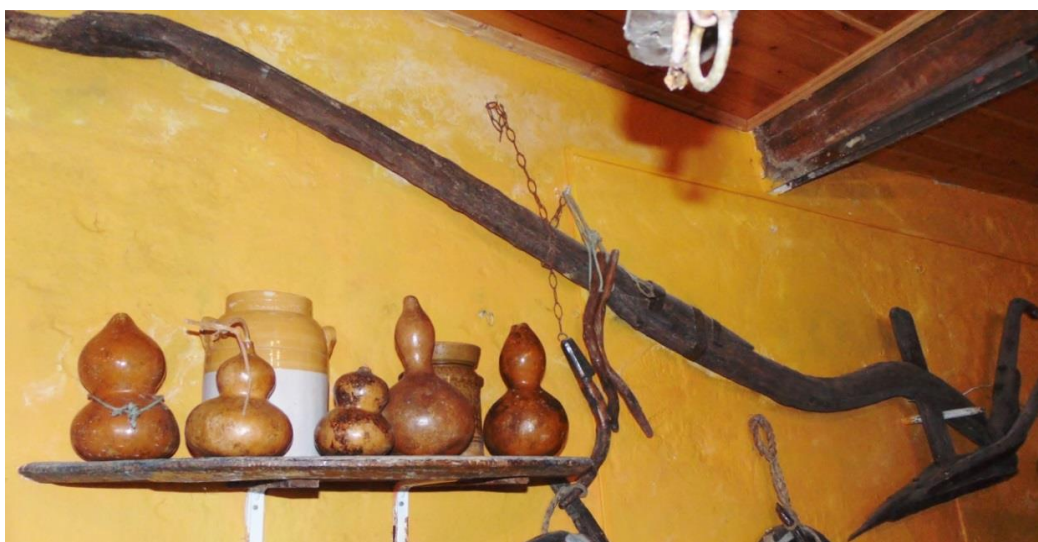
## Anexo 4 – Catálogos

### 4.1. Alfaias e utensílios agrícolas

#### Instrumentos de mobilização da terra

**4.1.1 Arado:** usados tanto na ilha de São Jorge como nas restantes ilhas corresponde ao arado radial com influências do de garganta, embora cada um com suas especificidades (Oliveira *et. al.* 1976: 198). As partes que compõem o arado jorgense são as seguintes: rabo; rabiça; aiveca; mexilho; pescazes, ferro; teiró; temão e chavelha (Mendonça 1961/62: 62). A rabiça e o temão são feitos em duas peças, sendo ligadas às outras com recurso de cintas de chapa ou com parafusos. O mexilho era uma pequena peça que mantinha afastada as aivecas. O arado de pau, embora continuasse a ser usado nos meados do século XX foi gradualmente perdendo a sua relevância com a entrada do arado da América ou charrua a partir da segunda metade do século XIX.

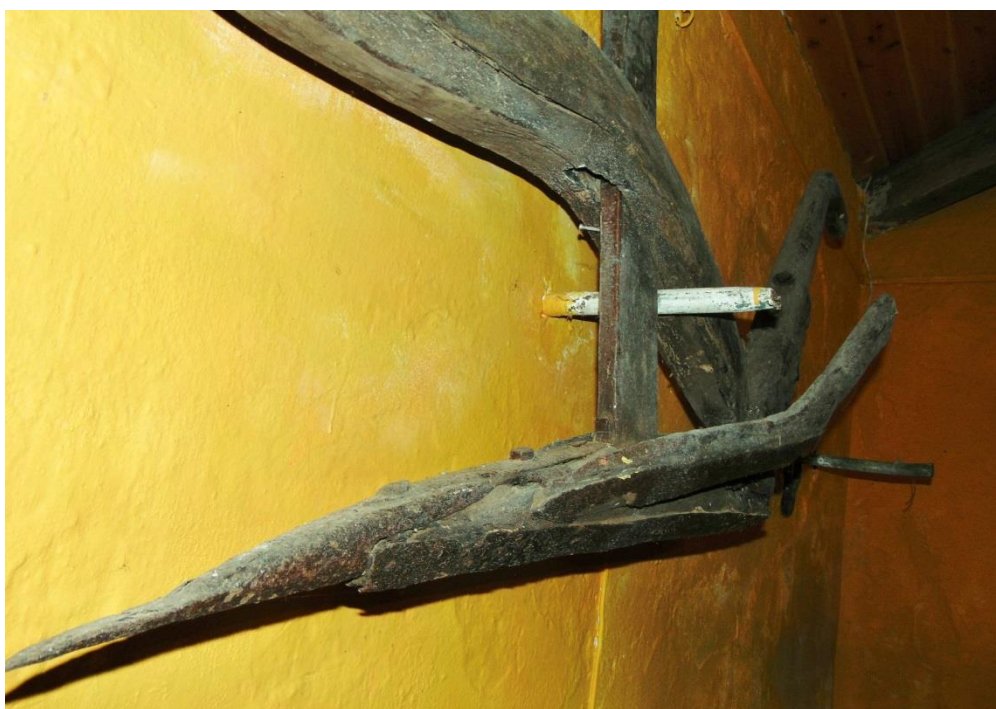
O arado era uma peça imprescindível do lavrador que em algumas casas chegava ter mais do que um. No início do século XIX o oficial de carreiro, por fazer uma rabiça levava 120 reis e por um temão 80 reis. A única peça do arado que era de ferro era a relha que localmente denomina-se, simplesmente, o “ferro do arado”. No século XVIII, o ferreiro para fazer um ferro de arado com bom calço, dependia de dois factores: a qualidade do ferro e se o ferro pertencia ou não ao dono. Os preços podiam oscilar entre os 120 e 160 reis, mas dando o dono o ferro, ficaria nos 80 reis.



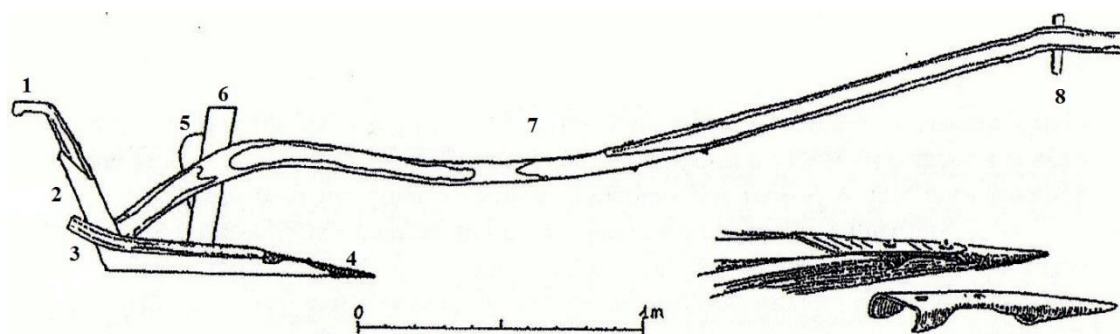
**Foto 6.** Arado (Quinta do Canavial nas Velas)



**Foto 7.** Pormenores do temão e da rabiça feitos a partir de duas peças.



**Foto 8.** Pormenor do ferro do arado (relha) e as aivecas.



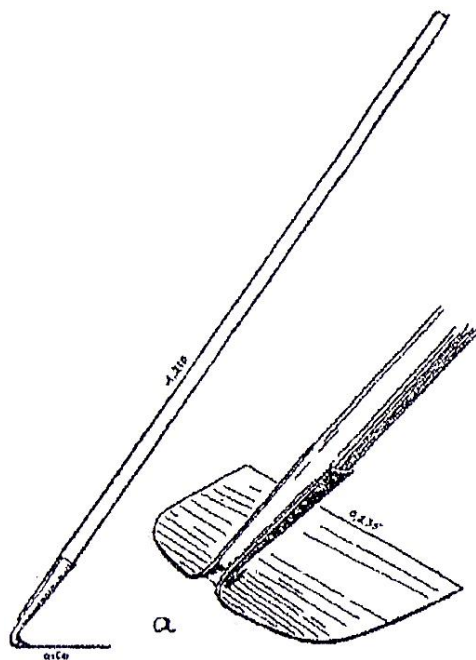
**Figura 17.** Arado (Oliveira *et al.* 1976: 201).

- |            |             |
|------------|-------------|
| 1- Rabo    | 5- Pescazes |
| 2- Rabiça  | 6- Teiró    |
| 3- Aivecas | 7- Temão    |
| 4- Ferro   | 8- Chavelha |

**4.1.2. Sachos:** distinguem-se pela sua singularidade que são uma “forma regional, sem paralelo com as enxadas continentais”. (Oliveira *et. al* 1976: 246). Este distingue-se pela sua forma peculiar, as ombreiras são arredondadas com um gume rectilíneo, sendo a lâmina mais larga do que alta. O encabadoiro tem um formato cónico que atinge entre os 12 e 15 cm e o cabo pode variar de comprimento entre 1,20 a 1,40 m. No século XIX o ferreiro levava por calçar um sacho cerca de 200 reis.



**Foto 9.** Sacho (Quinta do Canavial nas Velas)



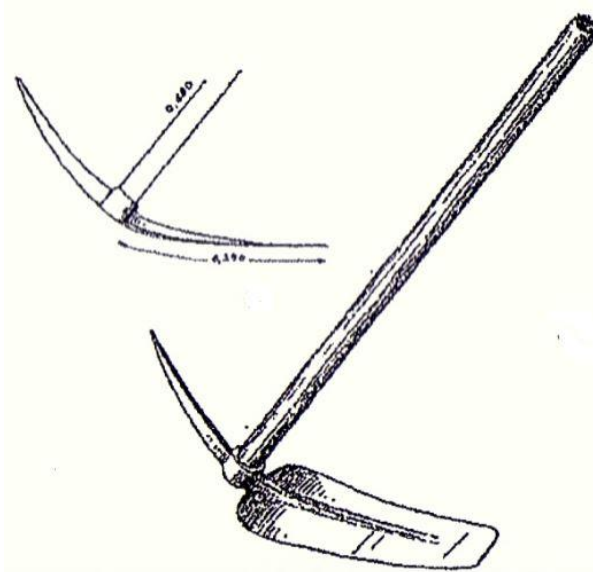
**Figura 18.** Sacho (Oliveira *et al.* 1976: 246).



**4.1.3 Alvião:** instrumento mais robusto do que os sachos, sendo utilizado em trabalhos mais duros como arranque de raízes e rompimentos de terrenos incipientes e pedregosos. Tipologicamente tem uma pá rectangular com as ombreiras arredondadas que estreitam superficialmente para o gume. É sempre munido de um bico proeminente com formato quadrangular. O cabo pode ter entre os 60 cm a 1 m ter de comprimento (Oliveira *et al.* 1976: 253) No século XVIII e XIX o ferreiro, para calçar um alvião de pá e bico, cobrava 200 reis, se o ferro fosse do dono, cobrava 120 reis.



**Foto 10.** Alvião (Quinta do Canavial nas Velas)

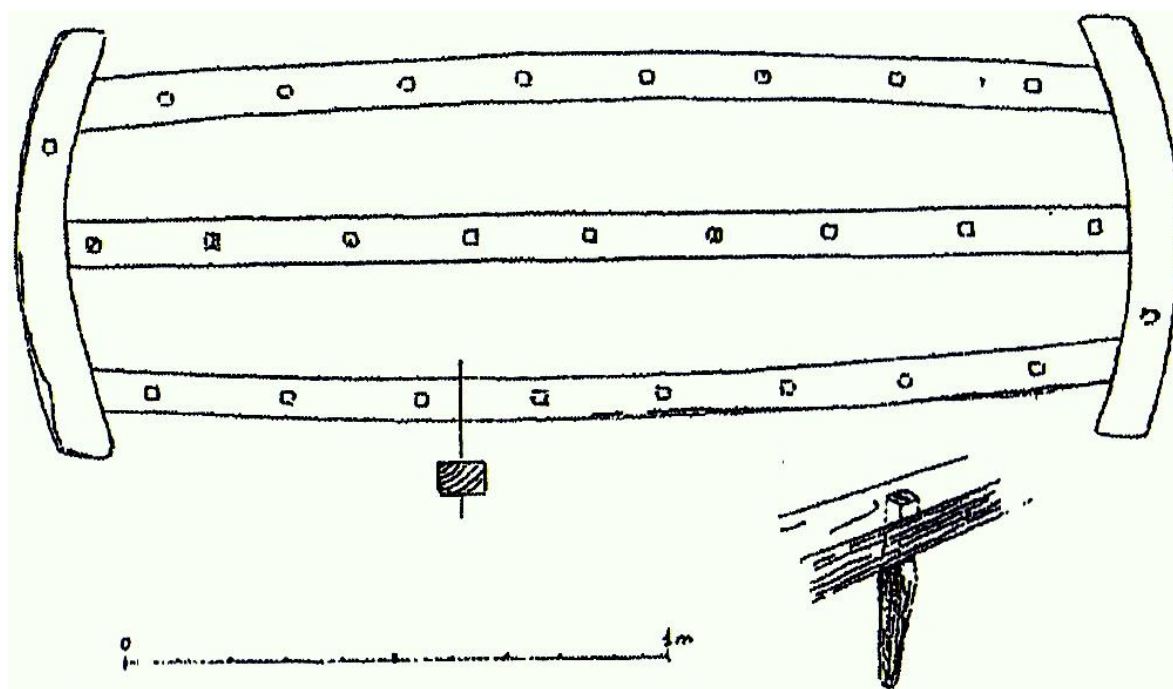


**Figura 19.** Alvião da ilha de São Jorge (Oliveira *et al.* 1976: 253).

**4.1.4 Grade:** era o instrumento utilizado no alisamento e no desterroar das terras. A grade jorgense corresponde ao tipo 5, com as cabeceiras ligeiramente arqueadas com um formato alongado, sendo os dentes de ferro ou de madeira. O oficial de carreiro no século XIX para fazer uma grade cobrava 400 reis. A ligação da grade com a canga dos bois era feita através do *cambo* ou *ponta*.



**Foto 11.** Grade (Centro de Exposição Rural da Urzelina)



**Figura 20.** Grade (Oliveira *et al.* 1976: 230).





**Foto 12.** Gradando a terra.

### Acessórios correlacionados



**Foto 13.** Cambo ou ponta (Centro de Exposição Rural da Urzelina).



**Foto 14.** Pormenor da argola de ferro que fazia a ligação com a grade.



**4.1.5 Cangas:** podiam ser de dois tipos, a de lavrar e as de carro. A diferenciação de uma da outra residia somente na sua dimensão. A canga de lavrar é mais pequena e leve do que a canga de carro, sendo empregue nos arados, trilhos e na grade. Dentro desta categoria ainda havia a canga de *ladeira* que era ligeiramente mais comprida, utilizada em terras mais inclinadas para dar folga aos bois. A canga de carro era mais robusta e maior, usada nos carros de bois (Mendonça 1961/62: 67). No ofício de carreiro no século XIX, a canga de lavrar custava 120 reis e a de carro 160 reis.



**Foto 15.** Canga de carro e de lavrar (Centro de Exposição Rural da Urzelina)

#### Instrumentos de corte

**4.1.6 Malho:** era uma foice que servia para roçar silvas e ervas daninhas, sendo robusta e com um cabo curto de 46 cm de comprimento e o encabadoiro de configuração cónica. A lâmina é encurvada e possui dois gumes com uma largura máxima de 5 cm que vai estreitado para a ponta.



**Foto 16.** Malho (Quinta do Canavial nas Velas)

**4.1.7 Foices:** com lâminas curvas, apenas se diferenciam pela sua dimensão. A foice de mato caracteriza-se pela sua robustez e servia para cortar ramos e desbastar mato. Tem um cabo com 60 cm de comprimento e lâmina com uma largura de 5 cm. No século XIX, o seu fabrico custava no ferreiro 200 reis. A foice de silvas era mais pequena e menos robusta e podia ser manejada apenas com uma só mão, sendo usada no corte de silvas junto às beiradas. Tem um cabo com 60 cm de comprimento e lâmina com uma largura de 3 cm. Esta foice, no ferreiro, durante o século XIX custava 150 reis.



**Foto 17.** Foices a esquerda era normal; a do meio de mato e à direita a de silvas (Quinta do Canavial nas Velas).



**4.1.8 Foicinha:** tem cabo curto e lâmina curva, com gume serrilhado ou liso e afiado. Em termos tipológicos são idênticas, sendo utilizadas no corte dos cereais, nomeadamente, no trigo. Uma foice de ceifar no século XIX custava no ferreiro 240 reis.



**Foto 18.** Foicinhas de gume serrilhado e de gume liso e afiado (Centro de Exposição Rural da Urzelina).



**Foto 19.** Ceifar o trigo e as mulheres a fazer os feixes ou *gavelães*.



## Instrumentos de debulha

**4.1.9 Trilho:** é o aparelho de debulha do trigo. Os trilhos açorianos são do tipo *tribulum*, mais pequenos e menos encurvados do que os congêneres continentais (Oliveira *et al.*, 1976: 310). É composto por dois tabuões de madeira ligados por três travessas. A frente é arredondada com dois orifícios onde passa a corda que liga ao *pau do trilho* (Mendonça 1961/61: 70). A face inferior é cravada com pedaços de pedra basáltica dispostos em linhas oblíquas. No século XIX o oficial de carreiro por fazer um trilho levaria 400 reis.



**Foto 20.** Trilho visto de frente com as pedras cravadas em linhas oblíquas e visto de trás com as três travessas de madeira que fazem a ligação dos dois tabuões.

**4.1.10 Mangual:** é o instrumento de debulha do centeio e certas leguminosas como a fava e o tremço. O mangual de São Jorge insere-se no tipo 5, e o seu tamanho depende da estrutura do malhador e das técnicas inerentes (Oliveira *et al.*, 1976: 302). O mangual compõe-se por dois paus: um da altura de um homem e o outro com cerca da metade do primeiro. Este é de forma arredondada e junto a uma das extremidades há uma moessa onde se prende, com nó

corredio, uma correia que liga ao outro do mesmo modo. As mossas evitam que a correia se solte (Ribeiro 1982: 347-348).



**Foto 21.** Mangual e a mossa aonde se prende a correia (Quinta do Canavial nas Velas).



**Foto 22.** Malhar o tremço seco na eira.



## Instrumentos de limpeza de cereais e manuseio de palhas

**4.1.11 Forquilha:** normalmente está associada aos trabalhos das eiras. É composto por três dentes ligeiramente encurvados que são separados entre si por cunhas de madeira. A fixação ao cabo faz-se por intermédio de uma cinta de chapa.



**Foto 23.** Forquilha (Quinta do Canavial nas Velas).

**4.1.12 Ancinho:** é constituído por duas peças, o cabo e o pente. Este último é composto por uma travessa de madeira de secção quadrangular com quatro lados paralelos e pode ter dimensões variáveis. A meio da travessa do pente é fixado o cabo, que tem 1,10 m de comprimento. Os dentes são de pau, com uma configuração circular que podem variar de 5 a 8. Este utensílio era utilizado nas eiras para ajudar a remover a palha do trigo.



**Foto 24.** Ancinho com 5 dentes (Quinta do Canavial nas Velas).



**Foto 25.** Ancinho de 8 dentes (Quinta do Canavial nas Velas)

**4.1.13 Rodo:** é composto por uma tábua de formato quadrangular, medindo o lado inferior direito 0,78 cm de comprimento, tendo os lados recortados. O cabo era fixado no meio da tábua e tem de comprimento 1,10 m. É utilizado para juntar ou espalhar o trigo nas eiras.



**Foto 26.** Rodo (Quinta do Canavial, nas Velas)

**4.1.14 Balaio:** cestos feitos a partir de pequenos molhos de palha que são firmemente amarrados e armados em forma espiral. Estes tinham várias dimensões que correspondiam a uma medida.



**Foto 27.** Vista do interior do balaio (Centro de Exposição Rural da Urzelina)



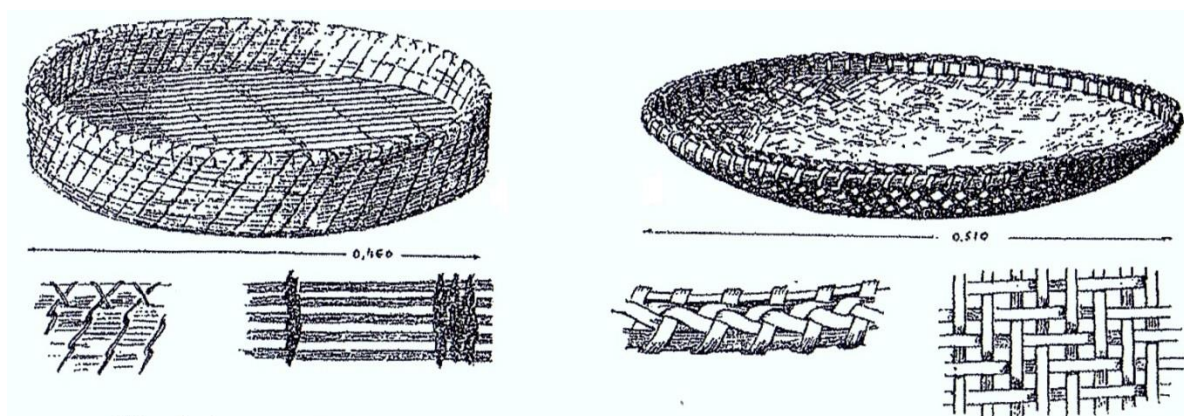


**Foto 28.** Vista exterior dos balaies (Centro de Exposição Rural da Urzelina).

**4.1.15 Joeiras:** há dois tipos, as de vime e as de junco usadas na limpeza do cereal. A de vime apresenta um formato côncavo com aro rígido feito a partir de uma vara aberta, na qual está presa o fundo de vimes rachados e entrelaçados pela técnica diagonal. As de junco são compostas por um aro de palha cosida em forma espiral, fixadas entre si por fitas aproveitadas da parte exterior dos vimes, e o fundo é feito de juncos dispostos paralelamente, presos por rafia (Oliveira *et. al.* 1976: 319).



**Foto 29.** Joeiras: da esquerda o de junco e à direita o de vimes.



**Figura 21.** Joeiras: da esquerda o de junco e da direita de vimes (Oliveira *et al.* 1976: 319).

### Estruturas de secagem

**4.1.16 Maçanicos:** armação feita com a cana (caules) do milho após a sua apanha. Faz-se um feixe de canas, com um formato cónico, que são expostas ao alto ao longo da terra ou encostadas à parede. Estas serviriam, mais tarde, de alimento ao gado, sobretudo em regime de estabulação.



**Foto 30.** Maçanico (Centro de Exposição Rural da Urzelina).



**4.1.17 Burras:** estrutura em madeira com formato piramidal, ligadas por paus onde se colocam os *cambulhões* (maçarocas amarradas).



**Foto 31.** *Burra* (Cento de Exposição Rural da Urzelina)



**Foto 32.** *Cambulhões* (Centro Exposição Rural da Urzelina)

## **4.2 Utensílios utilizados nas vinhas; vasilhames e mecanismos de processamento do vinho**

**4.2.1 Podões:** foices de cabo curto utilizadas na poda das vinhas. Havia dois géneros de podões. Um era de lâmina dupla em forma de machada, dum lado e no outro encurvada e em bico, semelhantes às usadas na região central do Alentejo (Oliveira *et al.*, 1976: 266). O outro tipo é composto por uma lâmina encurvada semelhante às foices de mato e silvas, mas com dimensões mais reduzidas.



**Foto 33.** Podões (Adega do Sr. Manuel Brasil na Fajã das Almas).

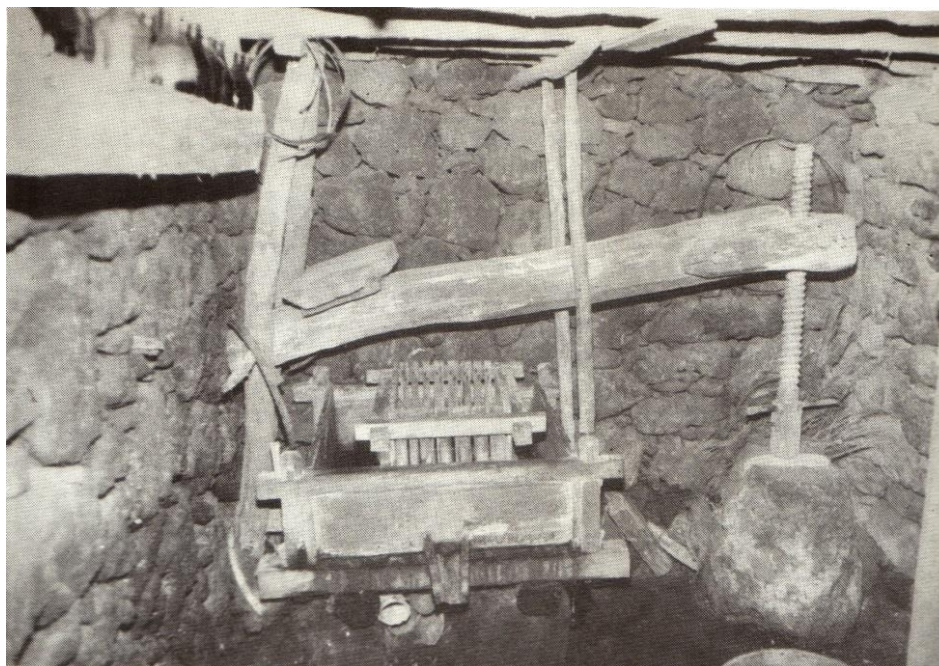
**4.2.2 Cestos de vindimas:** havia dois tipos de cestos usados nas vindimas, ambos feitos de vergas de vime, e tinham um formato troncocónico. O cesto de asa servia para colocar os cachos de uva, sendo que depois de cheio era descarregado no cesto de carroto que correspondia à carga de um homem.



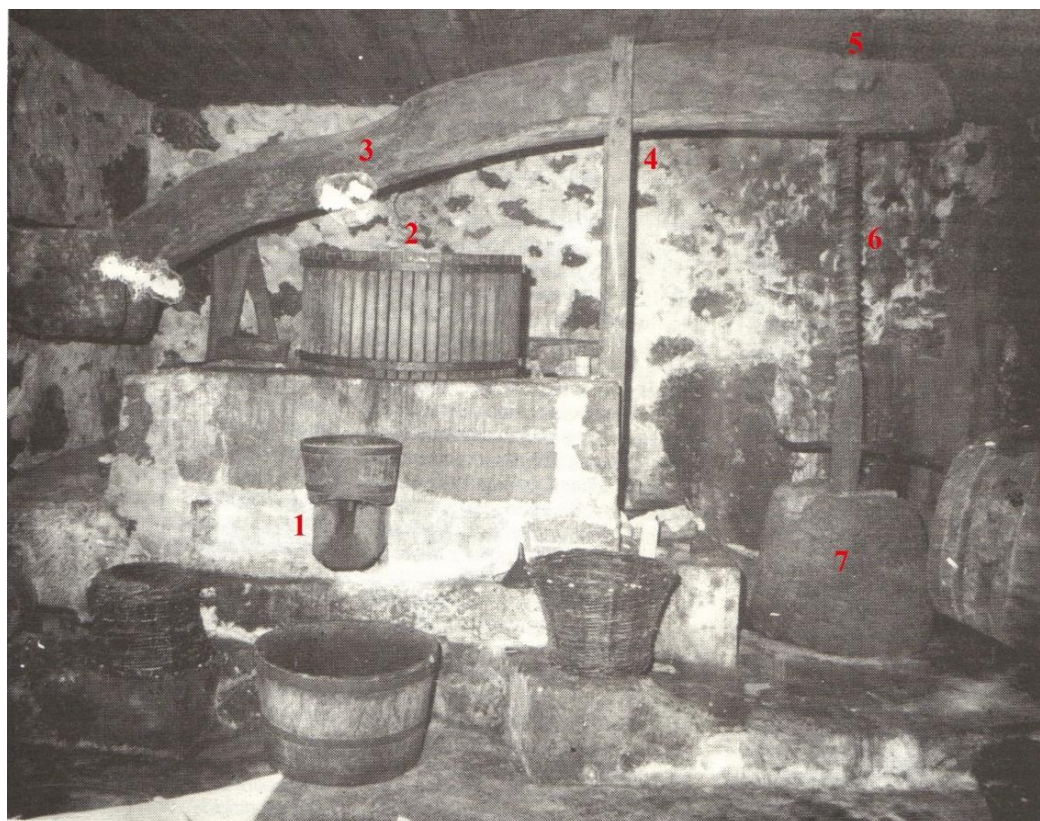
**Foto 34.** Cesto de asa e cesto de carroto.



**4.2.3 Lagares:** em São Jorge chegou a haver dois tipos de lagares cujo mecanismo era idêntico, apenas diferenciados pelos materiais. O lagariça por norma era mais pequeno e o lagar é feito de madeira. O outro tipo o lagar é em cantaria e pode ter dimensões variadas.



**Foto 35.** Lagariça da ilha do Pico na Baixa da Ribeirinha (Foto de Centro de Estudos Etnológicos da Universidade dos Açores no boletim Despertar 1987: 62).



- 1-Bica
- 2-Cincho
- 3-Vara
- 4-Barrotes
- 5-Porca
- 6-Fuso
- 7- Peso

**Foto 36.** Lagar da Viscondessa de S. Mateus no lugar dos Terreiros. Foto de Manuel Brasil (1987: 38)



**4.2.4 Potes de madeira:** podem ter configurações e tamanhos diferentes. No entanto, todos têm a capacidade de 12 litros, que era regulada através de um pequeno orifício.



**Foto 37.** Potes de madeira (Adega do Sr. Manuel Brasil na Fajã das Almas)



**Foto 38.** Pormenor do pequeno orifício junto à boca.

**4.2.5 Funis de madeira:** existem os circulares, mais frequentes, e os quadrangulares que eram feitos a partir de uma só peça de madeira. Na face inferior dos funis circulares podiam existir dois pequenos pés que os ajudavam a fixar no vasilhame para manter o equilíbrio. Enquanto outros, em vez de ter dois pés, tinham duas concavidades paralelas que também serviam para manter o equilíbrio.



**Foto 39.** Funis de madeira (Adega do Sr. Manuel Brasil na Fajã das Almas).



**Foto 40.** Face inferior dos funis, um com os pés e o outro com as duas concavidades.

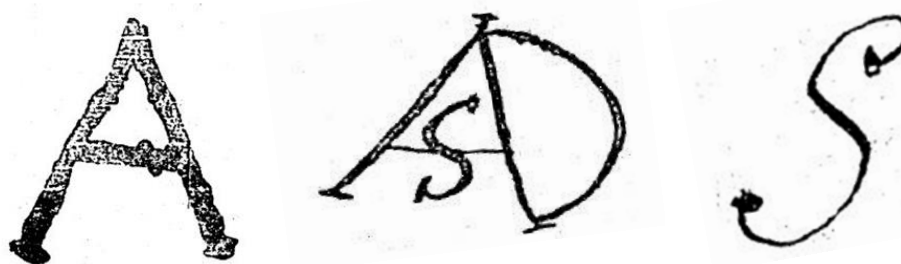
**4.2.6 Teladeiras:** pequenas tigelas de barro usada nas provas do vinho. A boca tem um diâmetro com cerca de 10 cm.





**Foto 41.** *Teladeiras* (Adega do Sr. Manuel Brasil na Fajã das Almas).

**4.2.7 Marcas dos vasilhames:** eram ferradas com um ferro em brasa que por vezes era o mesmo usado no gado.



**Figura 22.** A marca da esquerda pertencia ao tanoeiro Francisco Inácio; a do meio a Anselmo de Soares de Sousa e da direita a Miguel Teixeira Machado. Fonte: livro n.º 158 de registo dos ferros e sinais do gado do concelho de Velas, 1707 -1804, fls. 48-48v; 59v; 146.

**4.2.8 Potes de barro:** ao contrário dos potes de madeira, estes exigiam muita mais perícia e precisão por parte do oleiro na altura de cozer o barro, de modo a deixarem o orifício a marcar os 12 litros. Em termos tipológicos são semelhantes, apenas diferenciadas pela dimensão bojo. A primeira a) tem de comprimento 48 cm por 43 cm de largura máxima e a asa tem 9 cm de largura. A segunda b) mede 42 cm de comprimento por 45 cm de largura máxima e a asa tem 13 cm de largura. A terceira c) tem 40 cm de comprimento por 49 cm de largura máxima e asa 15 cm de largura.



**Foto 42.** Potes de barro (Adega do Sr. Manuel Brasil na Fajã das Almas).

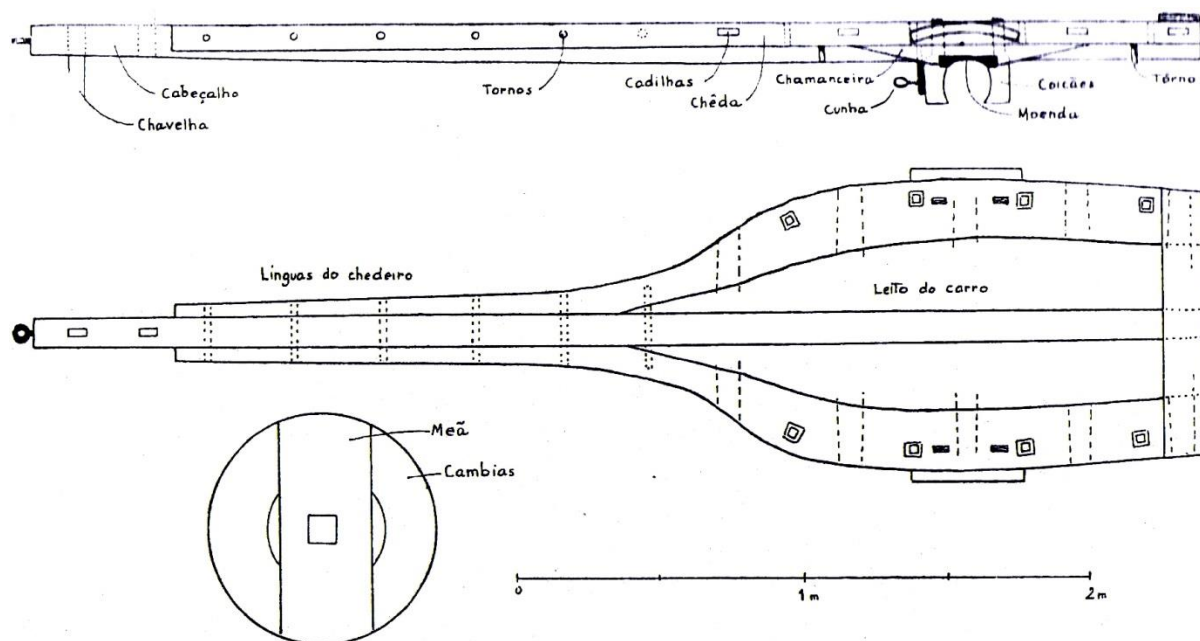


**Foto 43.** Pormenor das asas.



## 4.3 Transportes de tração Animal

### 4.3. 1 Carro de Bois



**Figura 23.** Carro de bois (Galhano 1973: 107)



**Foto 44.** Seve do carro de bois com as cangas dentro.



**Foto 45.** Os fagueiros do carro de bois com os utensílios agrícolas.



**Foto 46.** Carreto de milho





**Foto 47.** Carreto de cana do milho



**Foto 48.** Transporte de pessoas.



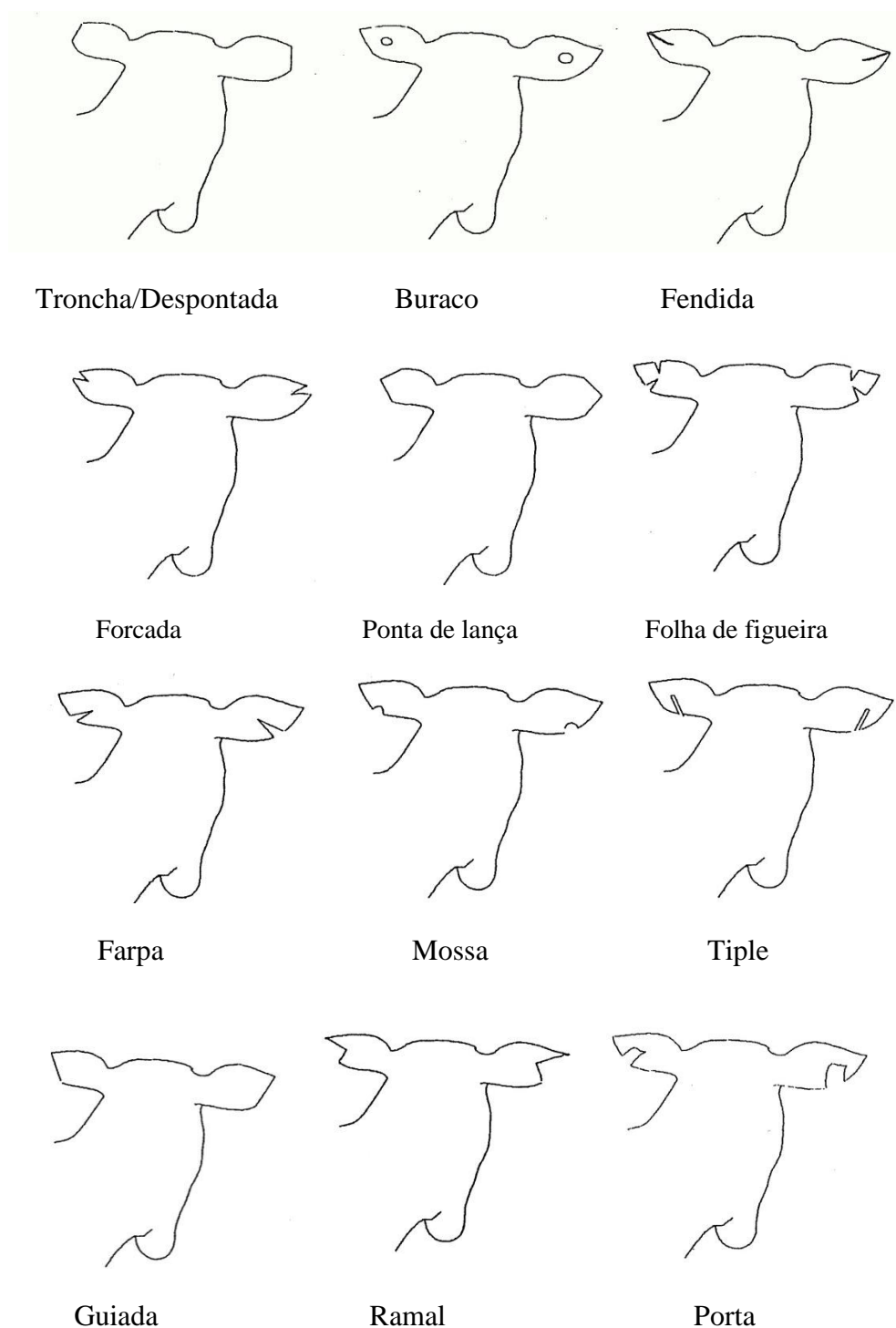


**Foto 49.** Entrejuda durante o percurso da viagem.



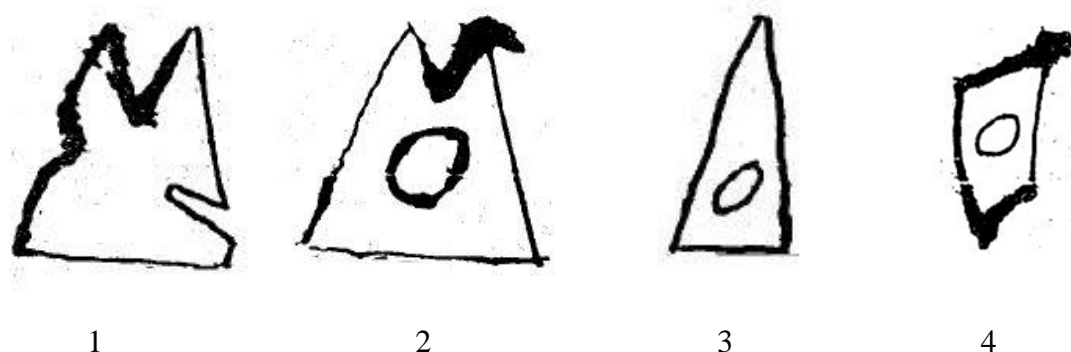
## 4.4 Pecuária

### 4.4.1 Sinais nas orelhas



**Figura 24.** Hipótese dos sinais individuais das orelhas identificados para o conelho das Velas de 1700-1804. Desenho: João Vitorino Lavinha (Saramago 1995: 469, 475).

#### 4.4.2 Ferros: que correspondem aos sinais das orelhas.



**Figura 25.** Ferros correspondentes aos sinais das orelhas.

1. Ferro: uma orelha forcada com tiple e mozza. Na esquerda a forma semicircular é a mozza; na ponta da orelha em forma de V é a forcada e a na esquerda o tiple que seria semelhante ao cambo corvino. Este ferro foi registado a 6 de dezembro de 1794 por José Machado Soares, morador em Santo Amaro<sup>165</sup>.
2. Ferro: uma orelha forcada com um buraco. Na ponta a orelha é forcada e no centro tem o buraco. Este ferro foi registado a 6 de dezembro de 1794 por Vital Cardoso morador em Santo Amaro<sup>166</sup>.
3. Ferro: uma orelha ponta de lança com um buraco. A ponta de lança é o corte nas duas extremidades das orelhas para que fique com uma configuração pontiaguda. No centro está o buraco. Este ferro foi registado a 9 de dezembro por João Teixeira Santiago morador em Santo Amaro<sup>167</sup>.
4. Ferro: uma orelha guiada e buraco. A guiada era um corte oblíquo numa das extremidades para a ponta da orelha. No centro o buraco. Este ferro foi registado em 7 de janeiro de 1795 por João de Sousa Cabral, morador em Santo António<sup>168</sup>

<sup>165</sup> A.M.V., livro n.º 158 de registo dos ferros e sinais do gado do concelho de Velas, 1707 -1804, fls. 113v.

<sup>166</sup> *Ibidem*, fls. 133v.

<sup>167</sup> *Ibidem*, fls.117v-118.

<sup>168</sup> *Ibidem*, fls.144v-145.

**4.4.3 Ferro:** o exemplar que encontramos data a primeira metade do século XX. Este tinha de comprimento 50 cm.



**Foto 50.** Ferro bifurcado de marcar gado.



**Foto 51.** Vista de frente do ferro: uma cruz e um A.

**4.4.4 Barril de madeira:** era usado pelos pastores no transporte do leite das pastagens. Podiam ter várias dimensões, mas sempre com uma configuração alongada. O exemplar registado tinha 60 cm de comprimento por 22 cm de diâmetro.



**Foto 52.** Barril de madeira (Adega do Sr. Manuel Brasil na Fajã das Almas).



**Foto 53.** Os barris de madeira transportados pelos burros vindos da ordenha das pastagens.

## Anexo 5 - Documentos

### Livro de Posturas da Câmara das Velas (1803-1845)

#### Acordão de 5 de Janeiro de 1803

##### N.º 1

(fl.5) Em sinco de janeiro de mil oitocentos e tres annos nesta vila das Velas Ilha de São Jorge nas Casas da Camara dela ahy se ajuntarão o senhor prezidente, e mais veriadores por requerimento do procurador desta Camara juizes dos officios e mais pesoas de serviço mecanico para effeito de se darem taxas a todos os officios jornaleiros em rasão de estarem alteradas nos preços das taxas antigas, e não serem os mesmos preços congruentes ao estado actual pelo que fizerão novas taxas e se lacrassem no livro competente e se cumprissem com as penas nelas determinadas copiando se no principio do mesmo livro o presente acordão. Feliz Jose Rodrigues Escrivão o escrevi “Madureira”Betencourt”Soares”Silviera”Maxado”.

Concorda com o proprio acordão aqui copiado por efeiro escrevi o assento do mesmo em respeito ao livro das verações em meo poder e cartorio. Vila das Velas 22 de janeiro de 1803 José Felis.

(fl.5v) Novas Taxas de todos os officios macanicos que se fizerão em virtude do acordão retro em 5 de janeiro de 1803 annos.

#### Taxas antigas e regimentos [1737]<sup>169</sup>

##### (fl. 18v) N. 65 taxa antiga das tecedeiras

Pozerão por postura e taxa que cada vara de enxerga de lá de trinta cabestilhos não levarão mais as tecedeiras de dez reis por vara.

E de baeta sendo de trinta cabestilhos levarão vinte reis por vara.

E se ela for huma vara de pano de linho que der a duas varas por arrátel tendo quarenta cabestilhos quinze reis.

E sendo as duas varas e meia por arrátel tendo quarenta cabestilhos vinte reis por vara.

E o que der a três por arrátel tendo 50 cabestilhos levarão 30 reis por vara.

E sendo as ditas por arrátel tendo 60 cabestilhos levarão por vara a 40 reis.

E de tecer huma vara de toalhas de linho de favo que der a 2 varas por arrátel 40 reis.

E de linho que der a 3 varas por arrátel 60 reis.

E de tecer huma vara de tualhas de estoupa que der a vara e meia por arrátel tendo 30 cabestilhos doze reis.

E de estupinha que der a 2 varas por arrátel tendo 38 cabestilhos por vara 15 reis.

E por tecer huma vara de cordão de fiado de linho 40 reis.

---

<sup>169</sup> As taxas antigas e regimentos seriam aquelas praticadas antes do ano de 1803. A cronologia destas não é especificada pelo escrivão, sendo provavelmente do século XVIII. Na folha 23 logo a seguir à descrição das taxas antigas e regimentos, menciona o acórdão sobre os jogos que data 1737, sendo que é com base nesta que pensamos que seja do século XVIII. Além disso, as posturas, taxas e regimentos do século XV a XVII estão publicadas pelo António Pereira (1987:290-318) não correspondendo a estas.

E de estupinha 30 reis.

E por tecer huma vara de treco 40 reis.

E por tecer huã vara de baetilhas 10 reis.

E por arral.. digo.

E por tecer huma vara de tocas que der a 4 varas por arrátel 40 reis.

(fl. 19) E por tecer huma vara de sacos tendo dez cabestilhos dubrados 10 reis.

Todas estas teias serão contadas na forma referida e a tecedeira ou tecelão que mais levar desta taxa será condemnado pela postura pela primeira vez em 500 reis pela segunda 1000 reis.

E se as teias quebrarem em modo que se não poção tecer serão vistas por huma tecedeira ou tecellão que bem a entender não havendo juiz do officio todas as teias entregarão pelo próprio pezo que lhe foram entregues na mão de seu dono, constando que botou a teia no chão ou a mulhar para ter mais pezo pagará para o concelho 300 reis. Depois de enxuta a entregara a seu dono pelo pezo que a receber, e toda a tecedeira será obrigada a ter esta taxa em sua casa e dar fiança na Camara.

As curadeiras levarão de curar cada vara de pano quinze reis.

#### **Nº 66 taxa antiga dos barqueiros**

Puzerão por postura que nenhum barqueiro leve mais de trazer huma pipa xeia do porto dos Terreiros ao porto desta Vila que 200 reis.

E por cada pipa vazia de levar e trazer do dito porto ao desta vila 60 reis.

E de levar huma barcada de cabedal deste porto ao dito ou de trazer 300 reis.

Sendo barco que levar três pipas xeias indo carregado por conta do fertador a este respeito se contratarão os maiores ou mais pequenos.

E para levar deste porto ao dito hum moio de trigo 300 reis.

Por trazer huma pipa xeia do porto da Urzelina ao desta Vila 160 reis.

E por cada pipa vazia que levarem deste porto desta vila 50 reis.

E por cada huma barcada de cabedal que levarem ou trazerem do dito porto ao desta vila 400 reis.

E sendo barco que carregue três pipas; e os barcos mais ou menos a respeito.

De hum moio de trigo ao dito porto 160 reis.

E por por trazer huma pipa xeia do porto da Ribeira do Nabo ao desta Vila 120 reis.

E levarão huma pipa vazia por 20 reis.

E huma barcada de cabedal 200 reis sendo barcos acima nomeados.

E por levarem pipas vazias a Queimada por cada huma 20 reis.

E por levarem hua pipa xeia a bordo dos navios quando estão a carga 40 reis.

E por cada huma batelada de descarga 200 reis.

E os quartos e barris que levarem a bordo serão no mesmo preço que as pipas 40 reis.

E todo o mestre de barco que levar mais desta taxa pagará para o concelho 500 reis a metade para o acusador e não acusando nada terá.

Todo e cada mestre de barco tirarão licença da Camara por cada seis meses para venderem o pescado debaixo da mesma pena a qual será para o concelho e peçoa que der esta pena será adquirida por seu juramento com mais huma testemunha.

(fl.19v) **N.º 67 que os carreiros não uzem sem a licença da Camara**

Puzerão por postura que todos os carreiros digo que nenhuma peço de officio de carreiro uze dele sem licença da Camara ou carta de examinação ou dar fiança na Camara para puder exercitar o dito officio com pena de 1000 reis para o concelho.

**N.º 68 Taxa dos carreiros**

Puzerão por postura que todos os carreiros desta Vila e sua jurisdição não levarão por trazer huma pipa de vinho do Arieiro athe a casa de Domingos de Lagos para esta Vila sendo grande mais do que 400 reis e de carregaçã 350 reis.

De casa de Domingos de Lagos te a casa de Francisco Bettencourt Ávila de trazer a esta Vila sendo grande 250 reis e de carregaçã 300 reis.

E de casa do Francisco de Bettencourt até a casa do alferes Domingos de Quadros Francisco 300 reis e de carregaçã 250 reis.

E da Queimada Braba por pipa grande 400 reis.

E da Ribeira do Nabo de casa de Manoel Silveira de Souza por cada pipa grande 350 reis e de carregaçã 300 reis.

E da Queimada e carregadoiro athe a adega do Padre Francisco se levará 350 reis e de carregaçã 350 reis.

E dahy ate a adega do Padre João Teixeira Ferro por pipa grande 300 reis e de carregaçã 200 reis.

E dahy para cima por pipa grande 370 reis e de carregaçã 200 reis.

E para levarem hum carreto de pipas vazias a Queimada 150 reis.

E aos Mistérios e a Fajã 200 reis.

E sendo no inverno 240 reis.

De trazer hum moio de trigo 240 reis.

De trazer de Ponta a esta vila 300 reis.

Da igreja de Rozais para cá 200 reis.

E do lugar das Fegueiras 120 reis.

E da Beira 140 reis.

E a este respeito se concervarão carretos.

E de hum carreto das Eiras do Vento 120 reis.

E de huma jeira de abrir 120 reis.

E de semear 100 reis.

E o carreiro que mais levar pagará para o concelho 500 reis.

E a peço que esta pena der será adquirida por seu juramento com mais huma testemunha e sendo a peço de gornvança será por de vontade adquirida.

**N.º 68 Taxa antiga dos Oleiros**

Puzerão por postura taxa que os oleiros comprando barro por 500 reis:

Levarão as panelas de vintém duas canadas.

E de 40 reis 4 canadas.

E as de 30 reis duas e meia canadas.

E as púcaras de meia canada a 3 por 20 reis.

E as 10 reis a canada.  
E os caldeirões a respeito das panelas.  
Hua bilha de 3 quartilhos por 20 reis.  
E sendo (fl.20) o barro de 400 reis:  
Serão as panelas de 10 reis 5 quartilhos.  
E as de 20 reis a duas canadas e meia.  
E as de 30 reis a 3 canadas.  
E as de 40 reis a 4 e meia canadas.  
E as de 3 por 20 reis levarão meia canada e meio quartilho.  
E os caldeirões a respeito das panelas.  
E as bilhas de 20 reis a canada e meia.  
E as telhas por 20 reis sendo mais favorecidas das acima que levarão a quartilho.  
E sendo o barro de 320 reis:  
Levarão as panelas de des reis a canada e quartilho e meio.  
E as de 20 reis a 3 canadas.  
E as de 30 reis 4 canadas.  
E as de 40 reis 5 canadas.  
E a este respeito se verão as mais.  
E os caldeirões a respeito das panelas.  
E as de sete reis levarão 3 quartilhos.  
E as tigelas a quatro por vintém.  
E as bilhas levarão 5 quartilhos.  
E de fazer hum púcaro de duas azas com sua tapa em barro vermelho ou preto que levará a canada por 20 reis.  
E de hum púcaro de 4 azas que levar huma canada burnido de vermelho 40 reis.  
E huma infusa de barranho com seu bico burnido de vermelho 20 reis.  
E hum pote de 5 canadas 80 reis.  
E de huma talha que leve 6 ou 7 canadas 160 reis.  
E os púcaros da talha a 4 por 20 reis.  
E sendo de barro de 400 reis para baxo os púcaros acima darão a 3 por 20 reis.  
E de huma estampada bem feita e vidrada a 80 reis.  
E todo o oleiro que houver ou levar mais desta taxa pagará para o concelho 500 reis.  
E a peçoa que der esta pena será tomada por seu juramento com mais huma testemunha.  
E se a louça que não for bem cozida a vender ao povo pagará a mesma pena.  
E nenhum oleiro desenforará louça debaixo da mesma pena sem que seja vista pelo juiz do ofício para que aparte a louça mal cozida e veja a louça se tem as medidas referidas para o que terá o juiz do ofício de assistência de enforar e de desenforar 100 reis para que veja tonar desenforar louça que sahir crua de última forma.

(fl. 20v) **N.º 70 taxa antiga dos ferreiros**

Puzerão por postura taxa que os ferreiros tendo ferro a 4000 reis:  
Não levarão mais de 80 reis por lavar lavrado em obra grossa.  
E comprando o ferro 5000 reis o quintal não levarão mais por cada livra de ferro lavrado em obra groça que cem reis.



E comprando o ferro 5000 reis o quintal não levarão mais por cada livra de ferro lavrado em obra groça que 120 reis.

E sendo o ferro da peça que o mandar fazer a obra assim em obra preta como em pregadura groça tirando os pregos de sualho e de ponto ainda que o ferro seja por mais alto preço não levarão por cada livra mais que 40 reis.

Sendo ferro de 4000 reis não levarão por hum cento de pregos de soalhar sendo o ferro do official mais de cento e secenta reis.

E sendo o ferro do dono dos pregos levará o official de seu trabalho 80 reis.

E de fazer 100 pregos de ponto sendo o ferro de 4000 reis sendo do official 300 reis.

E os de contrarepa sendo o ferro do mesmo preço e sendo do official levarão por 100 100 reis.

E sendo ferro dos donos dos pregos 50 reis.

E de fazer 100 taxas costumeiras do ferro do official ainda que seja a 6000 reis 100 reis

E do ferro do dono das taxas 50 reis.

E por fazer 100 de taxas de guarnecer 10 reis sendo o ferro do official.

Sendo do dono das taxas 25 reis.

E fazer 100 de taxas de rabo 40 reis.

E sendo ferro do dono das taxas 20 reis.

E por fazer 100 pregos de ponto sendo o ferro de 5000 reis levarão 350 reis.

E sendo ferro de 6000 reis levarão por 100 dos ditos preços 400 reis.

E o ferro do dono os mesmos 150 reis.

E por fazer 100 pregos pelo de soalhar sendo ferro de 5000 reis levarão pelo 100 190 reis.

E sendo o ferro do dono dos pregos 80 reis.

E sendo ferro de 6000 reis levarão pelo 100 = 200 reis.

E sendo ferro do dono de obra 80 reis.

E por fazer hum ferro de arado tendo bom calço e sendo o ferro de 4000 reis 120 reis.

E sendo o ferro do dono do calço 80 reis.

Sendo ferro de 5000 reis levarão pelo dito calço 140 reis.

Sendo o ferro de 6000 reis levarão pelo dito calço 160 reis.

e sendo ferro do dono não levarão mais de 80 reis ainda que o ferro suba maior preço.

E por calço de hum alvião de pá e bico sendo hum bom calço sendo ferro de 4000 reis 200 reis.

Sendo ferro do dono do calço 120 reis.

(fl. 21) E a este respeito levarão mais ou menos a respeito do que o ferro custa e de botar hum grão em huma espingarda ou arma de fogo 50 reis.

De botar huma escorva 60 reis.

E de guarda solto 40 reis.

E de huma xave 120 reis.

E de hum de feixo 40 reis.

E de huma molle 30 reis.

E anos que governa a serpe 20 reis.

E a xave dos feixos 60 reis.

E o rabo que joga a serpe 40 reis.

E por cada parafuso 20 reis.

E por cada misagra 20 reis.

De botar huma boca de cada peça 100 reis.

Por lançar huma culatra feita nova e bem atarracada a 200 reis.

E de fazer huma ferraje de carro sendo o ferro do dono da obra 150 reis sendo ferrajem de hum quintal com obrigação do dono da ferraje dar de comer aos officias que fizerem.

E o ferreiro que mais levar desta taxa pagará pela primeira vez 500 reis e pela segunda 1000 reis.

E nenhum official poderá abrir tenda sem licença da Camara e sem ser examinado debaxo das penas declaradas neste livro.

E serão obrigados a ter esta taxa em sua tenda baixo da pena sobredita acima.

#### **N.º 71 Taxa antiga dos Alfaiates**

Puzerão por postura e taxa que nenhum alfaiate desta Vila e sua jurisdição leve por cada dia de trabalhar fora de sua casa mais de 100 reis sendo examinado.

E não sendo 80 reis.

Sendo discípulo 50 reis.

E fazendo hum vestido da moda a cortezão - capa cazaca 400 reis, pondo o dono da obra retroz e linhas sendo a cazaca forrada.

E de fazer huã vestia de calcinico a será fina preta ou outra qualquer fazenda fina e calção sendo forrado 300 reis pondo as linhas e retroz o dono da obra.

E de fazer huã vestia de baeta forrada 120 reis

E fazer huã cazaca fina para em corpo sentar as costuras e forro sendo toda forrada 600 reis pondo o dono o retroz.

E de fazer hum calção de pano da serra forrado 80 reis.

E sendo fino 120 reis.

E de fazer hum vestido de clérigo ou de estudo de baeta ou de estamania ou serafina 300 reis.

E sendo de crepe 450 reis pondo o dono da obra retros prezilhas e alamares.

E de fazer huma casaca de clérigo fina 400 reis sendo toda forrada.

E não a sendo 300 reis.

E sendo pano da terra sendo forrada toda 300 reis.

E não sendo 200 reis.

E dos vestidos dos rapazes e estudantes piquenos levarão a respeito dos acima nomeados.

E de fazer huma carapuça (fl. 21v) de pano da terra da moda 60 reis.

E sendo de couza fina 80 reis.

E de fazer hum manto de sarja 100 reis.

E de fazer hum belendrao 200 reis.

E de fazer hum habito de tirar cumprido 240 reis.

Todas estas couzas ditas se entende sendo trabalho nas tendas do officiais e pondo o dono retroz e linhas, e mandallas abutuar a sua custa.

E o official que levar mais desta taxa pagará pela primeira vez 500 reis para o concelho pela segunda 1000 reis.

E a peçoa que der esta pena será adquirida por seu juramento com mais huma testemunha, e sendo peçoa de governança ou ordenança será somente adquirida por seu juramento, e todo official será obrigado a ter esta taxa em sua tenda debaixo da mesma pena.

**(fl.21v) N.º 72 Taxa antiga dos carpinteiros**

Puserão por postura e taxa que nenhum carpinteiro levará por dia mais que 150 reis sendo examinado e sendo a seco, e dando-lhe comer 120 reis.

E não sendo capas de amestrar qualquer obra ainda que examinado seja não levará por mais por dia mais de 120 reis a seco.

E dando-lhe comer 80 reis.

Sendo obreiro a seco 100 reis.

E dando-lhe comer 80 reis.

E cada dia de serraje a seco 120 reis.

E dando comer 90 reis.

De fazer huma coronha de espingarda sendo o pau do dono da espingarda 120 reis.

E sendo o pau do oficial 250 reis.

E de fazer huma coronha a huma arma de fogo 100 reis.

E sendo o pau do oficial 200 reis.

E de fazer hum balde sendo a madeira do oficial pondo o dono do balde os pregos 80 reis.

Sendo a madeira do dono do balde 40 reis.

E de fazerem huma caixa de 5 palmos sendo a madeira do dono da caixa e pregadura 300 reis sendo bem feita e acabada com barrotes e colaretes.

e dahy para cima a respeito de cada palmo 100 reis.

E o oficial que mais levar desta taxa pagará pela primeira vez quinhentos reis e pela segunda 1000 reis.

E a peçoa que esta pena der será adquirida por seu juramento com huma testemunha e sendo peçoa de governança ou de ordenança será só adquirida por seu juramento e debaixo da mesma pena serão obrigados os officias a terem esta taxa em suas tendas.

**(fl.22) N.º 73 taxa antiga dos sapateiros**

Puzerão por postura e taxa que nenhum sapateiro desta Vila e sua jurisdição levasse de fazer hum par de sapatos de bom cordovão e suas solas e o salto conforme se uzar de 11 pontos até doze mais que 600 reis.

Sendo bem feiro da moda tintados de preto ou como o dono os quizer encomendar e de 10 te 11 pontos os mesmo 600 reis.

E de 9 te 10 pontos 550 reis.

E de 8 te 9 pontos 500 reis.

E de 7 te 8 pontos 450 reis.

E de 6 te 7 400 reis.

E de 5 te 6 350 reis.

E de 4 ate 5 320 reis.

E de 3 te 4 280 reis.

E de 2 te 3 240 reis.

E dando o dono dos sapatos as empenhas e sendo todo o mais cabedal do sapateiro sendo para sapatos grandes levarão 350 reis.

E dos mais a respeito.

E por cada dia que trabalharem fora de suas tendas em cazas alheias levarão por cada dia 80 reis e de comer.

E os obreiros e discípulos a respeito.

E por fazer hum par de sapatos de vaca de dez pontos até 12 com duas solas e meio salto 450 reis.

E de 8 te 10 400 reis

E de 6 te 8 pontos 320 reis.

E de 4 te 6 250 reis.

E a mesma aparidade terão os sapatos de carneira.

E de fazer os sapatos de mulher bem feitos e da moda de sete te 8 pontos 400 reis.

De 5 te 6, bem feitos 350.

De quatro 300 reis.

De 3 250 reis.

De 2 200 reis.

Sendo estes sapatos de cordovão e de butarem humas cobertas de cordovão 120 reis.

E de caind<sup>a</sup> 40 reis.

E solarem hum sapatos de homem inteiros sendo ponteados 80 reis

E de deitarem meias solas 60 reis.

De solarem huns sapatos de mulher com cantos 80 reis.

E sendo solas inteiras com xixes e rabias 100 reis.

De fazerem hum par de sapatos com todo o cabedal de seu dono em sua tenda 140 reis sendo sapatos de homem

sendo de rapas ou de mulher levarão a respeito que são 120 reis.

De sorrar huã pele de cordovão 30 reis.

E o surrar ou aparelhar de preto 60 reis.

De surrar ou aparelhar de preto hum bezerro 120 reis.

E o sapateiro que mais levar desta taxa será executado nas penas da leis e serão obrigados ter esta taxa em sua tenda com pena de 300 reis.

#### (fl. 21v) Regimento do dito ofício de Sapateiro

1

Que nenhum official terá tenda aberta sem ser examinado e ter dado fiança com pena de 2000 reis para a camara e acusador.

2

Que com a dita pena serão obrigados ter este regimento rol de taxa junto a carta de exame.

3

Que o official que comprar coiros sem orelhas pagará de pena 1000 reis.

4

E o official que vender sapato de carneira por cordovão pague de pena 1000 reis, e tornará outra vez o dinheiro a quantos que tiver enganado que será obrigado.

5

Que será obrigado encinar hum filho tendo-o capas e em seu logar hum orphão pelo tempo que o Juiz dos Orphãos lhe parecer de direito e o que faltar ao comprimento desta postura pagará pena 5000 reis.

#### **N.º 75 taxa antiga dos pedreiros**

Puzerão por postura e taxa os officiaes da camara desta Vila que os officiais de pedreiro mestres que admitirem obra não levem mais que 200 reis estando administrando a obra e sendo a seco.

E dando-lhe o dono da obra de comer 160 reis.

E isto administrando obra 180 reis a seco.

Sendo a molhado 140 reis.

Esta se entenderá com a sobreditos mestres e officiais do dito officio levarão por dia 160 reis a seco.

E dando-lhe o dono da obra comer levarão por dia 120 reis.

E quando algum official por sua curiosidade e bondade notavel se faça digno de ganhar mais, o mestre da obra lhe contará contanto que não paze de 20 reis para mais sendo a contento do dono da obra e os officiais do dito officio por examinar não levarão mais de 140 reis por dia a seco.

Sendo a molhado não levarão mais que 100 reis por dia.

E os cabouqueiros do dito officio levarão por da 130 reis a seco.

E dando-lhe de comer não levarão por dia mais que 90 reis.

E todo o official que levar mais do que nesta taxa (fl. 23) declara pagará de pena mil reis para o concelho, e serão pagos da cadeia e esta terão os officiais do dito officio tresladadas ou em suas cartas de examinação.

#### **N.º 76 Taxa antiga do pão de trigo e milho**

Taxa do pam de trigo dos taverneiros

Sendo o trigo a 200 reis o alqueire há-se vender o arrátel a 12 reis e meio.

Sendo a 240 reis ade-se vender cada libra de pão 16 reis e meio.

Sendo a 300 reis o alqueiro ade-se vender cada arrátel de pão a 18 reis e meio.

Sendo o trigo a 320 reis ade-se vender cada libra o pão a 20 reis.

Sendo o trigo a 350 reis ade-se vender cada arratel a 22 reis e meio.

Sendo o trigo a 400 reis; ade-se vender cada para de pão de 3 quartas a 20 reis.

Pam de milho

Sendo o milho a 240 reis o alqueire terá cada pão huma libra por preço de 10 reis.

E sendo a 260 reis cada pam de 10 reis ade ter de pezo 120 onças.

Vellas de sebo para valer cada vela 20 reis ade ter de pezo 27 onças sendo o cebo de 60 reis.

Quem fora desta postura vender encorrerá na cominação da lei e da postura.

## **Taxas e regimentos de 1803<sup>170</sup>**

### **N.º 2 Taxa dos Alfaiates**

Pozerão por postura taxa que todo o oficial de alfaiate levará para feitio de huma casaca de pano fino oitocentos reis.

Item sendo de pano groço seiscentos reis.

Item sendo de pano da serra quinhentos reis.

Por feitio de hum colete de pano fino ou de seda trezentos reis.

Por feitio de hum colete de pano groço ou da serra duzentos reis.

Por dito de hum calção fino forrado trezentos reis.

Por dito de hum calção de fazenda groça duzentos e sincoenta reis.

Por dito de humas calças de fazenda fina justas trezentos reis.

Por dito de humas calças das mais largas duzentos e sincoenta reis.

Por dito de humas calças largas de fazenda groça duzentos e sincoenta reis.

Por dito de huma jaqueta de pano fino trezentos e sincoenta reis.

Por dito de huma jaqueta de pano groço trezentos reis.

Por dito de hum capote quatrocentos reis.

Por dito de hum casação de mangas quinhentos reis.

Por dito de huma farda de pano fino mil reis.

Item farda de pano ordinário setecentos reis.

Por dito de huma batina inteira de seda ou qualquer fazenda fina mil reis.

Por dito de huma batina de baeta mil reis.

Por dito de huma xamara quinhentos reis.

Por dito de huma batina de estudantes pelo reis que foi dito.

Por dito de huma carapuça de rebuço ordinaria cento e sessenta reis.

Para dito de huma carapuça redonda sincoenta reis.

Para dito de hum par de pelancas de oitenta reis ate cento e vinte reis.

Para dito de hum habito de serieiro oitocentos reis.

Para dito hum belendrau oitocentos reis.

O official examinado a seco por dia cem reis.

(fl 6) O official que mais levar desta taxa pagará pelo primeira vez quinhentos reis e pela segunda vez mil reis.

Será adquirida esta pena por qualquer que a ver com mais huma testemunha e sendo peçoa da governança ou ordenança será somente adquirida por ele.

### **Regimento do dito officio de Alfaiate**

1

Que nenhum official terá tenda aberta sem ser examinado ter dado fiança na Camara com pena de dois mil reis para a camara e seu acuzador.

2

Que com a dita pena serão obrigados a ter este requerimento e rol de taxa junto à carta de exame.

---

<sup>170</sup> Estas correspondem à actualização das taxas antigas e regimentos, sendo que algumas delas estão transcritas por José Cândido da Silveira Avellar (1902: 158-162) que datam o ano de 1800.

Que serão obrigados enciar hum filho tendo-o capas ou em seo logar hum orphão pello tempo que o juiz dos orphãos lhe parecer, e o que faltar a esta postura pagará de pena seis mil reis.

### **N.º 3 Taxa dos Carpinteiros e Serradores**

Pozerão por postura e taxa que o carpinteiro levará por hum dia a seco sendo mestre examinado dosentos reis.

Por dito a comer cento e quarenta reis.

Por dito oficiais aprendises a seco cento secenta reis.

Por dito oficiais a comer cem reis.

Por dito serradores os mestres a seco dozentos reis.

Por ditos mestres a comer cento e quarenta reis.

Por ditos oficiais os debaxo a seco cento e sesenta reis.

Por ditos oficiais a comer cem reis.

Por fazer huma coronha de espingarda sendo a madeira do dono (fl.6v) oitocentos reis.

Sendo a madeira do oficial mil reis.

Por fazer hum balde com madeira e pregos do dono cem reis.

Por fazer huma caixa de cinco palmos de pinho sendo a madeira do dono seiscentos reis.

E da ahi para cima o palmo a cento e vinte reis.

E sendo de cedro de cinco palmos oitocentos reis

e para cima a respeito

Por fazer hum tamborete trezentos reis.

O oficial que levar mais desta taxa pagará pela primeira vez quinhentos reis e pela segunda vez mil reis.

E a peçoa que esta pena der será adquirida por seo juramento com huma testemunha e sendo peçoa de governança ou ordenança será somente adquirida por ele.

### **Regimento do officio de carapina**

1

Que nenhum official terá tenda aberta sem ser examinado e ter dada fiança na Camara com pena de dois mil reis para a Camara e acusador.

2

Que com a dita pena serão obrigados ter este regimento e rol taxa junto á carta de exame.

3

Que serão obrigados encinar hum filho tendo-o capas ou em seo logar hum orphão pello tempo que o Juiz dos Orphãos lhe parecer e o que faltar a esta postura pagará pena seis mil reis.

### **N.º 4 taxa dos Carreiros**

Pozerão por postura taxa que o official de Carreiro levará por hum dia a seco cento oitenta reis.

Por um dia a comer cento e quarenta reis.

Por fazer hum leito de carro mil reis.

Por fazer hum rodeiro e ferralo a seco mil e duzentos reis.

Por botar hum eixo em hum carro a seco na tenda cento e vinte reis e fora a respeito.  
Por fazer huma roda de atafona a dentada sem aspes a seco mil e trezentos reis.  
Por fazer as aspes cem reis.  
Por fazer (fl. 7) huma canga de carro a seco cento e secenta reis.  
Por fazer huma dita de lavrar cento e vinte reis.  
Por fazer uma rabiça a seco cento e vinte reis.  
Por dito de hum timão a seco oitenta reis.  
Por fazer moenda de hum carro, chamaçotes e coiçaes a seco duzentos reis.  
Por fazer hum trilho a seco quatrocentos reis.  
Por fazer xamaceiras corridas cento e vinte reis.  
Para fazer coiçaes quarenta reis.  
Para fazer hum carratel a seco cento e sessenta reis.  
Para fazer uma grada a seco quatrocentos reis.  
E o oficial que mais levar desta taxa pagará pela primeira vez quinhentos reis e pela segunda vez mil reis.  
E a peçoa que esta pena der será adquirida por seo juramento com huma testemunha e sendo peçoa de governança ou ordenança será somente adquirida por ele.

#### Regimento do ofício de carreiro

1

Que nenhum oficial terá tenda aberta sem ser examinado e ter dado fiança na Camara com pena de dois mil reis para a Camara e acusador.

2

Que com a dita pena serão obrigados ter este regimento e rol de taxa junto a carta de exame.

3

Que serão obrigados encinar hum filho tendo-o capas ou em seo logar hum orphão pello tempo que o Juiz dos Orphãos lhe parecer e o que faltar a esta postura pagará pena seis mil reis.

#### **N.º 5 taxa dos pedreiros**

Pozerão por postura e taxa que o mestre que asseitrar qualquer obra levará por cada dia a seco duzentos e quarenta reis.

Por hum dia dito mestre de obra a comer cento e secenta reis.

Por hum dia o oficial examinado a seco duzentos e vinte reis.

Por hum dia o oficial examinado a comer cento e quarenta reis.

Enquanto aos aprendises a mestres da obra lhe arbitrará (fl.7v) o que merecem.

#### Caboqueiros

Pozerão por postura e taxa que os caboqueiros levarão por hum dia a seco cento e secenta reis.

E dando o dono o comer cem reis.

Por cada hum lar de forno e sendo este de três alqueires trezentos reis.

E de maior ou menor parte por cada hum alqueire cem reis.

Para cada hum tombadilho de xeminé ordinária mil e duzentos reis.



Tendo o arco sete palmos de vão e treze de largura entrando as paredes e tendo mais ou menos se pagará o palmo oitenta reis.

E todo o official que levar mais do que nesta taxa se declara pagará de pena para o concelho dois mil reis, serão pagos da cadeia e esta terão os officiais do dito officio.

#### Regimento do dito officio de Pedreiro

1

Que nenhum official terá tenda aberta sem ser examinado e ter dado fiança na Camara com pena de dois mil reis para a Camara e acusador.

2

Que com a dita pena serão obrigados ter este regimento e rol de taxa junto à carta de exame.

3

Que serão obrigados encinar hum filho tendo-o capas ou em seo logar hum orphão pello tempo que o Juiz dos Orphãos lhe parecer e o que faltar a esta postura pagará pena seis mil reis.

#### **N.º6 Taxa dos Ourives**

Pozerão por postura a taxa que todo o official de ourives levava por huma oitava de prata liza trinta reis.

Por huma outava de prata lavrada quarenta reis.

Por huma oitava de prata batida secenta reis.

Por huma outava de prata de obra miuda outenta reis.

Por huma soldadura grande trinta reis.

Por huma soldadura piquena vinte reis.

Por huma outava de ouro de força gra outocentos reis.

E de outra qualquer obra seiscentos reis.

Por huma soldadura grande no dito metal oitenta reis.

(fl.8) Por huma soldadura piquena no dito metal quarenta reis.

E o ourives que mais levar desta taxa pagará pela primeira ves quinhentos reis e pela segunda ves em dobro.

#### Regimento do dito officio de ourives

1

Que os ourives não poderão usar do dito officio sem darem fiança na Camara do valor de cem cruzados antes de abrirem sua tenda com pena de dois mil reis pela primeira ves, e pela segunda em dobro. E debaixo da mesma pena terão balança e marco afilado com diminuição até graos.

2

Que os ditos officiais serão obrigados a terem sua marca para maracarem as obras que fazem tanto de ouro como de prata e sem ela não poderão dar obra alguma para fora de suas tendas cuja marca terá resgistada nesta Camara e o que o contrario fizer pagará de pena seis mil reis

Que alem da sua marca pelas graves queixas que há nesta ilha de andarem algumas obras falcificadas sem se saber quem as fez; mandamos aos ditos oficiais mandem as ditas obras que fizerem a Caza do Contraste para as marcar sob pena de seis mil reis.

E debaxo da mesma pena será obrigado o contraste todas as vezes que axar obra falcificada trazella á Camara para se proceder contra quem a fez na forma da lei.

(fl. 8v) **N.º 7 Taxa dos Ferreiros**

Pozerão por postura e taxa que o ferreiro sendo o mestre e na sua tenda com todas as suas ferramentas levará por hum dia a seco excepto o carvão quatrocentos reis.

E o official examinado fora de sua tenda levará a seco por dia duzentos e oitenta reis.

E dando-se-lhe de comer duzentos reis.

Por lavar huma livra de ferro em obra preta e nova sesenta reis.

Sendo o ferro do ferreiro o dono lho pagará pelo preço que ele correr ou se ajustarem.

Por lavar huma livra de ferro em pregadura miuda te soalho oitenta reis.

Por lavar huma dita de soalho para cima sesenta reis.

Para lavar huma livra de ferro em ferraduras em que entrão cravos oitenta reis.

Por fazer huma feraje de hum carro dando o dono de comer, carvão e ferro do mesmo do dono dois mil e duzentos reis.

Por feitio de hum maxado trezentos reis.

Por dito de huma foice de silvas cento e sincoenta reis.

Por dito de huma foice de mato duzentos reis.

Por dito de huma foice de seifar duzentos e quarenta reis.

Por dito de hum picão de pedreiro quinhentos reis.

Por dito de huma escoda do mesmo officio trezentos reis.

**Obra velha**

Por calçar hum alvião duzentos reis.

Por calçar hum saxo duzentos reis.

Por calçar hum picão de cada hum calço oitenta reis.

Por cada huma aguçadura das mesmas sendo o carvão do official dez reis.

Sendo o carvão do dono do picão sinco reis.

Por cada alqueire de carvão vinte reis.

**Obra de serralharia**

Por hum grão em qualquer arma de fogo oitenta reis.

Por huma escorva da mesma duzentos reis.

Por hum fusil quatrocentos reis.

Por calçar o mesmo duzentos reis.

Por hum cão com sua xave trezentos e vinre reis.

Por hum de feixo secenta reis.

Por huma miçagra sincoenta reis.

Por botar huma boca de peça trezentos reis.

Por fazer (fl.9) ou botar huma colatra quatrocentos reis.

Por hum picaporte chaves dobradices e mais obra de lima em que não entra aço o que se ajustarem por não ter medida certa.

E o ferreiro ou serralheiro que mais levar desta taxa pagará pela primeira vez quinhentos reis pela segunda mil reis.

#### Regimento do dito officio ferreiro e serralheiro

1

Que nenhum official terá tenda aberta sem ser examinado e ter dado fiança na Camara com pena de dois mil reis para a Camara e acusador.

2

Que com a dita pena serão obrigados a ter este regimento e rol de taxa junto a carta de exame.

3

Que serão obrigados encinar hum filho tendo-o capas ou em seo logar hum orphão pelo tempo que o Juiz dos Orphãos lhe parecer e o que faltar a esta postura pagará de pena seis mil reis.

#### **N.º 8 Taxa dos Sapateiros**

Pozerão por postura e taxa que todo o official de sapateiro levará por fazer hum par de sapatos de onze té doze pontos setecentos reis

E dahi para baxo por cada hum ponto sincoenta reis de menos

E dando o dono todos os maçames duzentos reis.

E abatendo dez reis em cada hum ponto de menos.

Sapatos de mulher de sete te oito pontos quatrocentos reis.

E dahy para baxo por cada hum ponto sicoenta reis de menos

E dando o dono todos os maçames cento e sincoenta reis.

E abatendo dez reis em cada hum ponto de menos

De humas botifarras te joelhos dois mil reis.

De ditas com todos os maçames de seo dono setecentos reis.

De humas botas largas com canhões ou sem eles dois mil e quatrocentos reis.

Sendo o maçame de seo dono oitocentos reis.

De remontar quaisquer botas ou botifarras novecentos reis.

De solar quaisquer das (fl. 9v) mesmas e o mesmo os sapatos cento e secenta reis.

E dahy para baixo conforme os pontos dez reis de menos.

De solar quaisquer sapatos de mulher oitenta reis.

Sendo o macame do dono quarenta reis.

De hum dia fora de sua tenda sendo o official examinado cem reis

E não o sendo outenta reis

Excepto os aprendizes que fica ao arbítrio do mestre.

#### Curtidores

Levarão por curtir qualquer coiro com sumagre dando ele todos os adubos avaliado depois de curtir a metade do seu valor.

E dando o dono todos os mesmos adubos levará a 3.<sup>a</sup> parte do valor do mesmo coiro depois de o curtir.

E sendo curtido com casca levará a 3.<sup>a</sup> parte do valor do mesmo coiro.  
E dando o dono todos os adubos levará a 4.<sup>a</sup> parte do valor do mesmo coiro.

### Sorradores

De sorrar huma pele de cordevão em branco cem reis.  
De sorrar huma dita de preto cento e vinte reis.  
De sorrar huma pele de bezerro em branco ou preto por maior que seja seiscentos reis.  
De sorrar huma pele menor quatrocentos reis.  
E dahy para baixo a respeito.  
E o official que mais levar desta taxa pagará pela primeira vez quinhentos reis e pela segunda mil reis.

### Regimentos do dito ofício de sapateiro

1

Que nenhum official terá tenda aberta sem ser examinado e ter dado fiança na Camara com pena de dois mil reis para a Camara e acuzador.

2

Que com a dita pena serão obrigados ter este regimento e rol taxa junto à carta de exame.

3

Que o official que comprar coiros sem orelhas pagará de pena mil reis.

4

Que o official que vender sapatos de carneira por cordevão pagará de pena mil reis - e restituirá o dinheiro a quem a tiver enganado.

5

Que sera obrigado encenar hum (fl.10v) filho tendo-o capas ou em seo lugar hum orphão pello tempo que o Juiz dos Orphãos lhe parecer e o que faltar a esta postura pagará pena seis mil reis.

### N.º 9 taxa dos Tanoeiros

Pozerão por postura e taxa que os tanoeiros não levem de fazer huma pipa grande de duzentas e sincoenta canadas pouco mais ou menos de quinhentos e sincoenta reis.

E de carregação quatrocentos reis.

E de fazer hum quarto ou barrica trezentos reis.

E de fazer um barril de quatro em pipa duzentos e sincoenta reis.

E de fazer hum barril de vinte canadas ou vinte sinco duzentos reis.

E de hum barril de bocal cento e sesenta reis.

E de fazer uma pipa de madeira velha de seo dono trezentos reis.

E de fazer hum quarto ou barrica da mesma madeira sendo de seo dono duzentos reis.

E por guarnecer seu fundo sendo a madeira de seo dono sincoenta reis.

E de fazer hum fundo novo sendo a madeira de seo dono oitenta reis.

E de meter huma aduela de madeira do seo dono trinta reis.

E de atonoar huma pipa empenada vinte reis.

E de botar hum pente dez reis.

E de fazer hum tenote de madeira de seo dono duzentos reis.

E de fazer jabre quarenta reis.  
E de fundar huma pipa bem empalhada quarenta reis.  
E de desfundar vinte reis.  
E de botar seis arcos liados em huma pipa cheia sendo de seo dono vinte reis.  
Como também em huns quartos  
E sete arcos em hum barril sendo de seo dono levará vinte reis.  
E de meter huã aduela velha sendo de seo dono vinte reis.  
E de virar huma roda de arcos de vime ou de castanho pondo-os em roda vinte reis.  
E de lavar e virar huma roda de arcos quarenta reis.  
E de hum dia de tanoar, concertar, fazer pipas ou reformar cento e sincoenta reis dando-lhe de comer e sendo o official examinado.  
E o aprendiz cem reis indo trabalhar com seo mestre.  
E de hum obreiro que ainda não sabe fazer obra de banco oitenta reis dando-lhe comer.  
E trabalhando official examinado a seco duzentos reis.  
E por obreiro cento e vinte reis a seco.  
E todo o official (fl. 10v) será obrigado a ter esta taxa em sua tenda e marca para marcar as que fazer e reformar, e o que levar mais desta taxa pagará para o concelho quinhentos reis e de segunda mil reis; e a peçoa que esta pena der será adquirida por seo juramento com huma testemunha e sendo peçoa de ordenança ou governança será adquirida por seo juramento e debaixo das mesmas penas serão obrigados a cumprir esta taxa.

#### Regimento do dito ofício de Tanoeiro

1

Que nenhum official terá tenda aberta sem ser examinado e ter dado fiança na Camara com pena de dois mil reis para a Camara e acuzador.

2

Que com a mesma pena serão obrigados ter este regimento e rol de taxa junto à carta de exame.

3

Que serão obrigados encinar hum filho tendo-o capas ou em seo lugar hum orphão pello tempo que o Juiz dos Orphãos lhe parecer e o que faltar a esta postura pagará de pena seis mil reis

#### **N.º 10 Taxa dos Oleiros**

Pozarão por postura e taxa que os oleiros comprando o barro a quinhentos reis levarão as panelas de vinte reis duas canadas.

As de quarenta reis quatro canadas.

As de trinta reis duas canadas e meia.

As de três por vinte reis meia canada cada huma.

As de dez reis huma canada.

E os caldeirões a respeito das panellas.

Levara huma bilha de vinte reis três quartilhos.

E sendo o barro a quatrocentos reis.

As panelas de dez reis levarão huma canada.  
As de vinte reis duas canadas.  
As de trinta reis três canadas.  
As de três por vinte reis meia canada cada huma.  
E os caldeirões a respeito das panellas.  
As bilhas de vinte reis levarão huma canada e hum quartilho.  
As tigelas três por vinte reis levarão hum quartilho.  
E sendo o barro a trezentos e vinte reis.  
As panelas de dez reis levarão três quartilhos.  
As de vinte reis huma cana e meia.  
(fl. 11) As de quarenta três canadas.  
As tigelas três por vinte reis.  
As bilhas de vinte reis três quartilhos.  
As bilhas de quarenta reis levarão huma e meia canada.  
Púcaro de azas quatro por vinte reis.  
Pote cada canada vinte reis.  
Talha cada canada a vinte e cinco reis.  
púcaros de talha quatro por vinte reis.  
Alguidares de amassar a canada quarenta reis.  
E todo o oleiro que levar mais desta taxa pagará para o concelho quinhentos reis.  
E a peçoa que der esta pena será adquirida por seo juramento com mais huma testemunha.  
E se a louça que não for bem cozida a vender ao povo pagará a mesma pena.  
E nenhum oleiro dezenfornará louça debaixo da mesma pena sem que seja vista pelo juiz do  
ofício para que aparte a louça mal cozida e veja a louça se tem as medidas referidas para o que  
terá o juiz do ofício de assistência de enfornar e de desenfornar cem reis para que veja tonar  
desenfornar louça que sahir crua de última forma.

#### Regimento do dito ofício de Oleiro

1

Que nenhum official terá tenda aberta sem ser examinado e ter dado fiança na Camara com  
pena de dois mil reis para a Camara e acuzador.

2

Que com a dita pena serão obrigados ter este regimento e rol taxa junto à carta de exame.

3

Que serão obrigados encinar hum filho tendo-o capas ou em seo logar hum orphão pelo  
tempo que o Juiz dos Orphãos lhe parecer de direito e o  
que faltar a esta postura pagará de pena para a mesma Camara seis mil reis.

(fl. 11v) **N.º 11 Taxa dos que trabalham com bois**

Carretos

Pozerão por postura e taxa que todo aquele lavrador que fizesse carretos com bois levarão por cada hum carreto desde o Arieiro até Nossa Senhora da Encarnação para esta Vila de huma pipa grande seiscentos reis.

E de huma pipa pequena quinhentos e sincoenta reis.

Desde a dita Hirmida até a Canada da Fonte, pipa grande quinhentos reis e pipa pequena quatrocentos e sincoenta reis.

Deste da mesma Canada té a Hirmida de Nossa Senhora da Boa Hora para esta Vila pipa grande quatrocentos reis.

E pipa pequena tresentos e sincoenta reis.

E desde da dita Igreja e carregadoiro até Nossa Senhora da Luz para esta Vila pipa grande tresentos reis.

E pipa pequena duzentos e sincoenta reis.

E da Queimada Braba té a ribeira para esta Vila, pipa grande quinhentos reis.

E pipa pequena quatrocentos e sicoenta reis.

E dahy para a Urzelina pipa grande quatrocentos reis e pipa pequena tresentos e sicoenta reis.

E da dita ribeira te a esta Vila pipa grande quatrocentos reis.

E pipa pequena tresentos e sicoenta reis.

Por hum carreto de pipas vazias a Queimada duzentos reis.

Por hum carreto de pipas vazias aos Mistérios Fajã a tresentos reis.

E dahi até ao Arieiro quatrocentos reis.

E cabedal e outros géneros o mesmo preço das pipas xeias que fica á taxado as pipas pequenas.

E de hum carreto do Cabo da Areia donde se diz o Carregadoiro quatrocentos reis.

De carreto de hum moio de trigo ou milho da Ponta de Rosais para esta Vila setecentos reis.

E da freguesia de Rosais até as casas do Capitam João de Ignacio para esta Vila quinhentos reis.

E dahy té a ribeira do Bello para esta Vila quatrocentos reis.

E dahy té ribeira da Manga para esta Vila tresentos reis.

E desde ahi té o Ribeirinho para esta Vila cento e sessenta reis.

E deste té esta Vila cento e vinte reis.

Desta Vila para Beira e desta para a Vila duzentos e sincoenta reis.

Desta Vila para as Eiras do Vento e daqui para esta vila duzentos reis.

E detrás das Caldeiras duzentos e sinco reis.

E de Santo Amaro para esta Vila e desta (fl.12) para o dito logar tresentos reis.

Das levadas para esta Vila cento e secenta reis.

De hum carreto de entre os morros da borda do mar para esta Vila cento e quarenta reis.

E de Nossa Senhora do Pilar oitenta reis.

Nesta Vila desde o caes té meio da mesma sincoenta reis.

E do cais té ao fim da mesma Vila secenta reis.

## Geiras

De huma geira de alqueivar outonas e semear trigo cento e secenta reis.  
E de semear milho mais serviços desse tempo duzentos reis.  
E o que contrário fazer pagará de pena para o Concelho 500 reis.

### **N.º 12 Taxa dos Trabalhadores**

Pozerão por postura e taxa que os trabalhadores levarão por hum dia a comer desde Agosto té Fevereiro sicoenta reis.  
E sendo a seco cem reis.  
E desde Fevereiro te Agosto a comer secenta reis.  
E a seco cento e vinte reis.  
E os rapazes a respeito e se contratarão com os donos  
Por hum dia de seifa a comer oitenta reis.  
De trazer hum feixe de lenha de urze nos mezes Fevereiro té Outubro oitenta reis.  
E deste te Fevereiro cem reis.  
De levar hum recado ou cartas por cada huma legoa sincoenta reis.  
E os lavradores ou trabalhadores levarem mais do que nestas taxas se declara pagaram de pena para o Concelho quatrocentos reis digo quinhentos reis.  
E a peçoa que esta pena der será adquirida com mais huma testemunha e sendo peçoa de governança ou de ordenança será só por ele tomada.

### **(fl.12v) N.º 13 Taxa dos Barqueiros**

## Barqueiros

Pozerão por postura e taxa que os barqueiros levarão por trazer huma pipa cheia do porto dos Terreiros ao desta Vila de duzentas canadadas duzentos e quarenta reis.  
De huma pipa cheia grande do porto da Urzelina ao desta Vila duzentos e quarenta reis.  
De huma pipa cheia pequena do dito porto ao desta Vila duzentos reis.  
De huma dita cheia grande do porto da Ribeira do Nabo ao desta Vila cento e vinte reis.  
De huma dita cheia pequena do dito à dita cem reis.  
De huma barcada de lanxa para a Queimada duzentos reis.  
Os barcos a respeito.  
E todo o mestre de barco que levar mais desta taxa pagará para o Concelho quinhentos reis a metade para o acusador e não acusando não terá nada.  
Todos e cada mestre de barco tirarão licença da Camara por cada seis mezes para venderem o pescado debaixo da mesma pena que será para o Concelho e peçoa que der esta pena será adquirida por seo juramento com mais huã testemunha.

### **N.º 14 Taxa das tecedeiras**

Pozerão por postura e taxa que as tecedeiras levarão por cada vara de enxerga de lam de trinta cabestilhos dez reis.  
E de tecer huma vara de baeta sendo de trinta cabestilhos vinte reis.



E de huã vara de pano de linho que dará duas varas por arrátel tendo quarenta (fl.13) cabestilhos vinte reis.

E se der a duas varas e meia por arrátel tendo quarenta e sete cabestilhos vinte reis.

E o que der a três varas por arrátel tendo sincoenta cabestilhos trinta reis.

E se der a quatro varas por arrátel tendo sessenta cabestilhos quarenta reis.

E de tecer huã vara de toalhas de pano de linho que der a duas varas por arrátel quarenta reis.

E de linho que der a três varas por arrátel secenta reis.

E de tecer huma vara de toalhas de estopinha trinta reis.

E de tecer huma vara de pano de estoupa que der a vara e meia por arrátel tendo trinta cabestilhos vinte reis.

E de estupinha que der a duas varas por arrátel tendo trinta e oito cabestilhos vinte reis.

E de tecer huma vara de cordão de fiado de linho quarenta reis.

E de estopinha trinta reis.

E de tecer huma vara de pano de treio quarenta reis.

E de tecer huma vara de baetilhas dez reis.

E de tecer huma vara de teias que der quatro varas por arrátel quarenta reis.

E de tecer huma vara de sacos tendo dez cabestilhos dobrados dez reis - dobrados dez reis

Todas estas teias serão contadas na forma referida e a tecedeira ou tecelão que levar mais desta taxa será condemnado pela primeira vez em quinhentos reis pela segunda em dobro mil reis.

E se as teias quebrarem de modo que se não posão tecer serão vistas por huma tecedeira ou tecelão que bem a entender não havendo juiz do officio todas as teias entregarão pelo próprio pezo que lhe forem entregues na mão de seo dono, constando que botou a teia no xão ou a mulhar para ter mais pezo pagará para o Concelho tresentos reis e depois de enxuta a entregara a seo dono pelo pezo que a recebeo e toda a tecedeira será obrigada a ter esta taxa em sua casa e dar fiança na Camara.

Levarão as curadeiras de curar cada vara de pano quinze reis.

